

JUNTADA

1690

*[Handwritten signature]*

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de mil  
ovecentos e sessenta e sete, juntei, por ordem do sr. Pre  
idente da Comissão, aos autos dêste inquérito diversos do  
umentos que passaram a constituir as fôlhas de nrs. 1691  
2044, dformando o volume nº IX, dos mesmos autos. Do que,  
para constar, lavrei, na qualidade de Secretário da Comis  
são de Inquérito, o presente termo.

*Max Luiz Almeida Nobre*



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7.º I. R.

22/11/67  
79

Of. nº 17/CI-239/67

Em, 03 de novembro de 1967

Do Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada  
pela Portaria nº 239/67


Ao Sr. Delegado Regional da Polícia Federal em Curitiba-Pr

Assunto: solicitação (faz)

Sr. Delegado

Solicito de V.Sa. as providências necessárias para  
o comparecimento do Sr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, preso administrati-  
vamente por ordem do Exmo. Sr. Ministro do Interior, na 7a. Ins-  
petoria Regional, às 15,00 horas do dia 5, domingo próximo.

Na oportunidade apresento a V.Sa. meus protestos de  
elevada estima e consideração.

  
(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)  
Presidente da Comissão



São Paulo, 12 de Outubro de 1967

Exmo. Imr. Ministro  
Albuquerque Lima  
Guanabara

Que Deus guarde V. Excia. que vem de - casa virgem na  
nossa história - tomar deliberação de vulto, no sentido sanea-  
dor e moralizante, com relação ao Serviço de Proteção aos  
Índios, o qual, Serviço (SIC) como todo mundo sabia e sa-  
be, há mais de dez anos, melhor diria, desde a sua  
fundação só tem servido para consumir verbas malba-  
ratando o dinheiro sagrado da Nação que é arrancado  
do nosso pobre Povo já tão espoliado, em virtude dos  
maus governos - com "g" minúsculo - do passado, e aco-  
bertar bandalheiras encabeçadas por maus brasileiros e  
esecráveis criaturas que, dão-nos a impressão - desconhecem  
a Deus e aos ensinamentos do Meigo Nazareno, não temem  
a Sua Justiça, não amam a Pátria nem aos seus semelhan-  
tes. Incluo neste grupo de desonestos, ladravages, criminosos  
o Imr. Irineu Bornhausen, cuja vida bem mereceria um  
IPM da Revolução Salvadora para que esse ex-gouverna-  
dor do grande Estado de Santa Catarina explicasse ou, me-  
lhor dizendo, justificasse a existência da sua imensa  
fortuna. O Sr. Bornhausen, no caso de ser "para valer",  
essa campanha de saneamento do S.P.I., precisa ser ouvido,  
pois, posso garantir-lhe, Senhor Crimista, que esse homem,

28 10 1967

valendo-se da sua imensa fortuna e dos cargos políticos a que foi guindado pela boa fé de alguns e a pouca vergonha de muitos, tem muitas e graves contas a prestar com relação ao assunto S.P.I. Talvez as providências moralizadoras determinadas por V. Excia. cheguem a tempo de salvar a reputação de um homem que, embora descendendo de família de tradição, neto do Duque de Caxias, com 19 anos, apenas, deixou o Rio de Janeiro com todos os seus encantos, conforto e oportunidades, para embrenhar-se nas matas de Santa Catarina, dedicando-se - qual Schweitzer brasileiro de corpo e alma, à moticação real, honesta, cristã dos Botocudos que viviam na região de Ibirama, sem NUNCA ter de lá arredado um pé. Quasi uma criança, Sr. Ministro, o Dr. Eduardo da Silva Hoerhan, este o nome do nosso herói, com 19 anos, apenas, passou a viver entre seus irmãos índios - era assim que ele os chamava - lá, longe do mundo pseudo civilizado e dos homens, conseguiu, sem o auxílio de quem quer que seja, formar uma biblioteca, aprender, entre outras coisas, línguas: português, inglês, alemão e especializou tornando-se profundo conhecedor de botânica. Sua obra não parou aí. Casou-se, um dia, com uma cabôda - ele dizia com muito orgulho que era "cabôda no duro" e que "tinha de inteligente o que tinha de feia." Ele simples analfabeta passou a ser letrado e mais que isto, sabia de cor o nome científico (em latim) e o popular de todas as plantas medicinais da região

1943  
2/12



bem como os das madeiras de lei. O Sr. Eduardo domi-  
nou o Tupi-guarani, escreveu um pequeno tratado (uma  
especie de gramática) sobre o assunto. Amado pelos seu in-  
dios e vivendo feliz no meio deles, bem mereceria ter  
sua vida estudada e relatada nas escolas, em revistas  
e mesmo no cinema, este cinema nacional que quasi só  
sabe fazer chanchadas cariocas ou mostrar as misérias  
do nosso infeliz nordeste. Vivia o Sr. Eduardo Silva  
Hoerhan feliz com sua esposa, filhos e seus indios, quan-  
do, como que a quererem os fados provarem que - nesta  
Vida a Felicidade. NUNCA pode ser completa, surge por  
lá uma gang cabeçada entre outros - ricos madeireiros -  
pelo Sr. Irineu Bornhausen que sendo governador do Estado e  
chefe da UDN catarinense, viu no Sr. Eduardo, que lutava  
como um leão - para defender o patrimônio dos indios, presa  
fácil, já que ele, Eduardo, era pessedista (P.S.D.) por tradi-  
ção. Santa Catarina já desfalcada de madeira de lei, nua.  
gine - Sr. Ministro que, de Rio do Sul se enviava cedro para  
a fabricação de caixas de charutos, na Bahia, - só restava  
aos fazedores de desertos, avançarem nas reservas exis-  
tentes no patrimônio dos indios. Contra tal vandalismo  
lutou o Sr. Eduardo Silva Hoerhan, digno neto de seu grande  
avô o blugue de Cascias, lutou contra tudo e contra to-  
dos, mesmo contra a "importância" do Sr. Bornhausen,  
o qual, como chefe da U.D.N. catarinense, para illos alemães  
e seus descendentes, na intimidade Unsere Deutschen Nazi



não teve dificuldades para acusar o Sr. Eduardo como mandante de um crime de morte, levando-o à prisão e conseqüentemente à perda do emprego, do cargo, em cujo desempenho dera o melhor de si mesmo e de sua vida, de sua mocidade. Absolvido posteriormente já que a Justiça nada encontrou contra a sua pessoa, foi pôto em liberdade. Parou, porém, aí, a falível justiça dos homens. Revolveram-lhe a liberdade e só. Nada de reitegração nada de desagravo, nada de reparação das injustiças praticadas pelo Sr. Irineu Bornhauser e seus apaniguados. Determine V. Excia. uma sindicância in loco e constate o que resta do patrimônio do Batocudo em Santa Catarina (Ibirama), o que resta daquilo que foi a menina dos olhos do valeroso neto do grande Duque de Caxias, o Sr. Eduardo Silva Hoerhan — que hoje, alquebrado, abatido, condenado pelo crime de ter pretendido ser honesto no bom desempenho do cargo que lhe confiara a Nação, vive, quasi, da caridade de amigos que lhe não negam o conforto moral e, dentro do possível, o material para amenizar. lhe a velhice amarga até que seja lembrado por Aquêlê cuja Justiça as vezes tarda mas não falha nunca.

Pedindo perdão pela extensão desta, firmo-me admiradora da sua coragem, do seu civismo, da sua integridade moral,

Leticia Bueno.



Petrópolis, 12 / 11 / 67

Dr. Jader de Figueiredo  
Presidente da Comissão de Imunidade do S.I.L.  
Ministério do Interior  
Rua das Palmeiras n. 25  
Marabá

1698  
- 48  
B98

Prezado Dr. Jader:

Antes de escrever - e por último se havia sido um  
nome de destaque referente ao imune sobre imune, não é no I.I.  
Informa a respeito da verdade de imune nos pontos do 78. Imunidade  
tivera início em 1951, a partir de então de Director, conforme consta  
do relatório do Cel. Jader de Figueiredo, sob n. 12/12.501-61. - Não li a  
notícia, porque atribuo a obra a levandade de algum repórter sen-  
sacionalista, e distingo a realidade que se apresenta de co-  
rromção no serviço e que só agora vem obtendo êxito, assim  
porque há de não ser superimposto a outro ministério, sendo do  
... , há de ser o maior foco de corrupção, o pelo menos coadjuvante  
de alocutivas imune alocutivas alocutivas, e alocutivas de-  
monstrando alocutivas.

Também, pelo fato de o nome e alocutivas do traffi-  
cantes. - Não é o momento de vir à público para defender a vida a si-  
mistrado e meu nome, em o fato e tempo oportuno sejas mais fover  
as consequências. -

O relatório do Cel. Jader de Figueiredo, sobre a vida de  
primeiro "desvencimentos" teve início alocutivas, em 1951, é um  
relatório fidedigno, leviano, talvez alocutivas de suas conclusões.

Sobre a vida de alocutivas na In.7 - torci alocutivas  
de 1947, sendo assim alocutivas de S.I.L. (e de alocutivas e as-  
tutivas). - Também, um levantamento de alocutivas, feita em um grupo

Rio de Janeiro, D.F.

Of. n. 281

20 de abril de 1955

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Exm<sup>a</sup> Sr. Ministro da Agricultura  
Dr. José da Costa Porto.  
: Encaminha prestação de contas

Senhor Ministro:

Tenho a honra de encaminhar à V.Ex<sup>a</sup> a prestação de contas da Renda Indígena da 7<sup>a</sup> Inspetoria Regional (Curitiba), proveniente da exploração de madeiras, durante o período de 1951 a 1954, inclusive.

2. Verificará V.Ex<sup>a</sup>, pelo processo S.P.I. 3.867/54, junto por cópia ao presente, das dificuldades encontradas pela Secção de Orientação e Assistência para o fiel cumprimento dos dispositivos regulamentares deste Serviço. Não desconhece, também, V.Ex<sup>a</sup> as contínuas investidas e denúncias, que não atingindo, como // não atingem a nossa administração calam, nos espíritos menos avisados, dúvidas contra a boa aplicação das rendas indígenas sob nossa responsabilidade.

3. Era nosso intuito prestar contas de toda a Renda Indígena, na forma da lei, o que requer mais tempo, mormente, se levando em consideração, a falta de pessoal, pois que dispomos de um único contabilista para todo o controle financeiro das secções / do S.P.I. e da verificação da Renda Indígena, cujo volume cresceu de um para cinco milhões de cruzeiros. Contudo, apresentamos a parte que se refere à exploração de madeiras, da 7<sup>a</sup> Inspetoria Regional, ponto crucial das supostas alegações de desvio ou mal-



1700  
109

baratamento do Patrimônio Indígena.

4. Não obstante, temos na S.O.A., a documentação relativa ao movimento da Renda Indígena, durante nossa gestão // (1951-1954), que após devidamente contabilizada, será apresentada em tempo oportuno.

5. Aproveito o ensejo para renovar a V.Ex<sup>a</sup> os meus protestos de estima e distinta consideração.

José Maria da Gama Malcher  
Diretor do S. P. I.

---

José Maria da Gama Malcher  
Diretor do SPI

CÓPIA

Carta ao General Juarez Távora, processo SPI n. 88/55

Nº 413

Rio, em 4/4/955

Ilustre amigo

General Juarez Távora:

Acusando o recebimento do seu cartão de 25 de março último, pelo qual submete à minha consideração uma correspondência recebida do ex-combatente Braulino de Souza, passo a transmitir-lhe os esclarecimentos que se foram prestados pelo órgão competente deste Ministério sobre a pretensão do interessado.

Em 12 de janeiro de 1954, Braulino de Souza requereu ao meu antecessor nesta Pasta a concessão de 2.000 pinheiros, numa área de terras do Posto Indígena de Cacique Doble, situado no distrito do mesmo nome e município de Lagoa Vermelha, no Estado do Paraná.

Emitindo parecer sobre o requerido pelo solicitante, o Assistente Jurídico do Serviço de Proteção aos Índios, Dr. Dalmo Esteves de Almeida, opinou pelo indeferimento do mesmo / nos seguintes termos:

"A concessão para a exploração de pinheiros desvitalizados exige o requisito de profissão e a idoneidade financeira do industrial para garantia do bom termo do contrato a ser assinado. Não é possível se conceder, assim, o que pleiteia Braulino de Souza, especialmente quando / se discute se contratos dessa natureza devem ou não ficar sujeitos a concorrência pública e registro no Tribunal de Contas".

Com êle se manifestou de acordo o Diretor do Serviço, mandando arquivar o processo em 31/5/54 (fls. 14 v. SC 3949/54).

Braulino de Souza, ao tomar conhecimento desse despacho, solicitou ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios / reconsideração do mesmo em requerimento datado de 10 de janeiro de 1955.

Novamente ouvido, em 12/1/955, o Sr. Assistente Jurídico manteve o seu parecer (fls. 32 SC. 3949/54), em face do qual o Sr. Diretor, mais uma vez, indeferiu o requerimento do peticionário.

Entretanto, como em carta dirigida ao então titular desta Pasta em 12/1/954, Braulino de Souza afirmava terem sido concedidos 20.000 pinheiros, na área em questão, à firma Gaspar Coitinho, o Chefe do meu Gabinete, pela papeleta nº 31, de 21/1/955, solicitou do Serviço de Proteção aos Índios maiores esclarecimentos.



Atendendo a essa determinação, o Sr. Assistente Jurídico do mencionado Serviço informou (SC 3949/54 fls. 36, 36v. e 37):

"Não existe lei, ato ou portaria disciplinando de maneira expressa e formal a questão da exploração industrial de pinheiros desvitalizados. Não se pode considerar como fazendo parte da terra, enraizada e conseqüentemente como um bem de direito real, a árvore desvitalizada, ou melhor, tecnicamente falando, aquela inteiramente morta, presa ao solo, sem vida, sem lhe prestar benefícios ou usufruir esses mesmos benefícios. São árvores que já ultrapassaram o máximo de vida, entrando em inteira / decadência, ou então, aquelas alcançadas pelos raios ou pelas queimadas. Assim essas árvores, inteiramente inúteis, são e devem ser consideradas como frutos, passíveis de aproveitamento pelos indígenas, usufrutuários que são das terras. Os bens dos indígenas, por sua vez, são administrados pelo Serviço de Proteção aos Índios, afastados da tutela administrativa, eis que, não seria possível submeter a concorrência pública os produtos plantados e colhidos pelos índios e de cuja receita sai a alimentação dos mesmos. Assim como os pinheiros e demais árvores mortas, faz-se há dezenas de anos com o cacau, a borracha, etc., que são vendidos diretamente, pelo melhor preço".

"O que pretende o Requerente de fls. 5 são "terras/ e pinheiros vivos", coisa que o S.P.I. não pode dispor. Pinheiros vivos, ou melhor, reservas florestais, árvores em plena vida, não devem ser cortadas. Estão ligados à terra, são bens de raiz e só mediante autorização do Sr. Ministro, em concorrência pública e registrado o contrato no Tribunal de Contas se poderá conceder ou explorar pinheiros ou outra qualquer classe de árvore. Aliás, tenho recomendado nos meus pareceres o interesse dos povos no sentido do replantio.

Quanto ao requerimento de Braulino de Souza craio / que, de forma alguma, poderá ser deferido, ainda que o mesmo se referisse a "pinheiros desvitalizados". O contrato de corte e transporte, se reveste de uma série de garantias. Assim, torna-se mister o requisito da idoneidade financeira do industrial. Braulino de Souza não é industrial nem oferece qualquer garantia. O que pretende é uma concessão para cedê-la a terceiro. Além do mais, o S.P.I. não dá concessões para exploração e, sim, explora de meia, com resultados ótimos."

E, a fls. 41, apreciando o contrato feito com a firma Gaspar Colitinho, cuja minuta consta de cópia do ofício nº 231, de 29/11/51, anexa ao processo, do Inspetor Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, à referida firma, informa o Sr. Assistente Jurídico do Serviço:

"O contrato feito com a firma Gaspar Colitinho só foi por mim aceito em face da impossibilidade de o Serviço / explorar diretamente a indústria de serragem de pinheiros desvitalizados, que demanda recursos razoáveis e conhecimentos técnicos. Se a compra da serraria impossibilitaria a extração, eis que o Serviço de Proteção aos Índios



1703-17  
109  
109A

não possui recursos para aplicar em tais empreendimentos, especialmente em uma época em que enormes eram os débitos e indiscutível a desmoralização do S.P.I. pelas dívidas deixadas por Francisco Meireles e outros / funcionários relapsos. Recomendei, nos meus pareceres anteriores, que fizesse a I.R.7 uma tomada de preços / para a venda de madeira cortada de meia, informando o Chefe da Inspetoria que a melhor oferta foi de Gaspar Coitinho, daí a cláusula oito do contrato de fls.39/40.

2) Por outro lado, obrigou-se a firma contratante:

a) extração de pinheiros em condições de corte, ou sejam, árvores desvitalizadas, pela decadência ou atingidas pela queimada ou raio;

b) construção de benfeitorias, como pontes, casas, estaleiros, estivas etc., que reverterão para o Serviço Independente de indenização;

c) replantio de igual número de pinheiros que abater.

Creio que não será difícil relacionar as benfeitorias construídas pela firma exploradora.

Sobre o recebimento de dinheiro e sua aplicação, tive oportunidade de examinar a prestação de contas da I.R. 7, que me pareceu bem comprovada e de boa escolha no seu emprêgo".

Está junto à informação o demonstrativo da receita da venda dos pinheirais e respectiva aplicação.

À vista do exposto, creio haver ficado provada a impossibilidade de atendimento da pretensão do interessado e / justificado o que o mesmo procurou apontar como precedente ou irregularidade.

Aproveito o ensejo para renovar ao ilustre amigo / os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

(as.) Costa Porto

COPY  
12 de abril 1955  
Omnida Ribeiro  
Esc. dat. ref. 21

VISTO  
12 de abril 1955  
p. 108



CÓPIA

S.P.I. 83/55

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Parecer do Assistente Jurídico Dr. Dalmo Esteves de Almeida

Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1955.

Sr. Diretor:

Ainda com referencia ao despacho nº 31 de 21 de Janeiro p.pdo., do Sr. Chefe do Gabinete do Sr. Ministro, comprei a aditar ao meu parecer de fls. 36/37, as informações que se seguem:

1) O contrato feito com a firma Gaspar Coutinho, só foi por mim aceito em face da impossibilidade do Serviço explorar diretamente a industria de serragem de pinheiros disvitalizados, que demanda recursos razoaveis e conhecimentos tecnicos. Só a compra da serraria impossibilitaria a extração, eis que o S.P.I. não possui recursos para aplicar em tais empreendimentos, especialmente em uma época em que enormes eram os débitos e indiscutivel a desmoralização do S.P.I., pelas dividas deixadas / por Francisco Leireles e outros funcionarios relapsos. Recomendai nos meus pareceres anteriores, que fizesse a I.R.7 uma toa da de preços para a venda da madeira cortada de meia, informando o Chefe da Inspectoria que a melhor oferta foi da Gaspar Coutinho, dai a clausula oito do contrato de fls 39/40.

2) Por outro lado obrigou-se a firma contratante:

a) Extração de pinheiros em condições de corte, ou sejam arvores disvitalizadas, pela decadencia ou atingidas pela queimada ou raio;

b) Construção de benfeitorias, como pontes, casas, estaleiros, estivas etc. que reverterão para o Serviço independente de indenização;

c) Replanteio de igual numero de pinheiros que abater.

Creio que não será difficil relacionar as benfeitorias construidas pela firma exploradora.

Sobre o recebimento de dinheiro e sua applicação, tive oportunidade de examinar a prestação de contas da I.R.7, que me pareceu bem comprovada e de boa escolha no seu emprego.



1705-2  
3) Quanto ao Requerente de fls 2, Sr. Braulino de Souza, vim a saber logo após ter prolatado o parecer de fls 36/37, se tratar de pessoa sem idoneidade moral. Indivíduo / sem escrúpulo, aproveitador de sua situação de ex-combatente. Recebeu, usando de sua posição, um terreno em Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul, por intermedio da Comissão de Terras do Estado. Tratava-se de um lote com 74 Hectares que vendeu. Suas terras localizadas no Distrito de Cacique Doble, Município de Lagoa Vermelha. A doação foi feita no processo 2.028/52 arquivado naquela Comissão. Esclareceu ainda o Chefe da I.R.7 que Braulino de Souza, por intermedio do Deputado Ferrari, que patrocinou sua causa junto ao Ministro João Cleofes, obteve sob pressão do Ministério a quantia de Cr\$ 300.000,00 da firma exploradora de madeira, existindo recibo desse pagamento. Como informou o Chefe da Firma, o caso se revestiu de um aspecto / lamentavel, dando a impressão de uma chantagem. Dizem ainda, que esse individuo conseguiu um caminhão no Ministerio da Guerra, usando mais uma vez de sua situação de ex-combatente. Creio pois, que diante de tais fatos, não se póde mais dar guarida / aos pedidos desse individuo inescrupuloso e aproveitador de situações. Mais responsaveis do que ele, são os Deputados que patrocinam a sua causa, levando o Serviço Publico a perder tempo em examinar pedidos de individuos dessa especie. Opino pelo arquivamento do processo.

(as.) Dalmo Esteves de Almeida  
Assistente Jurídico Ref. 31.

Junte a Chefia da I.R.7 demonstração de receita e despesa do movimento feito com pinheiros desvitalizados.

Em 2/2/55

(as.) José Maria da Gama Malcher  
Diretor

CONFERRA  
12 de abril 1955  
Derminda Ribeiro  
Esc. dat. ref. 21

VISTO  
12 de abril 1955  
V. H. J.  
p. 2. Chefe = C. J. B.

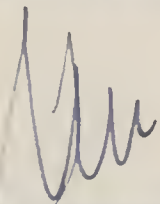


SGMF-GB-Nº 74

Senhor Ministro

Tenho a honra de transmitir a V. Exa., em atenção ao seu Aviso nº 998, de 25 de outubro de 1967, a inclusa relação dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios, organizada pela Diretoria da Despesa Pública.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. os protestos de minha alta estima e distinta consideração.

  
Antônio Delfim Netto  
Ministro da Fazenda

Ao Exmº Sr. Dr. A.F. Porto Sobrinho  
DD. Ministro de Estado, Interino, do Interior  
JG/MJS.

1707  
-6 NOV 1009 67

GABINETE  
PROTOCOLO

1. NOV 67

-1 NOV 1967

GABINETE  
PROTOCOLO

1009 67

0920

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DA DESPESA PÚBLICA

1708  
113  
RELÇÃO dos adiantamentos entregues à funcionários do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, que até esta data não apresentaram as respectivas prestações de contas.

Exercício de 1.962 à 1.966.

NOME	CATEGORIA	IMPORTÂNCIA	DATA DO RECEBIMENTO	OBSERVAÇÕES
		N. CR\$		Proc. M.F.
Maria de Lourdes Castro Maia	Escrev. datilóg.	600,00	20 dezembro 1962	Proc. 308.339/62
" " "	" "	600,00	" "	" 419.183/62
José Ramos da Mota Cabral	Agente Prot.Indios	100,00	28 "	" 420.168/62
" " "	" "	100,00	28 "	" 420.169/62
Benedito Pimentel	Insp. de Indios	2.000,00	7 dezembro 1964	" 421.127/64
Victor Izidoro Guedes	Escrev.Datil. n. 7	350,00	30 "	" 427.104/64

S.Ct. da D.D.P., em 27 de outubro de 1967

Ordália W. Stevenson  
Escriturário N. 10-B

V i s t o:

S. CT da D.	27/10/67
JUCE TRIBUTÁRIO VILA PARANÁ	
CITE	



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIRETORIA DA DESPESA PÚBLICA

RELAÇÃO dos adiantamentos entregues à funcionários do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, cujas prestações de contas ainda não foram julgadas comprovadas pelo Tribunal de Contas, relativos aos exercícios de 1.962 à 1.966.

NOME		Categoria	Importância	Data do recebimento		Observações
Felipe Augusto do Amaral Brasil	Agente Prot. Indios	1.000,00	19 dezembro de 1962	Proc. MF.	421.066/63	
" " "	"	1.000,00	"	"	"	421.066/63
Ismael da Silva Leirão	"	1.000,00	20	"	"	420.740/63
" " "	"	1.000,00	"	"	"	420.740/63
Lincoln Allison Pope	"	17.500,00	21	"	"	421.065/63
Expedito Coelho Amaral	"	2.000,00	"	"	"	409.391/63
Itamar Zuicker Simões	"	2.000,00	"	"	"	409.390/63
" " "	"	2.000,00	"	"	"	409.389/63
Coriolano de Mendonça	"	1.500,00	26	"	"	412.298/63
" " "	"	1.500,00	"	"	"	412.298/63
José Gabino de Farias	"	2.000,00	"	"	"	406.776/63
Alisio de Carvalho	Insp. de Indios	39.000,00	17	"	1963	420.782/64
Benedito Pimentel	"	20.000,00	7	"	1964	402.024/66
Marlene Ferreira	Escrevente Datilog.	2.000,00	30	"	"	411.605/65
Hélio Jorge Buckner	Agente Prot. Indios	77.750,00	17	"	1965	403.410/67
Hamilton de Oliveira Castro	Diretor	235.200,00	13 de julho	"	1966	436.070/66

S. Ct. da D.D.P., em 27 de outubro de 1967  
*Orlatia M. Stevenson*  
Escriturário N. 10-B

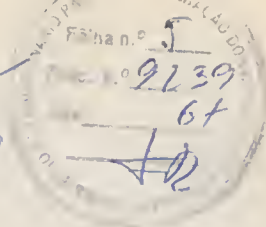
VISTO

S. Ct. da D.D.P. 27/10/1967  
*Jose Villala*  
JOSE THILO VILLELA FERNANDES  
CHIEFE



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A  
COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS  
GABINETE DO MINISTRO

1710  
407  
898



...so foi constituído ao Sr.  
...municacões e Arquivo do Mecor e,  
...m 4 (quatro) folhas numeradas e  
...ndas com a rubrica #K

Rio de Janeiro, 3.11.67  
F. R. Ruy  
Encarregado

De ordem, à Chefe do Gabinete  
3.11.67

Atendendo ao Sr. [assinatura]  
- pelo chefe SRA:

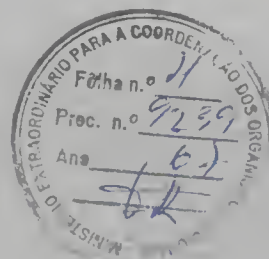
A J. G. F. e à Comissão de Im-  
quente.

7 - NOV 1967

A. F. PORTO SOBRINHO  
CHEFE DE GABINETE



1711  
157



AVISO Nº -- 0998

Em, 25 OUT 1967

Senhor Ministro

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar se digne determinar providências no sentido de que seja fornecida, a este Ministério, através da Diretoria da Despesa Pública, relação discriminativa dos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios - SPI -, responsáveis (primários e secundários) pela movimentação de dinheiros públicos, em débito com a Fazenda Nacional, nos exercícios de 1962 a 1966.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

A. F. Porto Sobrinho  
Ministro do Interior, Interino

Excelentíssimo Senhor  
Doutor Antônio Delfim Netto  
Digníssimo Ministro da Fazenda  
Nesta  
LN/ln

1712  
115  
296

OF/IGF-nº 407/67

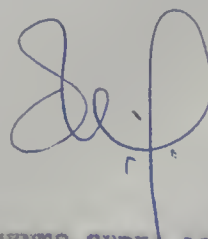
Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1967

Senhor Diretor

Passo às vossas mãos as inclusas relações dos servidores dessa Repartição, responsáveis por adiantamentos possivelmente ainda não comprovados e relativos aos Exercícios de 1962 a 1966.

2. Solicito a especial gentileza de intimá-los, com urgência e por todos os meios legais ao vosso alcance, a provar que já prestaram contas dos referidos adiantamentos ou alegar o que julgarem de direito.

Antecipando agradecimentos, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.



OTELO SARMENTO SERRA LIMA  
Inspetor-Geral de Finanças

Ilustríssimo Senhor  
Ten. Cel. Heleno Augusto Dias Nunes  
MD. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios - S P I  
BRASÍLIA - D. FEDERAL

OSSL/OCC  
Proc. nº 9239/67



1713

*[Handwritten signature]*

Encaminhe-se ao Presidente da Comissão  
de Inquérito.

Em 7.11.967

*[Handwritten signature]*

Otelo Sarmiento Seta Lima  
Inspetor - Geral de Finanças

1714

TÉRMO DE VERIFICAÇÃO DE COFRE E CONFERÊNCIA DE VALORES

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na Sede da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção / aos Índios na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, perante os senhores SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA e ELIAS GONÇALVES DA COSTA, respectivamente, Chefe Substituto e Contador da referida Inspeção, a Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, procedeu a abertura do cofre encontrado no Gabinete da Chefia, que fora previamente lacrado. O referido cofre estava sob a responsabilidade do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA que conhece o seu segredo e guardava na ocasião, como ainda guarda, as suas chaves. Depois de devidamente examinado a Comissão encontrou: documentos e cópias de documentos; alguns números de diários oficiais da União; cópias de contratos firmados pelo SPI; ordens de serviço interno; recibos passados por diversos ao Sr. TENENTE JOÃO LAVES RIBAS; diversas chaves; / dois grampeadores; um revólver calibre 32, nº 639.224 e uma pistola // Bereta, calibre 22, nº T03317 e uma faca; recibos do Banco do Brasil / S.A.; talão de cheques do Banco Nacional do Comércio; 4 caixas de perfume LE GALION. Não foi constatada a existência de valores. Tendo dado por feita a verificação decidiu a Comissão de Inquérito ficar na // posse da documentação para posterior exame, tendo o Sr. Presidente mandado lavrar o presente termo que vai assinado pelos srs. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA e ELIAS GONÇALVES DA COSTA, pela Comissão e por mim Luiz Antônio de Azevedo Secretário que o datilografei.

Luiz Antônio de Azevedo  
Presidente  
Admar D. Lima  
Vogal  
Admar D. Lima  
Vogal

Sebastião Lucena da Silva  
SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  
Elias Gonçalves da Costa  
ELIAS GONÇALVES DA COSTA



TÉRMO DE VERIFICAÇÃO DE COFRE E CONFERÊNCIA DE VALORES

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na Sede da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, perante os senhores ELIAS GONÇALVES DA COSTA, FRANCISCO DE ASSIS-COSTA FONSECA, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, respectivamente, Contador, Auxiliar e Chefe Substituto da Inspetoria, a Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, / procedeu a abertura do cofre encontrado na sala da Contabilidade da referida Inspetoria, que fôra previamente lacrado. O referido cofre estava sob a responsabilidade do Sr. ELIAS GONÇALVES DA COSTA que conhece o seu segredo e guardava na ocasião, como ainda guarda, as suas chaves. De pois de devidamente examinado a Comissão encontrou: 11(onze) livros de Contabilidade; 8(oito) fitas para máquina de escrever; processos referentes a prestação de contas do Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA correspondentes aos periodos maio de 1965 a janeiro de 1966, novembro de 1966 a abril de 1967, outubro de 1966 a janeiro de 1967, todos de créditos oriundos da Renda Indigena; ainda do Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA foram encontrados mais dois processos de comprovação de contas, um referente a Verba Orçamentária do exercício de 1966 e outro de um Suprimento de Cr\$2.000.000(dois milhões de cruzeiros velhos) de Renda do Patrimônio Indigena; processo de comprovação de contas de SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, referente a recursos do Patrimônio Indigena; dois processos de comprovação de contas de ALIZIO DE CARVALHO referente a Verbas Orçamentárias do Exercício de 1964; foram encontrados processos de comprovação de contas de JOSE RAMOS MOTA CABRAL (Cr\$586.800), NILSON DE ASSIS CASTRO (Cr\$550.000), JOÃO GARCIA DE LIMA(Cr\$100.000) e ISAAC ANTONIO BAVARLSCO(Cr\$100.000), todos referentes a suprimentos feitos com recursos da Renda Indigena; além desses processos a Comissão encontrou vários documentos e cópias de documentos, resolvendo compulsar essa documentação esparsa, envolvendo ao Chefe do Setor Contabil os processos citados e outros og,digo, objetos encontrados. Não foi constatada a existência de valores. Tendo sido da do por feito a verificação mandou o Sr. Presidente lacr,digo, lavrar o presente têrmo que vai assinado pelos Srs. ELIAS GONÇALVES DA COSTA, / FRANCISCO DE ASSIS COSTA FONSECA, SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, pela Comissão e por mim João Luiz Almeida Nóbrega Secretário que o datilografarei

Sebastião Lucena da Silva  
Presidente

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA

Elías Gonçalves da Silva  
ELIAS GONÇALVES DA SILVA

Francisco de Assis Costa Fonseca  
FRANCISCO DE ASSIS COSTA FONSECA





MINISTÉRIO DO INTERIOR

17/6

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos quatro(4) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala da chefia da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, Estado do Paraná, aí presente os membros da Comissão de Inquérito / Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, com - pareceu o Sr. PHILIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, brasileiro, casado, residente em Curitiba, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre os motivos que originaram o presente processo e advertido das penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que desconhece irregularidades existente na 7a. IR da qual é funcionário; que reconhece a autenticidade de / sua assinatura em um bloco de contrato de arrendamento de terras / apresentada pela Comissão, contratos estes assinados somente pelo depoente sem que estejam preenchidos em suas cláusulas nem assinado, também, pelo a, digo, pelo arrendatário; que o depoente assinou em // branco os referidos contratos devido ao fato de o Chefe da Inspeção, JOSE FERNANDO DA CRUZ estar próximo a viajar e, assim também, o então Chefe do Posto SELISTRE DE CAMPOS, ARTHUR SANTOS, que pretendia conduzi-lo para XANXERÊ a fim de celebrar os contratos; que o depoente ocupava, digo, ocupava o cargo de Chefe Substituto da Inspeção; que os referidos contratos assinados em branco se destinavam, apenas, ao PI SELISTRE DE CAMPOS; que JOSE FERNANDO DA CRUZ, quando chefe da Inspeção, jamais deixou qualquer papel assinado em branco, mesmo porque é um homem desconfiadíssimo; que o depoente assinou em branco cerca de um bloco e meio de formulários de contrato e arrendamento de terras; que jamais confiou em FERNANDO CRUZ e entregou os blocos assinados em branco nas mãos de ARTHUR SANTOS; que não os entregou mediante memorandum de encaminhamento; que foi indiciado no processo instaurado pela Portaria Ministerial nº 605, de 28/12/66, publicada no Diário Oficial de 06/01/67, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, da Agricultura; que o motivo da indicição foi haver o depoente assinado e dirigido memorandum para os postos chefiados por ACIR // BARROS, ISAAC ANTONIO BAVARISCO e JOÃO GARCIA DE MELO, recomendando apoiar e trabalhar pela candidatura a governador do Sr. BENTO MUNHOZ DA ROCHA; que assim procedeu por ordem verbal de JOSE FERNANDO DA CRUZ; que mantém contas correntes de depósito no BANCO NACIONAL, digo, BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS; que o movimento de depósitos na referida conta não é de grande monta, salvo, bem entendido os que resultaram da venda de uma casa situada na rua JOSE BERNARDINO BORMAN nº 1.032 ao Sr. MAXIMO, tabelião do 3º ofício nesta cidade de Curitiba; que adquiriu o imóvel em 1957 por Cr\$320.000 (trezen

////////////////////////////////////





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1717  
*[assinatura]*

(trezentos e vinte mil cruzeiros velhos) sendo Cr\$150.000 à vista e o restante em parcelas de Cr\$3.000 por mês e a vendeu por Cr\$10.000.000 (dez milhões de cruzeiros velhos) mais ignora porquanto foi passada em Escritura; que se encontrava no Rio juntamente com FERNANDO CRUZ, qja, digo, quando recebeu ordens para vir a Curitiba, isso em 1966, / a fim de levar para o MAJ VINHAS o quanto houvesse disponível em / dinheiro na IR7; que havia no cofre da Repartição em torno de Cr.... \$1.000.000 (um milhão de cruzeiros antigos) e o depoente solicitou a firma IRMÃOS MAIA S/A. que abreviasse os pagamentos de prestações de contratos de corte de madeiras, havendo essa pago uma prestação em torno de pouco mais de Cr\$5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros antigos); que descontou duas promissórias da firma IRMÃOS FERNANDES, digo, FERNANDES S/A., cada uma no valor de Cr\$7.000.000 (sete milhões de cruzeiros velhos); que descontou as referidas promissórias com um comerciante brasileiro sangue árabe formado em advocacia e com // escritório localizado na Av., digo, Rua 15 de novembro, nesta Capital; que a taxa de juros foi muito elevada e orçou em torno de Cr\$6.000.000 (seis milhões de cruzeiros antigos, digo, antigos) à soma de taxas de juros, comissões e outras; que FERNANDO CRUZ sabia da transação porquanto já efetuara desconto de outros títulos da mesma firma com o citado agiota; que reafirma haver levado Cr\$17.000.000 (dezesete milhões de cruzeiros velhos) em dinheiro em uma bolsa de viagem de lona florida; que viajou em Kombi da repartição levando o referido dinheiro juntamente com o japonês JOSE TERUJE e entregou os referidos Cr.... \$17.000.000 ao MAJOR VINHAS na presença de FERNANDO DA CRUZ, isto no Estado da Guanabara; que o depoente não contabilizou essas operações acima explicadas porque o MAJ VINHAS prometera mandar a prestação / de contas de Brasília-DF; que não sabe se o MAJ mandou tal prestação de contas; que os títulos descontados provieram de uma venda de madeira feita por concorrência pública à firma IRMÃOS FERNANDES, feita ao tempo em que ALIZIO DE CARVALHO era Chefe da IR7 e o depoente era chefe Substituto; que só se apresentou, digo, apresentou um licitante a referida concorrência porque as exigências eram excessivas em relação às firmas concorrentes; que não era comum essas exigências em outras concorrências já realizadas, como por exemplo a exigência de capital mínimo de Cr\$500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros velhos) registrados na Junta Comercial do Estado; que não tinha conhecimento oficial do fato de haver a firma, cujo nome verdadeiro é SERRARIA REUNIDAS IRMÃOS FERNANDES S/A., haver pedido devolução das promissórias que assinara em favor do SPI porque o Senhor Ministro

*phavif*



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1718  
*[assinatura]*

Ministro da Agricultura anulou a venda acima mencionada; que JOSE FERNANDO DA CRUZ adquiriu uma casa para sua própria residência, por intermédio do Corretor de Imóvel SARTO, estabelecido à rua Candido Lopes, casa essa situada no Bairro ALTO e TUPAVA?, digo, ALTO E TUPAVA, na rua/Alexandre de Gusmão, antigo número 225; que eram hospedes de FERNANDO/DA CRUZ IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA e o MAJOR DANTON PINHEIRO MACHADO, salvo engano quanto a última; ou, digo, que JOSE FERNANDO DA CRUZ/passeava muito, vivendo no Rio-GB, em Porto Alegre e em outros lugares na maior parte do tempo; que JOSE FERNANDO DA CRUZ demorava pouco na/Inspetoria; que em parte é verdadeira a notícia da festa dada por FERNANDO CRUZ em FLORIANOPOLIS quando da assinatura da Escritura das /// terras indigenas pelo Exmo. Sr. Governador de Santa Catarina; que a caravana do SPI contava cerca de 20 pessoas(vinte); que não houve danças mais a despesa deve ter sido grande porque se hospedaram em bom // hotel; que WISMAR COSTA LIMA é dado ao vício de embriagues e faltava com o devido respeito à mulheres indigenas na Chefia do PI CACIQUE, digo, do PI BARÃO DE ANTONINA; que não conhece outras irregularidades anteriores ou posteriores a que declarou; que durante o presente depoimento não sofreu nenhuma coação por parte da Comissão e prestou o presente depoimento livre e com todas as garantias de lei. E nada mais disse // nem lhe foi perguntado tendo mandado o Presidente que eu *[assinatura]* Secretário da Comissão lavrasse o presente // termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

*[assinatura]*  
Presidente

*[assinatura]*  
Vogal

*[assinatura]*  
Vogal

*[assinatura]*  
Depoente





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1719

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos quatro(4) dias do mês de novembro do ano //  
de mil novecentos e sessenta e sete(1967)na sala da Chefia da / //  
7a. Inspeoria Regional, em Curitiba-Pr, aí reunida a Comissão de //  
Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº.....  
239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. SA - //  
MUEL BRASIL, brasileiro, casado, residente em MANGUEIRINHA, Estado /  
do Paraná, ocupante da função de Agente de Proteção aos Índios 5-A, /  
esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre os motivos que origi /  
naram o presente processo informou que a mais de 15 anos é servidor /  
do SPI;que durante este periodo de tempo chefiou os Pôstos de BARÃO /  
DE ANTONINA, TELEMAC BORLA, MANOEL RIBAS, NONOAI, e Chefiou, em Subs /  
tituição, a IR7, durante um periodo de um mês e dias;que, de modo / /  
geral, existe na 7a. Inspeoria, digo, Inspeoria um conlúlio da maioria  
dos funcionários com fins excusos chefiado por DIVAL JOSE DE SOUZA /  
e SEBASTIÃO LUCENA; que DIVAL é o mentor intelectual e o líder //  
incontestável dessa "sociedade" porém governa os chefes de postos  
com requintes de malícia aponto de ter códigos secretos deiferen//  
te para cada um, impedido, portanto, que todos saibam das negocia -/  
tas feita por DIVAL e um determinado chefe de PÔSTO; que julga pos  
suir em sua casa um desses códigos e promete or, digo, oferecer à Co/  
missão para instruir o presente inquérito; que aconselha à Comissão/  
inquirir sobre o assunto o radio-telegrafista da Inspeoria e VIVAL  
DINO DE SOUZA, além dos outros funciõ, digo, funcionários; que DIVAL  
era elemento de prole do Directorio Estadual do extinto PTB, como  
aliás, todos os funcionários da Inspeoria em Curitiba; que DIVAL /  
utilizava o serviço de RADIO da Inspeoria e dos Pôstos para as cam  
panhas do SENHOR LEONEL BRIZOLLA e dos outros políticos do PARTI-  
DO; que é publico e notório haver SEBASTIÃO LUCENA recebido um /  
carro dos IRMÃOS FERNANDES S/A., em virtude da sua convivência no  
"corte paralelo" de pinheiros; que esclarece o mecanismo do corte pa  
ralelo como sendo permissão para a firma madeireira de retirar ma  
deiras além do numero de pinheiros comprados pagando ao permitente  
como suborno sem que nenhum proveito reverta aos cofres do SPI; que  
na Administração de DIVAL era Chefe do Pôsto MANOEL RIBAS o funcio  
nário RAUL DE SOUZA BUENO, pessimo elemento, torturador de índios;  
que o depoente ao substituir RAUL BUENO na chefia soube das tor  
turas e horrores praticados pelo mesmo contra as pessoas dos índios;  
que essas atrocidades eram praticadas, também, por familiares dele,  
funcionários que eram ou são ainda do SPI; que tais celerados são





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1720  
*[assinatura]*

são os indivíduos o ENFERMEIRO DAVID DE SOUZA BUENO, o TRABALHADOR LAURO DE SOUZA BUENO, o TRABALHADOR VIVALDINO DE SOUZA BUENO; que / além desses, digo, desses parentes, RAUL BUENO mantinha irregulamente sob sua subordinação direta sua esposa, a professora LEONOR BUENO; que o depoente, ao assumir o Pôsto, encontrou índios aleijados por torturas no "TRONCO", aparelho utilizado ao tempo da escravatura do Brasil e revivido no SPI; que o "TRONCO" consiste em duas estacas enterradas em ângulo agudo no mesmo buraco com o vertice para baixo; que existe em cada uma delas um pequeno entalhe de altura correspondente; que a tortura consiste em colocar o tornozelo do índio entre as duas estacas à altura daqueles entalhes, insuficientes para caber uma perna humana, e paulatinamente fechar o ângulo aproximando as duas pontas superiores das estacas com o auxílio de uma corda; que isso é um processo muito doloroso e se levado a extremo poderá provocar a fratura do osso, como aconteceu no caso, muitas vezes; que a Comissão poderá encontrar ainda naquele Pôsto MANOEL RIBAS índios aleijados por essa tortura; que o depoente desarmou e banuiu aparelho de tamanha atrocidade; que DIVAL JOSE DE SOUZA tinha / perfeita ciência do fato, mas nunca tomou nenhuma providência para / coibir, talvez por ser parente e protetor dos criminosos; que DIVAL por sua vez, também era dado ao uso de castigar os índios, digo, que DIVAL recebeu comitiva de índios que vieram pedir providências e nada fez, não devolve-los à sanha e a vingança dos celerados; que / ACIR BARROS também é dado a prática de castigar fisicamente os índios, espancando-os e pondo-os dentro de uma cisterna cheia de excrementos humanos, durante uma noite inteira no Pôsto IVAIR; que ACIR DE BARROS é membro de projeção do extinto PTB em TENENTE PORTELA e que permitia que seus correligionários plantassem em terras do Pôsto / sem pagar rendas com agravantes de utilizar o braço indígena; que o depoente substituiu ACIR DE BARROS na chefia do Pôsto EM NONOAI e encontrou uma péssima fama de caloteiro, farrista, espancador de índios em fim de péssimo elemento, devido a conduta irregular de ACIR DE BARROS; que os índios trabalharam gratuitamente fazendo grandes lavouras, cujo produto ACIR vendia em proveito próprio, o mesmo fazendo com produto do arrendamento das terras; que DURVAL ANTUNES // RACHADO também praticou muitas atrocidades contra índios em MANGUEIRINHA e GUARITA; que JOÃO GARCIA DE LIMA é também dos que maltrata os indígenas e os fazem trabalhar em regime de escravos; que /// JOÃO GARCIA utilizava o sistema de trocas de índios para trabalho escravo com VICTOR MINAS CARNEIRO TOIR, digo, TONONIR, digo, VICTOR / MINAS TONONIR CARNEIRO e RAUL DE SOUZA BUENO a fim de cultivarem/

////////////////////////////////////

*[assinatura]*





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1721  
10/09/99

cultivarem grandes areas de terras em proveito próprio; que JOÃO GARCIA chefiava, então, o PÔSTO JOSE MARIA DE PAIVA em GUARAPUAVA e VICTOR, um pôsto atualmente extinto, cujo nome não recorda; que todos sabem mdigo, sabem das tropelias e irregularidades praticadas por ÁLVARO DE CARVALHO quando chefe do Pôsto CACIQUE DOUBLE; que ALVARO DE CARVALHO espancava indios e vendeu diversas casas de madeira dos mesmos, além de vender a produção indigena, tudo em proveito próprio; que ATILIO MAZARRO digo, MAZZALLOTE é pessoa quiridissima de LIVAL e não poderar explicar a fortuna que possui, pois ostensivamente só possui o cargo de Agente de Indio, nível 6; que ATILIO possui propriedades em PONTA GROSSA e PALMAS e casas em CURITIBA, além de haver construído outra para sua filha, também, em CURITIBA; que ATILIO co, digo, cultivava grandes areas de terra em MANGUEIRINHA, digo, cultivava grandes areas de terras em MANGUEIRINHA e vendia madeiras a caminhões após colocar a mercadoria à beira da estrada utilizando a mão de obra indigena; que, devido a idade, deixou a agricultura e passou a se beneficiar de arrendamentos de terras. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Presidente da Comissão mandado que eu, Adelino da Silva Secretário lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão.

Adelino da Silva  
Presidente

Adelino da Silva  
Vogal

Adelino da Silva  
Vogal

Samuel Bravin  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1722  
10/09

TÉRMO DE INQUÉRITO: nos quatro(4) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala da Chefia da 7a. Inspeção Regional, em Curitiba-Pr, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo Sr. Presidente, digo, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. VIVALDINO DE SOUZA, brasileiro, casado, funcionário do SPI, ocupando as funções de Auxiliar de Portaria, nível 7, residente em Curitiba, Estado do Paraná, esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre os motivos de sua convocação e advertido das penas em poder incorrer por perjúrio informou que lá vinte anos(20) é funcionário do SPI; que sempre prestou serviços na IR7; que nunca trabalhou fora da Sede da IR7; que atualmente é encarregado do Setor de Pessoal; que venderam-se madeiras no âmbito da IR7 nos seguintes postos: DR XAVIER DA SILVA, MUNICIPIO DE LONDRINA, DR SELISTRE DE CAMPOS, Município de XANXERÊ, JOSÉ MARIA DE PAULO, Município de GUARAPUAVA, NONOAI, Município de NONOAI, GUARITA, Município de TENENTE PORTELA, CACIQUE CAPANEMA, Município de LANGUEIRINHA e CACIQUE DOUBLE, Município de LANGUEIRINHA; que para a venda desses pinheiros havia concorrência; que na venda de pinheiros de XANXERÊ a Comissão de alienação era composta dos servidores SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, PHELLIPE DA CÂMARA BRASIL e ARTHUR SANTOS; que a alienação de pinheiros em CACIQUE CAPANEMA foi feita por / uma Comissão sob a presidência do Sr. PHELLIPE BRASIL; que na alienação presidida por PHELLIPE BRASIL foi inserida no Edital de Concorrência a exigência de que as firmas interessadas deveriam ter como Capital Social Registrado um mínimo de Cr\$500.000.000(quinhetos milhões de cruzeiros antigos); que esse Edital foi aprovado na íntegra pelo / Chefe da Inspeção Sr. ALIZIO DE CARVALHO e pelo Diretor do SPI, MAJ VINHAS NEVES; que o dito Edital foi elaborado pela comissão presidida pelo Sr. PHELLIPE BRASIL; que o Chefe do Posto CACIQUE CAPANEMA, na ocasião da concorrência, era o Sr. DURVAL ANTUNES MACHADO; que a firma vencedora da concorrência foi IRIÃOS FERNANDES S/A; que a aludida/firma concorreu sozinha; que o depoente funcionou como Secretário da Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 605 do Sr. Ministro da Agricultura, publicada no D.O. de 6/01/67; que foram indiciados / onze(11) servidores cujos nomes e causas de indicição são os seguintes: PHELLIPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL - usava a Repartição para fins de propaganda política, digo, político-eleitoral, ABERITO ALVES TABATU NASCIMENTO - por haver assinado rev, digo, recibos sem o correspondente recebimento da importância para fins de fraude em prestação de ci, digo, contas, JAPÉ, digo, JAPHE CHAVES NEVES - pelo mesmo motivo ante





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1723  
[assinatura]

motivo anterior, LUIZ MARTINS DA CUNHA - idem, CÂNDIDO BELES DOS SANTOS - idem, NILTON DE ASSIS CASTRO - idem, ISAAC ANTONIO BAVARESCO - idem, PHELLIPE AUGUSTO DA CAMARA BRASIL, digo, PEDRO / JOAQUIM DE LEMOS - idem, digo, por atestar recibos falsos, com retoração de datas atingindo épocas em que não se encontrava na Inspetoria, SAUEL BRASIL - por assinar recibos falsos sem o correspondente recebimento de numerários para fins de fraudar / prestações de contas, IROIDES REIKIRA - idem, digo, HERCIDES REIKIRA - idem, JOSE BATISTA FERREIRA FILHO - por assinar recibos/ de quentia superior a recebida para os mesmos fins; que o relatório do referido processo foi expedido em três vias tendo sido uma na primeira via do processo outra encaminhada ao então diretor / CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO e a terceira ficada em poder do Presidente da Comissão, Dr. JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA. Devido / o adiantado da madrugada o Sr. Presidente determinou a suspensão do presente depoimento, marcando seu reinício para amanhã, domingo, dia 5. O depoente declarou ainda que não foi coagido durante a inquirição nada mais dizendo nem lhe sendo perguntado pelo / que eu Mar Luiz Almeida Nobre Secretário lavrei o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

Fidene Corrêa  
Presidente

[assinatura]  
Vogal

Udmar V. minor  
Vogal

Vivaldo de Souza  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1724  
10/

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SETE, NA SALA DA CHEFIA DA SÉTIMA INSPETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, EM CURITIBA PARANÁ, AÍ REUNIDA A COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTITUIDA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 239/67, COMPARECEU O DR. WALDOMIRO GAYER JUNIOR, BRASILEIRO, CASADO, ENGENHEIRO AGRÔNOMO, SERVIDOR PÚBLICO DO QUADRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, RESIDENTE EM ARAUCAIA, ESTADO DO PARANÁ QUE, ESCLARECIDO SOBRE OS MOTIVOS DE SUA CONVOCAÇÃO, INFORMOU QUE EM 8 DE MAIO DE 1964, POR ATO DO ENTÃO MINISTRO DA GUERRA, FOI DESIGNADO INTERVENTOR DA DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA, EM CURITIBA, SENDO NOMEADO DELEGADO, EM 27 DE JULHO DE 1964, POR ATO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA; QUE, PELA PRIMEIRA VEZ, TEVE SUA ATENÇÃO DESPERTADA PARA IRREGULARIDADES QUE ESTARIAM OCORRENDO NO SPI, ATRAVÉS DE EDITAIS QUE ERAM PUBLICADOS NA IMPRENSA, PARA VENDA DE PINHEIROS; QUE // POSTERIORMENTE, ATRAVÉS DE UM PROCESSO SIGILOSO DA POLÍCIA FEDERAL TOMOU CONHECIMENTO DE IRREGULARIDADES NA ALIENAÇÃO DE PINHEIROS; QUE SEU SUBSTITUTO, EM VIAGEM PELOS POSTOS DO SPI, CONSTATOU A VERACIDADE DESSAS OCORRÊNCIAS; QUE ALERTOU O GABINETE DO EXMO. SR. MINISTRO DA AGRICULTURA, SOBRE ESSES FATOS; QUE POSTERIORMENTE, NA GESTÃO DO MINISTRO NEY BRAGA, HISTORIOU A SUA EXA. OS FATOS IRREGULARES QUE VINHAM ACONTECENDO NA IR-7; QUE EM ATENDIMENTO A UM PROCESSO ORIUNDO DO MINISTÉRIO DO INTERIOR, SINDICOU AS IRREGULARIDADES, INCLUSIVE DE VENDA DE PINHEIROS, SOLICITANDO A ABERTURA DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO; QUE FOI INSTAURADO INQUÉRITO; QUE A COMISSÃO FOI PRESIDIDA PELO ENGR AGRONº JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA; QUE A COMISSÃO PRESIDIDA PELO DR. JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA ENFRENTOU DIFICULDADES POR AUSÊNCIA DE RECURSOS; QUE O SPI FACILITOU O DESENVOLVIMENTO DO INQUÉRITO; QUE EXISTIA UM CLIMA DE POUCA CORDIALIDADE ENTRE O CHEFE DA SÉTIMA INSPETORIA DO SPI E A DELEGACIA FEDERAL DE AGRICULTURA; QUE DE UMA FEITA O MAJ. LUIS VINHAS NEVES DECLAROU AO CHEFE DA IR-7 QUE NÃO DEVIAM DAR CONFIANÇA AO DELEGADO FEDERAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMO ELE NÃO SE SUBMETIA AO MINISTRO DA AGRICULTURA; QUE QUANDO DA DESIGNAÇÃO DO SR. JOSE FERNANDO DA CRUZ PARA CHEFIA DA IR-7, ALERTOU O GABINETE DO MINISTRO DA AGRICULTURA SOBRE OS ANTECEDENTES DE JOSE FERNANDO DA CRUZ; QUE POR IRREGULARIDADES O SR. JOSE FERNANDO DA CRUZ FOI AFASTADO DA CHEFIA; QUE SEU SUBSTITUTO FOI O MAJ. AV. DANTON PINHEIRO MACHADO; QUE REFERIDO MAJOR AO CHEGAR A CURITIBA HOSPEDOU-SE NA RESIDÊNCIA DE JOSE FERNANDO DA CRUZ; QUE EM SE TRATANDO DE OFICIAL DA FÔRÇA AÉREA, SOLICITOU INFORMAÇÕES SOBRE A LEGALIDADE DA SITUAÇÃO; QUE NÃO OBTVE RESPOSTA DESSA CONSULTA; QUE DE UMA VENDA DE MADEIRA O SPI RECEBEU TÍTULOS COMO PAGAMENTO; QUE ÊSSES TÍTULOS FORAM NEGOCIADOS COM UM AGIOTA; QUE UM DÊSSES TÍTULOS ERA DE TOMAZI & CIA; QUE HAVENDO SIDO PROIBIDA A EXPLORAÇÃO DE PINHEIROS, POR PORTARIA DO EXMO. SR. MINISTRO DA AGRICULTURA, A FIRMA TOMAZZI & CIA PROCUROU A DELEGA-  
////////////////////////////////////





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1725  
*[assinatura]*

DELEGACIA FEDERAL DA AGRICULTURA, INFORMANDO QUE JÁ HAVIA PAGO À IR-7 IMPORTANCIA SUPERIOR À MADEIRA JÁ RETIRADA; QUE NÃO SABE SE A FIRMADA TOMAZZI & CIA CONTINUOU NA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA OU SOFREU PREJUÍZOS; NADA MAIS DISSE NEM LHE FOI PERGUNRADO, HAVENDO PRESTADO O PRESENTE DEPOIMENTO SEM QUALQUER COAÇÃO, O QUAL, LIDO E ACHADO CONFORME, VAI ASSINADO PELO DEPOENTE, PELA COMISSÃO E POR MIM *João Luiz Almeida Nobre* SECRETÁRIO QUE O DATILOGRAFEI.

*Medeiros F.B.*  
DEPOENTE

*[assinatura]*  
VOGAL

*Edesio Correia*  
PRESIDENTE

*Uolmar J. Rinoz*  
VOGAL



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1726  
10/08/67

TERMO DE INQUIRÇÃO: aos 4(quatro) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967)na sala do Gabinete ,digo, na/sala da Chefia da IR7, aí reunida a Comissão de Inquerito Administra-tivo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Senhor Ministro do Interior, compareceu o Sr. BELARMINO SALES, brasileiro, solteiro, portador do Título Eleitoral nº 42.039 da 1a. Zona Eleito-ral da Cidade de Curitiba, índio da Tribo ~~KALINGUEG~~ <sup>KALINGUEG</sup>, esciarcido pe-lo Presidente da Comissão Sobre os motivos que originaram o presente/ processo, informou que até a idade de 19 anos viveu no Pôsto Indígena de GUARITA do Estado do Rio Grande do Sul; que então residia na com-panhia de seus pais e de seu povo; que, entre outros, conheceu os se-nhores ALIZIO DE CARVALHO, DURVAL ANTONIO DE MACILADO, ACIR BARROS ; LUIZ MARTINS DA CUNHA e IRIDIANO AMARALHO DE OLIVEIRA, como cheges, digo, chefes do Pôsto de Guarita; que aponta como principais irregu-laridades no Pôstô de Guarita a venda de madeiras e o arrendamento de terras; que neste último caso, arrendamento de terras, a medida que / vai crescendo o numero de arrendatário vai diminuindo a terra do in-dio; que as melhores terras do Pôsto foram arrendadas, como também,foi explorada tôda a madeira que existia nas terras do Pôsto de Guarita ; que os arrendatários pagam uma taxa correspondente a 30% da produção; que além dessa taxa é pago,digo, que existem outros arrendatários que não pagam a taxa de 30% mas a importância de Cr\$60.000 (sessenta mil cruzeiros antigos); que desconhece a existência de exploração do índio por funcionários do SPI; que sabe que sempre existiram mulheres índias trabalhando nas residencias dos funcionários mas não sabe informar se esses trabalhos é remunerado; que o encarregado ACIR BARROS foi agmdido, afastado da chefia do Pôsto por, contratiando,digo, contrariando ordens superiores, prestava assistência aos índios; que no PÔSTO JOSE MARIA DE PAULA, com inicio em julho dex,digo, desse ano, estar se pro-cessando uma criminosa devastação nos pinheiros ali existentes; que essa exploração é devida a um contrato firmado entre o SPI e a firma IRMÃOS MAIA; que essa firm,digo, firma IRMÃOS MAIA vem explorando a madeira daquela região desde 1948(mil j novecentos e quarenta e oito ), de maneira indiscriminada. Nada mais disse nem lhe foi perguntado ten-do prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual lido é achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão, e por mim

*Mar Luiz Almeida Neto* - Secretário que o datilografei.

*Belarmino Sales*  
Presidente

*Belarmino Sales*  
Depoente





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1727  
*[assinatura]*

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: nos cinco(5) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da 7a. Inspetoria Regional, em Curitiba-Pr, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. VIVALDINO DE SOUZA, já qualificado anteriormente, prosseguindo seu depoimento informou/que o Exmo. Sr. Ministro do Interior proibiu vendas de madeiras / desde dias de março do corrente ano, incluindo nessa proibição desde o corte de novas arvores, como, também, a retirada da madeira já cortada;que posteriormente a mesma autoridade autorizou por escrito o reinício das entregas de madeiras à firma IRMÃOS MAIA no PÔSTO JOSE MARIA DE PAULA, Município de Guarapuava; que continuou a ser tirado madeira também no PÔSTO FIORAVANTE ESPERANÇA, Município de / Palma, serrando-a na Serraria de propriedade do SPI; que a ordem para venda dessa madeira foi expedida,digo, que a venda dessa madeira foi feita por DIVAL JOSE DE SOUZA; que o,digo, que foi o próprio DIVAL que procedeu a Coleta de Preços para venda da madeira; que / não sabe dizer se foram consultadas muitas firmas;que acha que essa venda foi autorizada pelo Diretor, CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO; que o produto da venda foi empregado no pagamento de dívidas da Inspetoria e dos postos a ela subordinados; que a ordem de serviço nº 86, autorizou NILSON DE ASSIS CASTRO a entregar a madeira vendida, que, igualmente, a ordem de serviço interna nº 87 autoriza o mesmo NILSON CASTRO a eng,digo, a entregar outra partida de madeira naquele posto à madeireira "MARVAL LTDA"; que, nem por ouvir dizer, tem conhecimento de madeiras vendidas em PALMAS por ATILIO MAZEAROTTE, no FIORAVANTE ESPERANÇA, Município de Palmas; que jamais teve qualquer ligação com irregularidades praticadas em venda de pinheiros ou arrendamentos ,digo, arrendamentos de terras;que é encarregado do Setor de Pessoal na Sede da IR7; que entre as atribuições da sua/ carteira estar o controle de ponto dos funcionários da Sede e dos Postos; que não assinala o ponto na Repartição os servidores ELIAS GONÇALVES DA COSTA, FRANCISCO DE ASSIS COSTA FONSECA, DR. KYISSIO / KANAYANA e BELARMINO SALES;que nunca assinaram ponto desde o tempo em que foram admitidos; que o depoente nunca tomou providências para sanar essa irregularidade;que a profess, digo, a trabalhadora nível 1, MIRTES RIBEIRO CARVALHO, durante 8(oito) meses ou mais / residiu em LAGOA VERMELHA, ausente do Pôsto e ,digo, PÔSTO CACIQUE DOUBLE, sem nele prestar qualquer serviço; que, todavia, sempre / lhe foi atribuída frequência integral; que o servidor depoente assim fazia por ordem do Chefe da IR7; que tem perfeito conhecimento

1728  
- 4098

conhecimento que o fato feria as disposições da Lei 1.711/52; que / sabe que não esta obrigado a cumprir a ordem já que tinha perfeita / ciência ser a mesma manifestamente ilegal; que admite ter agido / com irresponsabilidade praticando um ato delituoso de forma lolo- / sa; que participou da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria / nº 605/66 do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura na qualidade de Secre- / tário; que reconhece ter atestado contas, isto é, prestação de con- / tas de JOSE FERNANDO DA CRUZ, um dos elementos visados no processo; que não comunicou o fato ao DR. JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA, Presi- / dente da Comissão de Inquérito; que reconhece como autentico a có- / pia do documento nº 7 da 4a. via. da prestação de contas da Renda In- / digena referente ao mês de junho de 1965; que a signatária do reci- / bo Cr\$60.874 cruzeiros antigos constante do mesmo documento número 7 é a Srta. NEUZA MARIA SOUZA; que a referida Srta. NEUZA MAIR, digo, MA- / RIA SOUZA é filha do depoente; que mesmo assim em perfeita ciência o depoente atestou a conta referida; que não foi o depoente quem re- / cebeu os materiais constantes da referida Prestação de Contas e ates- / tada pelo mesmo depoente; que confessa não haver visto fazer os ser- / viços constantes da referida Prestação de Contas e atestados pelo de- / poente; que os materiais, digo, materiais tidos como adquiridos não / foram registrados em sua entrada no SPI; que atestou os serviços me- / diante a vista da nota fiscal; que o pagamento de pessoal era feito / porque o pessoal vinham trabalhar; que muitos funcionários sediados no órgão, isto é, funcionários do Quadro da Inspetoria não trabalha- / vam limitando-se a assinar o ponto e ficarem em casa; que pode / citar, digo, citar entre eles JUREMA MARTINS BRASIL, espôsa de PHEL- / LIPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, ERCILIA ALBA BODNAR, VANDIR PINHEI- / RO DE CARVALHO, espôsa do funcionário falecido, ex-chefe da Inspeto- / ria ALIZIO DE CARVALHO, LEONOR FERREIRA DA SILVA, espôsa do SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA; que por três ou quatro vezes PHELLIPE BRASIL e SE- / BASTIÃO LUCENA chegaram ao cúmulo de levar o livro de ponto para suas residencias a fim de que Da. JUER, digo, JUREMA BRASIL e Da. LEONOR FERREIRA DA SILVA assinassem a frequência; que há ausencia continua- / da dessas servidoras prejudicava a produção dos trabalhos da Inspeto- / ria causando a necessidade de contratar servidores pela renda Indi- / gena; que essa irregularidade aconteceu em tôdas as Administrações, inclusive na de DIVAL DE SOUZA, FERNANDO CRUZ, ALIZIO DE CARVALHO, MAJ DANTON, escapando desse delito apenas SAMUEL BRASIL; que, ultimamente, na Administração de Sebastião Lucena o fato também não ocorreu; que na Administração MOITA CABRAL foi estabelecido um código, digo, código secreto para meio de comunicação entre a chefia da Inspetoria e ca- / da um dos chefes de postos; que as letras do alfabeto eram substi- / tuídas por número de dois algarismos indo as mensagens telegraficas



1729  
117

telegraficas do p<sup>o</sup>sto e para o P<sup>o</sup>sto cifradas dessa maneira; que para maior garantia e segurança do segredo havia um código diferente para cada p<sup>o</sup>sto, somente conhecido do Chefe da Inspetoria e do Chefe do P<sup>o</sup>sto; que, assim, um Chefe de p<sup>o</sup>sto não tinha conhecimento daquilo que era enviado a outro, e vice-versa; que esse sistema permaneceu durante a chefia de LOURIVAL DA MOTA CABRAL e DIVAL JOSE DE SOUZA; que foi extinto quando o MAJ VEONGEL SILVA foi nomeado Interventor da IR7; que o MAJ VEONGEL não foi informado desse segredo e o mesmo caiu em desuso; que o depoente concorda em fazer, de próprio punho uma demonstração do código referido para incluí-lo nos autos do processo; que a iniciativa do corete de madeira na IR7 se verificou quando era Diretor do SPI o Dr. MODESTO DONATINI e Chefe da Inspetoria o Sr. Lourival da Mota Cabral; que houve concorrência pública, presidida pelo funcionário JOÃO EVANGELISTA TAVARES; que a venda de madeira se prendia apenas aos pinheiros mortos, mas era por prazo indeterminado, digo, indeterminado; que foi vencedor da concorrência a firma ABDO BITTAR & CIA., estabelecida em Curitiba; que a concessão de exploração se referia exclusivamente ao P<sup>o</sup>STO JOSÉ MARIA DE PAULA, em GUARAPUAVA; que BITTAR transferiu os direitos de exploração a IRMÃOS MAIAS S/A; que, apesar de irregular, o SPI concordou com a cessão // referida; que o Diretor responsável foi o Sr. JOSÉ MARIA DA GAMA MALCHER, salvo engano; que, voltando ao caso dos códigos o próprio // depoente confessa que elaborou dois códigos com DIVAL JOSE DE SOUZA, sendo um para o P<sup>o</sup>STO CACIQUE CAPAMELA e outro que não recorda no momento; que as mensagens cifradas eram elaboradas no Gabinete da Chefia e transmitidas diretamente aos chefes de postos pela fonia; que após a transmissão era rasgado o papel em que estava escrita a mensagem cifrada; que não ficava cópia nos arquivos do serviço de rádio; que DIVAL JOSE DE SOUZA encarregou o depoente de traduzir umas duas mensagens cifradas; que não se lembra de quais p<sup>o</sup>sto, digo, de quais p<sup>o</sup>stos provieram; que DIVAL entregou ao depoente a chave secreta referentes à aqueles p<sup>o</sup>stos, digo, p<sup>o</sup>stos para efeito de tradução de tais mensagens; que não havia nenhum outro funcionário com // confiança suficiente para conhecer as referidas mensagens; que admite ser o homem de confiança de DIVAL JOSE DE SOUZA; que em razão dessa confiança DIVAL discutia com o depoente os assuntos de maior responsabilidade; que conhecia perfeitamente a vida administrativa da Inspetoria, inclusive nas coisas mais reservadas; que as mensagens cifradas se referiam a contagem de pinheiros derrubados para venda // nos p<sup>o</sup>stos em que eram vendidos pinheiros; que as remessas de números de venda de pinheiro e também os preços dos negócios fechados eram comunicados em códigos; que a movimentação financeira era quase sempre comunicada em código; que no P<sup>o</sup>STO SELISTRE DE CAMPOS, o Dr.

*[Handwritten signature]*

MECOR-

1730  
1730

o Dr. PELUIZ MONTEIRO PIFFARO solicitou da chefia da IR7 autorização para instalar uma serraria que deveria serrar pinheiros "a meias", isto é, 50% para o SPI e 50% para o industrial; que o chefe da IR, DIVAL JOSE DE SOUZA, ofereceu parecer favorável e encaminhou a proposta para a Administração Central em Brasília; que não sabe se o processo foi devolvido com a autorização, mas, mesmo assim o Dr. // PELUIZ PIFFARO instalou a serraria; que antes mesmo de iniciar a serragem houve denuncia ao Diretor do SPI que determinou a paralisação; que admite a possibilidade alvitada pela Comissão de que // não teria sido autorizada a instalação pelo Diretor do SPI, digo, SPI; que no PÔSTO SELISTRE DE CAMPOS, em XANXERÊ, Santa Catarina, chefiado por SEBASTIÃO LUCENA houve venda de madeira sem concorrência, mediante comêta de preços; que ouviu falar haver SEBASTIÃO LUCENA recebido Cr\$40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros antigos) por ter facilitado o negócio em benefício da firma JOÃO B. TONIAL & FILHO; que o preço vendido, isto é, que o preço do pinheiro vendido àquele firma foi de Cr\$12.000 (doze mil cruzeiros velhos); que ouviu lá na região, quando ali esteve como Secretário da CI/L.A./605/66, que o preço naquela época era entre Cr\$25.000 e Cr\$28.000 de cruzeiros velhos; que a citada venda era de 10.000 (dez mil) pinheiros orçando // portanto o prejuízo entre 130 (cento e trinta) e 150 (cento e cinquenta) milhões de cruzeiros velhos aos cofres do SPI; que o automóvel / Aero-Willys de propriedade de LUCENA foi obtido na troca de uma Kombi, segundo diz o mesmo; que FERNANDO CRUZ apreendeu uma Kombi comprada por LUCENA quando chefiava aquele Pôsto com verba da Renda Indígena; que SEBASTIÃO LUCENA fornece vales aos funcionários com dinheiro da renda indígena para desconto do fim do mês; que o mesmo, é acusado de receber arrendamentos e não contabilizar e ainda de receber os arrendamentos mediante contrab, digo, contrato em dinheiro, gastando o produto sem a conveniente prestação de contas; que LUCENA praticava atrocidade contra os índios no PI SELISTRE DE CAMPOS em XANXERÊ; que só conhece uma venda de gado bovino na Inspetoria, feita no PÔSTO TELEMACO BORBA, por ATILIO MAZZALLOTE; que foram vendidas 20 (vinte) rezes por Cr\$1.080.000 (um milhão e oitenta mil cruzeiros velhos) em concorrência realizada em fins de 1964; que sabe possuir ATILIO propriedade em PALMAS e casas em CURITIBA, além de uma casa que construiu para sua filha, IVETE, em terreno contíguo à sua residência; que ALVARO CARVALHO vendeu umas casas de madeira, mas disse ao depoente que as mesmas não pertenciam aos índios; que ouviu falar haver ALVARO CARVALHO mandado pendurar o índio MARCISINHO e espancá-lo no Pôsto CACIQUE DOUBLE; que IRIDIANO ALARINHO DE OLIVEIRA, quando Assessor de FERNANDO CRUZ nesta Inspetoria destratava os funcionários; que se desgastou dentro da Inspetoria perseguindo os funcionários; que houve um co-



um começo de luta corpora! com o funcionário ALAN CARDEC por êsse /  
motivo; que ACIR BARNOS pertencia ao PTB de TENENTE PORTELA; que /  
ACIR deixava os políticos locais, isto é, os correligionarios do /  
Município de Tenente Portela lavrar gratuitamente as terras dos in-  
dios; que ACIR maltratava os indios no PÔSTO CACIQUE GREGÓRIO ///  
KACHOT; que sua espôsa MARINA ALVES DE SOUZA, Professôra do quadro  
do SPI, teria mandadô colocar indios em um fosso cheio de escremen-  
tos humanos; que soube ter FERNANDO DA CRUZ pago onze milhões de  
cruzeiros velhos (Cr\$11.000.000) de dívidas deixadas por ACIR; que  
um Jornal de Ponta Grossa publicou reportagem fotografica de um  
indio no "tronco" no Pôsto MANOEL RIBAS, Município de Laranjeiras/  
do Sul; que sabe haver indios aleijados por esfacelamento do femur  
pelo suplicio do "tronco"; que esses crimes eram praticados juntamen-  
te com seu filho, VIVANTINI DE SOUZA BUENO, e seus irmãos, LAURO DE  
SOUZA BUENO e DAVID DE SOUZA BUENO, todos funcionários do SPI; que  
também se encontrava sob as ordens direta do chefe do pôsto a pro-  
fessôra MARIA LEONOR DE SOUZA, igualmente funcionária. Devido ao adian-  
tado da madrugada o Presidente da Comissão mandou levantar a sessão,  
tendo declarado o depoente que prestou as presentes informações sem  
qualquer coação e de livre raciocínio. Nada mais disse nem lhe foi  
perguntado, tendo eu Marcos Vinício de Souza Secretário, la-  
vrado o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assi-  
nado pelo depoente e pela Comissão.

Fausto Corrêa  
Presidente

Admar D. Junior  
Vogal

Vivante de Souza  
Depoente

1732  
10  
BFF

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: AOS CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE ANO DE MIL NOVECENTOS E  
SESSENTA E SETE, NA SALA DA CHEFIA DA SÉTIMA INSPETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS  
INDIOS, AÍ PRESENTES OS MEMBROS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTITUI-  
DA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 239/67, COMPARECEU O SR. ELIAS GONÇALVES DA COSTA  
BRASILEIRO, CASADO, RESIDENTE EM CURITIBA, ESTADO DO PARANÁ, ESCLARECIDO PELO //  
PRESIDENTE DA COMISSÃO SOBRE AS RAZÕES DE SUA CONVOCAÇÃO E ADVERTIDO DAS PENAS //  
EM QUE PODERÁ INCORRER POR PERJURIO, DECLAROU QUE CONTADOR REGISTRADO NO CONSELHO  
REGIONAL DE CONTABILIDADE, DIGO QUE É TÉCNICO EM CONTABILIDADE REGISTRADO NO CON-  
SELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE; QUE É O ENCARREGADO DE TODA A CONTABILIDADE DA  
IR-7; QUE NÃO É FUNCIONÁRIO, RECEBENDO SUA REMUNERAÇÃO CONTRA RECIBO; QUE PERCEBE  
MENSALMENTE A IMPORTANCIA DE NCR\$.330,00; QUE O CONTRÔLE DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS  
NÃO É FEITO POR NINGUEM; QUE O CHEFE DA INSPETORIA ORDENA AO DEPOENTE QUE CONFEC-  
CIONE UM RECIBO DE DETERMINADA IMPORTANCIA QUE FICA EM PODER DO DEPOENTE SENDO O  
PAGAMENTO DA IMPORTANCIA FEITO PELO PRÓPRIO CHEFE; QUE O DEPOENTE CONTROLA O PE-  
RIODO DE DIÁRIAS PELAS ORDENS DE SERVIÇO CORRESPONDENTE; QUE JÁ OCORREU DE CONFEC-  
CIONAR RECIBOS DE DIÁRIAS, SEM ORDEM DE SERVIÇO; QUE AO TEMPO EM QUE DIVAL JOSÉ DE  
SOUSA ERA CHEFE DA IR7, ÊLE MESMO FAZIA A ESCRITA; QUE O DEPOENTE TENTOU REALIZAR  
UMA ESCRITA MAIS PERFEITA; NÃO O FEZ POR IMPEDIMENTO DOS CHEFES; QUE ESSES CHE-  
FES FORAM ALISIO DE CARVALHO, JOSÉ FERNANDO DA CRUZ, E OUTROS; DURANTE TODAS AS  
SUAS GESTÕES O SR. DIVAL JOSE DE SOUSA ERA O ÚNICO ENCARREGADO DA ESCRITA; QUE AS  
PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RECURSOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO E DO PATRIMÔNIO  
INDIGENA SÃO ELABORADAS PELO DEPOENTE E SEU AUXILIAR FRANCISCO DE ASSIS COSTA FON-  
SECA; QUE AS COMPROVAÇÕES REFERENTES A GESTÃO DO SR. DIVAL JOSÉ DE SOUSA, FORAM  
ELABORADAS PELO DEPOENTE, POR SEU AUXILIAR JÁ CITADO E POR DIVAL JOSE DE SOUSA;  
QUE OS RECURSOS DAS VERBAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO DE 1965 FORAM APLICADOS MAS  
ATÉ ESTA DATA NÃO FORAM FEITAS PRESTAÇÕES DE CONTAS; QUE O CHEFE DA IR7 EM 1965  
ERA O SR. JOSE FERNANDO DA CRUZ; QUE NA GESTÃO DO SR. ALISIO DE CARVALHO OS LANÇAM-  
ENTOS CONTÁBEIS ERAM FEITOS A VISTA DOS CONTRATOS; QUE DESDE ENTÃO ATÉ ESTA ÉPO-  
CA OS LANÇAMENTOS SÃO FEITOS À LUZ DE DOCUMENTOS ENTREGUES PELO CHEFE DA IR7, SEM  
EXCEÇÃO; QUE NÃO É ESCRITURADO TODO O MOVIMENTO DA CONTA BANCÁRIA ONDE DEVEM ES-  
TAR DEPOSITADOS OS RECURSOS DO PATRIMÔNIO INDIGENA; QUE OS EXTRATOS DE CONTA COR-  
RENTE BANCÁRIA NÃO CONFEREM COM A ESCRITURAÇÃO FEITA PELO DEPOENTE; QUE O SETOR DE  
CONTABILIDADE, EM NENHUMA SITUAÇÃO, CONHECE O SALDO BANCÁRIO DA CONTA DO PATRIMO-  
NIO INDIGENA; QUE SOBRE OS TÍTULOS QUE FORAM DESCONTADOS EM AGIOTA, O DEPOENTE  
RECEBEU INSTRUÇÕES PARA CONTABILIZAR O JURO DE UM POR CENTO AO MÊS; QUE ESSA OR-  
DEM FOI DADA PELO SR. JOSE FERNANDO DA CRUZ; QUE ENTRETANTO OS JUROS FORAM DE 111  
SEIS POR CENTO AO MÊS; QUE O RECIBO CONSTANTE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SR. SE-  
BASTIÃO LUCENA DA SILVA (Doc. 1 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE NCR\$.15.750,00) FOI ELA-  
BORADO PELO SR. FRANCISCO DE ASSIS COSTA FONSECA; QUE O DEPOENTE NÃO PODE ASSE-  
GURAR SE O SR. LUCENA RECEBEU AQUELA IMPORTANCIA OU NÃO; QUE NÃO SABE SE ESSA IM-  
PORTANCIA FOI DEPOSITADA EM BANCO; QUE A PRESTAÇÃO DE CONTAS CORRESPONDE AO TOTAL ALU-  
DIDO NO RECIBO EM REFERENCIA; QUE DESSE CRÉDITO FOI COMPROVADA A PARCELA DE NCR\$:  
////////////////////////////////////



1733  
507

NCR\$.10.000,00 CORRESPONDENTE A UM RECIBO PASSADO PELO CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO, COM DATA DE 15 DE MAIO DE 1967 (CHEQUE Nº 93.861 - SÉRIE S - BANCO NACIONAL S/A); QUE ESSA TRANSAÇÃO FOI FEITA PELO SR. SEBASTIÃO LUCE DA SILVA; QUE DESCONHECE A QUE SE DESTINAVA ESSE DINHEIRO; QUE SABE QUE O SR. PHELIPE CAMARA BRASIL CONDUZIU AO RIO, PARA ENTREGAR AO MAJ. VINHAS UMA IMPORTANCIA QUE VARIAVA DE D ESSE TE A VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS; QUE ESSA IMPORTANCIA ERA ORIUNDA DE RECURSOS DO PATRIMONIO INDIGENA; QUE QUANDO SERVIA NO PÔSTO DE GUARITA TOMOU CONHECIMENTO DE UM CÓDIGO CIFRADO; QUE NÃO CONHECIA O CHAVE DO CÓDIGO; QUE ESSE CÓDIGO ERA APENAS DO CONHECIMENTO DO ENCARGADO DO PÔSTO; QUE O ENCARGADO DO PÔSTO ERA O SR. DURVAL ANTUNES MACHADO; QUE AS COMUNICAÇÕES EM CÓDIGO ERAM SEMPRE DO SR. DIVAL JOSE DE SOUSA COM O SR. DURVAL ANTUNES MACHADO; QUE AS COMUNICAÇÕES CIFRADAS ERAM FEITAS ATRAVÉS DE FONIA DA INSPETORIA PARA O PÔSTO E VICE-VERSA; QUEQUE NÃO FICAVAM CÓPIAS DAS MESMAS NO SERVIÇO DE RÁDIO E QUE ESSE CÓDIGO UTILIZA NÚMEROS DE DOIS ALGARISMOS; QUE HAVIA UM CÓDIGO DIFERENTE PARA CADA PÔSTO, SOMENTE CONHECIDO PELO CHEFE DA INSPETORIA E DO PÔSTO AO QUAL SE DESTINAVA; QUE O SISTEMA PERDUROU ATÉ QUE DIVAL JOSE DE SOUSA FOI EXONERADO E SUBSTITUÍDO PELO MAJ. VEVONGEL, DESIGNADO INTERVENTOR DA IR-7; QUE NA GESTÃO DO SR. DIVAL JOSE DA SILVA FOI DESTINADO À IR-7 UM CRÉDITO DE NCR\$.13.000,00 (TREZE MIL CRUZEIROS NOVOS) ORIUNDOS DO FUNDO FEDERAL AGRO-Pecuário; QUE O SR. DIVAL JOSE DE SOUSA DECLAROU AO DEPOENTE QUE IRIA DEVOLVER ESSE DINHEIRO, POIS SUA APLICAÇÃO ENVOLVIA IMPLICAÇÕES; QUE NÃO SABE SE O SR. DIVAL JOSE DE SOUSA DEVOLVEU ESSA IMPORTANCIA; QUE O SETOR DE CONTABILIDADE NÃO CONHECE QUALQUER DOCUMENTO A ESSE RESPEITO; QUE NÃO FOI FEITA PRESTAÇÃO DE CONTAS D ESSE DINHEIRO; QUE ESSE DINHEIRO ORIUNDO DO FUNDO NÃO FICOU ESCRITURADO, TENDO O SR. DIVAL JOSE DE SOUSA INFORMADO AO DEPOENTE QUE NÃO IA RETIRAR ESSE NUMERÁRIO DO BANCO DO BRASIL S/A, AGENCIA DE CURITIBA; QUE ESSE FATO OCORREU NO EXERCÍCIO DE 1966; QUE NA PREPARAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS O DEPOENTE EXAMINA SE AS AQUISIÇÕES FORAM FEITAS ATRAVÉS DE LICITAÇÃO DE PRÊÇOS; QUE SOMENTE USA DESSE CUIDADO QUANDO SE TRATA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS; QUE NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RECURSOS DO PATRIMONIO INDIGENA NÃO PROCURA CONSTATAR A EXISTENCIA DE PROCESSO DE LICITAÇÃO; QUE NUNCA FOI FEITA LICITAÇÃO DE PRÊÇOS PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS DO PATRIMONIO INDIGENA; QUE NÃO SE FAZ BALANÇOS OU BALANCETES DAS VARIACIONES PATRIMONIAIS DA IR-7; QUE NÃO SE FAZ, TAMBÉM, BALANÇOS OU BALANCETES DAS VARIACIONES QUE OCORREM NO PATRIMONIO INDIGENA; QUE NUNCA PROCUROU ELABORAR BALANÇOS PATRIMONIAIS; QUE NUNCA PROCUROU CONSEGUIR EXTRATOS DE CONTA CORRENTE BANCÁRIO PARA CONTRÔLE DE SUA ESCRITURAÇÃO, FAZENDO ESSA ESCRITURAÇÃO ATRAVES DE INFORMES E PAPAIIS QUE LHE ERAM ENTREGUES PELOS CHEFES DA INSPETORIA; DEVIDO AO ADIANTADO DA MADRUGADA, O PRESIDENTE DA COMISSÃO, MANDOU QUE EU Barbuz Simões Nobrega SECRETÁRIO DA COMISSÃO LAVRASSE O PRESENTE TÊRMO QUE DEPOIS DE LIDO E ACHADO CONFORME, DE ACÔRDO COM AS DECLARAÇÕES DO DEPOENTE QUE AS PRESTOU DE LIVRE, DIGO, LIVREMENTE E SEM QUALQUER COAÇÃO, VAI ASSINADO PELO DEPOENTE E PELA COMISSÃO.

MECOR-4

PRESIDENTE

DEPOENTE

30819



1734  
1734  
BSS

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: nos seis (6) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala da chefia da IR7, em Curitiba - Pr, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. VIVALDINO DE SOUZA, já qualificado anteriormente, prosseguindo suas declarações informou que FRANCISCO// JOSE VIEIRA DOS SANTOS, também conhecido por FRANCISCO VIEIRA, se embriaga em serviço a ponto de haver, em estado etílico, atentado contra sua própria vida; que ouviu falar de certos desmandos do mesmo/ quando na chefia dos postos NITOAÍ e FIGRAVANTE ESPERANÇA, em Palmas onde vendeu pinho não sabendo o depoente se foi autorizado; que sabe/ haverem oficiais da FAB o denunciado ao MAJ VINHAS por bebedeira na ilha do Bananal; que JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA foi demitido em 1948, denunciado que foi por subversão; que foi novamente admitido na Administração ROTA CABRAL; que JOÃO VELOSO fez parte da famigerada Comissão de Venda de 150.000 dormentes no Posto Indígena PAULINO DE ALMEIDA, Município de Getúlio Vargas, juntamente com IRICIANO // AMARINHO DE OLIVEIRA e LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO; que PHELLIPE AUGUSTO DA CAMARA BRASIL foi encarregado do PI CACIQUE DOUBLE em Lagoa Vermelha; que PHELLIPE vendeu irregularmente pinheiros a BRAU LINO DE SOUZA; que não sabe dizer se êle prestou contas; que SAMUEL BRASIL recebeu um adiantamento de Cr\$22.000.000 de cruzeiros velhos, parecendo não ter empregado o dinheiro, tanto que ainda não fez a prestação de contas; que o mesmo indiciado no Inquérito 607/67/MA, por haver assinado um recibo gracioso de Cr\$5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros velhos) para FERNANDO CRUZ fraudar prestação de contas da Renda Indígena; que PHELLIPE AUGUSTO DA CAMARA BRASIL descontou várias promissórias emitidas por IRIÃO FERNANDES a favor do SPI, ajuros de 5% ao mês para levar Cr\$17.000.000 (dezessete milhões de cruzeiros velhos) exigidos pelo MAJ VINHAS; que essa operação criminosa não foi contabilizada nem incluída em prestação de contas sendo co-responsáveis FERNANDO CRUZ e o MAJOR VINHAS que o mandara fazer; que FERNANDO CRUZ incluiu em sua prestação de contas da Renda Indígena, referente a junho de 1965 (21 de junho a 15 de dezembro de 1965) enumeras notas falsas entre as quais várias de AGEMOR ORDINO RIBAS indivíduo inexistente e cujas assinaturas são feitas em cópia de papel carbono; que os documentos 33,40,4,50 e 51 encontrados na prestação referente ao período de janeiro a 15 de dezembro totalizam Cr..... \$18.545.240 cruzeiros velhos; que as contas acima inquinadas foram certificadas pelo próprio cunhado de Fernando da Cruz, ROSEPIERRE// LAYNA SALINAG DE SOUZA; que, no tempo da administração FERNANDO CRUZ o cofre da sala da chefia foi arrrombado à noite sem que se tenha conseguido identificar o autor, apesar de haver sido chamada a Polícia /

V. 1734  
1734  
BSS



1735  
79

Polícia Técnica; que sabe informar que o MAJ VINHAS NEVES pedia constantemente dinheiro a FERNANDO CRUZ; que FERNANDO procurava todos os meios para atender, haja vista o caso do desconto dos títulos em agiota a fim de cumprir as exigências do Diretor; que o CEL HAMILTON mandou DIVAL vender pinheiros, digo, madeira serrada em PI FIORAVANTE ES PERANÇA, município de Palmas e em CACIQUE CAPANEMA, em Mangueirinha; que as vendas foram feitas através de coleta de preços, feitas pelo próprio DIVAL; E nada mais disse nem lhe foi perguntado, mandando o Sr. Presidente lavrar o presente termo de depoimento, prestado livremente e sem coação que eu, Haroldo Almeida Moleiro, Secretário, assino, bem como o depoente e todos os membros da Comissão.

Fidelis Correia  
Presidente

Ubaldo  
Vogal

Ubaldo  
Vogal

Viraldino de Souza  
Depoente

1736  
10/10/67

TÊRMO DE INQUIRICAÇÃO: nos seis(6) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da 7a. Inspeção Regional, em Curitiba - Pr. aí reunida a Comissão de Inquirição Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ALBERICO ALVES LABATUT NASCIMENTO, casado, brasileiro, funcionário do Serviço de Proteção aos Índios, Agente de Índios, nível 6-B, residente em Curitiba Estado do Paraná, esclarecido sobre as razões de sua convocação e advertido sobre as penas que poderar incorrer por perjúrio informou que é funcionário do SPI há 23(vinte e três) anos; que durante o tempo em que serve o SPI chefiou os seguintes postos indígenas CACIQUE CAPANEMA, então, MANGUEIRINHA, FIORAVANTE ESPERANÇA, no Município / de Palmas e PÔSTO CEL DE CARVALHO, no Município de SANTA CRUZ; que há aproximadamente um ano passou a servir na Sede da IR7; que desde sua chegada a Sede até a gestão do atual Chefe Ten RIBAS o depoente não fazia nada; que viu por diversas vezes o Sr. PHILLIPE CAMARA BRASIL levar o livro de ponto da Repartição para que sua senhora, // também funcionária do SPI, assinasse sua frequência; que sabe da existência de um código cifrado para tele-comunicações; que era comum, na gestão do Sr. DIVAL o uso do código cifrado; que esse código era cifrado em algarismos; que cada, digo, cada posto tinha um código diferente dos demais; que esse código era utilizado para mensagens / cobli, digo, confidenciais; que desconhece os assuntos que eram tratados nessas mensagens confidenciais; que esse código principiou / ser utilizado na gestão do Sr. LOURIVAL MOTA CABRAL e seu Substituto DIVAL JOSE DE SOUZA; QUE acredita que o código tenha sido elaborado pelo Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA; que o referido código, após a gestão do Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA deixou de ser utilizado nas comunicações; que as mensagens cifradas eram feitas por fonia; que o Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA mantinha boas relações de amizade com o Deputado WALDEMAR DAROS, CASSADO pelo GOVERNO REVOLUCIONÁRIO e pertencente ao extinto PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO; que DIVAL JOSE DE SOUZA tem idéias trabalhistas; que podem existir outros funcionários TRABALHISTAS mas nenhum deles foi tão dedicado às suas idéias como o Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA; que sabe que o Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA sempre // foi muito amigo do Sr. LOURIVAL DA MOTA CABRAL; Considerada a necessidade de ouvir outro depoente resolveu o Sr. Presidente, suspender a presente audiência mandando lavrar o presente termo que lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Mar Luiz Alberto de Azevedo Secretário que o datilografei.

Adenilson Pereira  
Presidente

Alberico Alves Labatut Nascimento  
Depoente



1737

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: aos seis(6) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala da chefia da 7a. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA, brasileiro, solteiro, residente no PÔSTO INDÍGENA JOSE MARIA DE PAULA, localizada no Município de Guarapuava, Estado, digo, Estado do Paraná, após ser esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre as razões de sua convocação e advertido das penas em que poderar incorrer por perjúrio, declarou que é funcionário do SPI há mais de vinte e cinco anos (25); que durante esse tempo de serviço chefiou a IR7 em três oportunidades e por duas vezes chefiou o Pôsto JOSE MARIA DE PAULA; que o código usava para comunicação com os Pôstos Indígenas visava a evitar comentários a respeito da administração, porém era orientado no bom sentido; que não é verdade ser o referido código usado pelo depoente apenas para assuntos de dinheiros e de venda de madeiras; que havia uma cifra para cada pôsto; que sobre a venda de madeiras em PALMAS o depoente ratifica as informações já prestadas em relatório que se encontra em poder da Comissão; Considerando o adiantado da hora o Sr. Presidente da Comissão mandou que eu Almeida Nobre Secretário, lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão.

Federico Corraeio  
Presidente

Uolmar S. Junior  
Vogal

Dival Jose de Souza  
Depoente

Resolvo, como provaí oportunamente, que afixa a venda em Palmas constate do parente de poimento, não vendi outros madeiras em qualquer época ou qualquer Pôsto.  
Dival Jose de Souza

1738

*[Handwritten signature]*

Curitiba-Pr.

Cf. nº 94

, 17, de fevereiro de 1967.

Chefe da 7ª Inspetoria Regional do S.P.I.

Sr. Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO-Diretor do S.P.I.-

Relatório (encaminha)

Senhor Diretor,

Sirvo-me do presente, para encaminhar a V.Sª., o anexo Relatório, concernente a venda de toros e madeira serrada da área indígena do Pólo "Floravante Esperança", situado no município de Palmas, neste Estado, para pagamento de dívidas contraídas na gestão anterior, tudo de conformidade com o que preceitua a Ordem de Serviços Interna nº 74, de 7/7/66, dessa Diretoria.

Segue também, anexo ao supracitado Relatório, a prestação de contas, em 3 (três) vias.

Valho-me da oportunidade, para reiterar a V.Sª., os meus protestos de alta estima e distinta consideração.-

*Dival José de Souza*

Dival José de Souza  
Chefe da Inspetoria

NJS/ff.

Remetido à Diretoria, em 21/2/67,  
conforme registro aereo nº 47.368  
através D.C.T-AR



1739  
49 628

**R E L A T Ó R I O** que  
faz DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Chefe da 7ª Ins-  
petoria Regional, ao Cel. HAMILTON DE OLI-  
VEIRA CASTRO, Diretor do Serviço de Prote-  
ção aos Índios, em obediência ao que foi  
determinado pela Ordem de Serviço Interna  
nº 74, de 07/07/66, expedida pela mesma  
autoridade.

## **I**

## **OS FATOS**

Pela Portaria nº 26, de 12/05/66, exarada  
pelo Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, então recentemen-  
te empossado na direção do Serviço de Proteção aos Índios, -  
assumimos a Chefia desta Regional; se bem que esse não fosse  
nosso desejo, não encontramos razão plausível para uma recu-  
sa formal aquela designação, mormente levando-se em conta os  
antecedentes da autoridade que assim procedera, com larga fô-  
lha de relevantes serviços prestados ao nosso Estado, mister  
de um trabalho criterioso e honrado, à frente do modelar Cor-  
po de Bombeiros de Curitiba, acrescido de missões outras, que  
o tornaram merecedor da irrestrita confiança de altas autori-  
dades, tendo indubitavelmente, a seu critério, aquilo que se  
poderia dizer o homem certo para a posição certa no momento  
exato, sabido que era encontrar-se o SPI, em situação bastan-  
te crítica, em decorrência dos desmandos praticados na ges-  
tão anterior, nos diversos setores, avultando os erros prati-  
cados nesta Inspeção, onde sob o pretexto de elevar o ní-  
vel de vida do índio e melhorar as condições de assistência,

(continua)



(continuação)

delapidaram o Patrimônio Indígena e abalaram consideravelmente o conceito da repartição, não só perante os silvícolas, mas principalmente na população civilizada, circunvizinha dos Postos Indígenas, onde com mistificação e prevalecimento de autoridade praticaram toda sorte de negociatas, tendo sempre como elemento de suas oscuras transações as riquezas florestais indígenas. Na Sede da Inspetoria, encontramos um elevado montante de dívidas, em diversas firmas comerciais de Curitiba, sem que podessemos salda-las por falta absoluta de recursos. Nessa situação ficamos por alguns meses, aguardando algo que nos possibilitasse adotar medidas saneadoras no que concerne ao pagamento das dívidas contraídas e não saldadas na gestão anterior.

## II

### SITUAÇÃO ENCONTRADA

Decorrido algumas semanas de nossa assunção à Chefia da Inspetoria e já a par de muitos problemas existentes, procuramos verbalmente levar ao conhecimento do Sr. Diretor, as suas diversas implicações, fazendo ao mesmo tempo sugestões, que a nosso vêr seriam as que o problema comportava, restando o beneplácito da direção superior; o que efetivamente ocorreu.

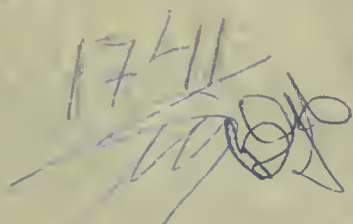
A par da verdadeira situação, o Sr. Diretor julgou de bom alvitre, expedir a Ordem de Serviço antes citada, que nos delegou poderes para providenciar a venda da madeira serrada e estocada, na serraria do Poind "Floravante Esperança", assim como, proceder da mesma maneira com relação aos toros existentes na área do referido Poind, objeto da industrialização levada a efeito naquela unidade pela

(continúa)



(continuação)

administração anterior.

1741  
**III****DA VIAGEM**

De posse da autorização superior, para dar solução ao problema com que deparava esta Regional, no -  
Poiind "Fioravante Esperança", viajamos com destino aquela u-  
nidade em data de 25 de Julho do ano próximo passado, confor-  
me comunicação feita à Diretoria através do nosso rádio 189,  
da mesma data, tendo chegado ao destino no dia imediato, quan-  
do iniciamos os trabalhos.

**IV****CONTATOS INICIAIS**

Chegando aquela Pôsto, inicialmente, procu-  
ramos nos certificar da verdadeira situação, no que concer-  
ne a débitos contraídos pelo Pôsto na cidade de Palmas, bem  
assim, outros credores, que por força de contratos verbais -  
firmados com as duas últimas administrações da Inspetoria, -  
tinham em seu favor, como fruto de seus trabalhos na Serra-  
ria do Pôsto, quantia em dinheiro a receberem, muitos dos -  
quais em situação bastante delicada, pois com a paralização  
da serraria, ficaram na dependência de receberem do S.P.I. o  
que lhes era devido, para liquidarem débitos contraídos no -  
comércio local. Era portanto, necessário a venda do restante  
da madeira existente na serraria e com o produto daquela tran-  
sação, saldar as dívidas de há muito contraídas.

Para nortear a nossa conduta, com relação  
ao assunto, procuramos também verificar a quantidade de ma-

(continua)

1742  
20  
BOS

madeira estaleirada, como também a existência de toros, sendo que para tanto, e a fim de obter o número exato, designamos comissão, conforme descrevemos a seguir.

W

## DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO

Para cumprimento fiel e cabal da nossa missão, necessário, antes de mais nada, era dispor de dados concretos, a fim de elaborarmos expediente levando ao conhecimento dos interessados o disponível da madeira para venda, - assim é que, pela Ordem de Serviço Interna nº 72, datada de 26 de Julho de 1.966 (cópia anexa), designamos comissão de três funcionários com exercício no Posto "Floravante Esperança", inclusive o seu Encarregado, para procederem o levantamento geral de toda a madeira serrada e estocada, existente no pátio da serraria, incluindo no dito levantamento, os toros espalhados no mato, que tendo em vista a suspensão dos trabalhos de industrialização, ficaram no local do abate. Ficando ainda atribuído a comissão a feitura de relatório circunstanciado, onde constasse o número de dúzias de madeira, com a respectiva classificação, como também a cubagem dos toros e o estado dos mesmos, sugerindo a Chefia, qual a madeira em condição de venda e a que fosse preferível de aproveitamento nas diversas construções do Posto, como também em casas residenciais para os silvícolas ali domiciliados.

N.º 1742

V I

## APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO

Em obediência a Ordem de Serviço nº 72, em  
(continua)



(continuação)

174.3 *[assinatura]*  
referência, a comissão, apresentou o seu relatório (cópia - anexa), da contagem de toros e o levantamento da madeira estocada, constatando a existência de 133 (cento e trinta e três) toros, correspondente a  $200,120 \text{ m}^3$  (duzentos metros e cento e vinte milímetros cúbicos), sendo que quanto a madeiras estocadas no pátio da serraria, verificou-se haver .... 2.271,20 (duas mil, duzentas e setenta e uma dúzias e vinte pés) dúzias, cuja classificação consta do mapa anexo ao citado relatório.

### VII

#### LEVANTAMENTO DAS DÍVIDAS

Dando prosseguimento ao levantamento da situação do Pôsto, designamos pela Ordem de Serviço Interna nº 73, de 28/07/66 (cópia anexa), os mesmos servidores, para em comissão, procederem o levantamento das dívidas contraídas pelo Pôsto, em decorrência do funcionamento da Serraria, bem assim, construção da casa sede da administração, uma capela e uma casa escolar, construções essas feitas por ordem da Chefia da Inspetoria, na gestão anterior; ficando ainda atribuído a mesma comissão, o relacionamento de todos os débitos assumidos pela administração do Pôsto, que se fizeram necessárias na prestação de assistência dos índios da aquela unidade.

### VIII

#### PROVIDÊNCIAS PARA VENDA

De posse dos dados fornecidos pela comissão referente a quantidade de madeira em condição de venda,

(continua)



elaboramos aviso, disciplinando aquela transação, assim é que, procurando salvaguardar nossa responsabilidade e para que não houvesse posteriores reclamações, dos interessados na aquisição da madeira posta a venda, afixamos aviso (cópia anexa) condicionando normas para dita aquisição, constando do aviso, apresentação de propostas em envelopes fechados, que seriam abertos em hora certa, na presença de todos os concorrentes, tendo como local a sede do Pôsto.

## II

## APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Dando cumprimento ao que foi estabelecido no item II, do Aviso em tela, aguardamos da sede do Pôsto - "Fioravante Esperança", desde de 14,00 horas, do dia 9 de agosto de 1.966, a apresentação de propostas relativas a compra da madeira constante do citado Aviso.

Contrariando a nossa expectativa, fundada no interesse demonstrado pelos comerciantes do ramo, estabelecidos na cidade de Palmas e circunvizinhanças, apresentou-se na sede do Pôsto, um único cidadão com proposta para a compra da madeira, como sócio-gerente da Firma "Madeireira Marval Ltda.", a qual anexamos ao presente.

Consultando os supremos interesses do Serviço e preservando a nossa responsabilidade no caso, resolvemos, baseado no item IV, do Aviso, anular a única proposta apresentada por nos parecer de preço bem inferior ao corrente na região; resolução que levamos ao conhecimento do proponente, tendo este nos solicitado, um documento hábil, onde constasse a recusa da parte vendedora em ceder a madeira pelo preço ofertado, argumentando em abono da sua preten

(continua)



pretensão, ser representante de uma Firma organizada, cabendo-lhe prestar contas perante os demais sócios dos motivos por que não foi possível a aquisição da madeira. Julgamos - de todo procedente aquela solicitação, assim é que, fornecemos aquele interessado o Ofício nº 222, de 9/8/66 (cópia anexa), contendo as razões pelas quais não aceitamos a única proposta apresentada.

**X****RELACIONAMENTO DAS DIVIDAS**

Dando cumprimento a Ordem de Serviço nº 73, aludida no ítem VII, a comissão apresentou o seu trabalho, relacionando as dívidas existentes no comércio de Palmas, bem assim, outras cidades que haviam prestado seus serviços na Serraria e construções levadas a efeito pelo - Pôsto, constando duas declarações de comerciantes que já - haviam recebido suas contas, uma na importância de ..... Cr\$.480.000-(QUATROCENTOS E OITENTA MIL CRUZEIROS), correspondente a 32 (trinta e duas) dúzias de madeira e outra na importância de Cr\$.586.000-(QUINHENTOS E OITENTA E SEIS MIL CRUZEIROS), correspondente a 38 (trinta e oito) dúzias de - madeira. De tudo juntamos cópia.

**XI****NOVO AVISO**

Com a rejeição da única proposta apresentada, pelos motivos expostos no ítem IX, deliberamos expedir novo Aviso (cópia anexa), idêntico ao primeiro, tendo sido afixado, como o inicial, nos lugares públicos mais

(continua)

frequentados pela população, inclusive foi dada divulgação pela Rádio local.

### XII

#### APRESENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS

Decorrido o prazo estipulado no Aviso nº2, aguardamos, como da vez anterior, na Sede do Posto, o comparecimento dos interessados, a fim de oferecerem suas propostas para a compra da madeira. Exatamente como da vez anterior, compareceu o mesmo cidadão, representante da Firma "Madeireira Marval Ltda.", com uma nova proposta (anexa ao presente) em melhores condições do que a primeira, mas ainda assim, nos pareceu muito aquém do real valor da madeira, razão por que a rejeitamos novamente; fornecendo a pedido do proponente novo expediente, ofício nº223, de 11/9/66 (cópia anexa), fundamentando aquela nossa decisão.

### XIII

#### RETORNO DA VIAGEM

Constatando a impossibilidade de êxito na venda da madeira, na cidade de Palmas, retornamos a Curitiba, onde com um comércio de maior gabarito, possibilitasse aquela venda de acordo com o seu valor mais aproximado possível do real.

A título de esclarecimento, devemos abrir aqui um parêntese, para oferecer uma explicação a respeito do desinteresse, na cidade de Palmas e cidades vizinhas, na aquisição do restante da madeira pertencente ao SPI, estocada na serraria do Poiné "Floravante Esperança".

Como foi dito inúmeras vezes, os desmandos

(continua)



praticados na gestão anterior, trouxe um saldo negativo de completo descrédito para o Serviço naquela região, tornando-se muito difícil qualquer transação com particulares onde constasse o nome do S.P.I.. Uns afirmavam que se por acaso conseguissem ver aprovada sua proposta e pagassem o preço nela estipulado, corriam o risco de perderem seu dinheiro, pois tão logo o funcionário encarregado de fazer a venda recebesse o numerário, viria ordem suspendendo a retirada da madeira; foi esse o ambiente que encontramos, e por essa razão não obstante nossos bons propósitos, não logramos êxito na missão que houve por bem o Sr. Cel. Diretor nos outorgar.

## XIV

## TENTATIVA DE VENDA EM CURITIBA

Retornamos de Palmas, e logo a seguir iniciamos entendimento em diversas firmas do ramo madeireiro de Curitiba, objetivando a venda da madeira. Procuramos inicialmente as Firms que nos pareceram mais fortes, quase todas tinham interesse em comprar a madeira, mas sua totalidade, não aceitavam ter que pagar a "Vista", pois segundo diziam, o comércio desse gênero não comportava operação dessa natureza; foi assim que ficamos aproximadamente, dois meses sem poder concretizar aquela operação. Frize-se, que tendo em vista, o fracasso inicial, resolvemos vender pela melhor oferta, sem afixação de Aviso para venda.

## XV

## VENDA CONCRETIZADA

Depois de muita luta, conseguimos vender a

(continua)

17/18 (10)

madeira a Firma Madeiras e Materiais "CHILE" Ltda., estabelecida à rua Chile-esquina da rua Brigadeiro Franco, 3746, nesta cidade, pela importância de Cr\$.18.408.000-(DEZOITO MILHÕES, QUATROCENTOS E OITO MIL CRUZEIROS), (cópia do recibo anexo), preço muito além dos até então encontrados, levando-se em conta que a venda foi realizada à vista, julgamos considerada muito boa.

## XVI

## VENDA DOS TOROS

Vendida a madeira serrada, viajamos novamente à Palmas a fim de providenciar junto com o Encarregado do Posto a separação da madeira negociada e ao mesmo tempo fazer nova tentativa para venda dos toros, já que o estado dos mesmos não comportava mais espera uma vez que - dado o tempo de sua extração já apresentava sinais de caruncho e segundo o responsável pela serraria o produto oriundo da serragem dos citados toros, não mais daria madeira de boa classificação, nessas condições tratamos de vendê-los a fim de que não viessem a tornar-se totalmente inaproveitável, o que efetivamente fizemos à Madeireira "Marval" Ltda., pela importância de Cr\$.1.100.660- (UM MILHÃO, CEM MIL, EISCENTOS E SESENTA CRUZEIROS), juntamos cópia do recibo fornecido à Firma.

## XVII

AUTORIZAÇÃO PARA A RETIRADA DA  
MADEIRA

Consumada a venda da madeira, autorizamos através da Ordem de Serviço Interna nº 86, de 21/10/66 (cô-

(continuação)



177/8920  
(cópia anexa), ao Encarregado do Posto, a liberação para sua retirada, cuja fiscalização ficou sob o encargo daquele Encarregado.

**XVIII****AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DOS  
TIPOS**

Com a venda dos toros, já descrita no item XVI, setamos o Encarregado do Posto da competente autorização, disciplinando aquela retirada, o que foi feito pela Ordem de Serviço Interna nº 87, de 31/10/66 (cópia anexa), e xarada por esta Chefia.

**XIX****OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Com a paralização do corte de madeira nas áreas indígenas, atendendo determinações superiores, resolvemos, a fim de proteger o Patrimônio, sob nossa responsabilidade, determinar ao Encarregado do Posto "Fioravante Esperança", através de Ordem de Serviço Interna, que tomou o número 74, de 05/08/66, que em comissão, com mais dois funcionários com exercício naquela dependência, procedessem o levantamento e respectivo arrolamento de todo maquinário, bem como, demais petrechos da serraria, providenciando outrossim, a guarda e conservação do material sujeito a roubos e danos causados pela ação do tempo, ficando também determinado, àqueles servidores, a remessa a Chefia da Inspeção, em 3 (três) vias devidamente datilografadas o citado arrolamento, pelos mesmos assinado.

(continua)

X X

## LIQUIDAÇÃO DOS DÉBITOS

17 50  
19

Dado por encerrada nossa missão no Poinã "Fioravante Esperança", no que diz respeito a venda do restante da madeira, produto de industrialização levada a efeito na aquela unidade, pela administração antecedente, e, de posse do levantamento das dívidas, passamos a efetuar os respectivos pagamentos dos débitos existentes, num montante de R\$ 13.540.778- (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E QUARENTA MIL, SETECENTOS E SETENTA E OITO CRUZEIROS), incluindo-se nesse total a compra de utensílios, de presente a necessidade para o posto, uma vez que, com a construção de nova sede, escola e outras benfeitorias, que encontramos todas inacabadas, fomos forçados a concluí-las e dotá-las de essencial, para o seu perfeito funcionamento. Vale acrescentar, por outro lado, que destinamos pequena parte do patrimônio apurado para pagamento dos serviços de desdobramento da planchões, providência essa que tomamos para as construções de casas residenciais para os silvícolas ali domiciliados.

Quanto ao saldo de R\$ 5.967.882- (CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO MIL, OTOCENTOS E CINQUENTA E DOIS CRUZEIROS), restante do total de R\$ 19.508.660- (DEZENOVE MILHÕES, QUINHENTOS E OITO MIL, SEISCENTOS E OISSENTA CRUZEIROS), apurado com a venda da madeira e toros, foram aplicados por esta Chefia, no atendimento da diversas despesas para o bom andamento dos trabalhos desta Regional.

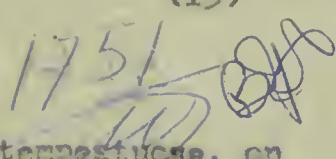
X X X

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Desnecessário se torna acrescentar, o tumulto reinante naquela Poinã a data da nossa assunção na Chefia desta Regional, onde o descrédito e respeito do S.P.I.,  
(continua)



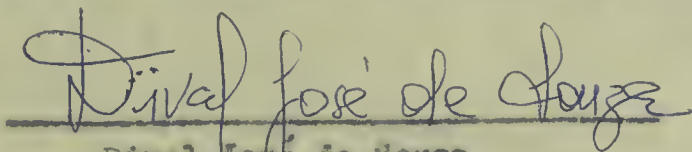
(continuação)

1751 

era generalizado, fruto de uma administração tempestuosa, em  
de não havia senso de responsabilidade nem critério para com  
o Patrimônio Indígena. Assumimos nessas condições a Chefia  
desta Regional, graças ao espírito de compreensão demons-  
trado pelo Sr. Cel. Diretor, sem nenhum envalhecimento, gra-  
mos que saímos airoso da missão que nos foi confiada, e,  
os problemas ali existentes não mais persistem, e podemos mes-  
mo sem fazer modéstia, dizer que depois da nossa passagem por  
aquela região, reina tranquilidade e confiança no S.P.I., en-  
de o conceito era dos mais baixos possíveis.

Assim, na convicção do dever cumprido, -  
subscrevemo-nos, atenciosamente.-

Curitiba-Pr. IR7-SPI, 16 de fevereiro de 1.967.-

  
Dival José de Souza  
Chefe da Inspeção

ANEXO:- Prestação de contas de todo numerário recebido, pro-  
veniente de venda de madeira serrada e toros, do Po-  
ind "Tioravente Esperança", em 3 (três) vias, justi-  
ficando sua total aplicação.-

1752

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos sete(7) dias do mês de novembro do ano de //  
mil novecentos e sessenta e sete(1967) na chefia da sala, digo, na //  
sala da chefia da 7a. Inspeção Regional, em Curitiba-Pr, aí reu- //  
nida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria - //  
ria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o //  
Sr. DIVAL JOSE DE SOUZA, já qualificado anteriormente, prosseguin- //  
do suas declarações informou que, com referência ao uso de códigos //  
na Inspeção para mensagens aos postos indígenas o depoente reafir- //  
ma que jamais usou o referido código para qualquer espécie de transa- //  
ção relacionada com madeiras, mas, sim, com assuntos administrati- //  
vos e sempre no sentido de preservar os interesses dos índios, res- //  
saltando que, na gestão do depoente no período de 2/04, digo, 2 de //  
Maio de 1966 a 16 de abril de 1967 não utilizou o mencionado expedi- //  
ente; que de como exemplo de tipo de assunto tratado em código o //  
caso de invasão de terras de índios por colonos, digo, colonos; que //  
esclarece não haver tomado a iniciativa de venda de madeira atra- //  
vés de concorrências ou coleta de preços, salvo aquela já declarada //  
em depoimento de ontem, dia 6, no posto FLORAVANTE ESPERANÇA; que //  
porém, ao assumir a chefia da Inspeção ou de posto naturalmente //  
deixava continuar a execução dos contratos firmados anteriormente; //  
que a história do corte de madeira da IR7 é pontilhada de ordens su- //  
periores de paralizações e reinícios, isto é, constantes ordens //  
dos senhores diretores ou dos senhores ministros para suspender o //  
corte e, quase sempre, imediatamente para reiniciar; que o depoente //  
se sentia muito satisfeito quando recebia ordens de paralização e //  
tomava providências para o rigoroso, rigoroso cumprimento; que ja- //  
mais tomou iniciativa de trabalhar por tais reinícios; que ouviu bo- //  
tos sobre "corte paralelo" feito pelos madeireiros contratantes po- //  
rém jamais foi comprovado; que, durante as gestões do depoente, fo- //  
ram tomadas as precauções contra esse processo criminoso que diziam //  
existir; podendo assegurar que, se houve não foi por falta de zê- //  
lo do depoente; que é mentirosa a acusação de que teria vendido clan- //  
destinamente 4.000 pinheiros no PI LANCELO RIBAS, Município de Laran- //  
jeiras, venda essa que teria sido denunciada pelo Agente de Índios //  
JOÃO GARCIA DE LIMA ao ex-inspetor JOSÉ FERNANDO DA CRUZ; que pede //  
à Comissão uma acareação com o referido JOÃO GARCIA DE LIMA a fim //  
de esclarecer o assunto e comprovar a honestidade do depoente; que //  
regamente existe em certos postos colonos que não pagam arrendamen- //  
tos, pessoas essas que o depoente considerada intrusos e cita como //  
exemplo o Posto de MOUNAI no Rio Grande do Sul e Barão de Antonina //  
no Estado de Paraná; que não pode garantir, isto é, confirmar ou in- //  
firmar a existência de rendeiros cujo pagamento não sejam recolhi- //  
dos aos cofres da Repartição; que teve que expulsar invasores do PI



do PI JOSE MARIA DE PAULA sem ajuda da Polícia ou de qualquer outro órgão do Governo; que foi forçado a recrutar índios de KILKIL e armarlos para isso; que não matou ninguém nem surrou tendo apenas queimado trinta e três casas, salvo engano, porém havia advertido aos moradores previamente e essas casas eram simples taperas; que entre esses invasores havia bandidos tanto que já haviam enxotado os índios ali/residentes; que vários civilizados também já tinham fugido por não aceitarem seu métodos exigindo pagamento mediante extorção; que existiam 179 rendeiros no posto estando o depoente reduzindo cada ano o ponto de só haver atualmente pouco mais de 100; que jamais deixou que fosse lavrado contratos a fim de não criar vínculo obrigacional futuro; que a opinião do depoente é de franca oposição a tais contratos porque sendo a terra do índio cabe a ele lavrá-la e dela se beneficiar; que as rendas auferidas no posto que dirige são insignificantes diante da área cultivada, cobrada que são à base de 20,0 de somente feijão e milho; que o depoente já comunicou cancelar a concessão daqueles que não atingirem um mínimo de um saco de feijão e uma talha de milho (mais ou menos oito quilos débulhados); que da arrecadação dos generos presta contas a Inspeção através de avisos mensais; que nos referidos avisos é discriminado a quantidade recebida e a quantidade aplicada; que se a Comissão entender necessário poderar perquirir na região se o depoente vendeu alguma vez parte desse genero recebido pelo posto; que o depoente cultiva para si uma área de 6 alqueires de terra do posto; que no cultivo dessa área o depoente utiliza o trabalho de índios do posto; que esse trabalho do índio é pago pelo preço corrente na região; que esse preço é muitas vezes levantado pelo depoente em combinação com os índios; que o depoente pago o preço e muita as vezes ajudou a levantar; que o depoente cultiva essa área para fins de sobrevivência sua e de sua família face ao pequeno ordenado que percebe dos cofres públicos, uma vez que a chefia do posto não é função gratificada; que se assim não agisse se veria obrigado a lançar mão de outros recursos para garantia a sua existência e de sua família uma vez que o ordenado percebido é insuficiente a manutenção de suas minimas necessidades; que o cultivo dessa área não influi nos problemas de administração do posto; que procura dar serviço aos índios para evitar a exploração desses por fazendeiros e posseiros da região, lamentando não possuir recursos suficientes para empregar o trabalhos de todos os índios do posto sem a intenção de explora-los; que essa iniciativa deveria ser do próprio serviço de proteção aos índios SPI; que em suas gestões o próprio depoente organizava a escrita da Inspeção pelo fato de não contar com funcionário qualificado para esse fim; que a maior parte do serviço de Sr. ELIAS GONÇALVES DA COSTA era no interior

1734  
no interior, no PÔSTO GUARILIA; que sômente na sua última gestão é /  
que o Sr. ELIAS GONÇALVES DA COSTA é que trabalhou diretamente / /  
com o depoente, na Sede da Inspetoria; que considera o Sr. ELIAS / /  
GONÇALVES DA COSTA ótima pessoa e excelente funcionário nada ten / /  
do contra o referido servidor durante suas gestões, digo, gestões; /  
que nega a existencia de blocos na Inspetoria e não se considera / /  
chefe nenhum nem, digo, chefe nem líder di, digo, dos funcionários /  
acreditando que certos funcionários acatam suas palavras por defe /  
rência e por acharem que o depoente se interessa por cada um, pe- /  
lôs seus problemas dentro de um espirito de colegismo e de amizade;  
que pertenceu aos quadros do Directorio Municipal do extinto PTB ,  
mas abandonou porque não se enquadrava dentro de seus próprios ideais  
consubstanciados na política de amparo, digo, amparo aos indios ; que  
jamais teve quaisquer idéias esquerdistas quer de direita quer de /  
dire, digo, esquerda; que solicita e agradece à Comissão, se atendido,  
evitar perguntas sôbre pessoas que não são de suas relações; que  
conforme comprovou, empregou honestamente a quantia de Cr\$13.500.000  
(treze milhões e quinhentos cruzeiros antigos), suprida pelo CEL IIA  
MILTON DE OLIVEIRA CASTRO; que estar preso administrativamente ape-  
sar de inocente, lamentando que o extravio da sua prestação de con-  
tas, fato que independeu de sua vontade, lhe trouxe esse vexame; que  
não deixara por isso de trabalhar nem se interessar pelo índio, coi-  
sa que não considera apenas obrigação mas também o seu ideal. E na  
da mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Presidente da Comissão  
mandado que eu Marcelo Augusto Nobre Secretário ,  
lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai  
assinado pelo depoente e pela Comissão.

Fidelis Carneiro  
Presidente

Alfredo  
Vogal

Uomar D. minor  
Vogal

Dival José de Souza  
Depoente



1755

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos oito(8) dias do mês de novembro do ano de /  
mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da 7a. Ins- /  
petoria Regional do SPI, em Curitiba-Pr ai reunida a Comissão de In- /  
quérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67 /  
do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu a Sra. VANDIR PINHEI- /  
RO DE CARVALHO, Auxiliar de Observador Meteorológico, nível 6, do / /  
Serviço de Proteção aos Índios, esclareceid, digo, esclarecida pelo / /  
Presidente da Comissão sobre as razões da sua convocação, informou /  
que apenas algumas vezes se retirou da Repartição e, assim mesmo, pa- /  
ra tratar no IPASE de sua doença, isto é, um desvio na espinha dor- /  
sal e no pescoço, interessando quatro vértebras; não, digo, que não /  
foi coagida, tendo prestado o present. depoimento de livremente. E /  
nada mais disse nem lhe foi perguntada tendo o Presidente da Comissão  
mandado que eu Stas Cruz Almeida Ribeiro lavrasse o presente /  
têrmo que datilografarei e que depois de lido e achado conforme vai ///  
assinado pela depoente e pela Comissão.

Sidene Correia  
Presidente

Stas Cruz Almeida Ribeiro  
Vogal

Volmar S. Lima  
Vogal

Rubens Figueira de Carvalho  
Depoente

1756

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos oito(8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da 7a. Inspeção Regional do SPI, em Curitiba, Pr. aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu a Sra. LEONOR FERREIRA DA SILVA, brasileira, casada, funcionária// do SPI, Escriurária, nível 8A, esclarecida sobre as razões que a levaram a depor, informou que é esposa do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA; que existem dois carros do SPI guardado na residência da de-  
poente, digo, depoente mas o fato é do conhecimento do atual chefe / da IR7, Sr. João Alves Ribas; que se trata de uma Kombi e de uma / Rural Willys, sendo que a Kombi é usada por seu marido, SEBASTIÃO / LUCENA, em objeto de serviço e o outro está sem uso; que estão /// guardados lá por economia; que não são verdadeiras as acusações / de que a depoente não comparece a Repartição e que o livro de pon- to vai a sua residência bem como que quando comparece assina o pon- to e se retira; que não foi coagida durante a prestação do presen- te depoimento. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo pres- tado o presente depoimento livremente o qual o Sr. Presidente man- dou que eu Marcelo Augusto Nery Secretário, lavrasse o presente termo que datilografiei, sendo assinado, após lido e acha- do conforme, pela depoente e pela Comissão.

Adenilton Correia  
Presidente

Adenilton Correia  
Vogal

Volmar D. Pinheiro  
Vogal

Leonor Ferreira da Silva  
Depoente



1757  
77

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos oito(8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia de 7, digo, na IR7, em Curitiba-Pr, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu a Sra. GUILHERMINA SANTOS, brasileira, viuva, funcionária do SPI, Auxiliar de Ensino, nível II, esclarecida pelo Presidente sobre os motivos que originaram o presente processo informou que já trabalhou nos postos indígenas TELENACO BORBA, BARÃO DE ANTONINA e CACIQUE GREGÓRIO KAECHIKOT; que sabe de invasão de terras indígenas por extranhos no posto de BARÃO DE ANTONINA; que nos dois outros postos não existem invasão nem arrendamentos sendo as terras cultivadas pelos próprios índios; que não existe venda de pinheiros nos três postos citados; que não sofreu constrangimento nem foi coagida pela Comissão. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo o Sr. Presidente que eu \_\_\_\_\_, digo, o Sr. Presidente / mandado que eu Mar Luiz Almeida Ribeiro Secretário lavrasse o presente termo, que datilografei, e que depois de lido e achado / conforme vai assinado pela depoente e pela Comissão.

Sánder Corrêa  
Presidente

Volmar D. Junior  
Vogal

Guilhermina Santos  
Depoente

1758

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: Nos oito(8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da IR7, em Curitiba, Estado do Paraná, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67 do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu a Sra. ERCILIA ALBA BODNAR, brasileira, casada, funcionária do SPI, Enfermeira, nível 8A, esclarecida sobre os motivos que originaram o presente processo, informou // que nunca deixou de comparecer a Repartição, somente algumas vezes se afastou durante o expediente e mesmo assim com autorização da // chefia. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem coação e livremente, digo, livremente, tendo o Sr. Presidente da Comissão mandado que eu Moisés Augusto de Moraes Secretário lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pela depoente e pela Comissão.

Sadler Oliveira  
Presidente

Moisés Augusto de Moraes  
Vogal

Erícia A. Bodnar  
Depoente



1759  
10/09/67

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: Aos oito(8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da IR7, em Curitiba-Pr, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 259/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. PHILIPPE AUGUSTO DA CÂMARA BRASIL, já / qualificado anteriormente, prossequindo suas declarações afirmou / que foi o Presidente da concorrência para venda de pinheiros no posto CACIQUE CAPANELA; que a antecipação de datas de abertura das propostas se deveu ao erro de interpretação quanto à contagem do prazo; que o depoente não tinha experiência nessa espécie de trabalho, razão porque cometeu o engano acima e assinou sem protestar o edital em que fazia exigência de um capital mínimo de Cr\$500.000.000 de cruzeiros antigos, digo, cruzeiros antigos, para as firmas licitantes; que participou da caravana a Florianópolis juntamente com SEBASTIÃO LUCIANA DA SILVA, ELIAS GONÇALVES DA COSTA, FRANCISCO JOSÉ VILIRA DOS SANTOS, além de outros que não recorda; que não tem nenhuma prestação de contas de sua responsabilidade a fazer relativa a renda indígena ou verba orçamentária; que remeteu de certa feita Cr\$5.000.000 de cruzeiros velhos, pelo Banco Mercantil de Minas Gerais diretamente à pessoa do LAJ VIEIRAS NEVES, além da quantia de Cr\$17.000.000, de cruzeiros velhos, que conduziu, objeto do depoimento anterior; que reafirma jamais FERNANDO CRUZ haver deixado qualquer papel assinado em branco na Inspetoria, mesmo porque não é homem de confiar em / ninguém e cita como exemplo os blocos que o depoente assinou em branco por sugestão de FERNANDO pessoa que deveria tê-lo feito. E nada / mais disse nem lhe foi perguntado tendo mandado o Sr. Presidente que eu Phelipe Augusto da Câmara Brasil Secretário lavrasse o presente termo que datilografarei e que depois de lido e achado conforme, digo, conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

Phelipe Augusto da Câmara Brasil  
Presidente

Admar V. Junior  
Vogal

Admar V. Junior  
Vogal

Phelipe Augusto da Câmara Brasil  
Depoente

1760  
107 204

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos oito dias do mês de novembro do ano de mil//  
novecentos e sessenta e sete, na sala da chefia da Sétima Inspeção//  
ria do Serviço de Proteção aos Índios, em Curitiba, Estado do Paraná,/  
aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo ins-//  
tituída pela Portaria Ministerial nº239/67-MI, compareceu o Sr. SEBAS//  
TIÃO LUCENA DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário do SPI, esclare//  
cido pelo Presidente da Comissão sobre as razões de sua convocação e/  
advertido das penas em que podera incorrer por perjúrio, informou //  
que é Inspetor de Índio nível 12-A do Serviço de Proteção aos Índios /  
onde serve há mais de 17(dezessete) anos;que no SPI exerceu as funções  
de Sub-Chefe da Seção de Orientação e Assistência, Chefe da IR7, Che-//  
fe dos postos JOSE MARIA DE PAULA, CAPITÃO IAKRI e SELISTRE DE CAMPOS;  
que sua última chefia foi na direção da 7a. Inspeção; que o termo///  
"escritório" constantes no cartão de visita do depoente foi ali impresso/  
por iniciativa da tipografia que ofereceu os ditos cartões, a título de  
brinde; que era chefe do posto DR SELISTRE DE CAMPOS quando foi reali//  
zada uma venda de madeira de 10.000 pinheiros à firma J.B. TONIAL &  
FILHOS; que para efetivação dessa venda houve concorrência pública, com  
editais publicados nos diários oficiais dos Estados Santa Catarina e  
Paraná, além de alguns periodicos; que esse edital tomou o numero 1/64;  
que foi o Presidente da Comissão de Concorrência; que para a dita con//  
corrência compareceu cerca de seis firmas; que dessas seis apenas duas  
puderam concorrer, uma vez que as demais achavam-se sem a necessária /  
documentação exigida pelo edital de concorrência; que apenas partici//  
pou dessa concorrência, não tendo tomado parte em nenhum outro proce//  
dimento para venda de madeiras; que na concorrência de Dr. SELISTRE DE  
CAMPOS o depoente apenas julgou as propostas; que não se considera res//  
ponsável pela diferença havida entre o preço vigente de cerca de Cr...  
\$25.000 a Cr\$28.000 de cruzeiros antigos então corrente na praça e o  
preço apresentado pela firma vencedora que foi Cr\$12.125 cruzeiros an//  
tigos; digo, que é inverídica a afirmação de que tem o depoente, di//  
go tenha o depoente recebido um automóvel Aero-Willys da firma J.B.TO//  
NIAL & FILHOS; que evidentemente o depoente possuiu um automóvel Aero-  
Willys, zero quilometro; que esse Aero-Willys foi adquirido da firma //  
AGRO-MÁQUINAS por intermédio do Sr. DOMINGOS BRANDINI; que o depoente  
adquiriu esse carro financiando uma parte do preço ao Sr. DOMINGOS BRA//  
NDINI, ficando devendo outra parte que liquidou com a venda do próprio/  
aero-willys; que o carro foi adquirido pelo depoente em mais ou menos,  
digo, menos em novembro de 1965, digo, novembro de mil novecentos e ses//  
senta e quatro(1964); que ainda em mil novecentos e sessenta e quatro//  
vendeu o referido veículo na cidade de São Paulo; que é caluniosa a acu//  
sação de que o depoente permitiu "corte paralelo de madeira"; que afir//  
digo, a firma J.B.TONIAL & FILHOS, com autorização da IR7 e na forma  
////////////////////////////////////



176 / 1  
e na forma do previsto no Edital de concorrência e no contrato firmado, transferiu à outras firmas parte dos pinheiros que deveriam/// ser abatidos; que essas firmas não permitiam o ingresso de pessoas// estrangeiras na zona de derruba de pinheiros; que através da ordem de serviço interna nº 1, com data de 08/01/65, designou os servidores// JOSE DE ALMEIDA, AVELINO ALÍPIO FLONGRÊ, NEREU MOREIRA DA COSTA e/ MANOEL MOREIRA DE LARA, para que procedessem a fiscalização da reti// rada de madeira; que na oportunidade faz entrega à Comissão da alu// dida ordem de serviço interna; que nunca houve qualquer alteração // entre o depoente e o Sr. FERNANDO DA CRUZ sendo portanto inverídica/ a afirmação de que numa discussão, digo, discursão tenha o Sr. FER// NANDO DA CRUZ chamado o depoente de desonesto; que nunca respondeu// processo administrativo; que também nunca respondeu sindicância; que/ na gestão do CEL MOACIR RIBEIRO COELHO o depoente foi suspenso por/ trinta (30) dias; que sua esposa na mesma época também foi suspensa / por igual período; que a razão de sua suspensão foi desacata a auto// ridade não se conhecendo a razão da suspensão de sua esposa, embora / na Portaria constasse os mesmos termos da Portaria do depoente; que adiantava dinheiro aos servidores contratados mediante recibos, atra// vés de vales para desconto no fim do mês quando o servidor receberia seus vencimentos; que esse adiantamento não era feito com taxa de ju// ros; que os vidros de perfume encontrados por ocasião da verificação procedida no cofre de responsabilidade do depoente informa que es - ses perfumes eram destinados à venda; que embora tenham sido encon// trados em cofre da Repartição não seriam vendidos dentro da própria Repartição; que quanto ao revólver marca Smith & Wesson informa que adquiriu essa arma há muitos anos passados; que possuiu registro e porte dessa arma; que esses documentos foram extraviados; que em anun// cio publicado na Gazeta do Povo em 26/07/65 anunciou o extravio do seu porte de arma; que esse porte foi conseguido pelo DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE BRASÍLIA, o que poderá ser verificado pela Comis// sã, digo, Comissão; que a pistola marca Beretta foi penhorada ao de// poente pelo Sr. SOARES, funcionário da KARTON S/A.; que o valor da penhora foi de Cr\$50.000 cruzeiros antigos; que a arma foi entregue / ao depoente sem qualquer registro não sabendo o depoente se a arma // realmente pertence ao Sr. SOARES; que até 30 de outubro passado ATI - LIO MAZZAO, digo, MAZZALOTTI chefio o PI SELISTRE DE CAMPOS mas o de// poente o afastou, também a pedido do próprio, por estar criando atri// tos com os rendeiros; que não tem nenhuma participação dos fatos, digo dos fatos mencionados nas duas cartas de ATILIO MAZZALOTTI, pois se assim fosse as teria destruído tão logo as recebesse; que a concor - rência citada na carta de 12/08/67, de ATILIO, se refere à coleta de preços que o depoente, devidamente autorizado, mandou efetuar por or - de <sup>Med. 23</sup> serviço interna, por intermédio de Comissão, chefiada pelo pró -  
////////////////////////////////////



1762

chefiada pelo próprio; que jamais usou o código quando em chefia mesmo porque quando veio para a IR7 não gozava da estima e confiança para esse fim; que refuta acusação de que teria levado o livro de ponto para que sua esposa Da. LEONOR FERREIRA DA SILVA, funcionária do SPI o assinasse sem comparecer a Repartição no horário normal; que apresenta à Comissão a declaração de bens apresentada a Divisão de Imposto de Renda, Delegacia do Paraná, protocolo nº 5.071, constantes de uma casa sita a rua TIUBA nº 158, na Guanabara, com valor declarado de Cr\$416.000 cruzeiros antigos, uma outra à rua Dias da Rocha Eidigo, Filho nº 721, em Curitiba com valor declarado, digo, declarado Cr\$1.480.000 cruzeiros velhos e um terreno à rua 13 - Quadra 27 - lote 7, também em Curitiba por Cr\$620.000 cruzeiros velhos; que mostrou a Comissão as escrituras de promessa de compra dos citados imóveis demonstrando, digo, demonstrando haver adquirido os três em pagamentos parcelados; que refuta acusação de maus tratos aos índios pois os considera seus semelhantes; que, sobre espancamento de índios informa que existe nos postos Conselhos de Índios, isto é, em alguns postos; que esses conselhos, apesar de compostos por índios são muito cruéis e que castigam duramente os índios faltosos encaminhados ao seu juízo; que alguns colegas do depoente acham natural principalmente porque a disciplina é imposta pelos próprios índios; que o depoente jamais permitiu a existência desses conselhos nos postos que dirigiu, a fim de evitar essas barbaridades; que nunca recebeu adiantamentos ou suprimentos de Verba Orçamentária, mesmo quando na chefia da IR7; que todos os recursos que já movimentou são oriundos da Renda Indígena; que religiosamente tem prestado contas desses recursos; que os recursos oriundos dos postos são recebidos em espécie e depositados no cofre da IR7, para fazer face a despesas da própria Inspetoria; que os pagamentos realizados pela firma IRMÃOS MAIA INDÚSTRIA & COMÉRCIO S/A, são feitos em cheque nominal contra estabelecimentos bancários; que esse cheque é feito em nome do SPI - 7a. IR; que posteriormente esse cheque era depositado em um banco de Curitiba; que esse cheque era depositado em nome SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA - Chefe da 7a. Inspetoria Regional do SPI; que anteriormente os depósitos eram feitos em bancos particulares passando, mais recentemente, por determinação do CEL LUIZ LUIZ, a serem depositados na Agência do Banco do Brasil, em Curitiba; que esses depósitos eram feitos em conta sem juros; que todo o movimento financeiro da Inspetoria, antes de mais nada, era do conhecimento do Setor de Contabilidade; que o Setor de Contabilidade realizava todos os lançamentos contábeis das importâncias recebidas e pagas; que isso ocorreu durante toda a gestão do depoente; que esse fato pode ser comprovado através de perícia contábil nos livros já em poder da Comissão; que a desistência da ação de Interdito Proibitório, digo, Proibi-



1763  
10/04

Proibitorio do caso das terras do Posto CACIQUE CAPANEMA, em Manguei-  
rinha foi autorizado pelo Ministro da Agricultura, Sr. DANIEL DE CAR-  
VALHO; que os veiculos existentes, digo, encontrados, digo, que o veí-  
culo encontrado e apreendido no domicilio do depoente ali se encon-  
trava com conhecimento e autorização do Ten JOÃO ALVES RIBAS, atual /  
Chefe da IR7; que o depoente guardava o veículo por medida de econo-  
mia da Inspetoria a fim de não pagar aluguel de garage; que não foi/  
coagido perante o depoimento, nem antes nem depois, digo, depois, em  
função d'ele. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Presi-  
dente da Comissão mandado que eu Marcelino Almeida Lima Se-  
cretário lavrasse o presente termo, que datilografei, sendo assinado  
pelo depoente e pela Comissão, depois de achado conforme.

Laide Correia  
Presidente

Ulysses  
Vogal

Ulysses  
Vogal

Abas  
Depoente

1764  
1000

TÉRMO DE INQUIRÇÃO aos oito(8) dias do mês de novembro do ano de //  
míl novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia da IR7, //  
em Curitiba, Pr. aí reunida a Comissão de Inquerito Administrati- //  
vo designada pela Portaria nº 239/67 do Exmo. Sr. Ministro do Inte //  
rior, compareceu o Sr. ATILIO MAZALOTTI, casado, brasileiro, funcio- //  
nário do SPI, Agente de Proteção aos Índios, nível 6, esclarecido //  
pelo Presidente da Comissão sôbre os motivos de sua convocação in-//  
formou que esclarece, sôbre os assuntos de sua carta de 12/08/67, //  
endereçada ao Sr. LUCENA, que o funcionário NEREU MOREIRA DA COSTA, //  
Agente de Índios, nível 6, lotado no posto DR SELISTRE DE CAMPOS, //  
em KANKERÊ, procurou advogar em favor da firma MANELLA S/A. no ca-//  
so da concorrência para, digo, para a venda de madeiras derrubadas //  
quando da abertura da estrada que liga KAXIM a TOLDINHO; que o depo-//  
ente advogou uma solução correta em favor do outro concorrente que  
ganhara parte da licitação, no tocante ao item de pinheiros; que o/  
resultado dessa concorrência foi transferido pelo Banco do Brasil, im-  
portando em RCR\$3.000,00 a favor da Inspeção; que a madeira referi-  
da em sua carta datada de 10 de maio é a que foi vendida por concor-  
rência feita pela própria Inspeção num total de 1.500 duzias de tá-  
buas serradas; que a desinteligência do depoente com o Delegado de  
Polícia de KANKERÊ foi devido a atos de despotismos e bebedeiras da-  
quela autoridade, digo, despotismos daquela autoridade e bebedeiras/  
da polícia; que NEREU MOREIRA DA COSTA tem contribuído para acirra-  
mentos dos ânimos tecendo intrigas e calúnias; que a produção de mi-  
lho foi inferior ao previsto na carta e foi vendida sendo o produto/  
recolhido entregue em mãos ao então chefe da IR7, SEBASTIÃO LUCENA;  
que o cheque foi sacado contra o Banco do Brasil; que foi LIVAL JOSE  
DE SOUZA, quando chefe da Inspeção, quem liberou a madeira cuja re-  
tirada estava proibida; que se afastou da chefia de DR SELISTRE DE  
CAMPOS por seu próprio pedido e, não, por estar criando casos; que /  
jamais cultivou qualquer área indígena em seu proveito pessoal; que  
jamais foi punido no SPI e que conta muitos elogios em sua fôlha; que  
jamais maltratou índios e se houve algum castigo no tronco é questão  
pertinente, exclusivamente ao Capitão da Tribo e da Polícia Indígena;  
QUE NEREU, entretanto, digo, que VISMAR COSTA LIMA destituiu da Capita-  
nia o índio ATANAZIDIO GUILHERME que o depoente nomeara, digo, que VIS-  
MAR COSTA LIMA substituiu o depoente na chefia do posto TELMACO BOR-  
BA e destituiu da capitania o índio ANTONIO OLÍPIO nomeando ATANAZI-  
DIO GUILHERME; que o novo Capitão de Índios, ATANAZIDIO, amarrou em  
uma árvore o ex-capitão ANTONIO OLÍPIO e o surrou a pau a ponto de  
fazê-lo fugir do posto; que não foi coagido e teve o tratamento mere-  
cido por parte da Comissão. E nada mais disse nem lhe foi perguntado  
tendo o Sr. Presidente da Comissão mandado que eu



1765

Abre Luiz Almeida Nobre Secretário, lavrasse o presente termo, que datilografei, indo assinado pelo depoente e pela Comissão, depois de lido e achado conforme.

Fáder Oliveira  
Presidente

[Signature]  
Vogal

Uomar S. Junior  
Vogal

Stilvenasulotti  
Depoente

1766  
*[Signature]*

TÉRMO DE APREENSÃO DE VEÍCULOS: Aos oito (8) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), por determinação do Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo instituída pela Portaria Ministerial nº 239/67, foram apreendidos três veículos de propriedade da Sétima Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e que se encontravam sob a guarda e responsabilidade do Sr. Sebastião Lucena da Silva, com as seguintes características: Uma (1) camionete marca Rural Willys, ano 1963, cor verde Sumatra, chapa oficial número 19-79 que se encontrava no Pôsto S. Sebastião, de propriedade da firma Milton Scimin & Cia, localizado na Avenida Viante Machado esquina com a Rua Brigadeiro Franco; Uma (1) camionete marca Rural Willys, ano 1965, cor verde palma, chapa oficial número 4-90, que se encontrava na garagem da residência do Sr. Sebastião Lucena da Silva, sita à Rua Dias da Rocha Filho, 721, na cidade de Curitiba; Kombi marca Volkswagen, ano 1965, cor cinza, chapa oficial número 70 que se encontrava estacionada em frente à sede da 7ª. Inspetoria Regional do SPI, à Rua Emanoel Moreira, 269; Além das viaturas já citadas, foi apreendida ainda uma motoneta marca Lambretta, cor cinza, chapa particular número 16-38, que se encontrava na residência do funcionário Vivaldino de Sousa, sita à Rua Piauí, 1905, Vila Guaira. Referidos veículos, após sua apreensão, foram entregues à guarda e responsabilidade do 1º Tenente R/1 - Alexandre Maffioletti, substituto do chefe da Inspetoria Regional do SPI, em Curitiba. Pelo que foi lavrado o presente termo que lido e achado conforme vai assinado pelos apreendidos, pelos Srs Sebastião Lucena da Silva e Vivaldino de Sousa e pelo Sr. Alexandre Maffioletti que como ficou registrado, passa a ser responsável pela viaturas mencionadas.

CURITIBA, 8 DE NOVEMBRO DE 1967

*[Signature]*  
UDMAR VIEIRA LIMA

*[Signature]*  
SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA

*[Signature]*  
MAX LUIS DE ALMEIDA NÓBREGA

*[Signature]*  
VIVALDINO DE SOUSA

*[Signature]*  
ALEXANDRE MAFFIOLETTI - 1º TEN /R1

*[Signature]*  
1º Ten R/1



1767  
10  
[assinatura]

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA SÉTIMA INSPETORIA DO SPI, EM CURITIBA, E QUE FORAM REQUISITADOS PELA COMISSÃO DE INQUÉRITO.

- PROCESSO Nº IR7/34/67
- FOTO-CÓPIA DE CONTRATO IR7/IRMÃOS MAIA
- PROCESSO DE CONCORRÊNCIA P/VENDA DE 1.000 PINHEIROS (PÔTO TELEMAGO BORBA)
- FOTO-CÓPIA CONTRATO DE COMPRA E VENDA IR7/IND. COM. ANTONIO SA S/A
- FOTO-CÓPIA CONTRATO E ADITIVO IR7/JOÃO B. TONIAL & FILHOS
- FOTO-CÓPIA CONTRATO PARCERIA INDUSTRIAL AJ. R.G.SUL/ERNANI COUTINHO
- ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº 49, DE 11.05.67
- IDEM, IDEM, Nº 47, DE 08.05.67
- IDEM, IDEM, Nº 48, DE 08.05.67

PROCESSO Nº MA-101.00841-65

PROCESSO Nº IR7/382/67

PROCESSO Nº MA-101.1130-65

PROCESSO Nº IR7.612/66

PROCESSO Nº MA101.1975-66

TRÊS LIVROS "CAIXA" (RENDA INDIGENA)

TRÊS LIVROS "CAIXA" (DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS)

---

OBS: OS DOCUMENTOS CONSTANTES DA RELAÇÃO ACIMA, PASSARÃO A INTEGRAR OS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTITUÍDO PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 239/67-MI

CURITIBA, 8 DE NOVEMBRO DE 1967

[assinatura]  
(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)

PRESIDENTE CI.

*Foram entregues  
os documentos.  
Em 8 nov. 67*

*fez o direcionamento  
para a Chapin*

Ministério do Interior  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1768  
47

de

de 196

Recebido de .....	Procedência .....	N.º .....	Pls. ....	Data .....	Hora .....
Dia .....	Enderêco {	DIRETORIA DE AGRICULTURA			
Às .....		DIAMANTINO - PT			
por .....					

Nº 312 - 6-11-67 - SOLICITA INFORMAR ESTA COMISSÃO DE PISTA  
POUSO ALMA CAIBIN VG RIO DOS PINIS VG OPERA AVIÃO  
TIPO BITZ FAB VG EL POSSIVEL DO CONDENAS GEOGRAFICA  
AGRADECIDO PT AGRINDIOS 5ª. INSP CAMPO GRANDE ILLIO JORGE  
BUCKER

*[Handwritten signature]*



MINISTÉRIO DO Interior  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
5ª INSPETORIA REGIONAL  
SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1769  
100

de

de 196

Recebido de ..... Procedência ..... N.º ..... Pls. .... Data ..... Hora .....  
Dia .....  
Às .....  
por .....  
Enderêço { AGRIÍNDIOS - DIRETOR  
BRASILIA - DF

Nº 307 - 6-11-67 - VISTO TALIS CINCO NOVE DE 3/11/67 VÊ INFORMO  
POLICIAL PROVIDÊNCIAS C. LINDO MONTEN LINS DIRETORIA EXTRATO  
CONTÁBILIDADE HANCAIA REPARTELO ASSISTENCIA SOCIAL EMERCIPIO  
PASSADO VÊ VISTA SUA APLICAÇÃO TER SELO NA TELA REGIONAL PT  
RECOMENDALI VUL NOTIFICADO. MONTEN LINS DIRETORIA PT AGRÍNDIOS  
HELIO JONES TROCAR CENAL DAS SVI

*Amel*

Ministério do Interior  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1770  
40

de

de 196

Recebido de \_\_\_\_\_  
Dia \_\_\_\_\_  
Às \_\_\_\_\_  
por \_\_\_\_\_

Procedência \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_ Pls. \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_

Enderço { AGRÍNDIOS DIRETOR  
BRASILIA - DF

Nº 306 - 6-11-67 - INFORME ACORDO Nº 32 DE 31/10/67 DO DIRETOR  
GERAL DEPARTAMENTO POLICIA FEDERAL BRASILIA VG DELEGADO ESTA  
CIDADE SOLICITOU SR COMANDANTE 9ª. REGIÃO MILITAR RELAXAMENTO  
PRISÃO FUNCIONARIA MARIA LOURDES CASTRO MAIA ET HELIO JORGE  
BUCKER VG RESPECTIVAMENTE SUBSTITUTO ET CHEFE 5ª. ININO VG ACORDO  
PORTARIAS NUMEROS TREZENTOS ET VINTE OITO ET TREZENTOS TRINTA ET  
DOIS BARRA SESSENTA SETE PT DESTA FORMA VG NESTA DATA VG  
REINICIANDOS ATIVIDADES NORMAIS ESTA REGIONAL PT AGRINDIOS HÉLIO  
JORGE BUCKER CHEFE IRS SPI

*[Handwritten signature]*



Ministério do Interior  
~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

11-01-67

1771  
57

de

de 196

Recebido de	Procedência	N.º	Pls.	Data	Hora
Dia	Endereço {	DR. LINGARD MILER PAIVA		<u>URGENTÍSSIMO</u>	
Às		SECRETARIO EXECUTIVO FFAP			
por		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA		<u>R I O - G B</u>	

Nº 305 - 3-11-67 - REFERENTE VOSSO OF CIRC NÚMERO SETE DE 31/8/67 VG RECEBIDO NESTA DATA VG ADIANTOVOS PRESTAÇÕES CONTAS REFERENTE PROJETO 137/66 VG FORAM ENCAMINHADAS BRASILIA ET RIO VG DIRETAMENTE FFAP PT RECONSTITUIÇÃO DOCUMENTAÇÃO EH POSSIVEL ATRAVEZ CHEFIA SEXTA INSPETORIA CUIABAH ONDE FOI APLICADO SUPRIMENTO PT SDS AGRINDIOS HELIO JORGE BUCKER CILFE IR5 SPI

*[Handwritten signature]*

Ministério do Interior

~~MINISTÉRIO DA AGRICULTURA~~

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1772

de

de 196

Recebido de ..... Procedência ..... N.º ..... Pls. .... Data ..... Hora .....

Dia ..... AGRINDIOS DIRETOR .....

Às ..... BRASILIA - DF .....

por ..... Enderêco { .....

Nº 311 - 6-11-67 - SERVIDOR DILZEUANDO SILVA VG ENCARGADO  
PI JOSÉ BONIFACIO SOLICITA PERMISSÃO VIR ESTA CIDADE TRATAR  
ASUNTO FUNCIONAL PT AGRINDIOS HELIO JORGE BUCKER CHEFE 5a.  
IR

*T. M. S. K.*



Ministério do Interior  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

5ª INSPETORIA REGIONAL

SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1773  
10

de

de 196

Recebido de \_\_\_\_\_  
Dia \_\_\_\_\_  
Às \_\_\_\_\_  
por \_\_\_\_\_

Procedência \_\_\_\_\_ N.º \_\_\_\_\_ Pls. \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_

Enderêço { AGRICULTURA MINISTÉRIO BRASILIA - DF

A # 310 - 6-11-67 - COMANDO SUPLENTE DO 10º VLT, OITO  
CUTUBO PRATERITO DO SERVIDOR MILTON JOSÉ BITENCOURT VG  
RECEBIDO NESTA DATA VG SOLICITA PERMISSÃO VIR ESTA CIDADE  
TRATAR SAUDE SUA ESPOSA VG REFERIDA SERVIDOR ENCONTRASE  
SERVIÇO PI NALVUL PT AGRICULTOR FELIO JORGE MIGUEL CHEFE  
IRS SPI

*[Handwritten signature]*

1774  
10028

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos dez(10) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do PÔSTO PAULINO DE ALMEIDA, localizado do Município de Guarapuava, digo, TAPEJARA, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. FRANCISCO FELIX, indio KALING, que esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que os maus tratos, roubos e bandalheiras neste PÔSTO foram praticados na gestão do Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, responsável direto por todas elas; que o Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA tinha por costume infligir castigos corporais aos, digo, aos indios; que o depoente foi flagelado pelo Sr. IRIDIANO que utilizava como // instrumento de tortura um cabo de tatus que o Sr. IDR, digo, IRIDIANO açoitava os indios para obriga-los a trabalhar para ele, IRIDIANO; // que o Sr. IRIDIANO jánsi construiu casas para os indios ou prestou // assistência aos ditos indios; que o depoente, digo, depoente adoeceu, // como até hoje permanece, em virtude dos maus tratos rev, digo, recebidos do Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA; que IRIDIANO certa vez disparou cinco tiros de revólver no menino ARLINDO CALDINO, felizmente não acertando; que IRIDIANO devastou os pinhais do PÔSTO sem nunca ter empregado o resultado em favor dos indios; que quando pediu // algum recurso o mesmo respondeu que o Governo precisava de dinheiro; que não sabe o que era feito do mesmo dinheiro; que JOÃO VELOSO nunca maltratou indios e fundou uma cooperativa; que a cooperativa // tem construído casas para quase todos os indios e fornece alimentação sem pagar para os que não podem trabalhar; que o depoente não, digo, o depoente é um dos que come de graça e recebe outras ajudas da cooperativa; que não há tronco nem surras nos indios no posto de pois que // JOÃO VELOSO assumiu; que não teve medo da Comissão e foi bem tratado. E nada mais disse nem lhe foi perguntado sendo o Sr. Presidente da Comissão mandado que eu Abac Ruiz Almeida Delega Secretário lavrasse o presente termo, que o datilografiei, sendo, digo, que lido na presença do depoente vai assinado pela Comissão sendo colhida a impressão digital do polegar da mão direita do depoente por ser o mesmo analfabeto.

Adelino Corrêa  
Presidente

Admar S. Ruiz  
Vogal

[Assinatura]  
Vogal

[Assinatura]  
Depoente



1775  
10/09/67

TÉRMO DE INQUÉRITO : aos dez(10) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala de chefia do PÔSTO PAULINO DE ALMEIDA, localizado no Município de IAPUJARA, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. LAURINDO PINTO, índio, da tribo KATIGUÁ, que esclarecido sobre os fatos de sua convocação informou que o depoente era menino de nove(9) anos de idade, quando veio a falecer o seu avô SALVADOR PINTO; que nessa época o depoente já não tinha pai; que com a morte de seu avô o Sr. IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA apropriou-se e vendeu 40 rezes; que o gado era ferrado com uma marca que tinha por símbolo o algarismo 4; que dessa venda o dito IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA nunca prestou conta ou deu satisfação ao depoente; que IRIDIANO jamais contruiu casa para os índios; que o dito IRIDIANO nunca prestou benefícios aos índios; que o Sr. IRIDIANO tinha por costume surrar os índios, a qualquer pretexto; que de uma feita o Sr. IRIDIANO desfechou três tiros contra a pessoa do índio ARILINDO; que o Sr. IRIDIANO atirou no índio ARILINDO pelo simples fato do dito índio estar bebendo água em um cano existente no acampamento do posto; que o atual chefe JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA é pessoa humana, justa e interessada pelo bem estar do índio; que o depoente solicita à Comissão para que interceda no sentido da permanência do atual chefe. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo o Sr. Presidente da Comissão declarado que eu Marcos Vinícius Almeida Nobrega Secretário, lavrasse o presente termo, que datilografai, sendo assinado pelo depoente e pela Comissão depois de achado conforme.

Síderes Corrêa  
Presidente

[Assinatura]  
Vogal

Udmar S. Junior  
Vogal

x Laurindo Pinto  
Depoente

1776  
4005

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos dez(10) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do PÔSTO PAULINO DE ALMEIDA, localizado no Município de LAPEJARA, no Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. LEONIDO BRAGA, indio KATINGANG, que esclarecido sobre as razões de sua v.digo, convocação informou que presentemente, no entender do depoente, o posto indigena se encontra em ótima situação; que as irregularidades ocorridas se concretizaram na gestão do Sr. IRIDIANO MARTINHO DE OLIVEIRA; que o Sr. IRIDIANO nunca construiu casas para os indios; que era costume do Sr. IRIDIANO surrar os indios com o rbo de tatu; que sabe que o Sr. IRIDIANO surrou os indios FRANCISCO FELIX e PEDRO SILVEIRA, entre outros; que o Sr. IRIDIANO atirou contra a pessoa do indio ARLINDO; que o Sr. IRIDIANO atitou no indio pelo fato do indio estar bebendo água na torneira; ue o posto era repleto de pinheiros; que o Sr. IRIDIANO instalou duas serrarias no posto e vend u todo o pinhal existente no posto; que o CEL da tribo indigena GERVASO LIMA foi preso a mando do Sr. IRIDIANO, por reclamar contra a devassa dos pinhais; que no entender do depoente o atual chefe do posto SR. JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA é pessoa justa e bondosa para com os indios; E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu Moacir Luiz Almeida Neto Secretário, lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

Sádemir Corrêa  
Presidente

Alfipe  
Vogal

Udmar S. Junior  
Vogal

x Leonidio Braga  
Depoente





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1777  
[assinatura]

TERMO DE INQUIRÇÃO : aos dez(10) dias do mês de novembro do ano de ///  
mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do pô- ///  
to indígena PAULINO DE ALMEIDA, localizada no Município de FAPÉ- ///  
JARA, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inque- ///  
rito Administrativo, sedraigo-digo, designada pela Portaria Minis- ///  
terial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o ///  
Sr. GERVÁSIO LIMA, índio KALINGANG, que esclarecido sobre as razões ///  
de sua convocação informou que é CHEFE da tribo posto que correspon- ///  
de a de CACIUTE; que desempenha as atribuições há 14 anos; que nada ///  
tem de queixa contra o chefe do posto, JOÃO VELOSO, sendo que o mes- ///  
mo tem beneficiado muito sua tribo; que todos estão satisfeitos e ///  
não existe animosidade em qualquer dos membros contra a chefia; que ///  
todas as benfeitorias existentes no posto foram construídas na atual ///  
administração aproveitando o trabalho do índio conjugado com o esforço ///  
do Terço, digo, Serviços; que existe uma cooperativa, presidida pelo ///  
depoente, do tipo agrícola-mista, digo, agrícola-mista com a finalidade ///  
de orientar a coletividade na produção agrícola, digo, agrícola e beng- ///  
ficiar a todos; que o produto do trabalho de todos é dividido de acordo ///  
com a lei sendo que parte da mesma é destinada aos velhos e inválidos; ///  
que a cooperativa mantém restaurante onde todos se alimentam gratui- ///  
tamente inclusive aqueles que não podem trabalhar, como foi dito; que ///  
todas as casas construídas foram realização comum de JOÃO VELOSO e da ///  
Cooperativa valendo ressaltar que faltam apenas cerca de vinte famílias ///  
receberem habitações condignas com as que a Comissão inspeccionou; que, ///  
apesar disso, já se encontram iniciadas mais cinco novas construções ///  
parcializadas por ordem do CHEFE HAMILTON DE OLIVEIRA, mas com todo o ma- ///  
terial comprado no pé da obra, como mostrou a Comissão, que considera ///  
JOÃO VELOSO um excelente administrador e jamais teve necessidade de ///  
fazer reclamações em favor da tribo que o depoente dirige; que IRIDIANO ///  
AMARINHO DE OLIVEIRA fez muitas perseguições a tribo quando chefiou o ///  
posto. que o próprio depoente foi espancado, preso e deportado por IRI- ///  
DIANO por haver solicitado uma parte do pinhal para uso dos índios; ue ///  
IRIDIANO vendeu todo o pinhal existente e nada deu aos índios nem em- ///  
pregou no posto alegando que o governo precisava daquele dinheiro; que ///  
IRIDIANO prendeu vários índios, em número de 12, do posto cacique DOU- ///  
BIL trazendo-os para o PAULINO DE ALMEIDA; que IRIDIANO espancava os ///  
índios com o que tinha na mão e era capoeirista, do que se prevalecia ///  
para aplicar rasteiras e outros golpes dessa modalidade de luta; que ///  
IRIDIANO certa vez disparou seu revólver contra o índio ARILDO CANDE- ///  
LHO, criança àquela tempo. E nada mais disse nem lhe foi perguntado ;  
tendo o Presidente da Comissão, mandando que eu

Gervasio Lima

*João Luiz Almeida Nobre* Secretário, lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pela Comissão e pelo depoente.

*Adelino Correia*  
Presidente

*[Signature]*  
Vogal

*Udmar S. Junior*  
Vogal

*gerozio Lima*  
Depoente



1779  
90

TERMO DE INTERROGATÓRIO: aos dez(10) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto PÁULINO DE ALMEIDA, localizado no Município de TAPAJARA, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ARLINDO JARDIM, índio KALINGA, que esclarecido sobre os motivos de sua convocação informou que IRIDIANO AMARILHO DE OLIVEIRA disparou três tiros contra o depoente quando o mesmo era chefe / do posto PÁULINO DE ALMEIDA, antigo Lixeiro; que o fato se deu dentro do recinto do posto porque o depoente está bebendo água, disse, aqui em um poço e até hoje não sabe se era proibido beber ali; que IRIDIANO // atirou três vezes havendo o depoente corrido e se escondido num, digo, no mato, onde passou dois dias e duas noites com medo de ser assassinado; que não deram parte a polícia porque o pai do depoente também ficou amedrontado; que nunca ninguém tomou qualquer providência até a presente data; que IRIDIANO currava os índios e, apesar de ser criança naquela época, ainda pode recordar o nome de FRANCISCO FELIX, entre outros. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo o Sr. Presidente mandado que eu Mac Luiz Almeida Vianna Secretário lavrasse o presente termo que depois de lido na presença do depoente vai assinado pela Comissão sendo colhida a impressão digital do polegar da mão direita do depoente por ser o mesmo analfabeto.

Federico Corneio  
Presidente

Ulysses  
Vogal

Uldimar D. Junior  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1780  
17/08/80

TERMO DE INTERROGÓRIO: aos dez (10) dias, digo, dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala de chefia// do posto PAULINO DE ALMEIDA, no Município de TAPAJARA, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. JOÃO LOPES VILOSO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário do SPI, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, esclarecendo sobre os motivos que originaram o presente processo informando que o depoente foi preso em 1936 como comunista; que, entretanto, o depoente era de menor idade pois tinha de dezesseis para dezessete anos; que não era propriamente comunista mas simplesmente um jovem sem orientação e a formação necessárias; que nesses trinta e um /// anos decorridos o depoente alicerce, digo, alicerçar uma convicção de honestidade, digo democrática sólida e dá como exemplo o seu trabalho no posto PAULINO DE ALMEIDA, digo, ALMEIDA; que durante os 14 anos de chefia se conduziu de modo irrepreensível e dá como testemunhas as autoridades militares, eclesiásticas e civis dos municípios circunvizinhos; que existiu realmente um código secreto para transações entre o posto e a 7ª. Inspeção, como, de resto, existia entre a Inspeção e cada um dos postos; que o código era baseado na substituição de cada letra por um número de dois algarismos; que cifravam-se as // mensagens, digo, mensagens que não se deve, digo, desejavam fossem conhecidas por todos, como, por exemplo, o aviso de uma próxima chegada de Comissão de Inspeção; que esses códigos vigoraram na Administração VITAL JABRA e na primeira Administração de DIVAL JOSE DE SOUZA, sendo abolido após a revolução, tanto que quando DIVAL assumiu novamente a chefia da 17ª não mais o adotou; que sabe ter havido venda de pinheiro no posto na Administração de LEIDIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA, mas jamais chegou a ver o contrato porém ouviu falar que a venda fora feita através de concorrência; que também ouviu falar de espancamentos de índios e agressão e tiros praticados por LEIDIANOS; que pode citar o espancamento do índio FRANCISCO FELIX, entre outros; que sobre a venda dos 150.000 dormentes efetuada no posto de GUARITA o depoente esclarece que efetivamente fez parte da Comissão; que desconhecia o texto da ordem de serviço nº 62, julgando que dita ordem de serviço autorizava a venda; que essa Comissão foi presidida por LEIDIANO ARAÚJO DE OLIVEIRA; que o dito Presidente foi o encarregado do contato com a firma compradora, LEONARDO ARAÚJO, digo, LEONARDO ARAÚJO e CIA; que os 150.000 alienados eram de madeira de lei; que não sabe informar o tamanho desses dormentes; que esses dormentes ainda uria ser avaliados; que a Comissão verificou de modo superficial a existência ou não de madeiras mortas; que a inspeção realizada pela Comissão durou cer





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1781  
[assinatura]

cera, digo, cerca de 6 horas; que o exame foi superficial em virtude da falta, digo, declaração do Presidente da Comissão de que era conhecedor profundo da região; que não houve concorrência para venda da madeira; que todo o processamento da venda foi feito unico e exclusivamente pelo Presidente da Comissão, IRIDIANO MARINHO DA OLIVEIRA; que veio para o posto PAULINO DE ALMEIDA como interventor por solicitação do antigo diretor LIMA MACHES, devido a lamentavel situação em que o mesmo se encontrava após a destituição de IRIDIANO; que encontrou o posto endividado, os indios em estado miseravel, morando em tabernas feitas de pau e coberto de ervas; que não sabe o destino dado / ao vultoso resultado da venda do pinhal, sabendo apenas do imenso trabalho para reorganizar a repartição, pagar as dividas, retomar a confiança dos indios e dar-lhes certo bem estar; que foi ficando na chefia do posto em carater temporário até que o mesmo se afeiçoou, digo, afeiçou permanecendo já há 14 anos; que todas as construções encontradas pela Comissão foram obra do depoente significando que já construiu 40 confortaveis casas para indios, estando mais cinco em construção, além de todos os prédios da administração e de residencias de funcionários do posto; que jamais vendeu qualquer objeto, animal ou madeira, para realização do programa; que tudo isso foi obtido através de um difficil trabalho de aproveitamento das sobras da produção agricola do posto e dos indios; que fundou uma cooperativa de produção congregando todos os indios do posto através da qual tem obtido notavel progresso economico e social na tribo; que parte do produto do trabalho indigena é destinado aos velhos e inválidos, inclusive no restaurante da cooperativa onde os que não podem trabalhar recebem gratuitamente alimentação diária; que já recusou várias vezes cargos de chefia de inspetoria, porque não almeja posições e pretende continuar no trabalho no posto; que deseja ardentemente concluir o programa de construção de residencias faltando ao todo menos de vinte familias receberem casas confortaveis para residencia; que a escola, como viu a Comissão, é um dos pontos de orgulho do depoente e, bem assim, a igreja e a enfermaria. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu [assinatura] Secretário lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente e pela Comissão.

[assinatura]  
Presidente

[assinatura]  
Vozal

[assinatura]  
Depoente

Udmar D. Nunes  
Vozal



MINISTÉRIO ~~DE AGRICULTURA~~ DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7.º I. R.

1782  
*[Assinatura]*

Curitiba, E. Paraná, em 8 de novembro de 1.967.

Do advogado da IR-7.

Ao Dr. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Assunto: Informações sobre litígios em torno de áreas indígenas

SENHOR PRESIDENTE:

Apraz-me transmitir a V.S., em conformidade com sua solicitação verbal, esclarecimentos a respeito de controvérsias judiciais respeitantes a áreas ocupadas por silvícolas sob a jurisdição desta Inspeção Regional.-

POIND DR. CARLOS CAVALCANTI

A medição e divisão do imóvel "Salto do Ubá", requerida em 1.936 por Léa Brand Schaffer e outros, opôs em 1.941 a Procuradoria Regional da República, por solicitação da Chefia da então Inspeção do Sul, embargos de terceiro, em defesa da área reservada ao então POIND DO FAXINAL, processo que, após tramitar sucessivamente pelo Juízo de Direito da comarca de Guarapuava, Supremo Tribunal Federal e Juízo de Direito da 1ª. Vara da Fazenda Pública desta Capital, achase em curso no Juízo Federal da 2ª. Vara da Seção Judiciária do Paraná, à espera da efetivação das citações ordenadas.-

Os autos, localizados depois de extraviados por mais de 10 anos, somente por provocação do saudoso Procurador Regional da República, dr. Antônio Góis Ribeiro, é que vieram às minhas mãos, ensejando-me argüir a

Ilmº Sr.

Dr. JADER DE FIGUEIREDO CORREIA,

D. Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo

N/ CAPITAL



1783 208  
nulidade do acôrdo efetivado em 12 de maio de 1949, entre o Governo da União e o do Estado do Paraná, em consonância com a orientação paulatinamente adotada pelo SPI, após a reunião dos Chefes, advogados e funcionários realizada em abril de 1.965 em Brasília.-

## POIND CACIQUE CAPANEMA

Em junho de 1.960, recebi, através do dr. Cláudio Digo dos Santos, apêlo do então Chefe desta Inspetoria, servidor Dival José de Souza, para defender a posse de terras habitadas por índios Caingangues, onde estava instalada a séde do POIND, porquanto o Estado do Paraná, por via da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, rompendo unilateralmente um dos pontos do acôrdo de 12 de maio de 1.949, ratificado por decreto estadual e por entendimentos entre Comissao do SPI e representante da administração local, escriturara a OSWALDO FORTE E OUTROS a parte "C" da Colônia "K", destinada aos aludidos silvícolas, com a área de 8.975,8 Ha, quando ao Estado só reverteria a parte "B" da mesma Colônia.-

Tendo ingressado com interdito proibitório contra os mencionados adquirentes, o Estado do Paraná e a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, procederam êstes à retificação da escritura de venda, mediante a substituição da parte "C" pela parte "B", e outorgaram escritura definitiva das partes "A" e "C" em favor, respectivamente, dos índios Guaranis (3.300 Ha) e dos índios Caingangues, conforme escritura pública outorgada no 8º Tabelionato Dr. Francisco Ferreira Pimpão, de Curitiba.-

Assim alcançado o objetivo, pois não só fôra assegurada a posse dos indígenas como, ainda, lhes haviam transmitido o domínio das terras, êste Serviço, em petição subscrita por meu colega e por mim, requereu a desistência do pedido, em consonância com a orientação da Chefia da Inspetoria Regional, que através de telegramas e do ofício nº 176/60 pôs a Diretoria, então exercida pelo Gal José Luís Guedes, a par do assunto, encaminhando<sub>u</sub> lhe, também, cópias do processo, objeto de apreciação do Assistente Jurídico dr. Dalmo Esteves de Almeida.-

É mistér salientar que, àquela época, êste Serviço postulava a execução, mediante a medição, demarcação e titulação das áreas indígenas, do citado acôrdo, a que, aliás, fôra alheio, pois celebrado diretamente entre o Governo Federal, representado pelo então Ministro da Agricultura, Dr. Daniel

1784  
3.298

de Carvalho, e o Governo do Paraná, representado pelo sr. Moisés Lupion.-

Aliás, em virtude de erro do Estado do Paraná no levantamento do perímetro da primitiva área indígena, que, segundo informação do então Encarregado do POIND, abrangeu terras do domínio particular, viu-se o Serviço compelido a opor embargos de terceiro, com estêio nos títulos recebidos da FPCI, à divisão do confinante Quinhão IX, do imóvel "Covõzinho", requerida por REINOLDO WEISS E OUTROS, que, para evitar maiores delongas, doaram aos silvícolas mais de 500 alqueires de terras na zona confinante.-

Atualmente, à divisão pleiteada pelos interessados, inclusive o SPI, se opõe F. SLAVIERO & FILHOS S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS, sucessora de OSWALDO FORTE E OUTROS, o que permitiu a este Serviço sustentar, mais uma vez, a invalidade do malsinado acôrdo, que, importando em drástica redução das reservas indígenas, possibilitou a distribuição, através do Estado, das terras remanescentes.-

E, dando mais uma passo adiante no esforço de recuperação das glebas assim espoliadas aos índios, autorizou o atual Diretor o pedido de seqüestro judicial da mencionada parte "B", ora em poder daquela organização madeireira.-

#### POIND INTERVENTOR MANOEL RIBAS

Acha-se em curso ação de reintegração na posse de terras situadas na área indígena mas divididas em lotes e alienadas pelo Estado do Paraná, em que é autor PARAILHO RIBEIRO DE PAULA e réu este Serviço, devendo o MM. Juiz Federal da 2a. Vara decidir em breve o pedido de concessão liminar da medida, contra a qual se manifestarem, secundando o SPI, a Procuradoria Regional da República e a Consultoria Geral do Estado.-

#### POIND BARÃO DE ANTONINA

Requereram, isoladamente, ações de usucapião de terras integrantes da área do Posto acima AMADOR MATOS DE SOUZA, NORBERTO ALVES DE OLIVEIRA, JOÃO GONÇALVES DOS SANTOS, PARAILIO MARTINS PEREIRA, CARLOS GERBER, JOÃO



1785  
400

JUSTINO DE OLIVEIRA, JORGE RIBEIRO DE SOUZA e respectivas mulheres, mas contra os mesmos propôs este Serviço ação de reintegração na posse, em andamento no Juízo Federal desta Capital.-

POIND DR. SELISTRE DE CAMPOS

Tendo INDÚSTRIA E COMÉRCIO SAULLE PAGNONCELLI S/A - intentado ação de reivindicação e perdas e danos, parcialmente incidente sobre terras pretendidas pelo SPI, foi este nomeado à autoria pelos réus DOMINGOS BRANDINI e sua mulher, que se diziam ilegítimamente possuidores em nome do Serviço, que arguiu, preliminarmente, a incompetência de fôro (comarca de Xanxerê) e, no mérito, a improcedência do pedido inicial.-

POIND NONOAL:

Contra JOÃO GANZER, sua esposa e mais de uma dezena de famílias, invasores da área indígena, foi movida ação de manutenção na posse, estando na dependência da designação, pelo Juízo Federal da Secção Judiciário do Rio Grande do Sul, de dia e hora para a justificação.-

POIND GUARITA

Requeri, perante o Juízo Federal do R.G. do Sul, ação de despejo contra ROEWER & FILHOS, que se recusam a pagar a pactuada retribuição pela locação, feita há muitos anos, de 300 Ha de terras.-

ENFITEUSE

Não é de meu conhecimento a existência de contrato de enfiteuse sobre qualquer porção das áreas indígenas sob a jurisdição desta Inspetoria Regional.-

Esperando haver atendido à solicitação, sirvo-me do ensêjo para apresentar a V.S. protestos de alta consideração.-

*Kiyossí Kanayama*  
(Kiyossí Kanayama)  
Advogado da IR-7



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA REGIONAL DO PARANÁ.

Of. nº 070/GDR/67

Em, 08 de novembro de 1967

Do :- Delegado Regional do DPF/PR e SC

Ao :- Sr. Jader de Figueredo Corrêa,  
DD. Presidente da Comissão de Inquerito Administrativo

Assunto :- Comunicação - (FAZ) -

Tenho a honra de comunicar a V.Sª, que, conforme determinação do Exmº Sr. Ministro do Interior, foi / posto em liberdade, nesta data, o funcionário do S.P.I. - DIVAL JOSÉ DE SOUZA, que se achava preso administrativamente a disposição daquela autoridade.

Sirvo-me da oportunidade que se me oferece / para renovar a V.Sª, protestos de consideração e apreço.

*M. Bianco*  
Cel. Waldemar Oswaldo Bianco.  
= Delegado Regional =

*D. R.*

MBM/rjg.-



1787  
119

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO : aos onze(11) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indígena CACIQUE DOBLE, no Município de Cacique Double, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o sr. ATHAYDE SUBTIL DE OLIVEIRA, brasileiro, funcionário do SPI, Trabalhador, nível 1, esclarecido sobre os motivos de sua convocação informou que é natural do Município de Cacique Double e conhece o posto desde criança sendo / funcionário do posto há vinte anos, digo, há de, anos; que s,digo, / já serviu sob quatro chefes de postos, a saber: FELIPE AUGUSTO DA / CAMARA BRASIL, ALVARO CÉSAR CARVALHO, JOSE BATISTA FERREIRA FILHO e / LOURINALDO VELOSO, o atual chefe; que não se lembra desde quando se explorava o pinhal do posto mas pode afirmar ser muito anterior as administrações citadas; que foram instaladas duas serrarias no posto Cacique Double sendo uma da firma FONTANIVIO e outra da firma / DELATORRRE, digo, DELA TORRE; que as serrarias dos DELA TORRE e a dos FONTANIVIO foram desmontadas e retiradas do posto na administração de ALVARO CARVALHO; que mais da metade da área do posto era recoberta de pinheiros e havia muito mais de cem mil pinheiros adultos; que não era controlada a retirada dos pinheiros porque além das duas serrarias montadas dentro dos terrenos do posto muitas outras firmas instaladas forma também abatiam e carregavam em caminhão, digo, fora também abatiam e carregavam em caminhão; que também, digo, que houve épocas em que os funcionários não podiam se aproximar do corte do pinheiro porque eram ameaçados de morte por funcionários dos madeireiros; que não sabe se houve concorrência para a venda da madeira; / que foram cortados também madeiras de lei tais como cedro, ipê, angico e cabreuva, digo, cabreuva; que pode garantir ter havido espancamentos em índios nas administrações de ALVARO CARVALHO e JOSE BATISTA FERREIRA FILHO por ordem ou consentimento dos mesmos; que o índio Narciso, já falecido, foi espancado no tempo de ALVARO DE CARVALHO contando também entre os surrados ALCINDO DE MATOS, espancado em data que não se recorda; que Da. JURACI, esposa de JOSE BATISTA, exercia tirania sobre a indiada mandando espancá-la e prendê-la lembrando // certa vez o depoente haver aquela senhora mandado recolher à prisão algumas indias e uma criancinha, digo, um mocinho despidos; que tanto ALVARO COMO FELIPE e BATISTA obrigavam os índios a trabalhos forçados em benefício do posto; que Da. JURACI obrigava a parturiente a irem para o roçado poucos dias após o parto deixando o recém nascido em outras mãos. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu por Luiz Almeida

Secretário lavrasse o presente termo, que datilo -

Nobrega  
Mod. 15

Athayde Subtil de Oliveira

1788

17 29

que datilografei, sendo assinado pela Comissão e pelo depoente  
depois de lido e achado conforme.

Fidelis Pereira  
Presidente

Udmar D. Amor  
Vogal

Atkard de S. de Oliveira  
Depoente



TÉRMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA - Aos onze dias do mês de novembro de mil, novecentos e sessenta e sete, no edifício sede do Posto Indígena Cacique Doble, no Município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul, compareceu o Agente de Índios, nível 6-D, EDUARDO RIOS, lotado no referido Posto. Advertido das penas da lei para falso testemunho, depois de inquirido, respondeu: que se encontra no Posto Cacique Doble há dois anos e dois meses; que veio removido da IR-6, onde trabalhou em vários postos, inclusive no PI COUL DE MACALHÃES e no PI FRATERNIDADE INDÍGENA; que encontrou o PI CACIQUE DOBLE ainda sob a orientação de JOSE BATISTA FERREIRA FILHO; que, ao sair JOSE BATISTA o depoente passou três meses na direção do Posto, recebendo por isso muitas cobranças do comércio devido a uma dívida de cerca de R\$5.700,00 (cinco mil e setecentos cruzeiros novos) deixada por seu antecessor; que JOSÉ BATISTA não procedeu corretamente com os índios vendendo a produção agrícola dos mesmos juntamente com a do Posto sem lhes pagar o realmente devido; que JOSE BATISTA procedeu de modo extremamente incorreta com dois comerciantes da região, no caso o Sr. DOSAN, estabelecido em Lagoa Vermelha e o Sr. REBISCHI I, de S. José do Ouro, vendendo-lhes a produção de trigo do Posto e não o entregando, ocasionando a vinda de uma comissão de Sindicâncias, chefiada pelo Funcionário JOÃO VELOSO, digo, JOÃO VELOSO; que as condições de vida dos índios em CACIQUE DOBLE são das piores mas é necessário acrescentar que ainda eram mais horríveis visto como o atual administrador do Posto, Auxiliar de Enfermeiro LOURIVALDO VALDEREZ RODRIGUES VELOSO tem conseguido melhorá-las substancialmente; que JOSE BATISTA mandou prender vários índios completamente despidos em uma prisão existente no Posto não sabendo, porém, o depoente o porque dessa ordem tão humilhante; que presenciou índios contarem sobre espancamentos ao tempo das administrações de PHELIPPE BRASIL e de ALVARO CARVALHO; que confirma a denuncia de que FLAVIO CARVALHO supliciou o garoto indígena LALICO por que o mesmo furtara um pouco de poaia (ipecaconha) para vender em BARRA DO BUGRE (MT); da mesma maneira afirma serem verdadeiras as denúncias sobre tratamento desumano infligido aos índios por JOAO BATISTA CORRÊA, no PI FRATERNIDADE INDÍGENA e entrega à Comissão cópia de duas denúncias que endereçou ao então Chefe da IR-6 sobre os dois casos; que VI, digo, IVAN GADELHA, quando na chefia do PI FRATERNIDADE INDÍGENA vendeu os equinos do Posto em troca de gado vacum e, em seguida, vendeu o gado e comprou armas que, novamente, vendeu aos índios; que, após muitas trocas e vender, digo, vender, o gado cavalariço do Posto ficou reduzido de dezesseis (16) animais para apenas oito (8); que, meses depois, recebeu da Inspeção certa quantia para aquisição de animais de sela e não os comprou e embolsou o dinheiro alegando que já os possuía; que IVAN GADELHA alienou as máquinas de uma serraria da IR-6 por uma insignificância, trocando-a por um motor a óleo diesel imprestável de 18 HP; que IVAN desmontou máquinas e arados do posto a fim de retirar material para utilizar na construção de uma balsa alheia ao patrimônio do SPI do Rio Paraguai; que IVAN era dado a conquista de

*Eduardo Rios*

1790

de índias entre as quais uma de nome NOBIA, da tribo PAROIS. E na-  
da mais disse nem lhe foi perguntado, tendo o Sr. Presidente da Co-  
missão mandado que eu Barbuz Américo Vilela Secretário, la-  
vrasse o presente termo, que datilografei, sendo assinado pelo de-  
poente e pela Comissão, depois de lido e achado conforme.

Jader Corrêa  
Presidente

Ubaldo  
Vogal

Udmar V. Pinho  
Vogal

Eduardo Rio  
Depoente



Ilmº Chefe da I.R.6.

1791-  
[assinatura]

Conforme vossa solicitação em Memorando de nº 28/64, esclareço o seguinte:

Ao receber o Posto Gal. Couto Magalhães, elaborei um relatório no qual citava em que condições recebia o referido posto.

Entretando em atendimento ao vosso memorando, esclareço mais. Que o Agente Flavio de Abreu, ao se retirar da chefia do posto, segundo apurei, mandou que o indio Silvininho, destruísse as benfeitorias existentes, estas de uso imprescindíveis ao uso comum, que eram- O fogão e forno da casa de Administração, a fôrnalha onde se fabricava rapadura, mandou destruir a cosinha dos indios, ainda o forno e fogão da escola, que segundo a interferencia do Trabalhador Lima Albernaz, não foi destruido. ( estas peças destruidas), tive que refaze-las, comprando tijolos na Fazenda São Francisco do Pi-gara, vizinha ao posto.

Os indios encontrados no posto, eram os velhos e crianças, pois os demais ainda se encontravam nas fazendas vizinhas e casas de famílias, muitos deles a titulo de "castigos", a proporção que vinham chegando ao posto, segundo ordem da Inspeção, não tinham em sua maioria nenhum bem adquirido com seus trabalhos.

A moradia dos que estavam no posto, era de dar revolta, pois moravam em ramadas, tendo eu que construir casas que melhor abrigassem esta gente- a alimentação era de revoltar, sabendo eu através de outros que o posto havia produzido cereais, feito farinha etc... quero aqui dizer que um dos aborrecimentos do chefe da Inspeção ao visitar o posto, foi o referido Flavio de Abreu, ter avançado para bater em um indio de nome Justino, apenas por ter ele na hora de palestra reclamado da alimentação, positivando assim o que digo que a alimentação era pessima.

Com o decorrer do tempo, tomando parte em palestra com os indios soube que os espancamentos aos indios era comum, sendo os espancadores os indios Otaviano, Cogiba, Candido, após a retirada do Flavio, o ambiente criado pelos espancadores, tornou-se tenso, motivando daí a briga entre o Otaviano e Cogiba, que quasi se matam, pois os dois haviam entrado em choque por insinuações do Flavio. Tanto que o menor indio denome Cecilio, foi mandado por mim a Cuiaba, para tratamento medico, de uma surra dado pelo Candido.

Existia uma casa que eram internadas as crianças após um dia de nascimento, onde ficavam como verdadeiros suínos, entregues ao uma india de nome Joanita, pois as mães eram mandadas para a roça logo no segundo dia de parto, trabalho de manhã a tarde, sem terem o direito de alimentarem os proprios filhos.

Em seu tempo tudo funcionava precariamente, até a escola, onde as crianças eram tiradas dias e dias das aulas, para irem aos trabalhos de lavouras, serviços afeto aos adultos, que por serem poucos, visto que em sua maioria estavam fóra, os trabalhos eram de sol a sol, sem direito a domingo e feriados.

Medicamentos não eram aplicados, pois segundo apurei, remedio de indio era machado e foice, seguidos de palavroes e muitas vezes castigos corporais.

[assinatura]



17/12/94  
Ao receber o posto, a quantidade de cereais, não coincidia com as mencionadas nos Boletins, que me foram entregues para verificação, recebi apenas 48 alqueires de arroz, 118 mãos de milho, a mandioca que colhi aproximava-se a 800 quilos, feijão colhi apenas 80 litros, o bananal já bastante velho não produzia o suficiente.

Ac conferir a criação bovina, encontrei falta de 13 cabeças que vos comuniquei.

Suínos, segundo os índios o chiqueiro fôra construído na outra margem do rio em terras pertencentes ao sr. Eduardo Boret, sendo levados na primeira vez 18 capados, sendo ainda levado pelos índios a alimentação para estes animais, que depois de gordos eram levados para destino desconhecidos, assim como outros porcos que substituíam os já gordos.

Enfim senhor chefe, encontrei o posto Gal. Couto Magalhães em completa desagregação, quer moral quer material.

A bem da verdade declarei e assino



Eduardo Rios  
Agente Nivel 6-B-



1793  
Cuiaba' 25/3/964

Conforme vossa solicitação em M/M Nº 28/64, sobre (o que sei), do menor Índio Umutina de nome LALICO, do Pi. Fraternidade Indígena, praticado pelo Agente João Batista Corrêa.

Presenciei o espancamento do menor índio, que segundo o referido agente, foi pelo motivo de ter roubado um pouco de Poaia, tirada em sua ausência, e vendida na Barra dos Bugres. O agente João Batista Corrêa, ao chegar a Barra dos Bugres, verificou onde tinha sido vendida a Poaia, chegando ao posto chamou a mãe do índio (que é uma viúva) que acompanhada do filho, perguntado disse o menor ter vendido a poaia e que com o dinheiro comprou cereais para sua mãe, foi quando o referido encarregado, perguntou se o índio queria ser homem ou morrer, o índio respondeu quero ser homem, aí o encarregado sr. João Batista Corrêa, botou em uma prisão, que é um quarto feito para motor, a noite o menor evadiu-se, foi quando o João Batista Corrêa me chamou e também os trabalhadores de nomes Anatalino e Tomaz Xerente, para irmos até a casa do referido índio, chegando lá ele perguntou a mãe do índio se este se achava em casa, ela respondeu que não, não se conformando com a resposta da índia, entrou na casa e foi encontrar o menor índio em baixo de uma cama, foi quando pegou o menor pelos cabelos e saiu puchando porta afóra até o posto, quando a índia irmã do menor, pediu que não fizesse isto com seu irmão, foi quando eu peguei o índio, e o João voltando-se para a índia, perguntou, voce esta apoiando ladrão! ao chegarmos no posto, vi que ele apanhou o freio com redea e começou a espancar o menor índio.

O índio procurava se defender, mas não podendo escapar, segurou na redea, foi quando o João Batista Corrêa, passou a redea no pescoço do índio com a finalidade de enforcá-lo, vendo o menor em desespero, interferi, dizendo: João não faça isto! foi então que fui atingido na face pela ponta da redea. O referido agente, apanhou uma corda amarrando as mãos do índio para traz, levou para o escritório do Pi. amarrando a ponta em um armador de rede, ficando o mesmo amarrado em duas pontas, com os braços estendidos, com os pés suspenso do chão, onde deveria permanecer, aí ao sair do escritório, fiz com que a corda bambiasse, afim de poder o índio ficar com os pés tocando o chão, quando sai do escritório, vi que os demais índios (adultos), estavam se preparando para vir na casa da Administração, em atitude de defesa ao indiozinho, foi quando o referido encarregado do posto, determinou que os trabalhadores, Anatalino e Tomaz, ficassem de guarda, armados, dizendo aos mesmo que se os índios reagissem eles poderiam atirar que ele assumiria qualquer responsabilidade, tendo o encarregado se recolhido a casa da Administração. Então o Anatalino veio a mim perguntando o que iria fazer naquela situação, então disse-lhe que guardasse as armas e ficasse junto de mim com o trabalhador Tomaz, que no momento em que os índios fiessem eu falaria com eles acalmando-os.

Percebi mais tarde que o indiozinho havia escapado das cordas, corrido rumo a Aldeia, lá chegando foi direto para companhia dos índios adultos, que ficaram esperando que o João Batista Corrêa, fosse em busca do índio, notei então a atitude dos índios, que era de fazer frente a qualquer tentativa contra o índio Lalico, assumindo mesmo ares de hostilidade, visto isto, passamos toda a noite acordado, para evitar um conflito entre os índios e João Batista Corrêa.

No dia seguinte, fui chamado pelo João, que revoltado com a atitude dos índios, que iria telegrafar para todos os lados, para a polícia prender o menor.

*E. Rio*



Continuação.

17 94 298  
Foi quando o aconselhei-o dizendo que havíamos passado a noite acordados, para evitar qualquer anomalia, que ele deixasse o índio aonde estivesse (na aldeia), que comunicasse o ocorrido; me prontifiquei a falar com os índios, dando os incidentes como encerrados, que eles esperassem uma providência da Chefia.

Mais tarde, já eu de fóra do posto, soube que o referido agente havia sido afastado do posto, achando mesmo uma medida saneadora, pois o referido encarregado, sempre foi de uma atitude grosseira para com os índios, e por interferência minha não houve um choque armado, pois ofendidos em sua dignidade acharam os índios que o certo seria eles mesmos tomarem sua defesa.

Estes são fatos de meu conhecimento que a bem da verdade declarei e assino.

*ERi*

Eduardo Rios  
Agente Nivel 6-B



179-5  
GPH

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos onze(11) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do / posto CACIQUE DOUBLE, no Município do mesmo nome, aí reuni a a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº,239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ALCINDO DE MATOS, índio KAN, digo, CAINGANG, que esclarecido sobre os motivo de sua convocação respondeu que foi espancado por ordem de Alvaro Carvalho, na área do posto Cacique Double; que Alvaro espancou muitos outros índios, inclusive Hernesto Ferreira / digo, Hernesto Ferreira Double; que Da. Juraci, casada com José Batista obrigava as mulheres a trabalhar no eito logo após o parto morrendo por causa disso a india Matilde; que João Pinto foi espancado pelo Cap Luiz Ferreira Double por motivos futeis, há poucos meses. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu Moacir Luiz Almeida Nóbrega Secretário lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme, digo, depois de lido em presença do depoente vai assinado pela Comissão sendo colhida a impressão digital do polegar da mão direita do depoente, por ser o mesmo analfabeto.

Sader Correira  
Presidente

[Assinatura]  
Vogal

Admar S. Lima  
Vogal

[Assinatura]  
Depoente

1796  
44 018

TÉRIO DE INQUIRIRIÇÃO : aos onze(11) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto CACIQUE DOUBLE, no Município do mesmo nome, Estado do Rio // Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo / designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exm. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. LOURINALDO VALDEREZ RODRIGUES VELOSOS, Enfermeiro Auxiliar nível 8, Encarregado do posto indígena Cacique Double, esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que há um ano e seis meses é o encarregado do posto Cacique Double; que ao assumir o posto encontrou-o na pior situação possível e em // completa desorganização; os indígenas do posto não recebiam a mínima assistência seja sanitária ou social; a primeira providência do depoente foi providenciar aquisição de remédios e organizar um ambulatório; que seu antecessor foi o Sr. Jose Batista Ferreira Filho; que o referido Jose Batista deixou no posto uma dívida superior a cinco milhões de cruzeiros antigos; que para apuração dessa dívida houve uma Comissão de Sindicância; que o depoente não procurou ressarcir essa dívida, digo, dívida porque se assim o fizesse se veria impedido de prestar qualquer assistência aos índios; que a renda de Cacique Double oscila em torno de quinze milhões de cruzeiros antigos; que em sua gestão remeteu em uma única vez a importância de dois milhões e trezentos mil cruzeiros antigos a IR7; que fez a remessa dessa importância atendendo uma determinação do então chefe da Inspeção, SEBASTIÃO LUCENA; que sobre o código de comunicações informa que nunca usou nem o conhece perfeitamente, sabendo apenas que o mesmo era empregado nas gestões do Sr. ALVARO e FELIPE BRASIL; que quando assumiu o posto ouviu muitas queixas dos índios contra a pessoa de Jose Batista Filho e muito principalmente de Da. Juraci, esposa de Jose Batista; que essas queixas referiam a maus tratos, digo, tratos recebidos pelos indígenas; que é voz geral entre os indígenas que o Sr. Jose Batista surrava os mesmos, digo, mandava surrar os índios; que ao assumir o posto constatou a existência de duas prisões(carceres) uma das quais constituía uma câmara escura; que o depoente demoliu uma das prisões e transformou a câmara escura num xadrez mas humano; que esse confinamento é destinado aos índios que se embriagam; que o índio é isolado para evitar que faça arruaça na comunidade; que após o estado de embriagues o índio é posto em liberdade; que nos casos de re-incidência em práticas de faltas mais graves o castigo do índio se constitui em prisão durante a noite e faxina ou outros trabalhos durante o dia; que no presente ano não recebeu qualquer auxílio da IR7; que em Cacique Double há equilíbrio orçamentário; que parte das terras da reserva indígena estão arrendadas; que existem noventa e um(91) arrendatários; que o arrendamento é feito mediante o pagamento de uma taxa correspondente a 25% da

Lourinaldo Velozes



1797  
97000

D. N. O. C. S. - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

25% da produção alcançada; que o pagamento dessa percentagem é feita em esp-écie; que um terço dos generos recebidos é vendido ficando o restante destinado ao consumo do posto; que o dinheiro havido nas vendas realizadas é empregado na aquisição de produtos farmaceuticos, em assistencia médica e dentaria aos índios e na aquisição de utilidades para manuntenção do proprio posto; E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu João Luiz Almeida Nobrega Secretario lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo depoente é pela Comissão.

Adere Oliveira  
Presidente

U. P. F.  
Vogal

Uolmar D. Junior  
Vogal

Sur João de Deus  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1798  
[assinatura]

TÉRMO DE INQUERIRÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano de // mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do Posto In // digena NONOAI, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo de // segianda pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro/ // do Interior, compareceu o Sr. ZANDYR MARQUES, digo, JANDYR MARQUES/ DA SILVA, brasileiro, solteiro, Auxiliar de Escritório contratado, re // sidente em NONOAI, esclarecido sobre as razões de sua convocação, in - // formou que desde 1962 trabalha no Posto Indígena de NONOAI; que sem-/// pre trabalhou no Escritório do posto, sendo encarregado da parte con // tabil, além de outros trabalhos de ordem burocrática; que em 1966 a // renda do posto foi de Cr\$6.853.900 (seis milhões, oitocentos e cinquen // ta e três mil e novecentos cruzeiros velhos); que essa renda decorre // do percentual de 20% cobrado sobre a produção dos rendeiros; que o pos // to não oferece maior renda pelo fato de a maioria das terras indige- // nas está ocupadas por invasores; que para expulsão desses invasores a // chefia do posto solicitou a intervenção da polícia; que a princípio a // polícia procedeu a expulsão desses invasores; que posteriormente como // a situação fosse sendo agravada pelo numero sempre crescente de inca-// sores, digo, invasores a força publica solicitou ao Chefe do posto e // o Chefe da IR7 autorização para proceder a expulsão dos invasores; que // até esta data não foi dada a dita autorização; que em decorrência des- // sa não autorização o posto continua invadido na maioria de sua área; que a maioria dos invasores não pagam renda; que os recursos provenientes da renda são aplicados nas despesas do posto; que o ultimo corte de pi // nheiros verifico na area do posto ocorreu em 1965, em decorrência de uma concorrência administrativa presidida pelo Sr. JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA; que a firma vencedora dessa concorrência foi JULIO RANIERI // GASPAROTTO; que o Contrato firmado foi para o abate de 3.000 pinheiros; que a firma abateu somente 1.141 pinheiros; que a suspensão do corte // ocorreu por ordem do Ministério da Agricultura; que o posto não rece- // beu qualquer renda do abate desses pinheiros; que as parcelas contratuais devem ter sido remetidas a IR7, diretamente, através de bancos; que os // indios ue trabalham na Sede do posto bem como aqueles que venhem ao pos // to recebem refeição; que o indio produz com seu trabalho os meios do seu proprio sustento e de sua família; ue o posto não fornece vestuario de qualquer especie aos indios; que o posto não fornece remedios diretamen // te ao indio; que os remedios são estocados na enfermaria e ministrados // aos indios quando venhem ao posto; que os indios que são internados na enfermaria do posto são assistidos pela Auxiliar de Enfermeira, BELMIRA BATISTA VAZ; que as terras do posto são cultivadas pelos indios, pelos rendeiros, pelos intrusos e, como caso único, por pessoas residente na cidade de NONOAI; que o único extranho que am, digo, mantém cultivo na area do posto é o Delegado de Policia de NONOAI, LUIZ CARLOS BERG, digo,



1799-  
10708

digo, LUIZ CARLOS BERBIGIER; que referido Delegado recebeu autorização do Sr. NILSON DE ASSIS CASTRO e do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, na época Chefe da IR7; que os rendeiros do posto são obrigados a firmar um contrato; que o Delegado BERBIGIER não firmou qualquer contrato; que essa exceção foi conferida tão somente ao Delegado BERBIGIER; que referido Delegado está isento do pagamento das taxas que são cobradas à aqueles que exploram as terras do posto; que além do Delegado BERBIGIER é consedida isenção de taxas mais doze // pessoas, viúvas e velhos; que em todos os casos, com exceção do Delegado BERBIGIER, a isenção é consedida através de ordem de serviço interna; que a esposa do Sr. NILSON DE ASSIS CASTRO também é contratada do posto, recebendo por verba indígena; que desde 1962 o posto não encaminha rendas a IR7; que a única exceção foi ocorrida este ano quanto foi entregue ao Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA a importância de NCR\$2.000,00 (dois mil cruzeiros novos); que referida entrega da importância foi em atendimento a uma solicitação do Sr. LUCENA; que o Sr. LUCENA passou recibo da importância; que o recibo foi passado em cinco vias; que o Sr. LUCENA deixou no posto apenas uma via do dito recibo; que o depoente desconhece qualquer maus/tratos infligido ao índio; que sabe apenas da existência de uma cadeia para o índio que comete erros. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Moacir Luiz Almeida Nobre Secretário que o datilografei.

Jaider Oliveira  
Presidente

[Assinatura]  
Vogal

Udmar Junior  
Vogal

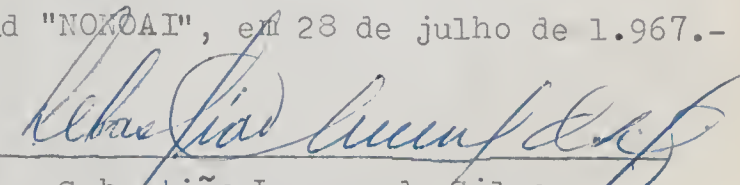
Landir Martins da Silva  
Depoente

1800  
90  
99

NCr\$.2.000,00

Recebi do Sr. NILSON DE ASSIS CASTRO, Encarregado do Pôsto Indígena "NONOAI", situado no Município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul e jurisdicionado a 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios-Ministério da Agricultura, a importância supra de NCr\$.2.000,00 (DOIS MIL CRUZEIROS NOVOS), relativa a parcela do produto de arrendamento de terras da área do mesmo Pôsto, importância - esta que será devidamente escriturada no livro "Caixa" da supracitada Inspeção, da qual sou o atual Chefe. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Poind "NONOAI", em 28 de julho de 1.967.-

  
Sebastião Lucena da Silva  
Chefe da IR-7, do SPI.-





Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL  
15.ª REGIÃO POLICIAL  
Delegacia de Polícia de São José do Ouro

1801  
[assinatura]

## Portaria Circular N.º 1, de 23 de Fevereiro de 1967

O Delegado de Polícia de São José do Ouro, com jurisdição em Cacique Doble respectivamente, no uso de suas atribuições, resolve:

Considerando os abusos que se vêm verificando, tanto num quanto no outro município acima mencionados, no que diz respeito a venda e fornecimento de bebidas alcoólicas para **Indígena**;

Considerando, todavia, o não cumprimento aos avisos verbais formulados pelo funcionário chefe do **Pôsto Indígena Cacique Doble**, em Cacique Doble, avisos estes feitos aos Senhores Comerciantes e Bodegueiros residentes e estabelecidos naqueles municípios, no sentido de não mais venderem bebidas alcoólicas aos **Indígenas**;

Considerando, outrossim, o que dispõe da **Portaria N.º 01/66**, do **Departamento Federal de Segurança Pública**, que diz o seguinte: "Portaria N.º 01/66, Brasília (DF), 07 de fevereiro de 1966. O Chefe do Serviço de Repreensão ao Tráfico de Pessoas do Departamento Federal de Segurança Pública, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 4483, de 16 de novembro de 1965 e Decreto N.º 56510, de 28 de junho de 1965, determina, a partir da presente data, a **Proibição da venda ou fornecimento de bebidas alcoólicas aos indígenas de qualquer categoria**". Ass. Hilton Brandão, Delegado de Polícia Federal, Chefe do S. R. T. P;

Considerando ao acima exposto, resolve determinar, mais uma vez, a todos os que desta Portaria tiverem conhecimento, que **fica determinantemente proibida a venda de bebidas alcoólicas aos indígenas, sob qualquer alegação**. Outrossim, esclarece, que toda a pessoa que não respeitar, direta ou indiretamente esta Portaria, **será processada na forma da Lei**.

Expressam-se cópias desta aos Comerciantes e Bodegueiros residentes nos municípios aludidos.

Registre-se e Cumpra-se: Em 23 de fevereiro de 1967

Adão Brasil Vieira Prestes  
Delegado de Polícia

[assinatura]



2ª VIA

(17)  
Mello  
76  
F. L. S. S. S.  
R. S. S. S. S.  
R. S. S. S. S.

CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATO particular de compra e venda de pinheiros que entre si fazem, de um lado, como vendedor, o Serviço de Prestação aos Índios - Ajudância do Rio Grande do Sul, com Sede provisória no Posto Indígena Pauline de Almeida, no Distrito de Charrá, Município de Tapejára, Estado do Rio Grande do Sul, representado neste ato pelo Chefe da Ajudância do Rio Grande do Sul - Sr. João Lopes Vellosso de Oliveira, e a Comissão constituída pelos Srs. João Lopes Vellosso de Oliveira, Presidente; Laurinaldo Waldereys Rodrigues Vellosso, Vagal e Ercides Teixeira, Vagal, tudo de acordo com a ORDEM DE SERVIÇO, de 15 de Fevereiro de 1965, expedida e assinada pelo Ilmo. Sr. Major Aviador - Luiz Vinhas Neves, Diretor daquele Serviço e de outro lado, como compradora, a vencedora da Concorrência Administrativa premevida pelo vendedor, conforme EDITAL publicado no Jornal "A Voz da Serra", em 7 de Março de 1965, da cidade de Erechim, neste Estado, a Firma--- JULIO RENIER GASPAROTTO, com Sede na cidade do Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, representado neste ato pelo Sr. Julio Renier Gasparetto, brasileiro, casado, industrialista, residente e domiciliado na mesma cidade. O vendedor na qualidade de Senhor legítimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer ônus ou dívidas judiciais, de TRES MIL (3.000) pinheiros, com diametro de 0,48 (quarenta e oito) centímetros para cima, ainda não demarcados, todos localizados na AREA DO POSTO INDIGENA DE MONDAI, situado do Município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul, e assim como possui, os descritos pinheiros vêm pelo presente contrato e na melhor forma de direito, vendê-los, como de fato e na verdade vendidos os tem, á compradora, Firma Firma Julio Renier Gasparetto, mediante as cláusulas e condições seguintes: - - - - -



(2)  
Weller  
Sousa  
Gondal

1803

PRIMEIRA) - A Firma compradora deverá iniciar a retirada dos pinheiros, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar desta data; *BZ*

SEGUNDA) - O prazo para a retirada dos três mil (3.000) pinheiros - objéto do presente contráto, será no máximo de trinta e seis (36) - meses a contar, também, desta data; - - - - -

TERCEIRA) - O preço ajustado é de acôrdo com a proposta feita pela Firma compradora, naquela concorrência ADMINISTRATIVA, será de Cr\$-20.000 (VINTE MIL CRUZEIROS) pôr unidade de pinheiros de certo, apra veitável, com o diâmetro de 0,48 (QUARENTA E OITO) centímetros para cima, medidos na altura usual do tronco da árvore, efetuando neste ato a compradora diretamente a Chefia da Ajudancia de Rio Grande do Sul, do Serviço de Proteção aos Índios, pôr intermédio de Cheque Nº 895239 emitido contra o Banco do Brasil S.A., Agência da cidade de Getúlio Vargas, neste Estado, o pagamento da parcela correspondente a 40 % (Quarenta pôr cento) do valôr global dos três mil (3.000) pinheiros, devendo os pagamentos subsequentes serem praticados dentro do prazo estipulado pelo presente contráto. QUARTA) - A Firma compradora fica com a obrigação de replantio na base de (3) três mudas pôr cada árvore que fôr abatida, ficando sujeita a fiscalização, que será efetuada pôr funcionários credenciados pela Ajudancia de R.G.S., do Serviço de Proteção aos Índios; QUINTA) - A Firma compradora será responsável pôr qualquer dano, que em virtude da execução dos trabalhos da retirada dos pinheiros, fôr causado a terceiros, não só a propriedade como a pessoa; SEXTA) - Os diversos trabalhos e despesas consequentes da retirada dos pinheiros correrão por conta exclusiva da Firma compradora, não cabendo ênus algum ao Serviço de Proteção aos Índios; SETIMA) - A Firma compradora se obriga, pôr si e seus prepostos, a respeitar tôdas as ordens emanadas do Serviço de Proteção aos Índios e da Legis-



180/107

VIA

(3) Veloso  
79  
B. de S. J. 1991

lação que o rege; OITAVA)- A Firma compradora fica desde já investida nos seguintes direitos: a)- Livre acesso ao imóvel, no local onde se encontram as árvores vendidas; b)- Abrir corredores, estradas ou outras vias de acesso, para extração das tábas; c)- Utilizar árvores que não sejam de lei, para construir estaleiros, pontes, pontilhões necessários ao desenvolvimento das operações de corte e extração dos pinheiros vendidos, independente de indenização ou outros pagamentos; d)- Conservar no imóvel animais, maquinários, e demais pertences necessários a extração e industrialização dos pinheiros - pedendo a Firma compradora, findo o prazo contratual, retirar os animais e maquinários de sua propriedade, ficando porém, para o Serviço de Proteção aos Índios, as edificações, cercados, petreiros e demais benfeitorias que fizer no terreno da área indígena; NONA)- A Firma compradora poderá usar, gozar e livremente dispor como seus que fica sendo os pinheiros objetos deste contrato, prometendo a vendedora fazer esta venda boa, firme e valiosa e isenta de dúvidas; DECIMA - Será aplicada a multa de CR\$ 500.000 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), por infração a qualquer das cláusulas contratuais, dobrando-se esta multa em caso de reincidência; DECIMA PRIMEIRA)- A rescisão do contrato com a consequente perda de pleno direito da ação ou interpelação judicial terá lugar quando: a)- A Firma compradora falir, entrar em concordata ou se dissolver; b)- transferir no seu todo ou em parte o contrato sem prévia aprovação da Chefia da Ajudancia de R.G.S., do Serviço de Proteção aos Índios; c)- Se verificar o não cumprimento de qualquer das condições do presente contrato; DECIMA SEGUNDA)- É facultado a Ajudancia de R.G.S. do Serviço de Proteção aos Índios alterar, aditar ou rescindir o contrato para extração dos pinheiros de que trata este contrato, quer por notificação de ordem Administrativa quer por medida de ordem econômica, sempre que ocorrer



1805  
40

rer um dos casos previstos na cláusula anterior, não cabendo a Fir-  
ma compradora direito a processos contra o Serviço de Proteção aos -  
Índios; DECIMA TERCEIRA)- A Firma compradora manterá no local dos tra-  
balhos um representante, devidamente credenciado, com quem a fiscali-  
zação do vendedor possa se entender; DECIMA QUARTA)- A Firma comprado-  
ra, a critério da Chefia da Ajudância de R.G.S., do Serviço de Prote-  
ção aos Índios e sem nem um ânuo para esta repartição, poderá insta-  
lar serrarias dentro da área da Floresta Indígena Bononi, podendo retirá-  
la quando findar o presente contrato; DECIMA QUINTA)- Constituem tam-  
bém, objeto do presente contrato os pinheiros atingidos por incêndios,  
cuja extração é prioritária; DECIMA SEXTA)- A extração dos três mil -  
(3.000) pinheiros objetos deste contrato, serão feitas no prazo de -  
trinta e seis (36) meses, a partir desta data; DECIMA SÉTIMA)- O pra-  
zo estipulado para o pagamento das prestações subsequentes será de 6-  
em 6 meses, a partir da assinatura deste contrato, sendo duas presta-  
ções de igual valor 30 % ( trinta por cento ) de valor total; DECIMA  
OITAVA) - As despesas correspondentes ao imposto de selo proporcio-  
nal devido sobre o valor do presente contrato, correrão por conta -  
da Firma compradora ( Art. 22 § 3º das normas Gerais do Decreto nº -  
45.421, de 12 - 2 - 59 ); DECIMA NONA) - Ficam integrando as demais  
condições, por ventura, omissas neste contrato, as que constam do E-  
dital de concorrência Administrativa acima referido; E, por estarem  
justos e contratados assinam o presente em três vias, de igual teor,  
na presença das testemunhas abaixo assinadas;

Ajudância de R.G.S. Em 24 de março de 1.965

Edler

João Lopes Vellano de Oliveira

Chefe da Ajudância de RGS - Presidente da Comissão.

Edler

Julio Renier Casparotto

Julio Renier Casparotto - Firma compradora.

Edler

1ª Testemunha.

2ª Testemunha.



1806  
3<sup>a</sup> 71  
40  
MINISTERIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
AJUDANCIA DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DA CONCORRÊNCIA ADMINISTRATIVA

ATA - Nº 1 - 1965.

De livre para Concorrência ADMINISTRATIVA, da Ajudancia do Rio Grande do Sul, do Serviço de Proteção aos Índios, com Sede provisória no Posto Indígena Paulino de Almeida, em Charrúa, Município de Tapejára, no Estado do Rio Grande do Sul, transcreve-se o seguinte: Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, na Secretaria da Sede do Posto acima citado, reuniu-se a Comissão de Concorrência ADMINISTRATIVA, nomeada pela Ordem de Serviço, de 15 de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco (1.965), composta dos seguintes Servidores Públicos: João Lopes Velloso de Oliveira, Chefe da Ajudancia do Rio Grande do Sul e Presidente da Comissão de Concorrência Administrativa; Lourinaldo Waldereys Rodrigues Velloso, vogal e Ercides Teixeira - vogal, servindo como Escrivão ad hoc, Jandyr Marques da Silva, para proceder a verificação dos documentos exigidos de acôrdo com o EDITAL publicado no o Jornal "A VOZ DA SERRA", da cidade de Erechim, neste Estado, no dia sete (7) de março de corrente ano. O recebimento, abertura e leitura das propostas apresentadas para a venda de três mil (3.000) pinheiros da Área de Peind NONOAL. As 16 horas, foi aberta a sessão pelo Presidente, lido o Edital de Concorrência, para o conhecimento dos presentes. Apresentando-se quatro concorrentes, - na seguinte ordem: PRIMEIRO, - SILVIO RODRIGUES MACHADO & GERALDO BARBIERO; SEGUNDO, - JULIO RANIERE GASPAROTTO; TERCEIRO, - SANTO TONIAL e finalmente o QUARTO, - HERMINIO TICIANI & CIA.LTDA. As dezessete horas foram abertas as propostas em envelopes lacrados e na presença de todos os concorrentes, verificando-se que as propostas satisfaziam -



1807  
46

em termos do Edital, constatando-se o seguinte resultado: Silvio Rodrigues Machado & Geraldo Barbiero, preço unitário, Dezoito mil e quinhentos cruzeiros ( Cr\$ 18.500 ) no valor total de Cinqüenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$ 55.500.000); Julio Raniere Gasparotto, preço unitário, Vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000) - no valor total de Sessenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 60.000.000); - Santo Tonial, preço unitário, Dezenove mil e quinhentos cruzeiros - ( Cr\$ 17.500 ) no valor total de Cinqüenta e dois milhões e quinhentos cruzeiros (CR\$ 52.500.000) e finalmente Herminio Ticiani & Cia. Ltda., desclassificada por não ter apresentado a certidão negativa de Imposto de renda. Sendo na oportunidade declarada a vencedora a Firma Julio Raniere Gasparotto, por ter apresentado a melhor proposta. Após a verificação do vencedor a Comissão expediu Ofícios a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A. liberando as cauções. Foi expedido também ofício ao Sr. Encarregado do Posto Indígena Mensai, mandando contar e entregar os pinheiros de que trata o presente Concurso, após a assinatura do contrato. Fim, o Sr. Presidente comunicou a Firma vencedora que o prazo para o pagamento da entrada - ( 40 % ) quarenta por cento, deverá ser feito dentro do prazo de (48) quarenta e oito horas após a abertura das propostas. Nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente encerrada a sessão e mandando lavrar o presente ato, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelos membros da Comissão licitante por mim, Jancyr  
Margarida da Silva, servindo de escrivão ad hoc.

Sede da Ajudancia do R.O.S. 22 de março de 1.965

João Leão Velloso de Oliveira  
Presidente da Comissão Administrativa

Leurinaldo M. R. Velloso  
- Vogal -

Erviden Teixeira  
- Vogal -



1808  
W  
OFF

MINISTERIO DA AGRICULTURA  
SERVICO DE PROTECCAO AOS INDIOS  
-AUDIENCIA DO RIO GRANDE DO SUL-  
-Pacto Indigena de FORTALEZA-

-EDITAL de Concorrência Administrativa-

De ordem do Sr. Diretor do Serviço de Protecção aos Indios - Major-iv. - Luis Vinhas Neves -, contida no Orden de Serviço, de 15 de Fevereiro do corrente ano, pelo presente, torna publico para o conhecimento de quem interessar possa que haverá o leilão de 15 (quinze) dias contados da data da publicação do presente Edital, ou seja, até, no máximo, as (17) horas do ultimo dia aberto a concorrência ADMINISTRATIVA para o recebimento das propostas para a venda de 3.000 (três mil) piculões, na Área do Pacto Indigena Indio, situada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Os interessados constantes do presente Edital, é necessário ao PATRIMONIO INDIO e ao conhecimento e disposição das informações no Pacto Indigena do Estado antes mencionado, no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

As propostas deverão ser entregues no Salão de Ajudencia do - Rio Grande do Sul, no Pacto Indigena Indio de Alameda, localizada no - Distrito de Charroá, Município de Bagé, Rio Grande do Sul, em envelopes fechados e lacrados em três (3) vias, sendo a original devidamente assinada, com a firma manuscrita, incluindo o preço em algarismos por extenso, dentro do prazo de expediente da já referida Ajudencia.

Os interessados serão obrigados:

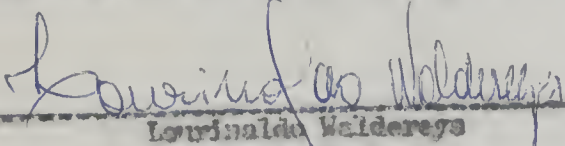
- a) Provar sua idoneidade financeira, com atestado passado por um banco - desta Região;
- b) Fazer entrega de CR\$ 500.000 (Quinhentos mil Cruzeiros), no Banco do Brasil ou na Caixa Economica, na cidade de Getulio Vargas - RS, antes do encerramento da concorrência, entrega esta que será levantada depois de - aprovada pela Comissão e homologada pelo Diretor do S.P.I.;
- c) Apresentar atestado de titulo de eleitor e prova que votou nas ultimas eleições;

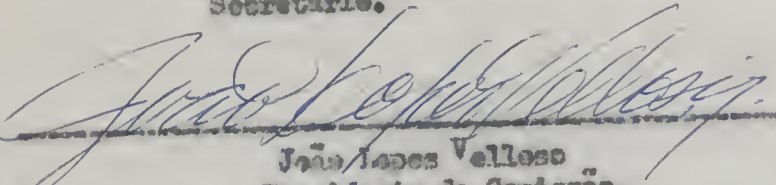


- 1809  
CH  
RJS
- d) Prova de quitação com o Serviço Militar;
  - e) Prova de quitação com todos os impostos devidos, Federais, Estaduais e Municipais, e
  - f) Certidão de quitação de imposto de rendas;

As propostas serão abertas às 14 horas do primeiro dia útil, seguinte aos 15 dias da publicação deste Edital, na Sede da Ajudância, perante a Comissão que foi designada e na presença de todos interessados que comparecerem, por si ou por seus representantes, devidamente credenciados, devendo cada interessado, na data da abertura das propostas, apresentar, mediante Guia de recolhimento da caução acima mencionada,

Ajudância de Rio Grande do Sul em, 20 de Fevereiro de 1965.

  
Lourinaldo Valderys  
Secretário.

  
João Lopes Valleso  
Presidente da Comissão.

MINISTERIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDÍOS

1819  
44  
BGA

ORDEN DE SERVIÇO INTERNA Nº \_\_\_\_\_

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E, designar o Servidor do Serviço de Proteção aos Índios, S<sup>nr</sup>. JOÃO LOPES VELLOSO DE OLIVEIRA, -Chefe da Ajúda de Rio Grande do Sul, Enfermeiro Auxiliar nível 8, LOURINAL DO WALDEIREYS RODRIGUES VELLOSO, e o Encarregado do P<sup>o</sup>ind. MONOAI, - Sr. HEROIDES TEIXEIRA, para constituir a Comissão de Concorrência, ADMINISTRATIVA, para proceder a venda de 3.000 (TRES MIL) pinheiros da área de P<sup>o</sup>ste Indígena supracitado, no Município de Nonoai - Estado de Rio Grande do Sul, sendo o primeiro Presidente e os demais vogais da referida Comissão.

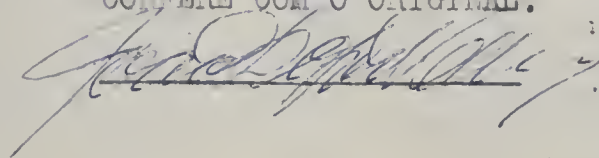
Fica delegado poderes a Comissão ora designada para firmar contrato, passar recibos, requerer se preciso fôr, juntar, reunir documentos e praticar tudo quanto fôr necessário ao cabal desempenho da presente Ordem de Serviço.

DE-SE CIÊNCIA E CUMPA-SE

Brasília -DF, 15 de fevereiro de 1.965

(ASS.) Luiz Vinhas Neves  
Maj. Av. Diretor de S.P.I.

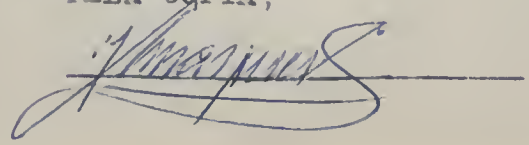
COPIAR COM O ORIGINAL:



CIENTE; em 20-2-65

(ASS) João Lopes Velloso de Oliveira-Presidente.  
Lourinaldo Wal ereys Rodrigues Velloso  
(vogal)  
Heroides Teixeira - Vogal

PELA COPIA;





## CONTRATO DE ARRENDAMENTO

QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, COMO ARRENDADOR, DE UM LADO,  
E, DE OUTRO, COMO ARRENDATÁRIO, O SR. \_\_\_\_\_

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), neste ato representado pelo Chefe da Sétima Inspeção Regional (IR-7) Sr. \_\_\_\_\_

na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, tem justo e contratado com o Sr. \_\_\_\_\_

de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, domiciliado no município de \_\_\_\_\_

Estado de \_\_\_\_\_, arrendar-lhe uma área de terras no Posto Indígena

\_\_\_\_\_, situado no município de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1.a - O objeto do presente contrato é uma área de terras com a superfície total de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) alqueires, de 24.200 m<sup>2</sup> cada, correspondentes a \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) hectares, localizada no referido Posto Indígena \_\_\_\_\_, com as seguintes divisas:

Cláusula 2.a - O arrendatário se obriga a mandar proceder, por sua exclusiva conta, à delimitação da área que lhe é arrendada, devendo os respectivos serviços ser assistidos e aprovados por funcionário do SPI.

Cláusula 3.a - O prazo de arrendamento é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) anos, a se iniciar em 1.º de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ e a terminar em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, data esta em que o arrendatário restituirá de imediato, independente de qualquer aviso ou de notificação judicial, a área arrendada.

Cláusula 4.a - Terá o arrendatário, em igualdade de condições com terceiros, preferência à renovação do arrendamento, ressalvado ao arrendador o direito de retomada do imóvel para exploração direta.

Cláusula 5.a - O arrendatário pagará, por ano, o aluguel de NCr\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) cruzeiros novos), que será reajustado \_\_\_\_\_ de acordo com o índice de correção monetária fornecido pelo órgão competente.

1812

1812

## CONTRATO DE ARRENDAMENTO

QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, COMO ARRENDADOR, DE UM LADO,  
E, DE OUTRO, COMO ARRENDATÁRIO, O SR. \_\_\_\_\_

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), neste ato representado pelo Chefe da Sétima Inspetoria  
Regional (IR-7) Sr. \_\_\_\_\_

na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, tem justo e contratado com o Sr. \_\_\_\_\_

de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, domiciliado no município de \_\_\_\_\_

Estado de \_\_\_\_\_, arrendar-lhe uma área de terras no Posto Indígena

\_\_\_\_\_, situado no município de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1.a - O objeto do presente contrato é uma área de terras com a superfície total de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_) alqueires, de 24.200 m<sup>2</sup> cada, correspondentes a \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) hectares, localizada no referido Posto Indígena  
na \_\_\_\_\_ com as seguintes divisas:

Cláusula 2.a - O arrendatário se obriga a mandar proceder, por sua exclusiva conta, à delimitação da área que lhe é  
arrendada, devendo os respectivos serviços ser assistidos e aprovados por funcionário do SPI.

Cláusula 3.a - O prazo de arrendamento é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) anos, a se iniciar em 1.º de \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ e a terminar em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, data esta em que o arrendatário  
restituirá de imediato, independente de qualquer aviso ou de notificação judicial, a área arrendada.

Cláusula 4.a - Terá o arrendatário, em igualdade de condições com terceiros, preferência à renovação do arrendamento,  
ressalvado ao arrendador o direito de retomada do imóvel para exploração direta.

Cláusula 5.a - O arrendatário pagará, por ano, o aluguel de NCr\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_) cruzeiros novos), que será reajustado \_\_\_\_\_  
de acordo com o índice de correção monetária fornecido pelo órgão competente.



11/11/13

CONTRATO DE ARRENDAMENTO

QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, COMO ARRENDADOR, DE UM LADO,  
E, DE OUTRO, COMO ARRENDATÁRIO, O SR. ....

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), neste ato representado pelo Chefe da Sétima Inspeção Regional (IR-7) Sr. ....

na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, tem justo e contratado com o Sr. ....

de nacionalidade ....., estado civil ....., profissão .....

....., domiciliado no município de .....

Estado de ....., arrendar-lhe uma área de terras no Posto Indígena

....., situado no município de .....

....., Estado de ....., mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1.a - O objeto do presente contrato é uma área de terras com a superfície total de ..... ( ..... )  
..... ) alqueires, de 24.200 m<sup>2</sup> cada, correspondentes a .....  
( ..... ) hectares, localizada no referido Posto Indígena  
na ....., com as seguintes divisas:

Cláusula 2.a - O arrendatário se obriga a mandar proceder, por sua exclusiva conta, à delimitação da área que lhe é arrendada, devendo os respectivos serviços ser assistidos e aprovados por funcionário do SPI.

Cláusula 3.a - O prazo de arrendamento é de ..... ( ..... ) anos, a se iniciar em 1.º de .....  
de ..... e a terminar em ..... de ..... de ....., data esta em que o arrendatário  
restituirá de imediato, independente de qualquer aviso ou de notificação judicial, a área arrendada.

Cláusula 4.a - Terá o arrendatário, em igualdade de condições com terceiros, preferência à renovação do arrendamento, ressalvado ao arrendador o direito de retomada do imóvel para exploração direta.

Cláusula 5.a - O arrendatário pagará, por ano, o aluguel de NCr\$ ..... ( ..... )  
..... cruzeiros novos), que será reajustado .....  
de acordo com o índice de correção monetária fornecido pelo órgão competente.

*Manu?*

## CONTRATO DE ARRENDAMENTO

QUE ENTRE SI FAZEM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, COMO ARRENDADOR, DE UM LADO,  
E, DE OUTRO, COMO ARRENDATÁRIO, O SR. ....

18/11/84  
*[Signature]*

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI), neste ato representado pelo Chefe da Sétima Inspetoria Regional (IR-7) Sr. ....

na qualidade de gestor dos bens do Patrimônio Indígena, tem justo e contratado com o Sr. ....

de nacionalidade ....., estado civil ....., profissão .....

....., domiciliado no município de .....

Estado de ....., arrendar-lhe uma área de terras no Posto Indígena

....., situado no município de .....

....., Estado de ....., mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1.a - O objeto do presente contrato é uma área de terras com a superfície total de .....

.....) alqueires, de 24.200 m<sup>2</sup> cada, correspondentes a .....

(.....) hectares, localizada no referido Posto Indígena

na ....., com as seguintes divisas:

Cláusula 2.a - O arrendatário se obriga a mandar proceder, por sua exclusiva conta, à delimitação da área que lhe é arrendada, devendo os respectivos serviços ser assistidos e aprovados por funcionário do SPI.

Cláusula 3.a - O prazo de arrendamento é de ..... (.....) anos, a se iniciar em 1.º de .....

de ..... e a terminar em ..... de ....., data esta em que o arrendatário

restituirá de imediato, independente de qualquer aviso ou de notificação judicial, a área arrendada.

Cláusula 4.a - Terá o arrendatário, em igualdade de condições com terceiros, preferência à renovação do arrendamento, ressalvado ao arrendador o direito de retomada do imóvel para exploração direta.

Cláusula 5.a - O arrendatário pagará, por ano, o aluguel de NCr\$ .....

.....cruzeiros novos), que será reajustado .....

de acôrdo com o índice de correção monetária fornecido pelo órgão competente.



1815

com branco

1815

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em .....vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena....., em .....de.....de.....

*Wladimir...*

Chefe da 7.a Inspeção Regional do SPI

Arrendatário

Testemunhas :

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1816  
44  
25

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em ..... vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Posto Indígena....., em ..... de ..... de .....

*[Handwritten Signature]*  
Chefe da 7.ª Inspeção Regional do SPI

Arrendatário

Testemunhas :

*[Handwritten Signature]*



1817  
9/11  
2008

Francisco

[Signature]

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em ..... vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena ....., em ..... de ..... de .....

[Signature]  
Chefe da 7.ª Inspeção Regional do SPI

Arrendatário .....

Testemunhas :

Com

1818

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em .....vías de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena....., em ..... de ..... de .....

*[Signature]*  
Chefe da 7.ª Inspeção Regional do SPI

Arrendatário

Testemunhas:



3ª VIA

1819  
[Signature]

RECIBO - NCR\$ 37,57

Recebi do senhor Nilson de Assis Castro, encarregado do Pind.  
Bacique Nonoai, pertencente à 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção  
aos Índios, a quantia supra de NCR\$ 37,57 (trinta e sete cruzeiros e cinquen-  
ta e sete centavos novos), proveniente de fornecimentos efetuados ao aludido  
posto, conforme se discrimina:

-1 Lata. de fubarin,.....	NCR\$	0,60
-1 Sador de café.....	NCR\$	0,70
-2 Silos de leite, à NCR\$ 0,50 o kilo,.....	NCR\$	1,00
-2 Lameças pequenos, à NCR\$ 0,50 o cada,.....	NCR\$	1,00
-2 Lameças grandes à NCR\$ 0,80 cada, .....	NCR\$	1,60
-1 Lata de óleo de soja,.....	NCR\$	1,70
-4 Pacote de grãos, à NCR\$ .....	NCR\$	4,90
-3 Silos de farinha de mandioca, à NCR\$ 0,30 cada,.....	NCR\$	0,90
-1 forma para pudim,.....	NCR\$	3,00
-2 Mc. mistura cantista, à NCR\$ 0,85 cada,.....	NCR\$	1,70
-2 Lata. de leite, à NCR\$ 1,00 cada,.....	NCR\$	2,00
-250 Gramas de coco ralado, à NCR\$ 3,48 o kilo,.....	NCR\$	0,87
-3 Grãos esmagados, -tamanho médio-,.....	NCR\$	9,10
-1 Atopim,.....	NCR\$	0,20
-25 Litros de querosene,.....	NCR\$	8,30
SOMA TOTAL,.....	NCR\$	37,57

Para clareza e um só efeito firmo o presente recibo em cin-  
co (5) vias de igual teor, isentas de selos de acordo com Lei vigente.-

NONOAI, 17 de maio de 1.967

Vitorino Calitese  
VITORINO CALITENSE & CIA. LTDA  
-Comércio em Geral-

1820  
4008

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano ///  
de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do /// ///  
posto indigena NONOAI, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida / //  
a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria Mi //  
nisterial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu //  
o Sr. NIOS, digo, NILSON DE ASSIS CASTRO, brasileiro, casado, Es //  
crevente -Datilógrafo, nível 7, atualmente exercendo as funções de /  
encarregado do posto indigena de NONOAI, esclarecido sobre as ra - //  
zoas de sua convocação informou que há vinte e dois anos é funcio- //  
nário do SPI, tendo chefiado os postos CAPITÃO KENCILA, CAPITÃO //  
IAKRI e FIORAVANTE ESPERANÇA, os dois primeiros no Estado de São //  
Paulo e este ultimo no Estado do Paraná; que há seis meses vem che //  
fiando o posto de NONOAI; que a unica melhoria que o depoente fez //  
depois de sua chegada foi a pintura do predio da Sede e da casa de /  
um funcionário; que recebeu o posto com um debito aproximado de CR..  
\$2.000.000 (dois milhões de cruzeiros antigos); que este ano de mil/  
novecentos e sessenta e sete(1967) o posto de NONOAI já rendeu cer- /  
ca de Cr\$8.000.000(oito milhões de cruzeiros antigos); que dessa ren //  
foi entregue, em julho, Cr\$2.000.000(dois milhões de cruzeiros an- //  
tigos) ao Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA? então Chefe da IR7; que //  
desconhece o destino que se reservava esse dinheiro pois o Sr. LUCE /  
na, digo, LUCENA não explicou ao depoente em que seria aplicado es - /  
se dinheiro; que existem no posto de NONOAI noventa e um rendeiros /  
com contratos firmados; que além desses existem cerca de quatro - /  
centos intrusos que exploram as terras do posto; que por autoriza- /  
ção do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA, na época chefe da IR7, foi //  
concedido isenção de taxa de arrendamento ao Delegado BERBIGIER; que /  
a área concedida ao dito Delegado é de três alqueires; que outras /  
pessoas são isentas de pagamento de taxas por serem invalidos, viu- /  
vas ou indianos; que a plantação e demais tarefas rurais feitas nos /  
três alqueires reservados ao Delegado BERBIGIER foram feitas pelos /  
indios; que o depoente não tomou parte ne. se negocio; que o negocio /  
foi feito atraves do CEL do posto indio ALCINDO DO NASCIMENTO; que /  
sabe apenas que o Delegado BERBIGIER, como contra prestação dos tra- //  
balhos realizados pelos inio, digo, indios fez entrega ao CEL ALCIN- /  
DO de generos e outras mercadorias; que o produto da renda rec bida /  
o depoente empregou no conserto da viatura do posto e no gerador de /  
energia eletrica, além da aquisição de outros produtos necessários /  
ao posto; que é tradição os chefes dos postos utilizarem pequena par //  
te da renda indigena para ajudar na manutenção sua e da familia, em /  
virtude dos minguados salários, procedendo o depoente do mesmo modo //  
jáque não reputa criminoso pois trabalha sem descanso; que a certi- //  
dão nº 1/67 fornecida ao Sr. JULIO RENIER GASPAROTTO foi pedida ver- //  
valmente pelo mesmo para fins de demanda judicial com o SPI a respeito



1821/1821  
respeito de contrato de pinhos denunciado pelo Ministério; que con sidera desumano as condições da prisão de índios que encontrou cons- truída dentro do estabulo com a dimensão de 2,00x1,30 m (dois metros x um metro e trinta), sem iluminação, sem areação, sofrendo o mau chei- ro da podridão dos estabulos e cavalariça; que pode informar haver // sido contruída pelo antigo chefe, EROIDES TEIXEIRA; que EROIDES des- mancho a cadeia que havia no porão, debaixo da enfermaria, e a cons- truiu no local em que o depoente, digo, depoente, encontrou; que cons- truiu uma nova cadeia mais ampla na qual os índios apenas pernoita, quando estão detidos; que trabalho no posto a índia ALVINA para ser- viços domésticos da família, recebendo do depoente casa, comida e ves- timento além de Cr\$10,00 (dez cruzeiros novos) pela renda indígena; que encontrou o livro; digo, que encontrou o livro de registro de animais com muitas folhas cortadas e arrancadas não podendo dizer a quantida- de porque o livro não tem suas folhas numeradas; que a escrituração esta iniciada na data 10.12.63 época da administração de ACIR DE BAR ROS havendo logo na primeira página, anotada no cante de observações a lápis, o desaparecimento de uma vaca fumaça escura, tipo sebú, 7 / anos, marca SPI dos dois lados, valor de Cr\$40.000 (quarenta mil cru- zeiros velhos), mais outra vaca Brasina, 7 anos, marca SPI, mais uma / outra, Brasina clara, 6 anos, marca SPI, ambas com o mesmo valor atri- buído de Cr\$40.000 (quarenta mil cruzeiros velhos) e mais um p rneiro / fumaça clara, ourelha esquerda lascada, ponta de cola preta, 1 ano, / marcada, Cr\$20.000 (vinte mil cruzeiros velhos) (SIC); que, além des- sas estão desaparecidas os anim is registrados nos números de ordem / 11,14,17,19,25; que o gado desaparecido ,dog,digo, tido como desapa- recido importou em cento e sessenta mil cruzeiros antigos (Cr\$160.000) em mil novecentos e sessenta e três (1963); que o gado acima pertancia ao patrimonio indígena; que na mesma data, 10.12.63 estavam registra- das 33 rezes do patrimonio indígena e vinte e nove (29) do patrimônio / Nacional; que no levantamento citado foram dados como desaparecidos // as rezes registradas sobre número 1,4,11,14,17,19,25, num total de // Cr\$270.000 (duzentos e setenta mil cruzeiros antigos); que de todo es- se gado restam somente trinta e seis (36), incluindo três que nasceram n digo, nasceram no mês passado; que o depoente não vendeu nenhuma e na sua administração foram baixadas apenas duas, por morte; que os res- ponsáveis pela desimação foram os ex-chefes SAMUEL BRASIL e ACIR BARROS; E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Co missão mandado que eu Max Luiz Oliveira Nobrega Secretário lavras ss o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente e pela Comissão.





1823  
10/08/67

ORDEM DE SERVIÇO INTERNA Nº08/67.  
.....

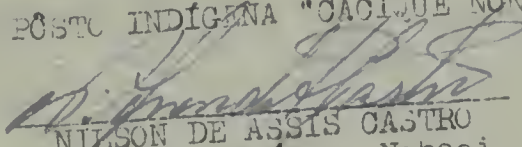
O CHEFE DO PÔSTO INDÍGENA "CACIQUE NONOAI", no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, através da Portaria nº 24 de abril de 1.967, considerando que o quadro de servidores do Poind. consta de um número insuficiente, para as diversas atividades existentes,

R E S O L V E, designar a sra. EUCIA ALVES CASTRO, para exercer o cargo de Responsável pela Enfermaria Cozinha da Escola da Sede, devendo a mencionada sra. fiscalizar a distribuição de medicamentos, anotando nominalmente os índios baixados, para posterior registro no Escritório da Administração.

Deverá outrossim, administrar os serviços das cozinhas da Escola, Cozinha da Sede, e da Enfermaria, recebendo como pagamento, pelos serviços prestados, dois (2) alqueires de terras indígenas, para cultivos.

DÊ-SE CIÊNCIA E CULPRA-SE.

PÔSTO INDÍGENA "CACIQUE NONOAI" em 29/8/1.967.

  
NILSON DE ASSIS CASTRO  
enc. Poind. Cacique Nonoai

CIENTE: Eucia Alves Castro

1824

TÉRMO DE INQUIRIRÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano / de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do pos / to de NONOAI, Estado de Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo, designada pela Portaria Ministerial nº .. / 239/67, do Exmo. SR. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ALCINDO / NASCIMENTO, índio KAINGANG, que esclarecido sôbre as razões de sua / convocação informou que na gestões do Sr. VIEIRA, CASTELLÔ BRANCO / e ACIR DE BARROS existia um instrumento de suplicio denomina "tron / co", digo, denominado "tronco" ; que no tempo da gestão do Sr. SA / LATIEL DINIZ o índio JOÃO CRESPO teve a perna fraturada em virtude / da utilização do referido "tronco"; que mencionado instrumento de // tortura foi desmontado por determinação de uma Comissão de Inquéri- / to que passou por NONOAI na j ,digo, gestão de ACIR DE BARROS; que / o Sr. VIEIRA citado acima é o funcionário FRANCISCO VIEIRA, atual - / mente lotado na IR7. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, ten- / do o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu Walter Luiz Almeida / Walter Luiz Almeida Secretário, lavrasse o presente têrmo que depois / de lido na presença do depoente, vai assinado pela Comissão, sendo / colhido a impressão digital do polegaar da mão direita do depoente / pelo fato de o mesmo ser analfabeto.

Adelino Corrêa  
Presidente

Walter Luiz Almeida  
Vogal

Uolmar Schmitt  
Vogal

Depoente



1825  
50995

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos treze(13) dias do mês de novembro do 1967 na sala da chefia // ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia // do posto indígena de Nonoai, Estado do Rio Grande do Sul, aí reu // nida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Por- // taria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, // digo, do Interior, compareceu o Sr. JOSE BATISTA VAZ, tr balha- // dor, nível 1, do Quadro do SPI, esclarecido soôbre as razões de // sua convocação respondeu que houve o suplicio do "tronco" infringido aos índios subordinado ao posto nas administrações dos chefes CAS // TELO BRANCO, FRANCISCO VIEIRA e ACIR DE BARROS, na última das quais uma Comissão de Inquerito que aqui esteve exigiu a sua e, digo, ime- // diata demolição; que muitos índios sofreram essa tortu, digo, tortu / ra entre os quais, ainda existe no posto, o índio JOÃO CRESPO, alei / jado porque foi fraturada a sua perna pelo mesmo instrumento de tor / tura. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presiden / te mandado que eu João Luiz Almeida Nobrega Secretário, lavras / se o presente têrmo que depois de lido em presença do depoente, vai / assinado pela Comissão, sendo colhido a impressão digital do pole - / gar da mão direita do depoente, pela fato do mesmo ser analfabeto. /

João Luiz Almeida Nobrega  
Presidente

[Assinatura]  
Vogal

Udmar S. Junior  
Vogal

[Assinatura]  
Depoente

1826  
9705

TÉRMO DE INQUIRIRÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano / de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indígena DR SALISTRE DE CAMPOS, Município de Xanxerê, Estado / de Santa Catarina, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. MANOEL MOREIRA DE LARA, brasileiro, casado, Trabalhador, nível 1, esclarecido sobre a razão / de sua convocação informou que há dezoito anos trabalha no posto / Dr. SELISTRE DE CAMPOS; que antes do corte de pinheiros havido na gestão de SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA jamais existiu abate de madeira; que o corte autorizado na gestão de LUCENA era de 10.000 pinheiros; que o corte foi de aproximadamente de 13.000 pinheiros; que esse fato era do conhecimento de LUCENA; que ao conhecer esse fato LUCENA embargava e desembargava o corte não sabendo o depoente as razões que levaram LUCENA a agir desse modo; que ouviu comentários por parte de seu irmão NEREU MOREIRA DA COSTA de que após a concorrência para abate dos pinheiros LUCENA recebeu um automóvel AERO-WILLYS digo, AERO-WILLYS, como presente do Sr. ALBERTO BERTIER DE ALMEIDA; que na gestão do Sr. LUCENA, dito BERTIER abateu cerca de 60 pinheiros do posto; que da concorrência de 10.000 pinheiros a firma vencedora foi J.B. TONIAL & FILHOS; que essa firma após vencer a concorrência distribuiu o abate de pinheiros com outras firmas; que dentre essas firmas secundárias estava a de DOMINGOS BRANDINI; que // quando o depoente e outros fiscais constataram que estavam abatendo pinheiros além do numero determinado no contrato, avisaram ao Sr. LUCENA e este respondeu: "deixa, depois nós damos um jeito"; que posteriormente veio uma Comissão de Curitiba proceder a contagem dos / pinheiros abatidos; que não sabe a que conclusões chegou esta Comissão; que o lucro da venda do pinheiro não foi aplicado no posto; que existem no posto mais de 1.000 índios, dos quais apenas 4 (quatro) vivem em casas de madeira; que a assistência ao índio veio melhorar na gestão do atual chefe Sr. JOÃO GARCIA DE LIMA; que ao tempo em que LUCENA era Chefe não havia qualquer especie de assistência; que LUCENA nunca puniu índios pois não se interessava se os atos dos índios estava certo ou errado; que o antecessor do atual encarregado / era o Sr. ATILIO MAZALOTTE; que ATILIO MAZALOTTE também não prestava assistência aos índios; que no Posto de DR SALISTRE DE CAMPOS // nunca foi distribuido roupas ou comidas aos índios; que SEBASTIÃO / LUCENA DA SILVA foi o unico encarregado do posto que possuiu plantio em terrenos do mesmo posto; que esse plantio era feito de parceria com o índio ALÍPIO; que não sabe de nenhum encarregado que maltratasse os índios; que o gado do posto sempre foi pouco, contando // presentemente com 16 cabeças; que além de gado vacum existem alguns ovinos; que não sabe price, digo, precisar quantas rezes ovinas existem, digo, existem; que além dessas rezes existem ainda um cavalo e

Manoel Moreira de Lara



1827  
um cavalo e uma égua com uma poltranca; que existem rendeiros nas terras do posto mas não sabe precisar a quantidade; que sabe que a maioria dos rendeiros não tem contrato com o SPI; que mesmo sem contrato esses rendeiros pagam a taxa de arrendamento; que sabe / apenas da existencia de um intruso; que esse intruso já foi convidado a se retirar das terras do posto; E nada, digo, que ainda na gestão do Sr. SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA foi instalada, digo, foram reiniciados os trabalhos da serraria existente em terras do posto; que essa serraria fez o desdobramento das toras que ultrapassaram a concorrência dos 10.000 pinheiros como também o beneficiamento / dos pinheiros considerados refugos e at, digo, abatidos pelo Sr. LUCENA. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu João Luiz Almeida Nobre Secretário, lavrasse o presente termo, que datilografei, sendo assinado pelo depoente e pela Comissão, após lido e achado conforme.

Adelino Correia  
Presidente

Ulysses  
Vogal  
Uolmar V. Junior  
Vogal

Manoel Moreira de Souza  
Depoente

1828  
[Handwritten signature]

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano /  
de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do // /  
posto DR SELISTRE DE CAMPOS, Município de Manxerê, Estado de San- /  
ta Catarina, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo de- /  
signada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro /  
do Interior, compareceu o Sr. PEDRO ALÍPIO, índio Kaingang, Capi- /  
tão da Polícia Indígena do Posto, esclarecido sobre as razões da /  
sua convocação informou que é comum no posto de SALISTRE DE CAMPOS /  
os índios trabalharem, digo, os índios trabalhareis gratuitamente; que /  
anteriormente a gestão do Sr. JOÃO GARCIA DE LIMA os índios se em- /  
briagavam constantemente; que o posto não distribui tecidos nem co- /  
midas; que presta alimentação apenas aos índios velhos; que presen- /  
temente não existe prisão para os índios; que na gestão do Sr. NE- /  
REU havia uma prisão muito bem feita; que na gestão de SEBASTIÃO /  
LUCENA DA SILVA os índios passaram a ser preso numa cadeia bem velha /  
ainda hoje existente no posto; que na gestão, digo, gestão de LÍLIO /  
MAZAROTE o índio só era encaminhado ao hospital quando estava qua- /  
se morto; que nunca houve assistência dentária; que há muita mortan- /  
dade infantil não chegando entretanto a metade dos nascimentos veri- /  
ficados; que o corte de pinheiro no posto teve início do, digo, ini- /  
cio na gestão de SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA; E nada mais disse nem ///  
lhe foi perguntado tendo o Senhor Presidente mandado que eu Abac /  
Guiz Almeida Nobre Secretário lavrasse o presente termo, que /  
datilografiei, que após lido em presença do depoente, vai assinado /  
pela Comissão e, digo, Comissão e sendo colhido a impressão digital do /  
polegar da mão direita do depoente, pelo fato do mesmo ser analfabe- /  
to.

[Handwritten signature]  
Presidente

[Handwritten signature]  
Vogal

[Handwritten signature]  
Vogal

[Fingerprint]  
Depoente



208/822

TÉRMO DE INQUÉRITO: aos treze(13) dias do mês de novembro // do ano de mil novecentos e sesenta e sete(1967) dia em que, a Comissão de Inquérito Administrativo, s.digo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, está reunida na sala da chefia do posto Dr. SELISTRE DE CAMPOS, compareceu o / Sr. JOSE DE ALMEIDA, brasileiro, casado, Agente de Proteção ao Índio, nível 6, esclarecido sôbz.digo, sobre as razões de sua convocação informou que serve ao SPI há mais de quarenta anos(40), estando no posto salistre de campos ,digo, SALISTRE DE CAMPOS há 12 anos; que dentre as gestões a que serviu considera a do Sr. LUCENA a mais irregular, uma vez que foi nessa gestão que começaram a ser abatidos os pinheiros do posto; que na concorrência para o abate desses pinheiros a firma vencedora foi J.B. TONIAL & FILHOS; que essa firma está, digo, que essa firma estava combinada com as demais, pois após vencer a concorrência distribuiu os pinheiros que iam ser abatidos com as demais concorrentes; que desconhece venda de gado; que sabe que na gestão de NEREU MOREIRA DA COSTA um índio foi colocado no "tronco" por determinação do próprio Cacique ANTONIO FICA-PAU; que o índio suplicando chamava-se ANT,digo, DOMINGOS COITO;que a assistência prestada ao índio é das ,digo, da mais precária, acentuando-se a precariedade na gestão de LUCENA e ATILIO; que existem cerca de 140 rendeiros nas terras do posto; que todos eles pagam as taxas de arrendamentos; que o pagamento das taxas, algumas vezes, é feito de maneira mixta, isto é, em dinheiro e gênero; que não sabe informar de certeza própria se as rendas são encaminhadas a IN7, sabendo apenas por ouvir dizer que // as im é procedido;E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente mandado que eu Abac Luiz Almeida Nobre - Secretário, lavrasse o presente termo, que datilografei, sendo assinado pelo depoente e pela Comissão, após lido e achado conforme.

Adenilson  
Presidente

Udmar  
Vogal

Udmar  
Vogal

Jose de Almeida  
Depoente

098/1830  
10

TERMO DE INQUIRÇÃO : aos treze(13) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do Posto Dr. SELISTRE DOS CAMPOS, Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. JOÃO GARCIA DE LIMA, brasileiro, casado, / Agente de Índio, nível 5, esclarecido sobre os motivos de sua convocação informou que foi removido do posto Dr. XAVIER DA SILVA, no Paraná, para o Dr. SELISTRE DE CAMPOS onde encontrou as relações muito conturbadas quer entre os índios e o chefe do posto, ATILIO MAZALOTTE, quer principalmente entre o chefe do posto e os civilizados rendeiros ou invasores; que também ATILIO havia se incompatibilizado com as autoridades civis e militares do Município de Xanxerê sobretudo, sobretudo com o Juiz e o Delegado, além do Vigário da freguesia; que atribui ao pouco tato do antecessor na condução dos negócios do posto; que a administração podia ser considerada ruim em virtude do genio irritadiço de ATILIO; que encontrou os índios bebendo muito aguardente acontecendo brigas, assassinatos e exploração por parte dos comerciantes aos índios alcoolizados; que o depoente tomou a iniciativa de reaproximar a administração do posto das autoridades locais, o que conseguiu com certa facilidade; que o Sr. Juiz de Direito convocou e realizou reunião com comerciantes rendeiros e invasores e os admoestou severamente quanto à responsabilidade de cada um dos grupos; que o Sr. Juiz disse aos comerciantes que mandaria prender, processar conforme a Lei todo aquele que vendesse // bebidas alcoolicas ou explorasse os índios; que além disso, o Meretíssimo Juiz elaborou conjuntamente com o depoente uma agenda da reunião e tomou a si ameaçar com medidas legais aqueles rendeiros ou // invasores que se furtassem a assinar os contratos de arrendamentos derrubassem arvores queimassem matas e sublocassem ou vendessem roçados e sitios situados dentro do posto; que, além do Meretíssimo Juiz, compareceram à reunião e endossaram as determinações o representante do Sr. Prefeito de Xanxerê, o Presidente da Camara de Vereadores do Município e o Delegado Regional, além dos Inspectores Policiais; que a situação já começa a estabilizar para melhor como resultado desse verdadeiro ultimatum dado por todas essas autoridades àqueles; que a ação judicial se estendeu tambem ao Município de Abelardo Luz, para onde se estavam dirigindo diversos índios do posto; que existem 154 rendeiros com contratos explorando as terras do posto; que além desses rendeiros contratados existem mais cerca de quarenta e oito (48) familias alojadas nas terras indígenas, explorando a agricultura; que as quarenta e oito familias são consideradas invasoras das terras do posto; que além dessa familias existem ainda mais dois // digo, invasores; que esses dois invasores já foram intimados a se

Garcia



*up*

Vocal

*Udunar S, Rima*

Vocal

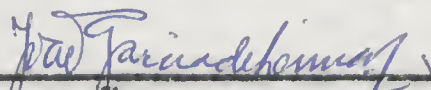
1831  
100

a se retirarem; que os mencionados invasores não pagam qualquer ///  
renda; que não sabe precisar a época que e, digo, ocorreu a invasão; //  
que os invasores têm feito diversas benfeitorias no terreno; que //  
esses invasores estão organizados em colonias contando inclusive com  
escolas primárias com, digo, com professoras públicas, pagas pelo //  
estado, para atender com exclusividade os filhos desses colonos in- //  
valores; que essas escolas tem por patrono o DR AROLDO DE CARVALHO; //  
que os próprios colonos informam que são protegidos, digo, informam //  
que são protegidos pelo deputado AROLDO DE CARVALHO; que havia em //  
gestões anteriores uma cadeia destinada apreender em carcere privado  
os índios do posto mas não pode saber a quem atribuir a responsabili-  
dade; que na gestão de SEBASTIÃO LUCENA havia trinta e sei, digo, seis  
firmas madeireiras explorando o pinhal do posto; que foi apenas uma //  
a firma vencedora da concorrência, no caso J.B. TONIAL & FILHOS; //  
que considera esquisito a mencionada cessão de direitos quando as //  
firmas adjudicadas não haviam se interessados pela referida concor- //  
rência; que é voz corrente haver sido cortado muito maior numero de //  
que o contratado, talvez 12.000 pinheiros, salvo engano; que não pode  
afirmar como motivo pelo qual ATILIO não quieria aceitar propostas da  
firma S. MANELLA na concorrência feita para venda da madeira derruba-  
da no desmantamento da nova estrada ligando Xarxim a São Domingos; //  
que houve varios incidentes em virtude de NEREU MOREIRA DA COSTA,  
funcionário do posto haver insistido pela aceitação visto como é  
salutar aparecerem muitos concorrentes em tal tipo de licitação; que  
finalmente, S. MANELLA venceu no tocante à venda de madeiras de Lei  
e o licitante preferido de ATILIO, JOÃO ITINOZZO venceu a parte refe-  
rente aos toros de pinho; que ainda houve desentendimentos na oportu-  
nidade do recebimento da madeira comprada e paga por S. MANELLA por  
que a mesma foi retirada em parte por terceiros; que sabe por ouvir  
dizer haver SEBASTIÃO LUCENA recebido de presente um automovel de  
uma das firmas madeireiras pela sua tolerancia no caso do corte de pi-  
nheiros; que está sentindo muita dificuldade na reorganização do pos-  
to devido a falta de recursos, a intrasigência dos rendeiros, à in-  
tromissão de estranhos, enfim em decorrência do mau costume já en-  
raizado e que tem o firme proposito de coibir; que esta elaborando  
um plano de trabalho para apresentar ao Sr. Diretor do SPI e se apro-  
vado, espera dar ao posto uma situação de alto suficiencia. E nada  
digo, que encontrou os arquivos do posto em completo tumulto e não  
pode se responsabilizar por falta, erros ou omissões que nele forem  
encontrados. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Pre-  
sidente da Comissão, mandado que eu Moac Buz Almeida Nobre -  
Secretario, lavrasse o present termo que depois de lido e achado  
conforme vai assinado pela Comissão e pelo depoente.



DECLARO que encontrei neste posto vários blocos  
de contratos iguais ao presente assinados  
em branco pelo ex-chefe da Inspetoria, Sr.  
Sebastião Lucena.

PI DR SELISTRE DE CAMPOS, 13/11/67

  
\_\_\_\_\_  
JOÃO GARCIA DE LIMA

1832-A  
*[Handwritten signature]*

- c - permitir o uso gratuito de qualquer nascente ou corrente d'água, para as primeiras necessidades da vida, aos vizinhos que não puderem, sem grande incômodo ou dificuldade, haver água de outra parte;
  - d - abster-se de corromper ou poluir água potável, tornando-a imprópria para o consumo ou nociva à saúde; de conspurcar ou contaminar as águas que não consumir, em prejuízo de terceiros; de praticar atos que embaracem ou prejudiquem o regime e o livre curso das águas e a navegação ou flutuação; e de, sem prévia autorização escrita do SPI, desviar, derivar ou canalizar nascentes ou correntes d'água para as aplicações da agricultura, da indústria ou da higiene, ou construir reservatório, açude cisterna, etc. para aproveitamento das águas, proibida a utilização de queda d'água;
  - e - zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas; observar os preceitos legais, as instruções e decisões das autoridades competentes, as restrições gerais e as proibições a respeito da pesca; e abster-se do aproveitamento industrial de peixes, crustáceos, anfíbios comestíveis ou de adorno e demais espécies animais;
  - f - sujeitar-se às limitações e às proibições relativas à caça, abstendo-se da persiguição, caça, apanha, destruição e utilização de animais silvestres de qualquer espécie, dos esconderijos naturais, ninhos, abrigos e criadouros e dos ovos, larvas e filhotes, salvo se se tratar, a juízo das autoridades competentes, de animais nocivos à propriedade, à agricultura ou a saúde pública;
  - g - abster-se do exercício de atividades de garimpagem, faiscação ou cata, de pesquisa, lavra, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis existentes na superfície ou no interior das terras e nas águas do patrimônio indígena;
- II especialmente, a observar as práticas de conservação do sólo recomendadas pelos órgãos competentes; as recomendações do SPI ou outro órgão competente quanto à criação de animais e à escolha da respectiva espécie; os métodos de prevenção ou erradicação de pragas e doenças que afetem a vegetação florestal, as plantações ou os animais, com imediata comunicação das mesmas ao Encarregado do Posto Indígena; e a legislação tributária e trabalhista, suportando os respectivos ônus.

Cláusula 17.a - Depende de prévia autorização escrita do Encarregado do Posto Indígena o represamento ou outra modalidade de aproveitamento de águas, bem assim a extração de lenha e a derrubada e queima de capoeiras para fins de plantação ou criação, devendo, ainda, o arrendatário comunicar com a antecedência de..... dias a queimada de capoeira, campo ou resto de plantação ao Encarregado do Posto Indígena, que poderá proibi-la ou limitar-lhe a área.

Cláusula 18.a - Reserva-se o arrendador o direito de, diretamente ou por terceiros devidamente autorizados, extrair toros, palanques, madeiras, etc. da área arrendada ou dela aproveitar as jazidas de substâncias minerais de emprêgo imediato na construção civil.

Cláusula 19.a - O inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais ou legais importará na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando a parte culpada ao pagamento da multa de NCr\$.....  
(..... Cruzeiros novos),  
das custas processuais e dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa.

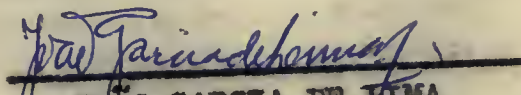
Cláusula 20.a - Os direitos e obrigações do presente contrato, em caso de falecimento do arrendatário, transmitir-se-ão aos respectivos cônjuge e herdeiros.

Cláusula 21.a - As partes contratantes elegem o fôro da comarca da Capital do Estado para qualquer demanda judicial oriunda do presente contrato.



DECLARO que encontrei neste posto vários blocos  
de contratos iguais ao presente assinados  
em branco pelo ex-chefe da Inspetoria, Sr.  
Sebastião Lucena.

PI DR SELISTRE DE CAMPOS, 13/11/67

  
JOÃO GARCIA DE LIMA

1832  
*[Handwritten signature]*

- c - permitir o uso gratuito de qualquer nascente ou corrente d'água, para as primeiras necessidades da vida, aos vizinhos que não puderem, sem grande incômodo ou dificuldade, haver água de outra parte;
- d - abster-se de corromper ou poluir água potável, tornando-a imprópria para o consumo ou nociva à saúde; de conspurcar ou contaminar as águas que não consumir, em prejuízo de terceiros; de praticar atos que embarquem ou prejudiquem o regime e o livre curso das águas e a navegação ou flutuação; e de, sem prévia autorização escrita do SPI, desviar, derivar ou canalizar nascentes ou correntes d'água para as aplicações da agricultura, da indústria ou da higiene, ou construir reservatório, açude cisterna, etc. para aproveitamento das águas, proibida a utilização de queda d'água;
- e - zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas; observar os preceitos legais, as instruções e decisões das autoridades competentes, as restrições gerais e as proibições a respeito da pesca; e abster-se do aproveitamento industrial de peixes, crustáceos, anfíbios comestíveis ou de adorno e demais espécies animais;
- f - sujeitar-se às limitações e às proibições relativas à caça, abstendo-se da perseguição, caça, apanha, destruição e utilização de animais silvestres de qualquer espécie, dos esconderijos naturais, ninhos, abrigos e criadouros e dos ovos, larvas e filhotes, salvo se se tratar, a juízo das autoridades competentes, de animais nocivos à propriedade, à agricultura ou a saúde pública;
- g - abster-se do exercício de atividades de garimpagem, faiscação ou cata, de pesquisa, lavra, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis existentes na superfície ou no interior das terras e nas águas do patrimônio indígena;
- II especialmente, a observar as práticas de conservação do sólo recomendadas pelos órgãos competentes; as recomendações do SPI ou outro órgão competente quanto à criação de animais e à escolha da respectiva espécie; os métodos de prevenção ou erradicação de pragas e doenças que afetem a vegetação florestal, as plantações ou os animais, com imediata comunicação das mesmas ao Encarregado do Posto Indígena; e a legislação tributária e trabalhista, suportando os respectivos ônus.

Cláusula 17.a - Depende de prévia autorização escrita do Encarregado do Posto Indígena o represamento ou outra modalidade de aproveitamento de águas, bem assim a extração de lenha e a derrubada e queima de capoeiras para fins de plantação ou criação, devendo, ainda, o arrendatário comunicar com a antecedência de..... dias a queimada de capoeira, campo ou resto de plantação ao Encarregado do Posto Indígena, que poderá proibi-la ou limitar-lhe a área.

Cláusula 18.a - Reserva-se o arrendador o direito de, diretamente ou por terceiros devidamente autorizados, extrair toros, palanques, madeiras, etc. da área arrendada ou dela aproveitar as jazidas de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil.

Cláusula 19.a - O inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais ou legais importará na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando a parte culpada ao pagamento da multa de NCr\$..... (.....Cruzeiros novos), das custas processuais e dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa.

Cláusula 20.<sup>a</sup> - Os direitos e obrigações do presente contrato, em caso de falecimento do arrendatário, transmitir-se-ão aos respectivos cônjuge e herdeiros.

Cláusula 21.<sup>a</sup> - As partes contratantes elegem o fóro da comarca da Capital do Estado para qualquer demanda judicial oriunda do presente contrato.



DECLINO, que encontrei varios blocos iguais  
ao presente contrato assinados em branco  
pelo ex-chefe da IR7, S<sup>o</sup>. SEBASTIÃO LUCENA  
DA SILVA.

PI Dr. Selistre de S<sup>o</sup> campos 13/11/67

João Garcia de Almeida

1833  
40  
Paulo  
c - permitir o uso gratuito de qualquer nascente ou corrente d'água, para as primeiras necessidades da vida, aos vizinhos que não puderem, sem grande incômodo ou dificuldade, haver água de outra parte;

d - abster-se de corromper ou poluir água potável, tornando-a imprópria para o consumo ou nociva à saúde; de conspurcar ou contaminar as águas que não consumir, em prejuízo de terceiros; de praticar atos que embarquem ou prejudiquem o regime e o livre curso das águas e a navegação ou flutuação; e de, sem prévia autorização escrita do SPI, desviar, derivar ou canalizar nascentes ou correntes d'água para as aplicações da agricultura, da indústria ou da higiene, ou construir reservatório, açude cisterna, etc. para aproveitamento das águas, proibida a utilização de queda d'água;

e - zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas; observar os preceitos legais, as instruções e decisões das autoridades competentes, às restrições gerais e as proibições a respeito da pesca; e abster-se do aproveitamento industrial de peixes, crustáceos, anfíbios comestíveis ou de adorno e demais espécies animais;

f - sujeitar-se às limitações e às proibições relativas à caça, abstendo-se da persiguição, caça, apanha, destruição e utilização de animais silvestres de qualquer espécie, dos esconderijos naturais, ninhos, abrigos e criadouros e dos ovos, larvas e filhotes, salvo se se tratar, a juízo das autoridades competentes, de animais nocivos à propriedade, à agricultura ou a saúde pública;

g - abster-se do exercício de atividades de garimpagem, faiscação ou cata, de pesquisa, lavra, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis existentes na superfície ou no interior das terras e nas águas do patrimônio indígena;

II especialmente, a observar as práticas de conservação do sólo recomendadas pelos órgãos competentes; as recomendações do SPI ou outro órgão competente quanto à criação de animais e à escolha da respectiva espécie; os métodos de prevenção ou erradicação de pragas e doenças que afetem a vegetação florestal, as plantações ou os animais, com imediata comunicação das mesmas ao Encarregado do Posto Indígena; e a legislação tributária e trabalhista, suportando os respectivos ônus.

Cláusula 17.a - Depende de prévia autorização escrita do Encarregado do Posto Indígena o represamento ou outra modalidade de aproveitamento de águas, bem assim a extração de lenha e a derrubada e queima de capoeiras para fins de plantação ou criação, devendo, ainda, o arrendatário comunicar com a antecedência de..... dias a queimada de capoeira, campo ou resto de plantação ao Encarregado do Posto Indígena, que poderá proibi-la ou limitar-lhe a área.

Cláusula 18.a - Reserva-se o arrendador o direito de, diretamente ou por terceiros devidamente autorizados, extrair toros, palanques, madeiras, etc. da área arrendada ou dela aproveitar as jazidas de substâncias minerais de emprêgo imediato na construção civil.

Cláusula 19.a - O inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais ou legais importará na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando a parte culpada ao pagamento da multa de NCr\$.....  
(.....Cruzeiros novos), das custas processuais e dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa.

Cláusula 20.<sup>a</sup> - Os direitos e obrigações do presente contrato, em caso de falecimento do arrendatário, transmitir-se-ão aos respectivos cônjuge e herdeiros.

Cláusula 21.<sup>a</sup> - As partes contratantes elegem o fôro da comarca da Capital do Estado para qualquer demanda judicial oriunda do presente contrato.



DECLARO, que encontrei varios blocos iguais  
ao presente contrato assinados em branco  
pelo ex-chefe da IR7, S.<sup>o</sup> SEBASTIÃO LUCENA  
DA SILVA.

PI Dr. Selistre de Cãmpos 13/11/67

Patricia de Lima

Testemunhas :



...v, que encontrei varios blocos iguais  
ao presente contrato assinados em branco  
pelo ex-chefe da IR7, S<sup>ra</sup>. SEBASTIÃO LUCENA  
DA SILVA.

PI Dr. Selistre de Campos 13/11/67

Procuradoria de Leimaf.

1835  
[Handwritten signature]

[Large rectangular area with horizontal dotted lines, possibly for a map or drawing, with vertical lines on the left and right sides.]

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em .....vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena....., em .....de.....de.....

[Handwritten signature]

Chefe da 7.ª Inspeção Regional do SPI

Arrendatário

Testemunhas :

.....  
.....



DECLINO, que encontrei varios blocos iguais  
ao presente contrato assinados em branco  
pelo ex-chefe da IR7, S.<sup>o</sup> SEBASTIÃO LUCENA  
DA SILVA.

PI Dr. Selistre de Sãmpo<sup>a</sup>s 13/11/67

João Garcia de Almeida

1836  
*[Signature]*

*Com*  
*[Signature]*

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento, em .....vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Pôsto Indígena....., em .....de.....de.....

*[Signature]*  
Chefe da 1.ª Inspetoria Regional do SPI

.....  
Arrendatário

Testemunhas :

.....  
.....

.....  
.....



Uchmar  
Vogal

Uchmar S. Rünor  
Vogal



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1837  
1837

TÉRMO DE INQUIRÇÃO : aos treze (13) dias do mês de novembro do ano de /  
mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala da chefia do posto indi-  
gena Dr. Selistre de Campos, Município de Xanxerê, Estado de Santa //  
Catarina, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada //  
pela portaria ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Presidente, digo, digo //  
do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. AVELINO ALIPIO //  
FONGRE, índio Kaingang, esclarecido sobre os motivos de sua convocação //  
respondeu que é funcionário do SPI, no cargo de trabalhador, nível 1, //  
lotado no posto Dr. Selistre de Campos; que, efetivamente, foi designa- //  
do por Sebastião Lucena da Silva para contar e controlar os pinheiros //  
abatidos pelas diversas firmas madeireiras exploradoras do pinhal do //  
posto; que contou cuidadosamente as árvores abatidas por cada uma das fir- //  
mas, verificando paulatinamente que todas estavam excedendo em muito no nº //  
de árvore que devia ser retiradas; que em cada caso, comunicava o fato //  
a Sebastião Lucena, frisando que a firma já havia cortado mais pinheiros //  
do que o devido; que Sebastião Lucena ouvia a comunicação e dizia que //  
deixasse o madeireiro continuar cortando e que o depoente continua se //  
contando; que o depoente é funcionário subalterno e competia cumprir or- //  
dens mas achava que não estava direito; que a situação continuou até que //  
veio ordem superior para paralisar; que o depoente não sabe de onde prov- //  
diu, proveio a ordem, se do Diretor do SPI ou do Ministro da Agricultura; //  
que cortaram os , digo, cortaram todos os pinheiros aproveitáveis e as ar- //  
vores de a espécie, digo, espécie que o depoente mostrou hoje a Comissão //  
não foram também cortadas por terem sido consideradas refugos, exceto uma //  
ponta de pinheiros na área dos índios guaranis e outra pequena na entra- //  
da do posto, na estrada que liga a xanxerê; que Sebastião Lucena era mui- //  
to amigo de todas as firmas madeireiras; que o pessoal do rancho Anoni- //  
Ferreira incendiou uma vasta área de flor sta de madeira de Lei e pinhei- //  
ro no limite das terras de seu arrendamento; que o prejuízo causado pe- //  
lo fogo foi muito grande; que ATILIO MAZAROTTE era, digo, digo, era de //  
testado pelos índios porque os tratava com brutalidade; que Atilio brigou //  
com as autoridades e com os rancheiros por ser de genio brigão; que não re- //  
corda de ter havido es, noamentos de índios e só houve cadeia para os sel- //  
vícolas na administração de JEREMY LOPEIRA; que os índios bebiam na admi- //  
nistração de Atilio havendo casos de brigas e até de morte por esse motivo //  
que não sofreu coação durante o presente depoimento. E nada mais disse //  
nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Comissão mandado que /// //  
eu Mar Luiz Almeida Nobre Secretário levasse o presente têrmo //  
que depois é lido e achado conforme vai assinado pela Comissão e pelo //  
depoente.

Jader Moreira  
Presidente

Avelino Alipio Fongre  
Depoente



Of. nº 21/CI-239/67

1838  
Em, 02 DE NOVEMBRO DE 1967

DO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº239/67  
DO EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

AO: SR. CHEFE SNI/ATC

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (FAZ)

TENDO ESTA COMISSÃO DE SE DESLOCAR PARA O SUL DO PAÍS, EM FUNÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES PERTINENTES AO SPI, DEVO AGRADECER A V.SA. A INESTIMÁVEL AJUDA PRESTADA POR ESSA AGÊNCIA, DURANTE A NOSSA PERMANÊNCIA NESTA CAPITAL.

TODAVIA, PEÇO AINDA A COLABORAÇÃO DE V.SA. NO SENTIDO DE DETERMINAR O LEVANTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS A FAVOR DO SPI E DAS PESSOAS DO CEL. MILTON DE OLIVEIRA CASTRO E MAJ AVIADOR LUÍS VIMAS NEVES, PARA BRASÍLIA-DF E CUA NABARA.

AO MESMO TEMPO, ROGO APURAR JUNTO AO DR. JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, ENCONTRÁVEL AO SÁBADO, À RUA ALBINO SILVA Nº 619, NESTA CAPITAL, QUAL O PARADEIRO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 605, DO EXMO. MINISTRO DA AGRICULTURA E, SE POSSÍVEL, OBTER CÓPIA FOTOSTÁTICA DA 2ª. VIA DO RELATÓRIO DO MESMO.

OUTROSSIM, INFORMO QUE OUTRA VIA DO REFERIDO RELATÓRIO ESTÁ EM PODER DO CIDADÃO DR. BALIM, QUE TERIA ACOMPANHADO O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO, EM NOME DESSE SNI.

TODAS AS INFORMAÇÕES PODEM SER DIRIGIDAS POR INTERMÉDIO DO MAJ CLIDENOR MOURA, CHEFE DA SC-3, ABSD/SNI, EM BRASÍLIA-DF.

REITERANDO OS PROTESTOS DE AGRADECIMENTO E CONSIDERAÇÃO, SOU

CORDIALMENTE

*Fáder Figueiredo Correia*  
(WILDER DE FIGUEIREDO CORREIA)  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

OF. Nº 21/CI-239/67

1839  
EM, 08 DE NOVEMBRO DE 1967

DO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 239/67  
DO EXMO. SR. MINISTRO DO INTERIOR

AO: SR. CHEFE SNI/ATC

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO (FAZ)

TENDO ESTA COMISSÃO DE SE DESLOCAR PARA O SUL DO PAÍS, EM FUNÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES PERTINENTES AO SPI, DEVO AGRADECER A V.SA. A INESTIMÁVEL AJUDA PRESTADA POR ESSA AGÊNCIA, DURANTE A NOSSA PERMANÊNCIA NESTA CAPITAL.

TODAVIA, PEÇO AINDA A COLABORAÇÃO DE V.SA. NO SENTIDO DE DETERMINAR O LEVANTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS A FAVOR DO SPI E DAS PESSOAS DO CEL HA MILTON DE OLIVEIRA CASTRO E MAJ AVIADOR LUÍS VINHAS NÉVES, PARA BRASÍLIA-DF E QUANABARA.

AO MESMO TEMPO, ROGO APURAR JUNTO AO DR. JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA, ENCONTRÁVEL AO SÁBADO, À RUA ALBINO SILVA Nº 619, NESTA CAPITAL, QUAL O PARADEIRO DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 605, DO EXMO. MINISTRO DA AGRICULTURA E, SE POSSÍVEL, OBTER CÓPIA FOTOSTÁTICA DA 2ª. VIA DO RELATÓRIO DO MESMO.

OUTROSSIM, INFORMO QUE OUTRA VIA DO REFERIDO RELATÓRIO ESTÁ EM PODER DO CIDADÃO DR. BALIM, QUE TERIA ACOMPANHADO O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO, EM NOME DESSE SNI.

TÔDAS AS INFORMAÇÕES PODEM SER DIRIGIDAS POR INTERMÉDIO DO MAJ CLIDENOR MOURA, CHEFE DA SC-3, ABSB/SNI, EM BRASÍLIA-DF.

REITERANDO OS PROTESTOS DE AGRADECIMENTO E CONSIDERAÇÃO, SOU

CORDIALMENTE

*Fáder Correia*  
(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

*Reubi a 1ª  
via . 08/11/67*





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1840  
[assinatura]

TERMO DE IMPLANTAÇÃO: aos treze(13) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala de chefia do posto indígena D<sup>o</sup>. SELISTRE DE CAMPOS, Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. NENEU FONSECA DE COSTA, brasileiro, casado, Agente de Índio, nível 6, esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que está lotado no posto há dezoito anos com uma pequena interrupção de pouco mais de um ano; que o Dr. FELIZ PIMPARO financiou a construção e instalação da serraria que existe no posto/ Dr. Selistre de Campos para ser pago em madeiras serradas pela mesma à base de 50% da produção; que o negócio foi feito na administração do depoente, havendo o financiador sido reembolsado do investimento/ mas ficou ainda com um crédito de Cr\$724.704,00(setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e quatro cruzeiros); que a transação foi autorizada pelo diretor Cel. Luiz Guedes, sendo de notar que se referia / apenas aos pinheiros mortos, os que ficavam na bacia da futura represa do chapelãozinho e os derrubados do furacão; que a serraria funcionou apenas 90 dias havendo sido embargo da mesma autoridade concessora; que a serraria voltou a funcionar sob a chefia de Art. ur // Santos, porque o antecessor do mesmo na chefia do posto, Sebastião // Lucena vendera em concorrência 10.000 pinheiros valendo notar que se tratava de árvores vivas; que após a retirada desses pinheiros desdigo, que além desse contrato acima o Maj Danton, digo, MAJ DANTON // celebrou um contrato de extração de madeira com o Dr. LAFARI COUTINHO à base de 43% para o posto e 57% para a firma; que por esse contrato foram serrados 1.130 pinheiros; que o prosseguimento foi suscitado, digo, obstaculizado por ordem do Ministro Ney Braga, ficando a serraria parada até hoje; que conhece muito bem o caso da concorrência para venda de 10.000 pinheiros; que a firma J.B.TONIAL, digo JOÃO B. TONIAL & FILHOS venceu a licitação e de modo inexplicável a dividiu com mais três outras firmas, ou seja, LAFARI COUTINHO e FELIZ PIMPARO, associados, DOMINGOS BRANDINI e OLIVIO TOZZI; que tocava 1.100 pinheiros para DOMINGOS BRANDINI e 1.700 pinheiros para cada uma das outras três, digo, tocava 1.100 pinheiros para DOMINGOS BRANDINI 5.600 para JOÃO B. TONIAL e 1.700 para as outras duas firmas; que novamente subdividiram a tal ponto que chegou a haver trinta e duas firmas(32) derrubando árvores no posto sem delimitação de área, total escolhendo as melhores e mais grossas; que SEBASTIÃO LUCENA tinha conhecimento do fato não só porque o estava vendo como também porque foi advertido pelo depoente, por outros funcionários e até por índios; que SEBASTIÃO LUCENA não se enconodou com o fato e entrou de férias já ciente do malcalabro; que o depoente telefonou ao chefe da I-7, Jenu



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1841  
[assinatura]

denunciando o fato e levou depois em mãos um memorial também denunciador dirigido pelos índios àquela autoridade; que o chefe da Inspetoria, ALIZIO CARVALHO prometeu tomar providências mas nunca o fez até ser exonerado; que LUCENA regressou noventa dias após, já em fevereiro, e, pressionado por funcionários e índios constituiu uma Comissão de contagem de pinheiros; que essa Comissão constatou; que FIDERO e COUTINHO haviam ultrapassado a cota determinada; que ao avisarem a SEBASTIÃO LUCENA declarou ele que podiam continuar cortando que acertaria posteriormente; que não sabe qual o tipo de acerto seria; que efetivamente foi recolhido depois o valor de 670 pinheiros cortados a mais, já no tempo em que FERNANDO CRUZ era chefe da Inspetoria; que a acusação de que SEBASTIÃO LUCENA recebera um automóvel é procedente; que na carta denuncia dos índios falava-se de que IRANDINI estaria estraindo cedro o que levou o depoente a interferir para evitar a continuação; que foi procurado por DOMINGOS IRANDINI que o informou que derrubara apenas o árvore daquela madeira, mas que iria continuar a fazer-lo porque vendera um automóvel Aero-Willys a Sebastião LUCENA para ser pago em cedro "por fora" isto é, fraudulentamente em prejuízo do SPI; que aquele madeireiro pediu ao depoente para não criar obstáculos a fim de que a firma não perdesse o valor do carro; que o depoente declarou peremptoriamente estar o carro perdido porque iria determinar, como de fato determinou, a proibição de retirar outras árvores; que, estabelecido o escândalo, LUCENA não recolheu o valor e ninguém também quis assumir a responsabilidade, somente vindo a ser recolhido quando ATILIO LAZZAROTTI assumiu a chefia do Posto; que o depoente lembrou a LUCENA já haver mais de 7.000 (sete mil) pinheiros contados em uma só localização do Posto sendo conveniente mandar os madeireiros abatê-los e, após terminar, contar previamente o restante e entregá-los aos madeireiros, proposta essa recusada sem justificativa; que é igualmente verdadeira a afirmativa de que o preço de Cr. \$12.000 (doze mil cruzeiros antigos) por pinheiros era irrisória porque o preço local de unidade era superior a Cr. 20.000 àquele tempo; que LUCENA sempre alegava estar ciente e contra o prejuízo claro que estava sendo dado ao SPI mas nada podia fazer pois se tratava de ordens do Diretor, LAJ VI NAS NEVES; que JOÃO B. TONIAL & FILHOS remetia dinheiro diretamente ao LAJ VI NAS NEVES, talvez pelo Banco Nacional do Comércio, Banco INCO ou Banco do Brasil, de Xanxerê; que também foi remetido dinheiro diretamente ao CEL. BATILTON; que o depoente insistiu junto a ATILIO LAZZAROTTI para aceitar a proposta da firma S. MANEIA, S/A porque considera conveniente receber o maior número de propostas em uma concorrência pública, o que não concordava ATILIO por questões de capricho, talvez; que não compreende o interesse de quel chefe do Posto pelo concorrente AVELINO MINOZZO, advertindo que estava de que o mesmo chegara mesmo a furtar toros do Posto; que não foi o depoente a pessoa que indagou do Banco se havia suficiente provisão de fundos para o cheque de MINOZZO, mas, sim, o próprio





1842  
5/12/20  
[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR

ARTURIO engenheiro da LAMELA, S/A; que, se houve desonestidade não foi do depoente, em autoridade para proteger alguém, sendo ARTURIO o único que demonstrou protecionismo a ponto de pretender impedir a proposta de um concorrente a mais; que confirma a existência do código ao tempo em que HOTA CABRAL E DIVAL foram chefes da Inspetoria, sendo todos os avisos / cifrados; que a esse tempo o depoente era chefe do Posto; que acredita que uma autorização manuscrita de ARTURIO se refira a madeiras vendidas por índios a arrendatários; que acredita que, a continuar o ritmo anterior, em pouco tempo e taria liquidado o imenso patrimônio dos índios; que, durante os 90 (noventa) dias em que a serraria funcionou servando pinheiros caídos construiu a serraria e quasi a pagou totalmente e mais a sede do Posto, uma escola no Toldo dos Cuaranís, quatro casas para os índios, quatro casas para trabalhadores da serraria quando quasi nada se fez para de se haver destruído a maior parte das reservas florestais do Posto. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado encerrando-se o presente depoimento, prestado sem coação, mandando do Presidente que eu, plac Luiz Almeida Nobre, secretário lavasse o presente termo que, depois de lido, se achado conforme, vai assinado pela Comissão e pelo depoente.

Jaques Conrúia Presidente  
[assinatura] Vogal  
Udmar V. Lima Vogal  
Mesem M. da Costa Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1843  
9708

TÉRMO DE INQUÉRRIÇÃO: aos quatorze(14) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indigena GUARITA, Municipio de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada // pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. JOSE CLAUDINO, indio KAINGANG, Capitão do Posto, esclarecido sôbre os motivos de sua convocação respondeu que esclarece // e retifica a data do presente depoimento que é, verdadeiramente, quinze de novembro de 1967(mil novecentos e sessenta e sete); que ACIR // BARROS, ao tempo em que foi chefe do Posto, mandou espancar muitos indios conforme a Comissão pode verificar se investigar; que entre os // espancados cita o nome da india MARIA CLAUDINA; que os espancamentos eram feitos por um negro chamado MIGUEL PRETO; que êsse negro foi // trazido por ACIR de NONOAI exclusivamente para castigar os indios do posto GUARITA; que as autoridades de Guarita, digo, do Municipio de Tenente Portela, principalmente o Delegado e os Vereadores cultivavam // terras indigenas sem pagar renda; que ACIR DE BARROS também cultivava uma grande área exatamente nos fundos da residencia do chefe do posto e outra mais para o interior das terras indigenas em seu próprio benefício sendo os indios obrigados a trabalhar gratuitamente nos roçados; que VISL, digo, VISMAR COSTA LIMA e seu filho não maltratava // os indios apesar de viverem ambos embriagados, mesmo durante o expediente; que ROMILDO, além de espancar indios, os obrigava a trabalhar em excesso e o depoente mostra o açude construido em frente a residencia, produto desses excessos; que ALIZIO CARVALHO, já falecido, igualmente espancava e explorava os indigenas; que JOSE BATISTA FERREIRA FILHO também explorava as terras indigenas, sendo sua mulher, Da. JURACI, muito abusada com os indios; que vários madeireiros estrairam madeira na área indigena durante muitos anos, não só pinho como madeira de Lei, inclusive cedro, canela e louro; que lembra muito bem da retirada dos dormentes, em número de 150 mil, tirados por ELCIR FORTE, residente de ,digo, em Tenente Portela; que os dormentes não tinham // tamanho bitolados e eram aproveitados em todo tamanho da árvore, isto é, cada árvore dava apenas um dormente; que existem mais de 200(duzentos) rendeiros plantando nas terras do posto; que após a gestão // de SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA na IR7, os rendeiros passaram a pagar // Cr\$0.000,00(oitenta mil cruzeiros antigos) por alqueire; que os indios não tem assistencia médico-dentária; que há muitos casos de doença entre os indios, inclusive até berne, que é um parasita proprio de animais. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu João Luiz Almeida No bnf Secretário, lavrasse o presente têrmo, que datilografei, sendo assi-





1844  
29

MINISTÉRIO DO INTERIOR

sendo assinado, depois de lido e achado conforme, pelo depoente e pela Comissão.

Em tempo - foi colhida a impressão digital do polegar da mão direita do depoente, por o mesmo não saber assinar o nome.

Fidelis ...  
Presidente

...  
Vogal

Udmar S. ...  
Vogal

...  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1845  
9998

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano de // mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indígena GUARITA, Município de Tenente Portela, Muni,digo, // Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. SEBASTIÃO ALFAIATE, indio Kangang, Coronel da Tribo sediada no posto, esclarecido, digo, esclarecido sobre os motivos de sua convocação, respondeu que ACIR DE BARROS espancava os indios através de um preto que trouxe de NONOAI; que ACIR BARROS cultivava em proveito proprio terra do patrimônio indígena; que ACIR tinha // cerca de 20 policiais no posto; que o Delegado de Policia do Município de Tenente Portela plantava gratuitamente na area do Posto sem pagamento de renda; que VISMAR COSTA LIMA era dado ao vício de embriagues alcoolica; que o açude existente em frente a administração(sede) foi feito pelos indios com grande esforço e sem pagamento ao tempo de ROMILDO; que Da. JURACI, esposa de JOSE BATISTA FERREIRA FILHO, era muito vilo, digo, era muito violenta com os indigenas; que os indios tem passado muita necessidade e trabalhado de graça para todos os administradores; que a situação tem melhorado depois, digo, depois da vinda do atual chefe, LUIZ// MARTINS DA CUNHA, que tem permitido ao selvicolas trabalharem para si e fazerem roçados; que a cadeia indígena já foi abandonada sendo que o castigo para aqueles que procedem mau e alguns dias de trabalho em beneficio do posto; que atualmente os indios não gozam de assistencia medica-/ dentária. E nada mais disse nem lhe foi perguntado et, digo, tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu Umar Luiz Almeida Nobrega Secretário, lavrasse o presente termo, que datilografei, sendo assinado pelo depoente e pela Comissão, após lido e achado conforme.

Adem Corneio  
Presidente

Umar Luiz Almeida Nobrega  
Vogal

Sebastião Alfaiate  
Depoente

Umar J. R. R. R.  
Vogal



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7ª INSPETORIA REGIONAL  
PÔSTO INDÍGENA "GUARITA"

RELAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS QUE SALDARAM OS ALUGUERES  
DAS ÁREAS QUE CULTIVAM

Nº.de ordem	Nome do arrendatário	Área ar rendada	Importância paga (Ncr\$.)
1	ADOLFO HARDT.....	121.000	400,00
2	ADELINO FRANCISCO MACHADO.....	72.600	240,00
3	AGENOR MENDONÇA MACHADO.....	60.500	200,00
4	ALFREDO GARCIA DA ROCHA.....	72.600	240,00
5	ARNALDO HERMANN.....	145.200	480,00
6	ARTHUR CARLOS HULRICH.....	60.500	200,00
7	ANTÔNIO TOSSIN.....	72.600	240,00
8	ANTÔNIO JESUS DOS SANTOS.....	72.600	240,00
9	ARGEU MENEZES.....	121.000	400,00
10	ASTOLFO BRAGA.....	242.000	800,00
11	CARLOS WALTER HARDT.....	72.600	240,00
12	CARLOS JUROSCHESKI.....	121.000	400,00
13	CONSTANTINO DA ROCHA MACHADO.....	36.300	120,00
14	DARCY OTTONELLI.....	145.200	480,00
15	DINIZ CARLOS DE SOUZA.....	121.000	400,00
16	DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS.....	48.400	160,00
17	EDGAR FASSBINDER.....	96.800	320,00
18	EDGAR IRENO WILLIS.....	121.000	400,00
19	ELMO EMILIO PENNO.....	181.500	600,00
20	ELOY DOS SANTOS LUTZ.....	60.500	200,00
21	EMILIO GUILHERME SCHOWANZ.....	121.000	400,00
22	ERNESTO HENRIQUE HARDT.....	72.600	240,00
23	FELICIANO CÂNDIDO VALENTIM.....	181.500	600,00
24	FIGELO LUIZ BRUN.....	121.000	400,00
25	FLORINAL BARBOSA DE LIMA.....	121.000	400,00
26	FRIDOLINO LEONARDO JAGER.....	121.000	400,00
27	GALDINO PINTO DO AMARAL.....	121.000	400,00
28	ISRAEL CAPELARI.....	145.200	480,00
29	JERÔNIMO POLITOWSKI.....	121.000	400,00
30	JORGE ALGOTT SAMUELSON.....	96.800	320,00
31	JOSÉ MOURA FERNANDEZ.....	121.000	400,00
32	LAUDELINO RODRIGUES.....	72.600	240,00
33	LEOPOLDO GOLLE.....	181.500	600,00
34	LEOPOLDO KONZEN.....	121.000	400,00
35	MARIO CARNIEL.....	121.000	400,00
36	MARCELINO LORENZONE.....	121.000	400,00
37	ORÁCIO ZANCH.....	108.900	360,00
38	ONORATO VALÉRIO FERREIRA DE BARROS...	242.000	800,00
39	OSVALDO ALVES RODRIGUES.....	121.000	400,00
40	ORESTES BRESSAN.....	145.200	480,00
41	PAULO EBERHARDT.....	399.300	1.320,00
42	PEDRO ARTINO GOULART.....	363.000	1.200,00
43	RICARDO BIGUELINI NETTO.....	121.000	400,00
44	RODOLFO WAGNER.....	121.000	400,00
45	SATURNINO ERGEN DE SOUZA.....	72.600	240,00
46	SEBASTIÃO VIEDO.....	72.600	240,00
47	VALDIR FASSBINDER.....	96.800	320,00
48	VILANETO PARAHYBA.....	121.000	400,00
49	WILLY ARTHUR HARDT.....	84.700	280,00

20.050,00



1847  
107  
258

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7ª INSPECTORIA REGIONAL  
PÔSTO INDÍGENA "GUARITA"

RELAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS QUE PAGAVAM POR PERCENTAGEM  
SÔBRE A SAFRA

Nº. de ordem	Nome do arrendatário	Área arrendada	Importe do arrendamento
1	ARCELINO SUARES BUENO.....	121.000	400,00
2	ACÁCIO MOTTA DA ROSA.....	121.000	400,00
3	ADÃO LOPES PINHEIRO.....	121.000	400,00
4	AGRIPINO FLORIANO FILHO.....	121.000	400,00
5	ALVINO AGNOLETTI.....	193.600	640,00
6	ANTONIO JOSÉ DE OLIVEIRA.....	121.000	400,00
7	BRUNO WERNER.....	145.200	480,00
8	BELMIRO RODRIGUES DE ÁVILA.....	121.000	400,00
9	DALMIRO CANABARRO.....	242.000	800,00
10	DARY OTTONELLI.....	242.000	800,00
11	EDUARDO BALK.....	193.600	640,00
12	ELIO HERMANN.....	145.200	480,00
13	EMILIO CAETANO DE SOUZA.....	121.000	400,00
14	GENTIL CAETANO DE SOUZA.....	121.000	400,00
15	JOÃO CORRENTINO MENEZES.....	145.200	480,00
16	JOÃO OLIVEIRA.....	121.000	400,00
17	JOÃO PEDRO FAZ.....	242.000	800,00
18	JOÃO PERKOSKI.....	121.000	400,00
19	JOÃO VENZO.....	169.400	560,00
20	JOSÉ DOS REIS VARGAS.....	193.600	640,00
21	LADISLAU NOGUEIRA.....	121.000	400,00
22	LUIZ RODRIGUES VIANA.....	121.000	400,00
23	MANOEL GRIVDA BIRON.....	121.000	400,00
24	MAURO CANDAL GUTTEREZ.....	121.000	400,00
25	NORBERTO POLICENA DOS SANTOS.....	121.000	400,00
26	ONOFRE FERREIRA MACHADO.....	169.400	560,00
27	PEDRO PEREIRA DE CASTRO.....	121.000	400,00
28	SALVADOR MACHADO.....	193.600	640,00
29	TEODOLINO BORGES.....	121.000	400,00
30	VALDELINO DOS SANTOS.....	169.400	560,00
31	VALDOMIRO MIRANDA.....	121.000	400,00
32	VALSUMIRO SANTAELA DE OLIVEIRA....	484.000	1.600,00
33	VIVALDINO VARGAS DA SILVA.....	121.000	400,00
34	ZENO GRANETTO.....	242.000	800,00



1848  
W  
GSS

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7ª INSPETORIA REGIONAL  
PÔSTO INDÍGENA "GUARITA"

RELAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS QUE PAGAVAM ARRENDAMENTO  
COM DINHEIRO, MAS QUE NÃO SALDARAM O COMPROMISSO.

Nº.de ordem	Nome do arrendatário	Área ar rendada	Importância a pagar (Ncr\$.).
1	ADÃO LOPES PINHEIRO.....	121.000	400,00
2	AFONSO VERIATO DOS SANTOS.....	121.000	400,00
3	ALBINO ANTONIO VILAMI.....	145.200	480,00
4	ALVINO MUELLER.....	96.800	320,00
5	ALBINO SCHEPP.....	242.000	800,00
6	ALCIDES ANTONIO CEOLIM.....	121.000	400,00
7	ANTONIO MODESTO.....	121.000	400,00
8	ARCIDE VILANI.....	145.200	480,00
9	ARLINDO CONZATTO E OUTROS.....	242.000	800,00
10	ARTHUR GEHRKE.....	363.000	1.200,00
11	BENJAMIM SCHOWANZ.....	484.000	1.600,00
12	BENO SCHNEIDER.....	266.200	880,00
13	DANIEL MATTER.....	121.000	400,00
14	DEOLINDO OTTONELLI.....	121.000	400,00
15	EDMAR MACALLI.....	72.600	240,00
16	EDMUNDO WINDSCHOSKI.....	121.000	400,00
17	EDUARDO JUROSCHESKI.....	121.000	400,00
18	EMILIO CAETANO DE SOUZA.....	121.000	400,00
19	ENIZ MENEZES.....	121.000	400,00
20	ERICH EBERHARD.....	484.000	1.600,00
21	EVA DA SILVA.....	145.200	480,00
22	EVALDO LAESQUER.....	121.000	400,00
23	GERMANO OTTO TRAPP.....	121.000	400,00
24	GETULIO OTTONELLI.....	242.000	800,00
25	IRETHEU ADMAR RAMAIER.....	121.000	400,00
26	IVO DE SOUZA.....	121.000	400,00
27	JOÃO ANTONIO MELO CARDOSO.....	121.000	400,00
28	JOÃO RICLISKI.....	181.500	600,00
29	JOSÉ BUSCHANELLI.....	242.000	800,00
30	JOSÉ CHARNESKI.....	1.210.000	4.000,00
31	JOSÉ DE OLIVEIRA PITT.....	242.000	800,00
32	JULIO FLORENTINO LISANA SALDANA..	121.000	400,00
33	MARIO EUZIREZ DE MOURA GUTIERREZ.	121.000	400,00
34	MARIO SILVEIRA RAMOS.....	242.000	800,00
35	OTÁVIO RAMAIER.....	121.000	400,00
36	PEDRO SILVA.....	121.000	400,00
37	ROEWER & FILHOS.....	3.000.000	9.920,00
38	SIEGFRIED BRUNO GEIB.....	242.000	800,00
39	TEODOLINO BORGES.....	121.000	400,00
40	UNIVERSINO REIS DA COSTA.....	121.000	400,00
41	VALDOY GONÇALVES DE LIMA.....	181.500	600,00
42	VASCONCELOS SUARES DOS SANTOS....	121.000	400,00
43	VIDAL MOREIRA DE QUADROS.....	96.800	320,00
44	WALDEMAR DE MOURA REIS.....	121.000	400,00

Total 27.920,00

1849  
[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7ª INSPETORIA REGIONAL  
PÔSTO INDÍGENA "GUARITA"

RELAÇÃO DOS ARRENDATÁRIOS QUE CULTIVAM NA RESERVA, SEM CONTRATO

Nº.de ordem	Nome do arrendatário
1	ORLANDO FOGHESATTO - 72.600 m <sup>2</sup>
2	ADÃO CARVALHO - 72.600 m <sup>2</sup>
3	ERNESTO GRUBER - 48.400 m <sup>2</sup>
4	OLMIRO VARGAS - 72.600 m <sup>2</sup>
5	MATIAS VARGAS - 96.700 m <sup>2</sup>
6	AUGUSTO OLINK - 121.000 m <sup>2</sup>
7	JACÓ MARIÃO - 96.800 m <sup>2</sup>
8	WAILLER (hoteleiro) - 96.900 m <sup>2</sup>
9	DOROTEIO DOS SANTOS 48.400 m <sup>2</sup>
10	SETEMBRINO BASTOS - 121.000 m <sup>2</sup>
11	EMILIO KEHL 121.000 m <sup>2</sup>
12	OSWALDO PINNO 145.200 m <sup>2</sup>
13	ARMINDO PEREIRA (Baiano) 96.800 m <sup>2</sup>
14	ARMINDO PEREIRA DA SILVA 36.300 m <sup>2</sup>
15	JOÃO PORTO 24.200 m <sup>2</sup>
16	HENRIQUE BADAN 72.600 m <sup>2</sup>
17	FERNANDO BARBOSA 48.400 m <sup>2</sup>
18	ERLY BATISTA PRATZ 121.000 m <sup>2</sup>
19	AMÉRICO VERIATO 121.000 m <sup>2</sup>
20	FRANCISCO PARCIANELLI 242.000 m <sup>2</sup>
21	NELSON CASAGRANDE 96.800 m <sup>2</sup>

Área 1.854.100,00 m<sup>2</sup>

valor m<sup>2</sup>, 6.121,73



CÓPIA AUTÊNTICA

R\$ 15.080,00

Recebi do Sr. LUIZ MARTINS DA CUNHA, Agente de Proteção aos Índios, nível 5-A e Encarregado do Pôsto Indígena "GUARITA", - situado no Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul e jurisdicionado à 7ª. Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra - de R\$ 15.080,00 (QUINZE MIL, E OITENTA CRUZEIROS NOVOS), relativa à parcela do total recebido proveniente de arrendamento de terras da área do mesmo Pôsto, importância esta que será devidamente escriturada no livro "Caixa" da supracitada Inspetoria, da qual - sou o atual Chefe. Para clareza, passo o presente recibo em 5 (cinco) vias de igual teor e para um só efeito.-

Poind "GUARITA", - Tenente Portela-RS.  
em, 03 de agosto de 1.967.

(as) Sebastião Lucena da Silva

Sebastião Lucena da Silva  
Chefe da IR-7, do SPI.-

Confere com o original.  
Em 31/08/67.

Leopoldo Pellin  
Auxiliar de Contabilidade.

VISTO

Luiz Martins da Cunha  
Encarregado.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1851  
400  
BDF

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indige na GUARITA, Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, / aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. Leopoldo Pellin, brasileiro, casado, funcionário contratado / do SPI, esclarecido sobre as razões de sua convocação informou que servia no posto CACIQUE GREGORIO KAECHOT tendo sido tranferido para o posto de GUARITA em agosto do corrente ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967); que desempenha as funções de Auxiliar de Contabilidade, sendo o responsável pela Escrita Contabil do Posto; que segundo foi informado a escrita do posto, antes de sua chegada, era feita por um funcionário da IR7, que periodicamente vinha a GUARITA, não sendo portanto feito os lançamentos concomitantemente com o movimento; que sabe por ouvir dizer, que ~~os~~ quatro ou cinco soldados da policia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, como também o Prefeito de Tenente / PORTELA plantam na area do posto sem pagar rendas; que em três de agosto do corrente ano foi entregue a SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA a importância de NCR\$15.080,00(Quinze mil e ,digo, quinze mil cruzeiros novos e oitenta e oitavos); que referida entrega foi feita na Sede do POSTO DE GUARITA; que o depoente assistiu a entrega desse dinheiro; que o dinheiro foi entregue pelo encarregado do POSTO DE GUARITA, LUIZ MARTINS DA CUNHA; // que desconhece o destino que seria dado a esse dinheiro; que durante o periodo em que serve no POSTO DE GUARITA nunca viu ser distribuido aos indios sapatos, banha, fumo e outros remédios que não sejam melhora; que o atendimento para a distribuição de remedios é feito na Farmácia / do POSTO; que é precarissimo o estoque de remedios existentes na Farmácia; que não sabe explicar porque a renda do ano passado foi tão baixa, muito inferior ao do ano anterior; wue ,digo, que ainda não teve / tempo de conhecer perfeitamente o posto, suas sutilezas e habitantes // mas acredita que o numero de agricultores não indigenas é muito superior ao declarado, incluindo nesse último caso rendeiros legalizados ou não; que houve uma reunião dos rendeiros na qual aceitaram não pagar // a dívida contratual do ano e apelar para a chefia da Inspetoria, digo, para o Sr. Ministro do Interior no sentido de retornar a taxa de renda / ao nível do ano passado; que não tendo recebido até agora resposta ao memorial continuam irredutíveis na decisão de não recolherem suas anuidades; que a casos em que o indio vende seus roçados a civilizados // que não sabe se a chefia do posto interfere para evitar esses negocios lesivo ao Patrimonio do Indio, em ultima análise. E nada mais disse // nem lhe foi perguntado , tendo o depoente prestado o presente depoimento sem coação, o qual depois lido e achado conforme, vai assinado pelo





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1852  
pelo depoente e pela Comissão, depois de lavrado por mim Moac Buiç  
Almeida Nobrega Secretário da Comissão, que o datilografei.

Fáder Corrêa  
Presidente

M. P. F.  
Vogal

Uolmar S. Junior  
Vogal

Almeida Nobrega  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1853  
[assinatura]

TERMO DE INQUIRIÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do // posto indigena GUARITA, Municipio de Tenente Portela, Estado do // Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administra - tivo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Mi nistro do interior, compareceu a Sra. GUILHERMINA BORGES DE MEDEI- ROS, brasileira, viuva, Artifice de Manutenção, nível 6, exercendo as funções de Auxiliar de Enfermagem, esclarecida sôbre as razões / da sua convocação, informou que há vinte anos trabalha no posto// Guarita; que sômente em 1958 entrou para o Serviço Público; que na parte de assistencia médica o posto presta tôda a assistencia aos indigenas; que em 1967 morreram cerca de trinta indios; que esses/ indios morreram de SARAMPO, COQUELUCHE, PNEUMONIA; que não existe/ estoque de medicamentos na Enfermaria; que quando acontece de che- gar um indio doente a depoente prepara uma relação dos remedios // que são necessários a cura do indio e entrega ao Sr. LUIZ MARTINS DA SILVA, digo, LUIZ MARTINS DA CUNHA; que os remedios são adquiridos e ministrado ao indio doente; que nos casos mais grave o indio é en- caminhado ao médico; que atende a muitos indios que se esbofeteiam / ou se ferem em brigas quando se embreagam, digo, embriagam; que o fato é muito comum. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o sr. Presidente da Comissão, mandado que eu, Abra Bui z Almeida Nobrega Secretário, lavrasse o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pela referida Comis- são de Inquerito e pelo depoente.

Fader Corneia  
Presidente

[assinatura]  
Vogal

Udmar V. Junior  
Vogal

Guilhermina Borges de Medeiros  
Depoente





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1854  
1854

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indigena GUARITA, Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, com pareceu o Sr. SANTO CLAUDINO, indio KANGANG, esclarecido sôbre os motivos de sua convocação, respondeu que sofre dificuldades em promover o necessário sustento de sua família, em virtude de não possuir os recursos necessários a exploração agricola; que tentou obter um in ,/ digo, empréstimo bancário; que não pode obter, digo, obter o referido/ empréstimo em virtude de sua incapacidade legal; que a assistencia ao indio melhorou após a gestão do Sr. LUIZ MARTINS SILVA; que no tempo em que ACIR BARROS era encarregado do posto , , era servida aos indios uma comida de cachorro; que na dita gestão o depoente era o Capitão // da Policia Indigena; que naquela época existia uma prisão, que hoje // já não existe; que na gestão ACIR BARROS que os indios trabalhavam unicamente para o posto; que esse trabalho era gratuito; que na gestão / de ACIR BARROS havia distribuição de tecidos para roupa para indios // velhos, como é feito ainda hoje; que o pastor da Igreja Assembléia de Deus tem Nacionalidade Argentina. E nada mais disse nem lhe foi per- guntado tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu Luiz Almeida Nobrega, Secretário, lavrasse o presente têrmo que datilografei, sendo assindao, digo, assinado depois de lido e acha do conforme, pela Comissão e pelo depoente.

Fáder Corrêa  
Presidente

Uolmar S. Lima  
Vogal

x Santo Claudino  
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1855  
1855  
1855

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano de/ mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do posto indígena GUARITA, Municipio de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do/ Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pe-/ la Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior/ compareceu o Sr. JOSE PEDRO RAMOS, brasileiro, casado, Trabalhador ní- vel 1, esclarecido sôbre os motivos de sua convocação respondeu que // há mais de 12 anos serve no posto de GUARITA; que foi sempre e exclu- sivamente o depoente o executor de todos os trabalhos de motorista da/ Repartição; que desde 1957, ao tempo da chefia de IRIDIANO não foi /// contratado nenhum motorista para guiar os carros da Repartição;que /// igualmente não é contratado caminhões estranhos para executar servi -/ ços do posto;que os funcionários recebem algumas vezes pequenas con-/ digo, quantidade de generos para seu gasto, dadas pelo chefe do Posto/ LUIZ MARTINS DE SILVA; que o depoente planta alguns hectares em terras dos indios para auxiliar sua manutenção; não pagando renda por essas// culturas; que outros funcionários também procedem dessa forma;que /// o Chefe do Posto, LUIZ MARTINS DA SILVA, não tem plantações na area/ / do posto; que autoridades de Tenente Portela lavram terras indigenas / sem pagar rendas, valendo notar que o Prefeito Municipal tem suas cul- turas no,digo, localizadas na area 1,digo, denominada Tenente Portela digo, na área proxima ao campo de aviação do posto; Nada mais disse // nem lhe foi perguntado e considerada a manifesta intenção do depoente em obscurecer fatos que são comprovadamente do conhecimento do depo- ente mandou o Sr. Presidente que se lavrasse o presente têrmo o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim que o datilografei.

Adere Correia  
Presidente

[Assinatura]  
Vogal

Uolmar D. Pinho  
Vogal

+ Jose Pedro Ramos  
Depoente



G)

CRIAÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade exist.	Adquiridos	Vendidos ou transferidos	Nascidos	Mortos
<b>BOVINOS</b>					
Touro e bois.....	-16-	-.-	-.-	-.-	-1-
Vacas.....	-15-	-.-	-.-	-.-	-.-
Novilhas.....	-6-	-.-	-.-	-.-	-.-
Bezerros.....	-4-	-.-	-.-	-.-	-.-
Bezerras.....	-2-	-.-	-.-	-.-	-.-
<b>EQUINOS</b>					
Cavalos.....	-13-	-.-	-.-	-.-	-1-
Éguas.....	-17-	-.-	-.-	-.-	-.-
Potrilhos.....	-4-	-.-	-.-	-.-	-.-
Potrancas.....	-2-	-.-	-.-	-.-	-.-

H)

## PLANTACÕES

(Áreas em m<sup>2</sup>)

ROCADOS:

$$\begin{array}{c} \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} \\ | & | & & | & | & & | & | & & | & | & & | & | \\ \text{C} & \text{C} & \longrightarrow & \text{C} & \text{C} & \longrightarrow & \text{C} & \text{C} & \longrightarrow & \text{C} & \text{C} & \longrightarrow & \text{C} & \text{C} \\ | & | & & | & | & & | & | & & | & | & & | & | \\ \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} & & \text{H} & \text{H} \end{array}$$

DERRUBADAS:

$$\sum_{j=0}^{\infty} \frac{(-1)^j}{(2j+1)!} = -\frac{1}{e}, \quad \sum_{j=0}^{\infty} \frac{(-1)^j}{(2j+2)!} = \frac{1}{e} - \frac{1}{2}$$

PASTAGENS:

[illegible]

ÁRVORES FRUTÍFERAS:

(Indique o n.º de pés)

PLANTAÇÕES:

(Idem)

The image shows two chemical structures. On the left is 1,2-dibromoethane, represented as a zigzag line with two bromine atoms (Br) attached to the two carbons. On the right is 1,1-dibromoethane, represented as a horizontal line with two bromine atoms (Br) attached to the same carbon atom.

— — —

Figure 1

1000

---

.....

.....

.....

.....

.....

1

10

I)

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

O B S E R V A Ç ã O

Havendo sido procedido o levantamento dos animais existentes neste Poind, em 21 de Outubro do corrente ano, constatou-se a existência dos acima registrados, todos pertencentes ao Patrimônio Indígena, o que vem de alterar o número anteriormente inserido nos Avisos Mensais.

**Visto :**

.....  
Chefe da I. R.

pôsto Indígena "Guarita", em 31

de

o u t u b r o

de 196 7.-

Agente ou responsável pelo posto

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Ano: 1967

I. R. 72

AVISO DO POSTO: "GUARITA"

VIA  
Mês: JANEIRO

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS

Homens: 257  
Mulheres: 320  
Menores de 12 anos { Masc. 158  
Fem. 383  
Total: 1.118

B) NASCIMENTOS

Nome	Tribo	Masc.	Fem.	Total
JOSE DERLI RIBEIRO	Caing	1	-	-1-
MARIA DE LOURDES MO- REIRA	Caing	-	1	-1-

D) ANEXO REMETEMOS

Guias de remessa ns.  
Ordem de Serviço n.  
Contrôle de medicamentos  
Frequência escolar  
Movimento de renda

C) ÓBITOS

Nome	Tribo	Idade	Sexo
Natalina Fongê	Caing	1	Fem.
Geni Salles	Caing	1	Fem.

E)

PRODUÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade	Distribuído aos índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo p' o mês seguinte
MILHO EM ESPIGA Kg.	-.-	622	1.148	135.090	133.320
FEIJÃO Kg.	-.-	663	65	6.714	5.986
ALMOZ EM CASCA Kg.	-.-	56	-.-	309	253
ERVA MATE Kg.	400	400	-.-	-.-	-.-

F)

BENFEITORIAS

Continuamos executando as de rotina.



G)

CRIANÇA

[illegible]

H)

## PLANTACÕES

(Áreas em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: X-X-X-X-X-X-X-X-DERRUBADAS: X-X-X-X-X-X-X-X-X  
PASTAGENS: X-X  
ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés) X-X  
PLANTACÕES: (Idem) X-X

D

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

Nenhuma digna de registro.

Visto: ..... Chefe da I. B.

.....  
Chefe da I. R.

Pôsto Indígena "Guarita", em 30 de Setembro de 1967. -

Agente ou responsável pelo posto

Ano: 1.967

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

I. R. 7ª

VIA  
Mês SETEMBRO

AVISO DO POSTO: "GUARITA"

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS	B) NASCIMENTOS				
	Nome	Tribo	Masc.	Fem.	Total
Homens: 257	SEI MOVIMENTO A REGISTRAR.				
Mulheres: 320					
Menores de { Masc. 157 12 anos { Fem. 384					
Total: 1.118					
D) ANEXO REMETEMOS	C) ÓBITOS				
	Nome	Tribo	Idade	Sexo	
Guias de remessa ns.	ILIBIA BENTO	Caing	11	Fem.	
Ordem de Serviço n.	FRANCISCA SOUZA	Caing	58	Fem.	
Contrôle de medicamentos					
Frequência escolar					
Movimento de renda					

E) PRODUÇÃO					
ESPÉCIE	Quantidade	Distribuído aos índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo p o mês seguinte
MILHO EM ESPIGA.... Kg.....	--	110	119.180	254.270	135.090
FEIJÃO..... Kg.....	--	879	120	7.713	6.714
ARROZ EM CASCA..... Kg.....	--	166	--	475	309
FEIJÃO SOJA..... Kg.....	--	--	--	214	214
OBSERVAÇÃO:- Em relação ao MILHO EM ESPIGA, no total acima consignado na					
coluna "Consumo do Posto", foram incluídos 119.000 (cento e					
dezenove mil) quilos que no corrente mês foram entregues à					
firma MARONI & LUTZ LTDA., como pagamento por conta, de seu					
crédito (Processo MA-010-326-67).-					

F) BENFEITORIAS

Semi-concluída, já está sendo habitada por funcionário deste Posto, a casa de madeira, coberta de telhas, das dimensões de 9,00x7,00 metros, que fizemos construir nas imediações da casa de administração.

Prosseguimos com os trabalhos de limpeza das estradas que dão acesso ao Posto, com a restauração da cerca que separa a invernada.



CRIAÇÃO

[illegible]

H)

## PLANTAÇÕES

(Áreas em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS: ..... DERRUBADAS: .....  
PASTAGENS: .....  
ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés) .....  
PLANTACÕES: (Idem) .....

D

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

Nenhuma digna de registro.

Visto : ..... Chefe da I. R.

Pôsto Indígena "Guarita", em 31 de A g ô s t o de 1967.-

Agente ou responsável pelo posto

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Ano: 1.967

I. R. ....

AVISO DO POSTO: " GUARITA "

VIA  
Mês AGOSTO

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS

Homens: 257  
Mulheres: 321  
Menores de { Masc. 157  
12 anos { Fem. 385  
Total: 1.120

B) NASCIMENTOS

Nome	Tribo	Masc.	Fem.	Total
MARIA LEOPOLDINO	Caing	-	1	-1-

D) ANEXO REMETEMOS

Guias de remessa ns.  
Ordem de Serviço n.  
Contrôle de medicamentos  
Frequência escolar  
Movimento de renda

C) ÓBITOS

Nome	Tribo	Idade	Sexo
ALVOLINA MILIO	Caing	1	Fem.
DARCI ROSA	Caing	2	Fem.
CLEUSA CLAUDINO	Caing	2	Fem.

E)

PRODUÇÃO

ESPÉCIE	Quantidade	Distribuído aos índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo p' o mês seguinte
MILHO EM ESPIGA....Kg.....	--	380	110	254.760	254.270
FEIJÃO.....Kg.....	--	657	130	8.500	7.713
ARROZ EM CASCA.....Kg.....	--	225	--	700	475
FEIJÃO SOJA.....Kg.....	--	--	52.911	53.125	214
OBSERVAÇÃO:- Em relação ao feijão soja, o total acima consignado na coluna "Consumo do Posto", representa o que foi vendido e entregue no corrente mês.-					

F)

BENFEITORIAS

Procederam-se as de costume, tais como limpeza e conservação das estradas que dão acesso ao prédio de Administração.

Foram também iniciados os trabalhos de construção de uma casa, de madeira serrada, coberta de telhas, medindo 9,00x7,00 metros, destinada à residência de funcionário.



CRIAÇÃO

[illegible]

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

Manhã digna de registro.

Visto: \_\_\_\_\_  
Chefe da I. R.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 196\_\_

\_\_\_\_\_  
Agente ou responsável pelo posto

Ano: 1.967

I. R. 7<sup>a</sup>

Mê

JUL 16

AVISO DO POSTO: " G U A R I T A "

### A) ÍNDIOS ASSISTIDOS

Homens:.....	257
Mulheres:.....	321
Menores de { Masc.....	157
12 anos { Fem.....	387
Total:	1.122

B)	NASCIMENTOS
----	-------------

[illegible]

D) ANEXO REMETEMOS

Guias de remessa ns.  
Ordem de Serviço n.  
Contrôle de medicamentos  
Frequência escolar  
Movimento de renda

C) ÓRITOS

N o m e	Tribo	Idade	Sexo
LUCIA SUPRIANO.....	Caingang	1	Fem.
NEREU AMARAL.....	Caingang	1	Masc
ARCELINO FAGUNDES.....	Caingang	4	Masc
PEDRO CASTORINO.....	Caingang	2	Masc

E) \_\_\_\_\_ PRODUÇÃO

[illegible]

F) BENFEITORIAS

Nenhuma digna de registro.



G)

CRIAÇÃO

[illegible]

H)

## PLANTAÇÕES

(Áreas em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS:

DERRUBADAS:

PASTAGENS:

ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés)

PLANTAÇÕES: (Idem)

D

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

P. Estado sanitário da população indígena, bastante agitado com casos de sarampo e outras enfermidades.

Continua este Poind, norecebimento de produtos, das colheitas dêste ano.

Visto :

.....  
Chefe da I. R.

Poind "Tuarita"

30

de

J u n h o

de 196 7.-

Agente ou responsável pelo posto





CRIAÇÃO

H)	PLANTACÕES	(Áreas em m <sup>2</sup> )
----	------------	----------------------------

DERRUBADAS:

ARVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés)

PLANTAÇÕES: (Idem)

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

.....  
Chefe da I, R.

de

M a i o

de 196 7.-

Agente ou responsável pelo posto

AVISO DO POSTO; " G U A R I T A "

I. R. 72

Mês

VIA

RAZO

Este mês, não houve benfeitorias.



G)

CRIAÇÃO

[illegible]

H)

## PLANTAÇÕES

(Áreas em m<sup>2</sup>)

ROÇADOS:

DERRUBADAS:

PASTAGENS:

ÁRVORES FRUTÍFERAS: (Indique o n.º de pés)

PLANTACÕES: (Idem)

D

OUTRAS OCORRÊNCIAS E NECESSIDADES DO POSTO:

Estado sanitário da população indígena, boa. Continuamos distri-  
buindo produtos para alimentação e plantio de rocas para os selvicolas.

**Visto :**

.....  
Chefe da I. R.

10 - O Irmão "Guaita",

29

de

1711

de 1967. -

Agente ou responsável pelo posto

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Ano: 1.967

I. R. 72

Mês

VIA

MAIL

AVISO DO POSTO: "GUARITA"

A) ÍNDIOS ASSISTIDOS		B) NASCIMENTOS				
		Nome	Tribo	Masc.	Fem.	Total
Homens:	260	NÃO HOUVE.				
Mulheres:	321					
Menores de 12 anos	162					
	388					
Total:	1.131					

D) ANEXO REMETEMOS

Guias de remessa ns.  
Ordem de Serviço n.  
Contrôle de medicamentos  
Frequência escolar  
Movimento de renda

C) ÓBITOS				
Nome	Tribo	Idade	Sexo	
Germano Ribeiro	Caim	100	Masc.	

E) PRODUÇÃO						
ESPÉCIE	Quantidade	Distribuído aos índios	Consumo do Posto	Saldo do mês anterior	Saldo p' o mês seguinte	
Rilho em grãos (quilos)	10.000	12.000	7.380	14.000	4.200	
Trigo em grãos (quilos)	- - -	480	6.120	7.580	980	
Feijão preto (quilos)	- - -	676	11.250	11.926	- - -	
Leite (Litros)	80	60	20	- - -	- - -	
Observação:- Na coluna onde se lê "Consumo do Posto", relativo ao rilho, trigo e feijão preto, no total de 7.380 kg., 6.120 kg. e 11.926 kg. estão incluídos nêstes totais, as vendas de 5.800 kg. de rilho, 6.000 kg. de Trigo e 11.010 kg. de feijão preto.						

F) BENFEITORIAS

Torram encerrados os trabalhos de reparo da casa de administração deste Posto, como sejam, reforma total do pátio da frente, colocação de Durex nas paredes do escritório, colocação de novas aberturas no Escritório, pintura total da casa a óleo e aquarela (cal).-





MINISTÉRIO DO INTERIOR

1863  
[Assinatura]

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos quinze(15) dias do mês de novembro do ano/ de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala da chefia do pos/ to indigena de GUARITA, Municipio de Tenente Portela, Estado do // Rio Grande do Sul, aí reunida a Comissão de Inquérito Administra -/ tivo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. / Ministro do Interior, compareceu o Sr. LUIZ MARTINS DA CUNHA, bra / sileiro, casado, Agente de Índio, nível 5, esclarecido sôbre os mo / tivos de sua convocação, informou que há quatorze anos(14) é funcio// nário do SPI, sempre como encarregado de posto, havendo chefiado /// os seguintes postos VISCONDE DE TONÉ - Mato Grosso, IPEGUE, CACHOEI/ RINHA, NAILIQUE SÃO JOÃO e ALVES DE BARROS em Mato Grosso, regiões/ dos Kadiues; que assumiu a chefia do posto ALVES DE BARROS, respon-/ dendo também, ao mesmo tempo, pela chefia dos dois outros, NAILIQUE/ e SÃO JOÃO por solicitação de ALIZIO DE CARVALHO, Substituto de JO-// SE FERNANDO CRUZ na chefia da 5IR; que a investidura do depoente na/ chefia dos postos citados tinha por escopo a pacificação da luta en/ tre índios e fazendeiros, cujo episódio mais lamentável foi a morte/ de PRIMITIVO COUTO; que encontrou alguns índios armados de mosquetões antigos; que ouviu falar na compra de armas que FERNANDO CRUZ fize-/ ra à Casa Nasser, porém não conseguiu apreender referidas armas; que conseguiu harmonizar as facções e obter que índios e fazendeiros// recolhesse seus gados e não mais se hostilizassem; que recebeu o va-/ lor dos arrendamentos em gado marcando-o e soltando-o nas fazendas // indigenas; que parte desses arrendamentos eram pago em dinheiro di/ tamente à Inspetoria, como, por exemplo, o fazendeiro DURVAL BARBO-/ sa e seus irmãos; que não vendeu nenhuma partida de boci, digo, bovi/ nos durante sua gestão mas entregou uma boiada vendida por JOSE // FERNANDO DA CURZ, digo, JOSE FERNANDO DA CURZ de numero não recorda / do e no valor total de Cr\$ 5.315.000,00(cinco milhões, trezentos e / quinze mil cruzeiros velhos); que assumiu o posto de GUARITA em .. / 15.07.65 e não encontrou nenhum funcionário para investi-lo legal- / mente, tendo portanto assumido o posto de "fato" e procedendo ao / levantamento inventarial; que já encontrou suspenso o corte de ma- / deiras de Lei e de pinheiros; que na gestão do depoente foram cor / tadas madeiras desvitalizadas por ERCI PORTES LITZ, domiciliado / em Tenente Portela para construção de 10 casas de índios; que a / transação foi feita diretamente entre o comerciante e o chefe da Iná / digo, Inspetoria, JOSE FERNANDO DA CURZ; que não acompanhou a derru- / bada, porque delegou poderes ao funcionário JOSE PEDRO RAMOS; que não sabe nem tem em arquivo o numero de madeiras abatidas; que a indica / ção constante na coluna "consumo do posto" que figura no formulário de aviso mensal do posto não significam que os ta, digo, totais indi-

[Assinatura]



1864  
1000

indicados sejam consumidos pelo posto; sendo parte encaminhado ao moinho para transformação em fubá; que esse fubá é posteriormente distribuido aos indios; que no que respeita a outros generos a indicação é correta e o consumo é realmente feito pelo posto; que os generos constantes dos referidos avisos é recebido dos arrendatários; que assinou um recibo de Cr\$6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros antigos) a favor de JOSE FERNANDO DA CRUZ sem haver recebido essa importância nem qualquer coisa por conta que foi indiciado pelo fato no inquérito instaurado pela portaria nº 605 do Sr. Ministro da Agricultura, processo esse presidido pelo Dr. JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA; que acredita que as rendas do posto venham aumentando ano a ano e este ano renderá mais do que o ano de 1966 e esse por sua vez, mais do que 1965; que a diminuição que se observa, digo, observa na Contabilidade é provável ser fruto de erro do funcionário encarregado ou da falta de pagamento de vários rendeiros que se recusam a pagar pelas novas taxas; que todos os lavradores existente com terras na área indigena estão cadastrados, tenham ou não contratos assinados; que não é verdade haver centenas de famílias na área indigena de modo irregular e subrepticio existindo apenas os vinte e um (21) cuja lista forneceu à Comissão; que os agricultores sem contratos acima referidos pagam renda à base de percentagem, isto é, 30% sobre a colheita; que o depoente não usa do expediente de receber rendas de agricultores não registrados e ficar com as mesmas; que o salário do depoente é insignificante e tem que se alimentar por conta do posto para poder viver, a mesma coisa acontecendo com o escriturário contratado LEOPOLDO PELIN; que não comete excessos nesse tocante, tendo alimentação bastante frugal; que já encontrou a situação anômala de o Prefeito e autoridades policiais do municipio de Tenente Portela plantarem na reserva indigena sem pagar rendas; que recebeu ordens verbais de todos os chefes da IR7, a partir de JOSE FERNANDO DA CRUZ, para deixar permanecer esse estado, digo, estado quo; que o Prefeito, digo Prefeito Municipal alega que assim procede porque se encarrega, digo, encarrega da conservação do posto, digo, da conservação do campo de aviação; que são reais os valores gastos na aquisição de erva-mate e fumo destinados à distribuição aos indios; que o Aero-Willys cor azul, ano de fabricação 1963, de propriedade do depoente foi adquirido com economias proprias do casal e com o produto de herança recebida por sua senhora, Da. MARIA CRUZ, digo, MARIA LUIZA CRUZ DA CUNHA. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo o Sr. Presidente da Comissão, mandado que eu João Luiz Almeida Nobre Secretário da Comissão, lavrasse o presente termo, que datilografei, e que vai assinado pela Comissão e pelo depoente, depois de lido e achado conforme.//////////





MINISTÉRIO DO INTERIOR

e achado conforme.

Fidelis Lorençini  
Presidente

apla  
Vogal

Udmar S. Lima  
Vogal

Enzo Martins de Camê  
Depoente



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

CÓPIA PARA CONTROLE DE SERVIÇO

1866  
14700

Ministerio da Agricultura
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
I. R. 7.
Protocolado sob n.º
Em 5 de NOV de 1957

201-113  
PI-1

AGRIPARQUE

FOZ DE IGUAÇU (PR)

269 2 10 57 CONFORME DETERMINAÇÃO DIRETOR SERVIÇOS DE  
PROTEÇÃO AOS INDIOS Vg SUGRIU HOJE AVIAO REAL Vg SETE VOLUMES CONTEENDO  
ESTACAO RADIO TRANSMISSORA E ACESSÓRIOS MTOMA Vg FIM SERVIR COBERTURA  
INAUGURAÇÃO HOTEL NÉSSA CIDADE PELO SENHOR MINISTRO DA AGRICULTURA pt  
SOLICITO ACUSARDES RECEBIMENTO pt SDS pt

AGRINDIOS - Chefe I.R.7 - Substituto

- Chefe I.R.7 - Substº





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Serviço de Proteção aos Índios  
7.ª Inspeção Regional  
Curitiba - Paraná

1867  
[Assinatura]  
Curitiba-Pr.

Em, 15 de maio de 1.967.-

Mem. N.º 36

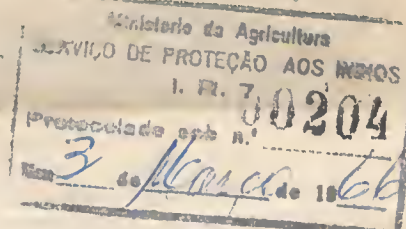
Sr. Encarregado do Posto Indígena "CACIQUE DOBLE"  
Município de Cacique Doble-Rio Grande do Sul

Tendo em vista o que consta da Ordem de Serviço Interna nº 48, de 8/5/67, expedida pelo Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, Diretor deste Serviço, fica V.Sa., autorizado por esta Chefia a recolher em nome do signatário do presente, na praça desta Capital de Curitiba-Pr., o saldo proveniente da venda de cereais desse Poiná, correspondente ao ano de 1.966.-

SALVAÇÕES

[Assinatura]  
Sebastião Lucena da Silva  
Chefe da IR-7, do SPI.-

SLS/ff.



Snr. Major DANTON PINHEIRO MACHADO

M.D. Chefe de I.R. 7-

Curitiba-

Afim de dar cumprimento ao vosso pedido verbal pelo Agente Atilio Mazelotti em esta administração informar da quantidade ainda existente nesta área indígena de pinheiros em condições de serem aproveitados para industrialização; informo que: aproximadamente ainda contamos com 400 (quatrocentos) e si bem aproveitados, 500 (quinhentos), mas acontece que seria interessante e mesmo de justiça, estes, ficarem como reserva aos índios, que com tanta saudades estão assistindo a retirada de seus pinheiros, <sup>rais</sup> dos quais saboreiam todos os anos, seus gostosos pinhões, fruta essa das mais apreciadas pelos mesmos, e também necessitam para construir seus ranchinhos, cercas etc, assim como, para conservação das cercas das invernadas que por força, são construídas com o rechões de altura e mais 3 fios de arame farpado por cima, cerca essa que evita a passagem de suínos pertencente aos índios as terras de lavoura, e, essa sobra de 400 a 500 pinheiros vendidos, teremos que, a bem logo proibir aos índios de prosseguirem a criação dos referidos suínos, porque não contaremos com os pinheiros, para fornecer os rechões principal material que evita como já disse, a passagem dos já referidos suínos. Pretendo Sr. Chefe, afin de fazer prestação de contas a essa Inspeção, seguir para ali, possivelmente nos primeiros dias do proximo mês, e, nessa oportunidade, pessoalmente, melhor informação, prestarei a V.S. .Respeitosamente envio ao prezado Chefe, minhas cordiais saudações. P.F. Cpl. Telemaco Borba, 27/2/66-

Wismar Costa Lima-Agente 6, B-  
Administrador do Pôsto-

ARQUIVE - SE

Curitiba-Pr. I.R. 7 em 30 de 8 de 1966

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  
Chefe da Inspeção

Arquivo  
Em 3/3/66





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Serviço de Proteção aos Índios  
7ª Inspeção Regional  
Curitiba - Paraná

1867-  
467


Mem. N° 12

Em 2 DE FEVEREIRO DE 1966.

DO CHEFE DA 7ª. INSPETORIA REGIONAL DO S.P.I.  
AO SR. ENCARGADO DO P.O.IND "DUQUE DE CAXIAS"  
IBIRAMA (SC)

PARA OS DEVIDOS FINS, COMUNICO-VOS QUE FICA SEM EFEITO O MEM.  
N° 157/65, DE 3 DE DEZEMBRO DO ANO PRÓXIMO PASSADO, DESTA CHEFIA, COM RELAÇÃO AO  
CORTE DE MADEIRA NESSE POSTO INDÍGENA.

CORDIAIS SAUDAÇÕES

  
DANTON PINHEIRO MACHADO  
CHEFE DA INSPETORIA

*maç*

*Recebi a Original  
21/2/66  
M. M. M.*

1870  
417

INTERIOR

Curitiba-Pr.  
, 16 de agosto de 1.967

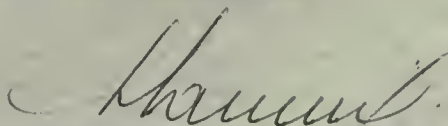
Mem. nº 63

Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO  
MD. Diretor Substituto do Serviço de Proteção aos Índios  
Edifício do Banco da Amazônia S/A.-2º andar  
BRASÍLIA - Distrito Federal

Atendendo determinação do Cel. Hamilton de Oliveira Castro, Diretor do SPI, constante da anexa Ordem de Serviço Interna nº 21, de 14/8/67, incluso ao presente estou remetando, em nome de V.Sª., um cheque de Pagamento de nº 598337, na importância de RCr\$.10.000,00 (DEZ MIL CRUZFIROS NOVOS), emitido pelo Banco Nacional do Comércio-Agência de Curitiba-Pr., contra a Agência do mesmo Banco, nossa Capital.

A fim de constar de oportuna prestação de contas (Renda Indígena) desta Regional, solicito de V.Sª., a remessa de um recibo devidamente assinado, em 5 (cinco) vias da aludida importância.-

Atenciosas Saudações



Sebastião Lucena da Silva  
Chefe da IR-7., do SPI

SLS/ff.



MINISTERIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7ª INSPETORIA REGIONAL

Ministério da Agricultura  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7.º  
14 julho 1966

1871  
[Handwritten signature]

Ofício nº 3

SÃO JERONIMO DA SERRA 11 DE JULHO 1966

DO ENCARREGADO DO PND "BARRÃO DE ANTONINA",  
AO SNR. CHEFE DA 7ª I.R. CURITIBA  
ASSUNTO:

Esta administração desejando fazer roçada para plantio de milho e feijão, neste Posto, e como não dispõe de outros recursos, para tratar dos Índios no trabalho.

Solicita dessa Chefia, autorização para abater 1 (um) animal bovino para tal fim.

Cordiais Saudações

Raul de Souza Bueno  
Raul de Souza Bueno  
Agente 5-A Ens. do Posto.

guntei copia do  
mem. nº 44 de 21/7/66

22/7/66

[Handwritten signature]

ARQUIVE-SE

Curitiba-Pr. IR-7PI-em 23 de 8 de 1966

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  
Chefe da Inspetoria

Arquive-se. —  
Respondido p/ Mem. nº 44, de  
21/7/66. —  
Em 21/7/66  
[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
Serviço de Proteção aos Índios  
7.ª Inspeção Regional  
Curitiba - Paraná

1872  
EP  
CURITIBA, PR.

Em 21 DE JULHO DE 1966.

Mem. N.º 44

ILMO. SR.

ENCARREGADO DO PÔSTO INDÍGENA "BARÃO DE ANTONINA"

SÃO JERONIMO DA SERRA - PARANÁ

RESPOSTA VOSSO OFÍCIO Nº 3, DE 11 DO CORRENTE, AUTORIZO, LEMBRANDO, PORÉM, QUE O ANIMAL BOVINO DEVERÁ SER DO PATRIMÔNIO INDÍGENA, ASSIM COMO REMETER Á ESTA CHEFIA O RESPECTIVO TÊRMO DE MORTE EM 5(CINCO) VIAS, COM TÔDAS AS DIS CRIMINAÇÕES.

SALUAÇÕES

DIVAL JOSÉ DE SOUZA  
CHEFE DA INSPEÇÃO



1873  
TBOA

Of. nº 336

Curitiba-Pr.

18 de novembro de 1.966

Diretor do Serviço de Proteção aos Índios

Sr. Chefe da 7ª Inspeção Regional - Curitiba-Pr.

redução de percentagem (comunica)

Senhor Chefe,

Ministério da Agricultura
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
I. R. 7.
Protocolado sob n.º 1.052
Em 21 de 11 de 1966

Esta Diretoria, considerando os apelos de arrendatários de terras da área do Posto Indígena "Dr. SELISTRE DE CAMPOS" situado no município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, unida-de sob a jurisdição dessa Regional e no intuito de estabelecer - normas para o arrendamento parcial da área em aprêço, resolve de-terminar que:

a) Sejam reduzidas para 10% (dez por cento), a taxa a ser cobrada dos colonos arrendatários, da suprarreferida Área In-dígena;

b) que a percentagem resultante da taxa de 10% (dez por cento), em favor do Posto, seja entregue na sede do mesmo;

c) que o cereal ou produto do arrendamento, pago pe-lo arrendatário, a título de taxa, esteja em bom estado, sendo re-jeitado pelo Encarregado do Posto, ou funcionário incumbido de fa-zê-lo, caso não apresente estado de aproveitamento total;

d) que sejam rigorosamente observadas as disposições contidas no Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963, no to-cante ao respeito à família indígena e a preservação do seu Patri-mônio;

e) além dos arrendatários já existentes, fica termi-nantemente proibido a admissão de novos arrendatários, suprimin-do-se a vaga dos que por ventura, por qualquer motivo venham deso-cupar a área;

f) constitue causa determinante de despejo do arren-datário:

1- término de prazo contratual;

2- subarrender, ceder ou emprestar, parte ou todo da área arrendada, sem prévia anuência da administra

(continua)



CÓPIA AUTÊNTICA de Of. nº336 (continuação)

1874-  
- 47  
- 62A

- administração do Pôsto;
- 3) falta de pagamento da renda no prazo convencional-  
do;
  - 4) dano causado a terra ou a colheita por falta de  
cuidados;
  - 5) abandono do cultivo;
  - 6) mudança de destinação da área arrendada;
  - 7) transgressão de normas estabelecidas pela adminis-  
tração do Pôsto.

2. A presente determinação visa normalizar temporária-  
mente, o problema de arrendamentos de terra indígena existente  
na mencionada área, ficando a critério desta Diretoria a adoção  
de novas diretrizes, objetivando, antes de mais nada, o melhora-  
mento do nível de vida do indígena.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa., os  
meus protestos de estima e consideração.-

a) Cel. Hamilton de Oliveira Castro

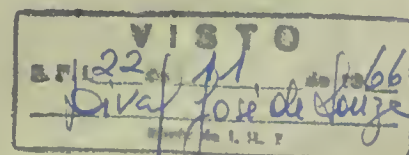
Cel. Hamilton de Oliveira Castro  
Diretor do S. P. I.

HOC/ff.

CONFERE COM O ORIGINAL:

Vivaldino de Souza

Vivaldino de Souza  
Aux. de Portaria, nível 7-A







MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7.º I. R.

Ministério da Agricultura  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
I. R. 7.  
Protocolado sob **10200**  
Em 3 de Mar de 1966

OE/26/66

Ind. Cacique Nacai,  
Em 10 fevereiro-1966

Do Encarregado do Ind. Cacique Nacai,  
Ao Ilmo. Sr. Chefe da 7.ª Inspetoria Regional.  
Assunto Prestações de Contas (aresenta).

Senhor Chefe:

De acordo com a solicitação dessa Ind. Ind. Cacique Nacai, efetuada em data anterior, quando em visita oficial à este Posto, - anexo apresento-vos para os devidos fins, os mapas de Avisos mensais, frequência escolar, bem como Termos de Mortes de animais, e, Termos de nascimentos de animais, referentes aos meses de janeiro à dezembro de 1965.

Segue anexo, cópias autênticas da ordem de Serviço nº 3/7, de 17/12/64, assinada pelo Ilmo. Sr. João de Oliveira Vilela, D. Carlos de Almeida, autorizando o Ind. Cacique Nacai, a vender (e) a comprar bovinos, para ser aplicados no Posto, de acordo com o Regulamento de Índios Nacionais e Indígenas, existentes neste Ind. Ind. Cacique Nacai, em 29 de outubro de 1965.

Outrossim, solicito-vos remessa das 3as. vias de Avisos mensais, e frequência escolar, 4as. vias dos Termos de nascimentos e Termos de mortes de animais; as 4as. vias do Levantamento de Índios do Posto Indígena Cacique Nacai, devidamente arquivado o Visto dessa Ind. Ind. Cacique Nacai, para posterior arquivamento neste Ind. Ind. Cacique Nacai.

Informo-vos que deixo de ser apresentados os mapas de Índios Nacionais (prestação-1965), e, Controle de medicamentos, (1965), por falta de material, ou seja: mapas para controle de medicamentos e controle de Índios, que estão esgotados neste Ind. Ind. Cacique Nacai, desde agosto de 1965.

Nada mais havendo à tratar no assunto, apresento a oportunidade que se me oferece, para renovar-vos os protestos de alta estima e distinta consideração.

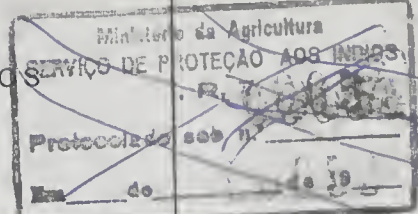
Atenciosamente,

Guilherme F. de S. Silva  
Ind. Cacique Nacai.

*Arquivo*  
ARQUIVE-SE  
Curitiba-Paraná em 15 de 19 de 1967  
SEBASTIÃO DA SILVA  
Chefe da Inspetoria

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDÍGENAS  
DIRETORIA  
SERVIÇO RÁDIO TELEGRÁFICO  
CURITIBA, 19 de JANEIRO de 1966

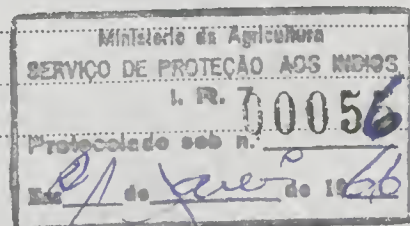
CARIMBO DA ESTAÇÃO



do de PPI-21 Procedência CACIQUE CAPANEMA N.º 5 Pls. 70 Data 19 Hora 15  
Dia 19/1  
As 15,30  
por SA.

ENDERÉÇO

AGRINDIOS  
CHEFE IR-7  
CURITIBA, PR.



1876

NR. 5 DE 19/1/66 COMUNICO QUE O SENHOR JOSE MARCELINO VIANA  
VG RESIDENTE NA DIVISA AREA INDIGENA PALMEIRINHA VG ACABA DE  
VENDER 150 PINHEIROS QUE DEIXARAM DE SER MARCADOS POR OCASIAO  
DA CONCORRENCIA HAVIDA NESTE POIND FICANDO CASO ENTREGUE  
ANTIGA ADMINISTRACAO ESSA IR PT SDS

ENC. PI CACIQUE CAPANEMA.

AUTUE-SE E ARQUIVE-SE

*Sebastião Lucena da Silva*

RESP. PELO EXP. DA IR-7

ARQUIVADO

Em 21 de Janeiro de 1966

ARQUIVE-SE

Curitiba-Pr. IR-7-SPI-em, 12 de 9 de 1966

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  
Chefe da Inspeção



1877  
9/10/67

TERMO DE INQUIRÇÃO: AOS SEIS DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E SETE, NA SALA DA CHEFIA DA SÉTIMA INSPETORIA DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS, EM CURITIBA, ESTADO DO CEARÁ, AÍ REUNIDA A COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO INSTITUÍDA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 239/67, COMPARECEU O SR. ELIAS GONÇALVES DA COSTA, JÁ QUALIFICADO NOS AUTOS DO PRESENTE PROCESSO, QUE PROSSEGUINDO EM SUAS DECLARAÇÕES, INFORMOU QUEAS NEGOCIATAS EXISTENTES NA IR-7 SÃO FEITAS PELOS INSPETORES CHEFES E ELEMENTOS DE SUA INTEIRA CONFIANÇA; QUE O DEPOENTE NÃO PARTICIPA DESSAS NEGOCIATAS; QUE OS CHEFES EVITAM QUE O SETOR CONTABIL INGRE, POR COMPLETO, O MOVIMENTO FINANCEIRO DA INSPETORIA, VISTO QUE TODA A DOCUMENTAÇÃO BANCÁRIA SÃO CONTROLADOS ÚNICAMENTE PELOS CHEFES DA IR-7; VÁRIOS SÃO OS RESPONSÁVEIS POR DINHEIROS; QUE O DEPOENTE APRESENTARÁ UM QUADRO DEMONSTRATIVO DESSOS RESPONSÁVEIS; QUE NO PÔSTO DE GUARITA É DO CONHECIMENTO PÚBLICO A ROBALHEIRA DE MADEIRA QUE SE PROCESSA NAQUELE PÔSTO, COM A CONIVÊNCIA DO ENCARREGADO DO PÔSTO E DO INSPETOR CHEFE DA IR-7; QUE A SEDE DA IR-7 FOI ASSALTADA POR TRÊS VEZES; QUE NUNCA SE PODE DETERMINAR QUEM PRATICOU ESSES ASSALTOS; QUE GRANDE FORAM OS PREJUÍZOS SOFRIDOS COM O DESAPARECIMENTO DE MÁQUINAS DE CALCULAR, DE ESCRIVER E OUTROS OBJETOS DE VALOR; QUE NO ÚLTIMO ASSALTO PRATICADO FOI UTILIZADO EXPLOSIVOS PARA ARROMBAR UM COFRE; QUE A POLÍCIA AINDA DESCONHECE O CULPADO OU CULPADOS; QUE EXISTE UM PROCESSO PROLÍCIO APURANDO ÊSSES FATOS; QUE OS FUNCIONÁRIOS JOÃO GARCIA E ISAAC BAVARESCO SÃO CULPADOS DE FRAUDE; QUE ÊSSES SERVIDORES ASSINARAM RECIBOS FALSOS PARA O SR. JOSE FERNANDO DA CRUZ; QUE REFERIDOS SERVIDORES, EM 1965, NA PRESENÇA DO DEPOENTE RASGARAM DOCUMENTOS COMPROMETEDORES QUE PODERIAM PROVAR A FRAUDE HAVIDA; QUE ÊSSES DOCUMENTOS ERAM RECIBOS NA IMPORTANCIA DE 7 E 6 MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS, RESPECTIVAMENTE. NADA MAIS DISSE NEM LHE FOI PERGUNTADO HAVENDO PRESTADO O PRESENTE DEPOIMENTO SEM QUALQUER COAÇÃO, O QUAL, LIDO E ACHADO CONFORME, VAÍ ASSINADO PELO DEPOENTE, PELA COMISSÃO E POR MIM *João Luiz Almeida de Souza* SECRETÁRIO QUE O DATILOGRAFEI.

*Elias Gonçalves da Costa*

DEPOENTE

*[Assinatura]*

VOGAL

*Adere Loureiro*

PRESIDENTE

*Admar D. Pinho*

VOGAL



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7.º I. R.

1878  
JG  
GJD

Em

Do

Ao

Assunto:

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS POR SUPRIMENTOS RECEBIDOS DA IR-7, AINDA NÃO COMPROVADOS ATÉ A PRESENTE DATA.

NOME	NCR\$ IMPORTÂNCIAS
1- Alisio de Carvalho (Falecido Phelippe Augusto da Camara Brasil) .....	NCR\$ 1.735,00
2- José Fernando da Cruz .....	NCR\$ 12.000,00
3- João Baptista Ferreira Filho .....	NCR\$ 5.500,00
4- Samuel Brasil .....	NCR\$ 30.479,80
5- Alberico Alves Labatut Nascimento .....	NCR\$ 5.000,00
6- Japhet Chaves Neves .....	NCR\$ 3.000,00
7- Arthur Santos (falecido) .....	NCR\$ 6.500,00
8- Luiz Martins da Cunha .....	NCR\$ 5.200,00
9- Nilson de Assis Castro .....	NCR\$ 5.000,00
10- Cândido Lemes dos Santos .....	NCR\$ 3.000,00
11- Heroides Teixeira .....	NCR\$ 5.000,00
====Soma total.....	<u>NCR\$ 115.414,80</u>

Curitiba, 06 de novembro de 1.947.-

Elias Gonçalves da Costa  
Elias Gonçalves da Costa  
Encarregado da Contabilidade da 7a. IR.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVICO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7ª. INSPECTORIA REGIONAL

1879  
H  
C

RE RE RE RE RE RE RE RE RE

D O S

TRABALHOS REALIZADOS EM

RE RE RE RE

7ª - INSPECTORIA REGIONAL

Estados do PARANÁ, SANTA CATARINA e  
RIO GRANDE DO SUL

SE RE SE RE

CURITIBA-PARANÁ

1880  
[Handwritten signature]

Of. nº 54

Curitiba-Pr.  
, 18 de janeiro de 1.967

Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos  
Índios

Sr. Cel. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO - Md. Diretor do S.P.I.

Relatório (encaminha)

Senhor Diretor,

Cumprindo prescrições regulamentares, temos a honra de encaminhar a V.Sa., anexo ao presente, em 2 (duas) vias, o relatório anual, no qual de maneira simples e sucinta, fazemos o relato das principais ocorrências verificadas e dos trabalhos realizados por esta Inspetoria em 1.966.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a V.Sa., os -  
nossos protestos de alta estima e distinta consideração.-

---

Dival José de Souza  
Chefe da Inspetoria

DJS/ff.



**R E L A T Ó R I O** anu-  
al, apresentado pela Chefia da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios, sediada em Curitiba, Estado do Paraná, em obediência ao que preceitua o ítem VIII, do Art. 14, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 52.668, de 11 de outubro de 1.963.

## I

### INVESTIDURA

Fomos investidos na Chefia desta Regional, em data de 2 de maio do ano recém-findo, inicialmente, como responsável pelo expediente, tendo posteriormente, por designação do Senhor Cel. Hamilton de Oliveira Castro, Diretor deste Serviço, consoante disposição da Portaria nº 26, de 14 do mesmo mês, expedida pela citada autoridade, assumimos em caráter permanente a referida Chefia.

## II

### SITUAÇÃO ENCONTRADA

Encontramos esta ININD, em situação bastante deplorável, acentuadamente, no que diz respeito a parte financeira, onde para um pequeno saldo existente em caixa, encontramos débitos num montante astronômico, isso somente em se tratando da Sede da Inspetoria, pois com o decorrer do tempo, constatamos existir grandes débitos em quase a totalidade dos Postos Indígenas, muitos dos quais em montantes elevados,

(continúa)

SPI-7ª Inspetoria Regional  
(continuação)1882 (2)  
*[Handwritten signature]*

raras exceções encontramos nesse particular, frise-se, de passagem, que os contratos de madeiras firmados entre este Serviço com diversas firmas madeireiras, tanto neste Estado, como no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, propiciou a esta - IR, à arrecadação de vultosa soma em dinheiro, não obstante, como foi dito acima, nos deparamos com enormes dívidas, as - quais na medida do possível e com autorização do Senhor Diretor, estamos procurando saldá-las, para isso, temos contado com pequeno estoque de madeira deixado na serraria do Poind "Fioravante Esperança", já que quase a totalidade, foram vendidas pela administração antecedente. Dívidas ainda existem, mas, com rigor e poupança, dentro em breve serão saldadas.

## III

## ASSISTÊNCIA PRESTADA

Na parte de assistência, procuramos na medida das possibilidades da Inspetoria, proporcionar tudo aquilo que os parcos recursos de que dispunhamos foi dado oferecer, todavia, nesse setor, ficamos muito aquém das reais - necessidades dos nossos silvícolas, várias são as razões da precariedade da prestação dessa assistência, entre as quais avulta os limitados recursos distribuídos, oriundos da verba orçamentária, (uma vez que o crédito orçamentário distribuído ao S.P.I., é de pouca monta), como também o total exagerado de débitos contraídos na gestão anterior, que nos obrigou, com os recursos arrecadados, providenciar o seu pagamento. A brindo um parêntese, devemos esclarecer, que, apesar da totalidade dos débitos, terem sido contraídos na gestão anterior, ficamos com a obrigação moral de saldá-los, uma vez que as - compras não foram feitas em nome pessoal, e sim da Repartição. Muitas foram as noites que passamos em claro, muitos foram os

(continúa)



os aborrecimentos; pagamos um tributo demasiadamente alto, por aquilo que não praticamos; entre outros vexames, tivemos títulos protestados, ação de despêjo do imóvel, onde funciona a Sede da Inspeção, por falta de pagamento e mandado de segurança, contra a IR, afora os argumentos que tivemos de sustentar para conter a ânsia de grande número de cobradores, que no afã de receberem aquilo que lhes era devido, afluíam diariamente a Sede desta Regional. Não constitui o que ora narramos uma defesa da nossa administração, mas antes de mais nada, o relato indisfarçável de como encontramos esta Inspeção e as razões pelas quais pouco podemos fazer em prol dos nossos aborígenes.

## I W

### INSPEÇÕES REALIZADAS

Poind "Dr. SELISTRE DE CAMPOS" - município de Xanxerê - Estado de Santa Catarina.

Atendendo determinação da Diretoria, constante da Ordem de Serviço Interna nº 59, de 27/05/66, expedida pelo Cel. Diretor, estivemos alguns dias no Posto supramencionado, a fim de verificar em linhas gerais, a situação daquela Unidade, no que diz respeito ao contrato celebrado entre este Serviço e a Firma João B. Tonial & Filhos, de cujo resultado fizemos a esta Diretoria circunstanciado relatório.

Não obstante, devemos aqui sintetizar em linhas gerais, o que nos foi dado observar e as providências adotadas, tudo em consonância com as ordens recebidas. Inicialmente verificamos o abate de pinheiros e consequente existência de toros, decorrente daquelas derrubadas; tratando-se de madeira derrubada de há muito tempo, resolvemos autorizar a sua retirada pela firma concessionária, uma vez que o em-

(continua)



embargo ou protelação da retirada daquela madeira viria prejudicar os nossos interesses, oferecendo a parte contratante motivo para eximir-se de sua obrigação contratual, já - que o referido contrato encontrava-se em via de expiração, não sendo, por outro lado, prudente deixar-se que a madeira já extraída viesse a apodrecer, causando ao Serviço substancial prejuízo. Diga-se de passagem, que não foi transgredido nenhuma determinação superior sobre a matéria, pois a madeira liberada, como foi dito antes, já estava de há muito derrubada.

Quanto ao cumprimento integral do contrato, foi determinado em contrário pelo Sr. Diretor, ficando a firma contratante com um haver de 340 (trezentos e quarenta) pinheiros, para a integralização total daquele contrato, que visto importar em novas derrubadas foi susgado o seu - prosseguimento.

Relativamente ao contrato de parceria firmado entre este Serviço, representado pelo Major Av. Danton Pinheiro Machado e o Industrialista Ernani Coitinho, estabelecido em Xanxerê-SC., para a serragem de 50.000 (cinquenta mil) dúzias de madeira de pinho, onde o Posto fornecia a matéria e o contratante a mão de obra, previsto também na Ordem de Serviço Interna nº 59, antes citada, procedemos do - mesmo modo, ou seja, autorizamos a serragem dos toros já - feitos, pelo contratante, com as mesmas condições estipuladas no contrato, isto é 43% (quarenta e três por cento) da madeira depois de serrada, revertendo ao S.P.I., correspondente a referida percentagem, ficando determinado a sua rescisão; ressalte-se que a quantidade de madeira industrializada, foi de pouca monta, porquanto o contrato além de não apresentar autenticidade, viria desfalcado sobremaneira a reserva florestal do Posto, esses os motivos de sua pronta -

(continua)



SPI-7ª Inspeção Regional  
(continuação)1885  
17/09/66  
(5)  
SPP

rescisão, fato comunicado a Diretoria, através de relatório.

Aproveitando a nossa permanência naquela Unidade, depois de inspeção que realizamos, ficou determinado através de Ordem de Serviço Interna nº 63, de 09/06/66, por nós expedida, a proibição da entrada de novos arrendatários, bem assim, outras medidas, no sentido de preservar as capoeiras existentes naquela área, e demais normas atinentes ao assunto.

Poind "PICRAVANTE ESPERANÇA" - município de Palmas - Estado do Paraná.

Em obediência ao que foi determinado pela Ordem de Serviço Interna nº 74, de 07/07/66, expedida pela Diretoria, procedemos o levantamento geral das dívidas contraídas na gestão anterior, no Pôsto Indígena em referência, bem como, a contagem de toros, madeira serrada e estocada, existente na citada Unidade, proveniente de industrialização levada a efeito na serraria pertencente aquele Poind.

Seguindo ainda deliberação superior, prevista na supramencionada Ordem de Serviço, efetuamos a venda dos toros e madeira serrada e estocada naquela área indígena e providenciamos com o produto daquela operação, a liquidação geral dos débitos existentes, num total aproximado a Cr\$.14.000.000- (QUATORZE MILHÕES DE CRUZEIROS). Vale acrescentar que parte do numerário apurado com a venda da madeira, foi destinado, também a compra de utensílios premente necessidade para o Pôsto, uma vez que, com a construção da nova Sede, Escola e outras benfeitorias, todas inacabadas, fomos forçados a dotar aquelas dependências do essencial, para o seu funcionamento.

Desnecessário será acrescentar que, faremos amplo relatório acerca dos trabalhos ali realizados, bem

(continua)



SPI-7ª Inspetoria Regional  
(continuação)1886 (6)  
[assinatura]

bem assim, a competente e indispensável prestação de contas dos pagamentos efetuados; tendo de há muito sido contabilizado por esta Regional o montante do numerário recebido.

Ao ensêjo, devemos aqui consignar o tumulto em que se encontrava aquela Unidade, em virtude do grande número de credores, que procuravam diáriamente o Encarregado do Pôsto, muito dos quais de modo agressivo; o conceito do Pôsto no comércio de Palmas e mesmo no seio da população, era o mais baixo possível, entretanto com a autorização que recebemos, procuramos com o máximo critério solucionar os diversos problemas ali existentes e cremos mesmo, que a situação, depois da nossa passagem por aquele Poind, tornou-se estável e voltou a reinar tranquilidade e confiança - daqueles que de há muito, já tinham perdido as esperanças - de reaver o que lhes era devido.

Na sequência de nossas atividades no Poind "Fioravante Esperança", e atendendo a precariedade das construções existentes naquele Pôsto, para abrigo dos índios ali residentes, deliberamos separar das madeiras, estocadas na serraria, uma parte, para a construção de casas para a família indígena domiciliada naquela Unidade, assim é que, com a boa vontade demonstrada pelo Encarregado do Pôsto, como pelos funcionários que ali têm exercício, pretendemos com o restante da madeira, construir aproximadamente 30 (trinta) casas para aqueles silvícolas, para tanto já adquirimos as ferragens necessárias, estando em plena fase de preparação da madeira a fim de procederem aquelas construções. O fato em análise fará parte do relatório daquele Poind.

Poind "CACIQUE CAPANEMA" - município de Mangueirinha - Estado do Paraná.

Dando cumprimento ao que foi determinado pela Ordem de Serviço Interna nº 73, de 7 de julho, próximo  
(continúa)



1887 (7)  
[assinatura]

passado, expedida pela Diretoria , procedemos o levantamento de toda a madeira de pinho existente dentro da área do -  
citado Pôsto, como toros, madeira serrada e estocada, objeto  
de contrato firmado em 22/03/65, entre o S.P.I., representa  
do naquele ato pelo Inspetor Alisio de Carvalho, então na -  
Chefia desta Inspetoria e a Firma Serrarias Reunidas Irmãos  
Fernandes S.A., estabelecida em Pôrto União, município de -  
Estado de Santa Catarina, de cujo trabalho apresentamos a -  
Diretoria, amplo relatório. Sintetizando, devemos informar  
que, tanto os toros, como a madeira serrada e estocada foram  
retirados pela Firma concessionária, com autorização desta  
Chefia, tendo também sido retirado de dentro daquela área -  
indígena, o barracão da serraria e todo o seu maquinário ,  
pois tratava-se de patrimônio pertencente a aludida Firma ,  
que foi instalado na área do mencionado Pôsto, para explora  
ção de 50.000 (cinquenta mil) pinheiros, conforme consta de  
concorrência realizada na Sede desta IR, por determinação -  
do então Diretor do S.P.I., Major Aviador Luis Vinhas Neves;  
tendo posteriormente, aquela quantidade sido reduzida para  
15.689 (quinze mil, seiscentos e oitenta e nove), árvores ,  
isso como aditivo ao contrato original, feito pelo então Che  
fe , servidor José Fernando da Cruz.

Ressalve-se entretanto, que o contrato em  
referência foi anulado através de parecer do Exmo. Sr. Con  
sultor Geral da República, conforme consta do Diário Oficial  
da União, de 24/03/66.

Como fato digno de menção, devemos aqui -  
ressaltar, que com a intercessão desta Chefia, junto a Fir  
ma contratante foi possível a obtenção de 26 (vinte e seis)  
casas de madeira de pinho serrado, cobertas de tês, tipo  
francês, assoalhadas e forradas, num total de 1.067,25 m<sup>2</sup>  
(um mil, sessenta e sete metros e vinte e cinco centímetros  
quadrados), afóra outras benfeitorias espalhadas pela área,

(continua)



1888 (8) 92

tudo de grande serventia para os índios ali domiciliados, revertendo ao Patrimônio Indígena, onde grande parte das famílias indígenas, têm abrigo certo e permanente.

Poind "GUARITA" - Município de Tenente Portela -  
Estado do Rio Grande do Sul.

Viajamos com destino ao Pôsto Indígena "Guarita", em fins de novembro próximo findo, atendendo ao que - foi determinado pela Ordem de Serviço Interna nº 76, de 7 de julho do ano recém-findo, expedida pelo Sr. Cel. Diretor, cuja comunicação consta do nosso rádio nº 228, de 23 de novembro pretérito, assim, em cumprimento aquela determinação, procedemos o levantamento da verdadeira situação decorrente de transação efetuada entre o S.P.I., representado pelo servidor José Fernando da Cruz, quando na Chefia, desta Regional, com o Sr. Luiz Marroni e a Firma Marroni & Lutz, estabelecida no município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul, para a extração de madeira de lei pela mencionada Firma, como também a construção de casas residenciais para silvícolas, em número de 10 (dez), na área do citado Pôsto; transação essa realizada por efeito de presumível concorrência, a nosso ver sem nenhuma autenticidade, pelo menos no que se refere ao aspecto legal, pois desconhecemos qualquer processamento nesse sentido, onde conste autorização da Diretoria. Verifica-se - que, desfrutando de largo prestígio junto ao Diretor de então, entendeu o servidor José Fernando da Cruz, que a sua autoridade de Chefe, precisava de autorização superior, para a realização da citada concorrência. É lamentável sob vários aspectos a atitude daquele servidor, pois além de deliberadamente procurar autenticar uma presumível concorrência, que sabia de antemão sem nenhum valôr, obteve dos responsáveis pela Firma adjudicatária apreciável importância em dinheiro (R\$. 6.000.000-

(continua)



(Cr\$.6.000.000-- SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS), que, acrescida de outras dividas pelo mesmo contraídas, com autorização - para construção de casas para os silvícolas aí residentes, deixou um débito da ordem dos Cr\$.20.000.000--(VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS), Acêrca do assunto apresentamos a Diretoria , circunstanciado relatório.

### OBSERVAÇÃO GERAL

Desde a nossa ascensão a Chefia desta Inspetoria, vimos procurando na medida do possível acompanhar de perto os diversos problemas dos Postos sob a nossa jurisdição, incessante tem sido a tarefa de assistir aproximadamente 7.000 (sete mil) índios, que constitui a população indígena do Sul do Brasil.

Sem os necessários recursos orçamentários, como já foi dito, carente de pessoal especializado, tanto - em número como em qualidade, lutando em diversas frentes , com aventureiros que circundam as áreas indígenas, no intuito de usufruir proveito; quando repelidos em suas escusas pretensões, mistificam e caluniam, com o fito de desmoralização dos funcionários do S.P.I., no que quase sempre são - secundados por politicos sem escrúpulos, interessados em ampliar o seu reduto eleitoral.

Muito pouco conseguimos realizar e se algo fizemos deve-se ao apoio da Diretoria, que com a compreensão dos nossos problemas tem por todos os meios legais a seu alcance, nos ajudado, a pelo menos equilibrar a situação, sem o que não seria possível suportar tão pesados encargos.

POIND "NONOAI"

(continua)

POIND "NONCAI"

Delicado sobremodo é a situação atual do -  
Pôsto Indígena "Noncai", situado no município do mesmo nome,  
Estado do Rio Grande do Sul, temos procurado no limite das  
nossas atribuições solução para o caso, no entanto pelo vul-  
to do problema, chegamos a conclusão que não dispomos de meio  
para tal e uma medida de caráter paliativo, ao invés de tra-  
zer benefício a causa indígena, viria nos distanciar cada vez  
mais de uma solução honrosa e equânime para a questão.

O atual Encarregado daquele Poind, têm re-  
cebido constantemente observação desta Chefia, quanto a ma-  
neira de proceder, a fim de que a situação reinante permane-  
ça até que seja reconhecida a posse definitiva dos índios, as  
terras em que habitam, sem os intrusos que ali se encontram,  
n'uma afronta aos seus legítimos direitos. Deveras constran-  
gador é o estado daquele Pôsto, com os índios descrentes de  
tudo e de todos, instigados por intrusos, interessados em -  
suas terras, muitas vêzes se voltam até contra o Encarrega-  
do do Pôsto, que se vê em apuros para contornar certas situa-  
ções, criadas pela maledicência dos intrusos que procuram -  
com o tumulto, a satisfação dos seus escusos objetivos. O -  
funcionário que procura defender o direito do índio, é pelos  
intrusos e interessados nas terras do Pôsto, tachado de des-  
neste, negligente e toda uma série de defeitos.

**D I V E R S O S**

População Indígena existente nos Postos e dire-  
tamente assistida pela IR-7.-

**A)- P A R A N Á**

- 1 - Poind "Cel. JOSÉ DE CARVALHO" - situado  
(continúa)



1 - Póind "Cel. JOSÉ DE CARVALHO" - situado no município de Santa Amélia,.....	83 índios
2 - Póind "BARÃO DE ANTONINA" - situado no município de São Jerônimo da Serra,...	258 "
3 - Póind "Dr. XAVIER DA SILVA"- situado no município de Londrina,.....	226 "
4 - Póind "Cel. TELEMACHO BORBA"- situado no município de Ortigueira,.....	108 "
5 - Póind "Dr. CARLOS CAVALCANTI"- situado no município de Cândido de Abreu,.....	59 "
6 - Póind "CACIQUE GREGÓRIO KAEKCHOT"- situado no município de Manoel Ribas,...	316 "
7 - Póind "JOSÉ MARIA DE PAULA" - situado no município de Guarapuava,.....	355 "
8 - Póind "INTERVENTOR MANOEL RIBAS"- situado no município de Laranjeiras do Sul	911 "
9 - Póind "CACIQUE CAPANEMA"- situado no município de Mangueirinha,.....	413 "
10 - Póind "FIORAVANTE ESPERANÇA"- situado no município de Palmas,.....	<u>246</u> "
Total no Estado do Paraná,.....	2.975 índios

**B) - SANTA CATARINA**

11 - Póind "DUQUE DE CAXIAS"- situado no município de Ibirama,.....	395 índios
12 - Póind "Dr. SELISTRE DE CAMPOS"- situado no município de Xanxerê,.....	<u>1.012</u> índios
Total do Estado de Santa Catarina,....	1.407 índios

**C) - RIO GRANDE DO SUL**

13 - Póind "CACIQUE DOBLE"- situado no município de Cacique Doble,.....	167 índios
14 - Póind "PAULINO DE ALMEIDA", situado no município de Tapejara,.....	345 índios
15 - Póind "NCKOAI"- situado no município de Nonoai,.....	972 índios
16 - Póind "GUARITA"- situado no município de Tenente Portela,.....	<u>1.137</u> índios
Total do Rio Grande do Sul,.....	2.621 índios

(continua)

R E S U M O

Total de índios nos 10 (dez) Postos do Estado do Paraná,.....	2.975
Total de índios nos 2 (dois) Postos do Estado de Santa Catarina,.....	1.407
Total de índios nos 4 (quatro) Postos do Estado do Rio Grande do Sul,.....	2.621
Total de índios assistidos pela IR-7,.....	<u>7.003</u>

Observação: Os dados acima referem-se à população indígena realmente aldeada (assistidas nos Postos Indígenas), não compreendendo outros mais entre-ques ao nomadismo, mas que vez por outra procuram os Postos Indígenas da IR.

Dados sobre áreas dos Postos Indígenas jurisdicionados pela IR-7 (Em Hectares)

a) - Postos Indígenas com áreas no Estado do PARANÁ

1 - Poind "CEL. JOSÉ DE CARVALHO", situado no município de Santa Amélia,.....	169 Ha.
2 - Poind "BARÃO DE ANTONINA", situado no município de São Jerônimo da Serra,...	4.913 Ha.
3 - Poind "Dr. XAVIER DA SILVA", situado no município de Londrina,.....	6.300 Ha.
4 - Poind "Cel. TELEMACHO BORBA", situado no município de Ortigueira,.....	3.026 Ha.
5 - Poind "Dr. CARLOS CAVALCANTI", situado no município de Cândido de Abreu,.....	2.009 Ha.
6.- Poind "CACIQUE GREGÓRIO KAKKCHOT", situado no município de Manoel Ribas,...	7.200 Ha.
7 - Poind "JOSÉ MARIA DE PAULA", situado no município de Guarapuava,.....	17.019 Ha.
8 - Poind "INTERVENTOR MANOEL RIBAS", situado no município de Laranjeiras do Sul,.....	16.800 Ha.
9 - Poind "FIORAVANTE ESPERANÇA", situado no município de Palmas,.....	764 Ha.
S o m a à transportar,.....	58.200 Ha.

(continua)



SPI- 7ª Inspetoria Regional  
(continuação)

(13)

Transporte,.....	58.200 Ha.
10- Poind "CACIQUE CAPANEMA", situado no município de Mangueirinha,.....	7.400 Ha.
Total no Estado do Paraná,.....	65.600 Ha.

**B)- Postos Indígenas com áreas no Estado de SANTA CATARINA**

1- Poind "FIGRAVANTE ESPERANÇA", com área no município de Abelardo Luz,.....	2.180 Ha.
2- Poind "DUQUE DE CAXIAS", situado no município de Ibirama,.....	14.156 Ha.
3- Poind "Dr. SELISTRE DE CAMPOS", situado no município de Xanxerê,.....	15.009 Ha.
Total no Estado de Santa Catarina,.....	31.345 Ha.

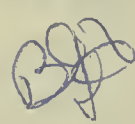
**C)- Postos Indígenas com áreas no Estado do RIO GRANDE DO SUL**

1- Poind "CACIQUE DOBLE", situado no município de Cacique Doble,.....	4.508 Ha.
2- Poind "PAULINO DE ALMEIDA", situado no município de Tapejara,.....	4.551 Ha.
3- Poind "NONCAI", situado no município de Noncaí,.....	14.982 Ha.
4- Poind "GUAPITA", situado no município de Tenente Portela,.....	23.187 Ha.
Total no Estado do Rio Grande do Sul,....	47.228 Ha.

**R E S U M O**

Total de Hectares dos Postos Indígenas no Estado do Paraná,.....	65.600 Ha.
Total de Hectares dos Postos Indígenas no Estado de Santa Catarina,.....	31.345 Ha.
Total de Hectares dos Postos Indígenas no Estado do Rio Grande do Sul,.....	47.228 Ha.
Soma total das áreas indígenas relativas a 16 Postos, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul,.....	<u>144.173 Ha.</u>

Observação:- O Poind "FIGRAVANTE ESPERANÇA", consta no Estado do Paraná e Santa Catarina, em virtude da área -  
(continua)

SPI- 7ª Inspetoria Regional  
(continuação)1894  
(14)  


Indígena abranger parte dos dois Estados.

**A G R I C U L T U R A**

No setor da Agricultura, no ano passado, a principal produção dos Postos Indígenas, foi a do Milho, tendo alcançado um total de 548.367 (quinhentos e quarenta e oito mil, trezentos e sessenta e sete) quilos, seguida pela do Feijão, que montou em 15.436 (quinze mil, quatrocentos e trinta e seis) quilos.

Em menor escala, houve produção de mandioca, abóbora, batata doce, batata inglesa, trigo, centeio, arroz e soja.-

**P E C U Á R I A**Relação numérica de animais por espécie:

POSTOS INDÍGENAS	E S P É C I E S			
	BOVINOS	EQUINOS	ASININOS	MUARES
Cel."JOSÉ DE CALVALHO"	2	- -	- -	- -
"BARÃO DE ANTONINA"	20	2	- -	2
"Dr. XAVIER DA SILVA"	19	18	3	12
"Cel. TELEMACHO BORBA"	38	26	1	1
"Dr. CARLOS CAVALCANTI"	- -	- -	- -	1
"Cac. GREGÓRIO KAEKCHOT"	4	- -	- -	- -
"JOSÉ MARIA DE PAULA"	55	43	- -	3
"Int. MANOEL RIBAS"	38	95	1	7
"CACIQUE CAPANEMA"	36	45	- -	3
"FIORAVANTE ESPERANÇA"	- -	1	- -	- -
"Dr. SALISIRE DE CAMPOS"	9	2	- -	1
"DUQUE DE CAXIAS"	1	- -	- -	1
"CACIQUE DOBIE"	7	2	- -	1
"PAULINO DE ALMEIDA"	27	20	- -	1
"MONCAI"	36	20	9	1
"GUARITA"	69	41	- -	- -
<b>S O M A S</b>	<b>361</b>	<b>315</b>	<b>14</b>	<b>34</b>

(continua)



SPI- 7ª Inspetoria Regional  
(continuação)1873  
(15)  
99VIATURAS

## Viaturas existentes na IR-7:

- 1- Caminhão "CHEVROLET", ..... modelo 42, 6 cilindros
- 2- Caminhão "CHEVROLET", ..... modelo 48, 6 cilindros
- 3- Caminhão "CHEVROLET", ..... modelo 48, 6 cilindros
- 4- Caminhão "CHEVROLET", ..... modelo 48, 6 cilindros
- 5- Caminhão "FORD-F-6", ..... modelo 48, 8 cilindros
- 6- Caminhão "DODGE", ..... modelo 51, 6 cilindros
- 7- Caminhão "FORDSON TRAFS", .... modelo 51, 8 cilindros
- 8- Caminhão "CHEVROLET", ..... modelo 65, 6 cilindros
- 9- Jeep "LAND-CRUIER", ..... modelo 49, 4 cilindros
- 10- Jeep "LAND-CRUIER", ..... modelo 49, 4 cilindros
- 11- Jeep "WILLYS-OVERLAND", ..... modelo 53, 6 cilindros
- 12- Jeep "DKV-10 MAG", ..... modelo 61, 3 cilindros
- 13- Jeep "WILLYS-OVERLAND", ..... modelo 65, 6 cilindros
- 14- Camioneta "FORD-F-1", ..... modelo 51, 8 cilindros
- 15- Camioneta "WILLYS-RURAL", ..... modelo 63, 6 cilindros
- 16- Camioneta "WILLYS-RURAL", ..... modelo 65, 6 cilindros
- 17- Camioneta "WILLYS-RURAL", ..... modelo 65, 6 cilindros
- 18- Camioneta "RAMBI-VOLESWAGEN", .. modelo 65, 4 cilindros

Observação:- As viaturas acima especificadas, constantes dos nos. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 10, são todas de fabricação antiga, não prestando nenhum serviço, dado o precário estado de conservação.-

MAQUINAS AGRICOLAS

- 1- Trator "FORD", ..... 26 HP, ..... rodas c/pneus
- 2- Trator "DAVID BROWN", ..... rodas c/pneus
- 3- Trator "INTERNATIONAL"-TD-6, ..... c/esteira
- 4- Trator "FALCO", ..... 20 HP, ..... c/esteira
- 5- Trator "CLIVER", modelo 80-PD-Standard, ... rodas c/pneus
- 6- Trator "FORD", ..... 26 HP, ..... rodas c/pneus
- 7- Trator "CLIVER", ..... rodas c/pneus
- 8- Trator "CLIVER", ..... c/esteira
- 9- Trator "FORDSON", ..... c/meio esteira
- 10- Trator "INTERNATIONAL"-TD-6, ..... c/esteira

Observação:- Os referidos tratores são de fabricação antiga,

(continua)



acham-se em mau estado de conservação, sendo que a maioria fôra de uso, necessitando substanciais reformas os relacionados sob n.ºs. 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10.-

SUPRIMENTOS RECEBIDOS DA DIRETORIA E  
SUAS APLICAÇÕES

(Verba Orçamentária)

HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO
Suprimentos recebidos,.....	16.000.000	
Hospitalização e tratamento médico de índios,.....		1.863.463
Aquisição de pneus e câmaras de ar, para diversas viaturas,.....		688.420
Consertos mecânicos em geral prestados em diversas viaturas,.....		695.000
Aquisição de artigos de expediente e escolares em geral para a Sede e Postos Indígenas,.....		1.151.800
Aquisição de gasolina e lubrificantes em geral para manutenção de viaturas,.....		1.774.910
Aquisição de pregos para construção de casas para índios e reparação de benfeitorias dos Postos Indígenas,...		1.384.870
Aquisição de foices, enxadas etc. para índios,.....		1.000.000
Aquisição de material esportivo em geral para os Postos Indígenas,.....		750.960
Aquisição de tecidos em geral para índios,.....		2.181.568
Aquisição de medicamentos e drogas em geral,.....		4.509.009
<b>S o m a s .....</b>	<b>16.000.000</b>	<b>16.000.000</b>

Observação:- O resumo acima, é apenas um demonstrativo de como foram aplicados esses suprimentos, sendo que, a prestação de contas de cada suprimento, será remetida dentro do prazo legal e de acordo com as normas vigentes.-

**C O N C L U S ã O**

Concluindo, devemos dizer que o presente relatório elaborado por esta Chefia, com o objetivo de mostrar a nossa atuação durante 8 (oito) meses, diz bem das dificuldades  
(continua)



1897 (17)  
17/01/67

que encontramos e não fora a colaboração encontrada nos órgãos superiores, o pouco que realizamos, talvez não fosse possível. É verdade que para alcançar a meta almejada, há muito que batalhar, e oxalá, permaneça por muitos anos a frente dos destinos do S.P.I., o atual Diretor, que a par da compreensão para os nossos diversos problemas têm sabido imprimir a atual administração o indispensável caráter de honradez, qualidade inerente a todo cidadão cômico de suas responsabilidades. Não é demais ressaltar, que as medidas adotadas por esta Chefia em consonância com as ordens recebidas, veio aliviar a tensão reinante e nos trouxe a certeza, que a persistir o atual critério elevaremos o conceito do nosso Serviço, cujo nível, no início de nossa gestão, sem falsa modéstia, era dos mais baixos.

Assim, na convicção do dever cumprido, -  
subscrevemo-nos, atenciosamente.-

Curitiba-Pr. IR7-SPI, 17 de janeiro de 1.967

---

Dival José de Souza  
Chefe de Inspeção

ultima hipotese.

Subcrevo-me

Cordialmente

*Stelion Malotti*  
Agente 6-B.-

HO Setor de Expediente, para retirar  
o Mapa de Produção de madeira e aqui  
var me Pasta própria para tal fim.-  
Em 16/12/66.-

*Offenzer*  
Detendo e arquivado

Com referência consulta do aproveitamento da ma-  
deira derrubada pela Firma Manella S/A, foi re-  
pondido p/ of. de jo. memorando nº 4, de 10/1/67;

Sobre o assunto da abertura de estrada, foi  
providenciado pelo Memorando nº 8, de 23/1/67.

Quanto aos demais assuntos, foi tratado

resumidamente com o Encargado de quele  
Poi me, em recente estada, nesta Curitiba.-

Curitiba, 25/1/67

*Offenzer*

ARQUIVE-SE

Curitiba-Pr. II-7-SPI-em 12 de 9 de 1967

SEBASTIÃO LUCENA DA SILVA  
Chefe da Inspetoria





MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7.º I. R.

1898  
Ministério da Agricultura  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
I. R. 7.  
Protocolada sob n.º 1155  
Em 16 de Dezembro de 1966

48/66.

Em 7 de dezembro de 1966.

Do Agente Encarregado do Poin. Dr. Selistre de Ca. pos.

Ao Snr. Chefe da I. R. 7.ª do S. P. I. - Curitiba. -

Assunto: Encaminhando espidiente. -

Anexo ternho o praser de faser entrega da copia do oficio nº. 41/66, e a resptiva resposta com referencia á nova estrada, para conheci-mento de V.S.

Incluso tambem a contagem de madeiras da serraria procedida anteontem, faltando menos de 300 duzias, acredito que até o fim deste / mez esteje completa a quota, portanto preeiso o que devo faser com as / 60 tóras, feitas clandestina pela firma MANELLA S/A, que com o término da quota o pessoal da serraria será despedido pela firma Ernani & Cia. e / depois torna-se difficil organizar nova equipe para serrar pequena quan-tidade, assim é que solicito informação com urgencia, por telegrama o que devo faser, estou sem radio e luz devido ter arrombado o açude, que está co, pletamente podre, precisa ser construido novo e no momento não posso tratar disso diante dos afaseres.

Estou atravessando uma situação difficil de recursos financeiro, para hospital, alimentação aos indios velhos, material escolar, profes-sora, gasolina etc., enfim tudo o que o Posto tem que comprar, peço infor-mar o que devo faser com o trigo que na proxima semana, vab começar o / recebimento pelo Posto, marquei uma reunião dos colonos para o dia 10 / deste.

As cousas por aqui não tem estado muito boas, dada a intromis-são do colega despeitado, tem procurado aximcompatilizar-me com os colo-nos e autoridades, já ando a estourar, mas quero ver si tolero até nos po-der-mos conversar, espero que a vossa presença neste Posto, não esteje / muito longe, não devo retirar-me este mez pelos afaseres, salvo em ultima

- Continua no verso -

41/66.

30 de novembro de 1966.

Agente Encarregado do Poin. Dr. Selsitre de Campos.

Snr. Dr. Serafim Bertazzo, - Chefe da Secretaria do Oeste.  
Município de Xapacó  
Solicitando informações.

Snr. Secretário.

Afim de atender determinações do Snr. DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Chefe de 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, com sede em Curitiba, solicite de V.S., os dados abaixo, em duas vias, com a brevidade possível:

- a) - Distância de Xapacósinho a Tordilho, da estrada em construção na área do Patrimônio Indígena deste Posto;
- b) - Largura da desmatção no referido trecho;
- c) - Largura do leito da estrada;
- d) - Podendo ser utilizada a madeira de lei, da desmatção, o necessário para construção das obras de arte, no citado trecho;
- e) - Em hipótese de necessitar mais madeiras de lei, para conclusão das obras dentro da área indígena, solicitar por espediente em duas vias a esta Administração, para apreciação do Snr. Chefe.

É o que oferece a oportunidade e certo ao merecer a atenção de V.S., subscrevo-me

cordialmente

*Atilio Masalotti*  
(Atilio Masalotti)  
Agente 6-B.-





ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO OESTE  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DA-025/66-Jm

1900  
41  
66

Chapecó, 06 de dezembro de 1.966.

Prezado Senhor :

Em atenção ao solicitado em seu ofício nº 41/66, datado de 30 de novembro próximo passado, informamos a V. S. o seguinte :

1. - a estrada de Chapecãozinho à Toldinho deverá ter uma extensão de 16 (dezesseis) quilômetros;
2. - a largura da desmatação deverá ser 40 (quarenta) metros;
3. - 7 (sete) metros deverá ser a largura da estrada.

Agradecendo na oportunidade a colaboração que nos está sendo prestada, apresentamos a V. S. nossos protestos de consideração e apreço.

*Joaquim Marques de Azevedo Netto*  
Joaquim Marques de Azevedo Netto

Diretor de Administração

Nota: A segunda via desta espediente, fica no arquivo deste Posto,

Ao

Ilmo. Sr.

Atilio Masalotti

Encarregado do Pôsto Indígena "Dr. Selistre de Campos"

Xanxerê - SC

1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000

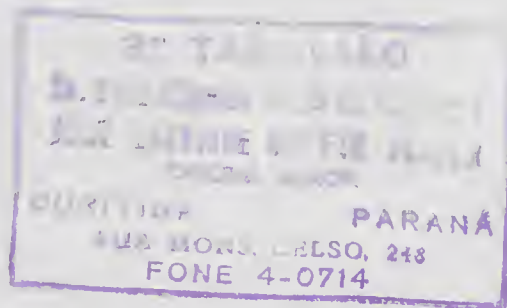
3ª Tabela

Curitiba — Paraná

Certifico e dou fé que a presente fotocópia  
é reprodução fiel do original, o qual me foi  
apresentado, no mesmo ato.

Curitiba, 6 de Novembro de 1964

*[Handwritten signature]*





RCr\$ 10.000,001901  
47/98

Recebi do Sr. AMBASTIÃO LUCENA DA SILVA, Chefe da 7ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância supra de RCr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZELHAS NOVAS), representado pelo cheque nº 93861, série "S", emitido pelo aludido Chefe da referida Inspetoria e visado pelo Banco Nacional, Sociedade Anônima, Agência desta Capital, à conta de "RECURSOS PRÓPRIOS", e relativa a parcela do total de RCr\$ 15.750,00 (QUINZE MIL SETECENTOS E CINQUENTA CRUZELHAS NOVAS), arrecadados pela supracitada Inspetoria, proveniente da venda de 1.500 (UMA MIL E QUINHENTAS) dúzias de madeira de pinho serrada e que se achavam armazenadas na serraria do Posto indígena "Dr. WILLIAM DE MELO", situado no Município de Xanxerô, Estado de Santa Catarina, e jurisdicionado a IR-7., a razão de RCr\$ 10,50 (DEZ CRUZELHAS NOVAS E CINQUENTA CENTAVOS), cada dúzia, que perfaz o total acima, venda essa procedida conforme autorização constante do Processo IR-7. nº 382/67 e cuja parcela será aplicada na Diretoria do S.P.I.. Para clareza, firmo o presente recibo em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito.-

Curitiba-Pr., em 15 de maio de 1.967.-

*Hamilton de Oliveira Castel*  
 HAMILTON DE OLIVEIRA CASTEL  
 Cel. Diretor do S.P.I.-

Atesto que foram prestados os serviços e fornecimento  
presente conta.

Atesto que foram prestados os serviços em conformidade com o

presente con la

Em 15 de maio de 1967

Vivaldino de Souza  
Aux. de Portaria-nº 1-7-A

Sebastião Lucena da Silva  
Chefe da Inspetoria



1902  
407  
998

— José Affonso Alves de Lima

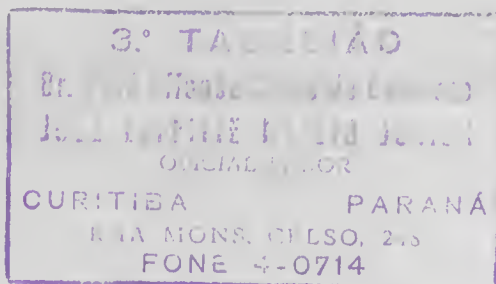
3º Tabelião

Curitiba — Paraná

Verifico e dou fé que a presente fotocópia  
reprodução fiel do original, o qual me foi  
apresentado, no mesmo ato.

Curitiba, 6 de novembro de 1961.

*[Handwritten signature]*



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7a. INSPECTORIA REGIONAL

RECEITA	RENDA	INDÍGENA:- PERÍODO 17/04/67 a 20/10/67.	
127-04-67-	Recebido do Poind "GUARITA" ref. venda de produtos estocados naquele Poind cfe. Ordem de Serviço Interna nº20 de 05/04/67 da Chefia da Regional.....	NCR\$ 3.610,17	
12-05-67-	Recebido do Poind Dr. Selistre de Campos, venda de 1.500 dzs. de madeira de pinho serrado a NCR\$10,50 cada duzia.....	NCR\$ 15.750,00	
03-07-67-	Recebido do Poind CACIQUE DOBLE, ref. vendá 8.784 KGS. de trigo a granel a NCR\$0,22 cada quilo.....	NCR\$ 1.932,48	
	Idem, idem ref. venda de 7569 de cevada, a NCR\$0,21, cada quilo. NCR\$ 1.589,40	NCR\$ 3.521,88	
	Importancia aplicada no Posto cfe. balancete de Junho/67.....	NCR\$ 1.221,88	
26-07-67-	Recebido do Poind DR. SELISTRE DE CAMPOS, ref. venda de parcela do produto proveniente de arrendamento de terras cfe. OSI nº18 de 08/05/67.....	NCR\$ 2.300,00	
28-07-67-	Recebido do Poind "NCOAI" ref. venda de parcela do produto de arrendamento de terras, cfe. OSI nº18 de 08/05/67.....	NCR\$ 7.500,00	
03-08-67-	Recebido do Poind GUARITA, ref. parcela do total recebido e proveniente arrendamento de terras, cfe. OSI nº18 de 08/05/67.....	NCR\$ 2.000,00	
10-08-67-	Recebido do Poind GUARITA, digo, JOSÉ MARIA DE PAULA, 18a, prestação da Escritura Publica de aditamento a um Contrato de Escritura Publica, da compra e venda de Pinheiros cfe. cheque nº246802 emitido c. BCO. Mercantil M. Gerais.....	NCR\$ 15.080,00	
06-09-67-	Idem, idem como acima ref. 19a. prestação, cfe. cheque nº598127 emitido contra o Bco. Comercial do Parana S.A. agencia Ponta Grossa-Pr.....	NCR\$ 5.000,00	
10-10-67-	Idem, idem como acima ref. 20a. prestação gfe. cheque nº598128, serie E emitido contra o BCO. COMERCIAL DO PARANA S.A. agencia Ponta Grossa Pr.....	NCR\$ 5.000,00	
	Recebido Poind DR. SELISTRE DE CAMPOS ref. saldo de caixa depositado no Bco. do Brasil de Xanxere SC em 23/08/67.....	NCR\$ 3.000,00	
=====	SOMA TOTAL .....	NCR\$ 64.240,17	=====

Curitiba. Pr. SPI/IR7 em 20 de outubro de 1967.-

1903  
[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7a. INSPEKTORIA REGIONAL

D E S P E S A S - PERÍODO DE 17/04/67 a 20/10/67

T Í T U L O S	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGÔSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	S O M A S
1- Pessoal contratado (Renda Indígena).....	1.436,50	1.656,50	1.730,00	1.640,00	1.590,00	1.920,00	-----	9.973,00
2- Diárias a Servidores.....	456,00	108,00	186,00	288,00	720,00	228,00	-----	1.986,00
3- Alugueres (Sede da Inspektoria).....	-----	-----	-----	-----	1.440,00	-----	-----	1.440,00
4- Subvenções a Diretoria do SPI.....	-----	10.000,00	-----	-----	10.000,10	-----	-----	20.000,10
5- Subvenções a Representante Rio (GB).....	-----	-----	-----	-----	500,10	-----	-----	500,10
6- Despesas de Viagens.....	135,26	27,00	84,25	79,06	141,95	545,57	-----	1.013,09
7- Restaurante (ÍNDIO BELARMINO SALES).....	45,00	-----	45,00	45,00	30,60	100,00	-----	265,60
8- Viaturas (Consertos).....	197,40	450,60	135,50	537,20	441,70	118,00	-----	1.880,40
9- Fotocópias de documentos (Sede da IR).....	-----	13,45	8,00	-----	-----	-----	-----	21,45
10- Despesas Diversas.....	-----	-----	25,65	23,26	27,22	15,74	-----	91,87
11- Diárias Comissão de Inquerito.....	-----	-----	1.218,90	-----	-----	-----	-----	1.218,90
12- Cia. Telefônica Nacional.....	-----	-----	120,88	-----	-----	-----	-----	120,88
13- Taxas de Água e Esgoto da IR.....	-----	16,25	-----	-----	-----	-----	-----	16,25
14- Auxílio Índios em Transito (IR).....	-----	-----	90,00	-----	37,00	20,00	23,00	170,00
15- Ajuda de Custa a Servidor.....	-----	-----	-----	-----	240,00	-----	-----	240,00
16- Combustíveis e Lubrificantes.....	-----	-----	-----	-----	800,36	13,20	-----	813,56
17- Auxílio Financeiro Interno (Poinds).....	-----	484,07	400,00	-----	1.257,00	-----	-----	2.141,07
18- Material Sede da Inspektoria.....	-----	32,24	22,40	-----	33,00	-----	-----	87,64
19- Ginasio Joao Candido (Belarmino Sales).....	-----	10,00	10,00	-----	-----	10,00	-----	30,00
20- Cia. Força e Luz do Parana.....	-----	-----	-----	-----	99,74	-----	-----	99,74
21- Impressos.....	-----	-----	-----	-----	1.234,20	-----	-----	1.234,20
22- Radio Receptor e Transmissor (IR).....	-----	-----	-----	-----	98,00	398,00	-----	496,00
23- Material de expediente.....	-----	-----	-----	-----	129,11	-----	-----	129,11
24- Reparação Maquinas de Escrever.....	-----	-----	-----	-----	-----	117,80	-----	117,80
S O M A S T O T A I S .....	2.270,16	12.798,11	4.076,58	2.612,52	8.820,08	3.486,31	23,00	44.086,76
DEPOSITADO NO BANCO BRASIL S.....								20.153,41

SOMA..... 64.240,17

1904  
[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7a. INSPEÇÃO REGIONAL

DESPESAS - GESTÃO MAJOR DANTON P. MACIEL DO JANEIRO DE 1966

T Í T U L O S		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAIS
1	Conserto viaturas.....	722.515	34.000	719.500	597.750	2.073.765
2	Pessoal contratado.....	823.600	2.394.000	1.854.600	2.928.500	8.000.700
3	Despesas de viagem.....	250.655	613.850	368.450	593.700	1.826.655
4	Indios em trânsito.....	54.000	---	48.500	498.000	600.500
5	Diárias a Servidores.....	---	685.958	733.320	1.478.060	2.897.338
6	Pneus e calhaças.....	---	---	---	79.600	79.600
8	Dividas contraídas gestões anteriores.....	---	40.280	---	---	40.280
9	Estações viaturas.....	---	---	30.000	---	30.000
10	Colegio Índio Belamino Sales.....	---	46.000	---	---	46.000
11	Despesas Diversas.....	181.700	333.955	388.672	298.620	1.039.415
12	SUBVENCÕES A DIRETORIA DO S.P.I.....	---	---	2.500.000	7.000.000	9.500.000
13	Fotocópias de documentos.....	---	19.890	---	---	19.890
14	Auxílio Financeiro aos Poinde.....	---	171.000	497.160	2.526.440	3.194.600
15	Material Sede da Inspetoria.....	25.60	23.950	2.000	132.000	169.510
18	Impressos e Material e expediente.....	---	41.880	---	---	41.880
19	Auxílio aos silvícolas.....	---	---	---	---	---
20	Rádio Transmissor e Receptor Sede da IR.....	---	9.600	---	---	9.600
23	Serraria do Poinde Fioravante Esperança.....	2.030.460	2.272.452	2.915.274	---	7.218.186
33	Estadia Diretor SPI e Assessor M. Agricultura.....	---	---	74.525	---	74.525
34	Pr o- Labore Chefe da Inspetoria Maj. Aviador.....	---	---	---	250.000	250.000
35	Fretes e Carretos.....	---	---	97.104	---	97.104
S O M A S T O T A I S .....		3.901.960	6.686.893	10.229.105	16.382.670	37.200.628

Curitiba, SPI/IR/7, em 30 de abril de 1966.-

1905  
B98



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS  
7a. INSPECTORIA REGIONAL

RECEITA - MAJOR AVIADOR DANTON PINHEIRO MACIADO- JANEIRO DE 1966. A ABEL.

25-01-64	Saldo de caixa transferido pelo Agente de Proteção aos Índios Samuel Brasil.....	CR\$ 7.255.576
25-02-64	IRMAOS MAIA S/A INDUSTRIA E COMERCIO Recebido 12a(DECIMA SEGUNDA) prestação de escritura pública de aditamento a um contrato de compra e venda de pinheiros da área do Posto Indígena Jose Maria de Paula. Cheque nº 267574 c/ Bco. do Estado de Minas.....	CR\$ 5.000.000
08-03-64	HELIO PISSOTTI - POIND DR. SELLSTRUP DE CAMPOS Valor recebido de pagamento antecipado da 2a e 3a prestação do valor global de CR\$ 6.517.800 vencíveis em 18/4 e 18/7 da venda de 670 toros em dete-rioração.....	CR\$ 1.365.200
22-03-64	POIND CIL. TELMAGO DOBA Valor recebido do Poind ref. pago por conta da venda de 30.000 mts. cúbicos de lenha a razão de CR\$ 200,00 cada metro, cfe. proposta contida no ofício nº 30/65 de 12/09/65.....	CR\$ 1.000.000
25-03-64	IRMAOS MAIA S/A INDUSTRIA E COMERCIO Valor recebido da 13a prestação de escritura pública de aditamento a um contrato de escritura pública da compra e venda de pinheiros da área do Poind Jose Maria de Paula, cfe. cheque nº 774961 C/ Bco. do Estado de Pa-rana.....	CR\$ 5.000.000
01-04-64	JULIO REILH. GASPAROTTO- POIND MOCOAÍ Pagto p/conta da 2a prestação vencível em 24/3/66, cfe. contrato de Con-corrência Administrativa realizada no Poind Paulino de Almeida.....	CR\$ 1.426.440
01-04-64	AJUDANCIA DO SUL Saldo de caixa do saldo de CR\$ 5.000.000 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), forne-cido em 25/11/66.....	722.609
15-04-64	JULIO REILH. GASPAROTTO- POIND MOCOAÍ Pagto p/conta da 2a prestação vencível em 24/3/66, cfe. contrato de concor-rência administrativa realizada no Poind Paulino de Almeida.....	CR\$ 16.573.360
18-04-64	IRMAOS MAIA S/A INDUSTRIA E COMERCIO Valor recebido da 14a prestação de escritura pública de aditamento a um contrato de escritura pública da compra e venda de pinheiros da área do Pós-to Indígena Jose Maria de Paula, cfe. cheque nº 00563 c/ o Bco. Estado do Pa-rana S.A.....	CR\$ 5.000.000
		46.343.185

Curitiba. Pr, em 26 de janeiro de 1966.

1906  
BPA

10/10/10

Curitiba. Pr., em 31 de dezembro de 1966.

Curitiba. Pr., em 31 de dezembro de 1966.



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
7a. INSPETORIA REGIONAL

D E S P E S A S

GESTÃO : DIVAL JOSÉ DE SOUZA - MAIO A DEZEMBRO DE 1966

T Í T U L O S	MAIO	JUNHO	JULHO	AGÔSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAIS
1 - Custeio de viaturas.....	340.550	885.000	112.550	386.900	112.250	13.000	2.436.658	2.629.500	1.850.250
2 - Pessoal Contratado (Alenda Incígena)....	300.000	1.756.327	160.000	786.500	1.906.500	1.593.000	2.436.658	2.629.500	11.568.485
3 - Despesas de viagem.....	140.210	184.486	68.390	235.580	50.460	51.100	79.860	133.775	924.161
4 - Ingressos em Transito IN7.....	360.840	96.200	20.000	84.200	192.000	48.000	50.000	397.360	1.016.600
5 - Diárias a Servidores.....	96.000	648.000	96.000	1.092.000	192.000	48.000	672.000	1.320.000	4.164.000
6 - Pneus e Câmaras de veículos.....	184.100	215.400	---	---	---	---	---	---	399.500
7 - Rádio transmissor e Receptor Postos.....	260.000	---	---	---	---	---	---	---	260.000
8 - Dividas contraídas Gestões Anteriores	1.140.750	2.523.212	---	---	---	---	---	---	5.302.766
9 - Estadia de viaturas.....	190.000	---	---	---	---	---	---	---	190.000
10 - Colegio Iguaçu - Belarmino Sales.....	42.000	21.000	---	---	---	---	---	---	147.000
11 - Despesas Diversas.....	302.605	13.210	13.210	9.715	16.430	2.900	32.645	23.250	418.995
12 - SUBVENÇÕES A DIRETORIA DO S.P.I.	---	14.145.835	---	---	---	---	---	---	14.145.835
13 - Cia. Força e Luz do Paraná.....	---	44.460	---	---	---	---	---	---	116.400
14 - Fotocópias de documentos IN7.....	---	67.200	4.800	---	22.350	11.450	---	7.650	113.450
15 - Auxilio Financeiro Interno (Poinas).....	---	150.030	43.270	240.590	245.705	550.000	162.000	381.400	2.272.995
16 - Restaurante Belarmino Sales (início).....	---	4.900	---	43.200	45.000	45.000	21.600	68.400	228.100
17 - Combustíveis e Lubrificantes.....	---	326.870	---	---	---	---	---	---	326.870
18 - Material Sede da Inspetoria.....	---	32.090	---	---	---	---	28.130	25.000	85.270
19 - Impressos e Material e expediente.....	---	115.510	---	---	---	---	---	---	115.510
20 - Auxilio aos silvicultores.....	---	---	76.000	18.000	46.900	6.000	---	---	146.900
21 - Alugueres Sede da Inspetoria.....	---	---	1.248.000	---	360.000	---	360.000	360.000	2.328.000
22 - Honorarios Advogados.....	---	---	60.000	---	10.000	---	---	---	60.000
23 - Rádio Transmissor e Receptor IN7.....	---	---	---	---	---	---	---	---	13.000
24 - Custas (Alco de Despejo Sede IN7).....	---	---	---	44.608	---	---	---	---	44.608
25 - Imposto Precial e Territorial IN7.....	---	---	---	40.197	---	---	---	---	40.197
26 - Reparos Maquinas de escrever IN7.....	---	---	---	---	---	6.200	---	---	6.200
27 - Publicações Diário Oficial Estado.....	---	---	---	---	---	13.000	17.000	---	30.000
28 - Dividas contraídas PI. Fior. Esperança.....	---	---	---	---	---	12.730.222	---	---	12.730.222
29 - Dividas contraídas PI. Cac. Capanema.....	---	---	---	---	---	345.000	---	---	345.000
30 - Seguros Serenaria PI. Fior. Esperança.....	---	---	---	---	---	260.556	---	---	260.556
31 - Diárias Comissão de Inquerito.....	---	---	---	---	---	---	---	584.000	584.000
32 - Dividas contraídas PI. Guarita.....	---	---	---	---	---	---	---	5.820.574	5.820.574
S O M A S T O T A I S .....	3.267.055	21.234.730	1.902.250	2.981.490	3.049.595	15.421.172	4.154.499	13.806.113	65.816.904

Curitiba, Pr, SPI/IN7 em 31 de dezembro de 1.966.-



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
1a. INSPECTORIA REGIONAL

GESTÃO:-- DIVAL JOSÉ DE SOUZA - P E R Í O D O :-- DE JANEIRO A ABRIL DE 1967.--

T Í T U L O S		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	TOTAIS
1-	Concerto de Viatuñas.....	339.000	24.680	216.92	---	580.600
2-	Pessoal Contratado.....	1.616.500	856.500	1.486.50	---	3.959.500
3-	Despesas de Viagem.....	53.750	80.550	215.26	15.54	395.100
4-	Inícios em transito..(Sede da IK7).....	10.605	80.005	145.00	20.00	555.610
5-	Diárias a Servidores.....	348.000	204.000	780.000	156.00	1.488.000
7-	Raio Transmissor e Receptor Postos Indigenas.....	83.000	---	---	---	83.000
8-	Diviças contraídas gestoes anteriores.....	11.941.835	---	---	---	11.941.835
10-	Ginasio Indio Belarmino Sales(Joao Candido).....	---	10.000	---	---	10.000
11-	Despesas Diversas.....	---	29.858	---	32.41	62.268
14-	Fotocopias de documentos IK7.....	14.400	---	---	---	14.400
15-	Auxilio Financeiro Interno(Poinás).....	107.160	805.110	59.26	---	971.530
16-	Restaurante Indio Belarmino.....	45.000	---	90.00	---	135.000
18-	Material Sede da Inspetoria.....	24.661	50.160	17.00	4.15	95.971
20-	Auxilio aos silvícolas.....	---	---	50.00	---	50.000
23-	Radio Transmissor e Receptor IK7.....	15.000	---	27.20	---	42.200
25-	Imposto Predial e Territorial.....	70.274	---	---	---	70.274
27-	Publicação Diário Oficial do Estado.....	---	24.000	---	---	24.000
31-	Diárias Comissao de Inquerito.....	---	979.200	421.20	---	1.400.400
32-	Frete e Carretos.....	---	51.960	---	---	51.960
33-	Acessorios Viaturas(Caminhao Chevrolet).....	---	65.200	---	---	65.200
34-	Frete e Carreos Ajudancia Sul.....	---	---	15.00	---	15.000
35-	Alugueres Ajudancia Sul.....	---	---	250.00	---	250.000
S O M A S T O T A I S .....		14.669.185	3.261.223	4.073.34	258.10	22.261.848

Curitiba.Pr, SPI/IK7 em 30 de abril de 1967.--



1910  
1407  
68/8

DEMONSTRAÇÃO DO CÓDIGO RADIO-TELEGRÁFICO, FEITA DE PRÓPRIO PUNHO PELO SR.

VIVALDINO DE SOUZA.

A	B	C	D	E	F	G	H
$\frac{23}{23}$	$\frac{26}{26}$	$\frac{30}{30}$	$\frac{40}{40}$	$\frac{59}{59}$	$\frac{57}{57}$	$\frac{31}{31}$	$\frac{50}{50}$

I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S
$\frac{24}{24}$	$\frac{27}{27}$	$\frac{32}{32}$	$\frac{22}{22}$	$\frac{20}{20}$	$\frac{25}{25}$	$\frac{33}{33}$	$\frac{36}{36}$	$\frac{34}{34}$	$\frac{21}{21}$	$\frac{28}{28}$

T	U	V	X	Z
$\frac{37}{37}$	$\frac{22}{22}$	$\frac{38}{38}$	$\frac{60}{60}$	$\frac{52}{52}$

EXEMPLO:  $\frac{D}{40} \frac{I}{24} \frac{N}{25} \frac{H}{50} \frac{E}{59} \frac{I}{24} \frac{R}{21} \frac{O}{33} =$

= ~~DI~~ 4024255059242133

*Vivaldino de Souza*  
VIVALDINO DE SOUZA



20/CURITIBA, 8/NOVEMBRO/1967

EXMO. SR.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS  
NESTA

1911  
[Handwritten signature]

PREZADO SENHOR

ATENDENDO SUA SOLICITAÇÃO FEITA  
ATRAVÉS DE S/OFÍCIO 19/CI-239/67, DESTA DATA, ANEXAMOS /  
OS EXTRATOS SOLICITADOS POR V.SAS.

SEM OUTRO PARTICULAR PARA O MO-  
MENTO, FIRMAMO-NOS,

ATENCIOSAMENTE  
BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS, S/A  
- FILIAL DE CURITIBA -

RENÉ FRANCISCO DALAGA S/A  
Ref. 44-C



S. A.

NOME: DIVAL JOSÉ DE SOUZA. (RENDA INDÍGEA).

N.º da conta

ENDEREÇO: R. Ébano Pereira, 269. F. 4-33-56.-

=15.472,57

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

DATA	CÓD.	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
3.5.66	10	730.504		9.142,557	9.142,557
4.5.66	2	313.877	200,000		
4.5.66	2	313.876	5,000		8.937,557
9.5.66	2	313.878	300,000		8.637,557
12.5.66	2	313.879	184,100		8.453,457
13.5.66	2	313.881	200,000		
13.5.66	2	313.880	284,000		
13.5.66	2	313.882	260,000		7.709,457
17.5.66	2	313.885	17,000		
17.5.66	2	313.886	300,000		7.392,457
18.5.66	3	313.883	100,000		7.292,457
25.5.66	2	313.887	300,000		6.992,457
26.5.66	10	869.611		5.000,000	11.992,457
26.5.66	2	313.888	1.140,750		10.851,707
30.5.66	2	313.889	500,000		10.351,707
6.6.66	2	313.891	250,000		
6.6.66	2	313.892	816,500		
6.6.66	2	313.890	215,400		9.069,807
15.6.66	2	313.893	192,000		8.877,807
15.6.66	2	313.894	400,000		8.477,807
17.6.66	2	313.898	100,000		
17.6.66	2	313.895	1.259,922		
17.6.66	2	313.897	21,000		7.096,885
20.6.66	2	313.900	64,700		
20.6.66	2	313.899	160,000		6.872,185
22.6.66	2	323.926	477,700		6.394,485
24.6.66	2	323.927	100,000		6.294,485
28.6.66	11	704.689		5.000,000	
28.6.66	2	323.928	44,460		11.250,025

## CÓDIGO DAS OPERAÇÕES

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Imposto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado

B. M. M. G. S. A.



1913

NOME: DIVAL JOSÉ DE SOUZA-- (RENDA INDÍGENA) N.º da conta

ENDEREÇO: R. Ébano Pereira, 269. F. 4-33-56. = 15.471÷

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

DATA	CÓD.	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
28.6.66	22	Saldo nesta data.			11.250,025
4.7.66	2	323.931	716,500		
4.7.66	2	323.934	828,570		
4.7.66	2	323.933	143,420		
4.7.66	2	323.932	326,870		
4.7.66	2	323.935	115,510		
4.7.66	2	323.930	447,620		8.671,535.
6.7.66	2	323.936	43,270		8.628,265
11.7.66	2	323.937	160,000		8.468,265
18.7.66	2	323.938	60,000		
18.7.66	2	323.939	1.080,000		
18.7.66	2	323.941	300,000		
18.7.66	2	323.940	168,000		6.860,265
20.7.66	2	323.942	200,000		6.660,265
25.7.66	2	323.943	500,000		6.160,265
26.7.66	2	323.944	120,000		6.040,265
1.8.66	10	871.656		5.000,000	11.040,265
17.8.66	2	323.945	376,500		10.663,765
18.8.66	2	323.946	756,000		9.907,765
19.8.66	2	323.947	200,000		9.707,765
23.8.66	2	323.948	350,000		9.357,765
26.8.66	2	323.949	400,000		8.957,765
29.8.66	2	323.950	230,590		8.727,175
2.9.66	2	336.251	716,500		8.010,675
5.9.66	2	336.252	800,000		7.210,675
6.9.66	2	336.253	320,000		6.890,675
9.9.66	2	336.254	400,000		6.490,675
15.9.66	2	336.255	200,000		6.290,675
22.9.66	2	336.256	200,000		6.090,675
23.9.66	2	336.257	360,000		5.730,675

## CÓDIGO DAS OPERAÇÕES

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Imposto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado



B. M. M. G. S. A.



NOME: DIVAL JOSÉ DE SOUZA. (RENDA INDÍGENA)

N.º da conta

ENDEREÇO: R. Ébano Pereira, 269. F. 4-33-56.

=15.471

## RATÓ PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
23.9.66	22	Saldo nesta data.		5.730,675
26.9.66	2	336.254	200,000	5.530,675
5.10.66	2	336.259	716,500	4.814,175
12.10.66		336.260	500,000	4.314,175
20.10.66	2	336.261	500,000	3.814,175
21.10.66	2	336.262	150,000	3.664,175
4.11.66	2	336.263	154,713	
4.11.66	2	336.264	100,000	3.409,462
7.11.66	2	336.265	360,000	
7.11.66	2	336.266	800,000	2.249,462
8.11.66	2	336.267	160,000	
8.11.66	2	336.268	19,680	2.069,782
11.11.66	2	336.271	400,000	1.669,782
17.11.66	2	336.272	120,000	1.549,782
23.11.66	2	336.278	100,000	1.449,782
8.12.66	2	336.274	1.449,782	-0-0-0-0-

## CÓDIGO DAS OPERAÇÕES

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Imposto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado



N.º da conta

17.32

D A T A	CÓD.	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
21-8-67 /	10	/162290 /		5.000.00 /	5.000.00
23-8-67 .	3	/254976 /	1.440.00 /		3.560.00 /
15-9-67 /	2	254977 /	398.00 /		3.162.00 /
5-10-67 ,	3	254978 ,	3.162,00 /		-e-o-o-o-o-/
<hr/>					

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Impôsto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado





7.121

Cs/Cs/.

Sem

Limites.

DANTON PINHEIRO MACHADO

7ª R.I. Major.

R. Ébano Pereira, 269.

Telefone= 4-33-56.

Curitiba - Paraná.

## DEMONSTRAÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

Conta N.º	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
	DD 881.836 INICIAL.			
	CH 271.128	500.000	7.000.000	
	DD 416.925			
	CH 271.133	380.000	4.176.435	10.676.435
	CH 271.127	1.000.000		10.296.435
	CH 271.126	2.000.000		7.296.435
	CH 271.137	150.000		7.146.435
	CH 271.130	6.450		
	CH 271.140	192.000		
	CH 271.141	100.000		
	CH 271.138	150.000		6.697.985
	CH 261.139	250.000		6.447.985
	CH 271.134	360.000		
	CH 271.136	200.000		
	CH 271.135	200.000		
	CH 271.142	60.000		5.627.985
	CH 271.144	80.000		
	CH 271.129	92.176		5.455.809
	CH 271.149	100.000		5.355.809
	CH 271.145	180.815		5.174.994
	CH 272.576	121.600		
	CH 271.147	243.850		
	CH 271.146	40.280		4.769.264
	CH 272.580	120.000		4.649.264
	CH 272.577	50.000		4.599.264
	CH 272.578	417.450		
	CH 271.150	50.000		4.131.814
	CH 272.582	43.680		
	CH 272.583	108.000		
	CH 272.581	50.000		
	CH 272.585	40.000		
	CH 272.584	2.030.460		1.859.674
	CH 272.586	100.000		
	CH 271.143	142.200		
	CH 272.588	139.320		
	CH 272.587	140.000		
	CH 272.579	720.000		618.154
	CH 271.148	36.680		581.474
	CH 272.590	308.000		
	CH 272.591	50.000		223.474
	CH 272.592	130.000		
	CH 272.589	70.000		23.474
	CH 272.593	46.000		
	EST. CH. 272.593 P/INSF. DE FUNDOS.		46.000	23.474
	DD 350.284		5.037.767	5.061.241
	CH 272.597	513.000		
	CH 272.598	40.550		
	CH 272.595	390.990		
	CH 272.594	726.560		3.390.141



7.121	DANTON PINHEIRO MACHADO.	Conta N.º
Cs/Cs/.	7ª I.R. Major.	Fôlha N.º
Sem	R. Ébano Pereira, 269.	2
Limites.	Telefone= 4-33-56.	Visto
	Curitiba.-.Paraná.	

## DEMONSTRAÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

Conta N.º	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DATA
	TRANSPORTE. v-v-x-x-x-x-x-x-x-x-x-			3.390.141	3.3.66
	CH 272.600	50.000		3.340.141	3.3.66
	CH 390.901	2.328.202		1.011.939	4.3.66
	CH 272.599	103.200		908.739	4.3.66
	CH 272.596	513.000		395.739	7.3.66
	CH 390.902	20.000		375.739	10.3.66
	CH 390.903	130.000		245.739	21.3.66
	DD 385.554 EM CH.		4.365.200	4.610.939	22.3.66
	CH 390.904	572.130		4.038.809	23.3.66
	CH-390.905 VIS.FVL. LUIZ.V.NEVES.	2.500.000		1.538.809	23.3.66





NOME: DANTON PINHEIRO MACHADO. 7ª I.R. MJ.-

N.º de conta

ENDERÊÇO: R. Ébano Pereira, 269. F. 4-33-56.-

=14.626-

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

DATA	CÓD.	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
23.3.66	22	Saldo nesta data.			1.538,809
30.3.66	2	390.907	256,700		1.282,109
30.3.66	11	380.757		5.000,000	6.282,109
31.3.66	3	390.908	58,103		
31.3.66	2	747.552	384,600		
31.3.66	3	390.906	74,525		
31.3.66	2	390.910	300,000		
31.3.66	2	390.909	197,160		5.267,721
1.4.66	2	747.553	2.915,274		2.352,447
4.4.66	2	747.554	450.000		1.902,447
4.4.66	2	747.555	80.000		1.822,447
5.4.66	2	747.556	464,822		
5.4.66	3	747.551	97,104		1.260,521
6.4.66	2	747.557	80.000		
6.4.66	2	747.558	143.000		1.037,521
15.4.66	11	396.316		16.573,360	17.610,881
19.4.66	10	353.395		5.000,000	22.610,881
20.4.66	13	1.632	8.500		
20.4.66	2	752.652	188,500		
20.4.66	2	747.560	7.000,000		15.413,881
22.4.66	2	752.655	222,100		
22.4.66	2	752.651	1.026,000		
22.4.66	2	752.656	1.026,000		13.139,781
25.4.66	4	311.905	400,000		
25.4.66	2	752.653	76,300		
25.4.66	2	311.902	77,500		
25.4.66	2	752.659	180,000		
25.4.66	2	752.658	136,500		12.269,481
25.4.66	2	311.901	490,000		
25.4.66	2	311.903	50,000		11.729,481

## CÓDIGO DAS OPERAÇÕES

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Imposto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado



7.121	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS CHEFE DA 7ª INSP. REG. = JOSÉ FERNANDO DA CRUZ = Rua Ébano Pereira, 269 Curitiba - Pr.	Conta N.º 52.621
		Fôlha N.º 1
		Visto <i>[assinatura]</i>

DEMONSTRAÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

Conta N.º	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DATA
	DD INICIAL 278596		19.325.000		
	Ch 079176	2.000.000			
	Ch-Vis.Fv.Bradesco- 079177	2.000.000		15.325.000	24-6-65
	Ch 079179	3.000.000		12.325.000	25-6-65
	Ch 079178	1.681.306		10.643.694	28-6-65
	DD 715183		16.124.073		
	Ch 079181	1.167.767			
	Ch-Vis.Fv.Luiz V. Menezes - 079180	25.000.000		600.000	2-7-65
	Ch 079182	311.906			6-7-65
	Ch 079182	200.000		88.094	
	DD 689884 -3.000.000		8.000.000	8.088.094	8-7-65
	Ch -Avulso 073668	1.000.000		7.088.094	9-7-65
	Ch 079186	380.000			
	Ch 079189	200.000		6.508.094	
	Ch 079190	20.000		6.488.094	
	Ch 079194	979.000		5.509.094	12-7-65
	Ch 079196	1.800.000			13-7-65
	Ch 079192	700.000			
	Ch 079185	380.000			
	Ch 079191	1.850.000		779.094	
	Ch 079193	200.000			
	Ch 079187	380.000		199.094	14-7-65
	Ch 079197	193.003		6.091	27-7-65
	DD 706452 em Ch		2.040.000	2.046.091	28-7-65
	DD 711013		8.000.000		
	Ch 079198	826.244		9.219.847	29-7-65
	Liq.Desc.n/TD-18461 a 18463		27.541.484		
	Ch 087401	35.000.000		1.761.331	
	Ch 087404	256.828			
	Ch 087402	250.000			
	Ch 079200	190.000		1.064.503	
	Ch 087405	200.000		864.503	30-7-65
	Ch 079403	250.000		614.503	2-8-65
	DD 695749		1.000.000	1.614.503	3-8-65
	DD 704188		2.000.000		
	Ch 087406	380.000			
	Ch 087408	250.000		2.984.503	
	Ch 087407	380.000		2.604.503	4-8-65
	Ch 087410	100.000		2.504.503	
	Ch 087411	200.000		2.304.503	
	Ch 087415	46.750			
	DD 697015		1.000.000	3.257.753	5-8-65
	Ch 087412	65.120		3.192.633	9-8-65
	Ch 087413	139.450			
	Ch 087227	150.000		2.903.183	
	Ch 087228	28.000		2.875.183	
	Ch 087416	380.000		2.495.183	11-8-65
	Ch 087229	1.000.000		1.495.183	13-8-65
	Ch 087230	1.295.000		200.183	



B. M. M. G. S. A.



NOME: DANTON PINHEIRO MACHADO 72 R.I. MJ.

N.º da conta

ENDEREÇO: R. Ébano Pereira, 269. F. 4-33-56.

=14.626=

## EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

DATA	CÓD.	N.º DOC.	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
25.4.66	22	Saldo nesta data.			11.729.481
26.4.66	3	752.657	79.600		11.649.881
27.4.66	3	311.904	272.000		11.377.881
2.5.66	2	311.909	718.000		10.659.881
3.5.66	10	732.193		783.600	
3.5.66	2	311.908	183.600		
3.5.66	2	311.910	1.333.724		9.926,157
3.5.66	15	732.193	783.600		9.142.557
3.5.66	2	311.911	9.142.557		-0-0-0-0-

## CÓDIGO DAS OPERAÇÕES

- 1 - Câmbio
- 2 - Cheques
- 3 - Cheque compensação
- 4 - Cheque visado
- 5 - Cobrança
- 6 - Comissões
- 7 - Complemento
- 8 - Crédito em conta

- 9 - Débito em conta
- 10 - Depósito
- 11 - Depósito c/ cheque
- 12 - Desconto
- 13 - Despesas
- 14 - Dividendo
- 15 - Estorno
- 16 - Imposto s/ operações financeiras

- 17 - Imposto ou taxa
- 18 - Juros
- 19 - Ordem de pagamento
- 20 - Transferência
- 21 - Telegrama
- 22 - Saldo transportado
- 23 - Saque descontado

C

HISTÓRICO		DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DATA
TRANSPORTE...				200.183	13-8-65
DD	701770		5.184.552	5.384.735	16-8-65
DD	684110 em CH		1.000.000	6.384.735	17-8-65
Ch	087231	50.000		6.334.735	18-8-65
Ch	087232	200.000			
Ch	087233	319.657			
Ch	087234	3.000.000			
Ch	087235	2.500.000		315.078	19-8-65
Ch	087236	51.200		263.878	2-9-65
Ch-087417-Vis.Fv.Alfredo do Vale Ribeiro.		250.000		13.878	10-9-65
DD	269693		1.500.000		
Ch	269693	800.000		713.878	
Ch	087420	700.000		13.878	14-9-65
DD	682674		2.000.000	2.013.878	15-9-65
DD	895069		4.000.000	6.013.878	16-9-65
DD	682430		1.000.000	7.013.878	
Vr.N/OPT-20/1157 fvr.Major Luiz Vintnas Neves - Brasília Deb conf. Instruções		7.000.000		13.878	16-9-65
Vr.Deb.Ref. ao custo de 1 telefonema nesta data p/ Brasília		2.000		11.878	
DD	682380		1.579.475	1.591.353	20-9-67
Ch	087421	1.500.000		91.353	29-9-65
Deb.ref.ao custo de um telefonema,di- go de um telegrama p/filial de Brasília ass/interêsse		3.000			
Ch	087422	2.000.000		88.353	7-10-65
DD	889613		2.000.000	88.353	11-10-65
DL	707247		600.000	688.353	
Ch	087423	380.000			
Ch	087424	200.000		108.353	25-10-65
DD	894609		18.187.500	18.295.853	
Ch	087237	18.000.000		295.353	
Ch	087239	187.500		108.353	12-11-65
DD	885236		2.452.200		
Ch	087242	500.000		2.060.553	
Ch	087243	525.000		1.535.553	16-11-65
Ch	087244	1.000.000		135.553	17-11-65
DD	835712		30.000.000	30.135.553	18-11-65
Ch-087246 vis.fvr.José F.Cruz		10.000.000		20.135.553	19-11-65
DD	892623		5.000.000	25.135.553	23-11-65
DD	892271		4.500.000	29.635.553	24-11-65
Ch	119428	310.000		29.325.553	
Ch	119430	2.450.000		26.875.553	25-11-65
Ch	119453	350.000			
Ch	119432	35.000			
Ch	119426	300.000			
Ch	119454	600.000		25.590.553	

Conta N.º	
	TRA
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Cg
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	Ch
	JURO
	DD
	Ext.
	Ch





7.121	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS CHEFE DA 7ª INSP. REG. =JOSÉ FERNANDO DA CRUZ= RUA ÉBANO PEREIRA, 269 CURITIBA = PR.	Conta N.º
		52.621
		Fôlha N.º
		3
		Visto

## DEMONSTRAÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

Conta N.º	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DATA
	TRANSPORTE...			25.590.553	25-11-65
	Ch 119455	100.000			
	Ch 119431	1.258.750		24.231.803	
	Ch 119451	900.000		23.331.803	
	Ch 119441	200.000			
	Ch 119434	130.000			
	Ch 119439	575.000		22.426.803	
	Ch 119444	130.500		22.296.303	
	Ch 119442	621.558			
	Ch 119443	580.000		21.094.745	26-11-65
	Ch 119457	500.000			
	Ch 119438	2.600.000			
	Ch 119433	2.000.000			
	Ch 119437	380.000			
	Ch 119436	80.000			
	Ch 119429	1.000.000		14.534.745	
	Ch 119460	2.421.160		12.113.285	29-11-65
	Ch 119464	500.000			
	Ch 119435	330.000			
	Ch 119458	100.000			
	Ch 119456	500.000			
	Ch 119440	154.798			
	Ch 119462	5.000.000			
	Ch 119461	200.000			
	Ch 119447	320.000			
	Cg 119446	677.000			
	Ch 119463	250.000		4.081.487	
	Ch 119452	28.540		4.052.947	30-11-65
	Ch 119449	200.000		3.852.947	
	Ch 119445	500.000		3.352.947	1.-12-65
	Ch 119448	800.000		2.552.947	1-12-65
	Ch 256202	700.000		1.852.947	
	Ch 256201	875.000		977.947	2-12-65
	Ch 256203	680.000		297.947	6-12-65
	Ch 119450	280.000		17.947	17.12.65
	JUROS LIQUIDOS		19.820	37.767	25-01-66
	DD 881814		7.000.000	7.037.767	
	Ext. Lanç. Supra	7.000.000		37.767	
	Ch 256210	37.767		-0-0-0-0-	2-02-966



7.121 Sem Limites	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS IN- DIOS 7ª IN.	Conta Nº.
		Folha Nº.
		Visto

1923  
9/4  
1

QUITADA = PR.

DEMONSTRAÇÃO DE LANÇAMENTOS PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

Conta Nº.	HISTÓRICO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	DATA
			35		
DD	INICIAL 881814/		7.000.000./	7.000.000./	25 JAN 66
CH	268802 AVULSO	7.000.000.		-0-	26 JAN 66





CURITIBA (PR), 8 DE NOVEMBRO DE 1967.

1924  
40  
298

EXMO. SR.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO  
DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS.  
N E S T A.

PREZADO SENHOR.

EM ATENÇÃO AO SEU OFÍCIO Nº 19/CI-239/  
-67, DAMOS ABAIXO, A RELAÇÃO DAS ORDENS DE PAGAMENTO  
EMITIDAS NESTA FILIAL A FAVOR DO MAJ. AV. LUIZ VINHAS  
NEVES, JUNTO NOSSA FILIAL DE BRASILIA-DF.:

DATA	NOSSO NÚMERO	VALOR
28/ 7/65	OP -20/1.048	N 01-35.000,00
16/ 9/65	OP -20/1.157	N 01- 7.000,00
29/ 9/65	OP -20/1.189	N 01-12.000,00
25/10/65	OP- 20/1.237	N 01-17.910,00
19/ 4/66	OP -20/1632	N 01- 7.000,00

SENDO QUE SE NOS OFERECE PARA O MOMEN  
TO, FIRMAMO-NOS.

ATENCIOSAMENTE

BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS, S. A.  
- FILIAL DE CURITIBA -



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

N.º \_\_\_\_\_

Recebi do Snr. MAX WEISE

quantia de Cr\$ 2.000.000 ( DOIS MILHÕES DE CRUZEIROS)

proveniente de pagamento por conta do pagamento de Cr\$3.900.000 ( TRÊS MILHÕES E NOVECENTOS MIL CRUZEIROS), vencível em 15/09/65, da n/ venda de 1.000 mts. cúbicos de sassafraz da área do Poind Duque de Caxias.

portancia que será lançada no Livro "Caixa" deste ~~Posto~~ INSPECTORIA.

~~Posto Indígena de~~ IR7, Curitiba, em 21 de julho de 1965

Jose Fernando da Cruz <sup>Estadístico</sup> Chefe da Inspectoria



1926

~~1927~~  
~~1928~~

72 INSPEÇÃO REGIONAL

PERÍODO DE 26/01/66

1966

Cr\$ 125.736-

Recebemos do Sr. CARLOS BASTOS, Responsável pelo expediente da 7a. Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios - Ministério da Agricultura, a importância sobre o Cr\$ 125.736- (CINCO E VINTE E CINCO MIL SETECENTOS E OITENTA E OIS REAIS), provenientes de fornecimentos feitos a referida Inspeção, conforme Notas Fiscais - de nºs. 28416, 28419, 28419, 28420, 308, e 305, abaixo discriminadas:

2	Alfene 1/2m, 30, .....	à	...343-, cada, Cr\$	.....686-
5	Alfene 1/2m, 30, .....	à	...115-, cada, Cr\$	.....3.75-
2	Barafos 1/2m, 30, .....	à	...277-, cada, Cr\$	.....554-
2	Vigas 3/4m, 30, .....	à	...132-, cada, Cr\$	.....264-
180	Velhas de barro Sta. Rosa, .....	à	...75-, cada, Cr\$	.....13.500-
2	Kps. de Frego 17x27, .....	à	...50-, o kg., Cr\$	.....1.00-
12	Tobus 1x1x2, 50, 10., .....	à	...1.50-, cada, Cr\$	.....17.000-
15	Sta. de Tobus de beiral 1x2, .....	a	...141-, o m., Cr\$	.....2.115-
	Imposto de consumo 5%, sobre o va-			
	lor de Cr\$ 6.915-, .....			
1	Tobus 1x1x2, 50 10., .....			.....1.195-
40	Velhas de barro Sta. Rosa, .....	à	...75-, cada, Cr\$	.....3.000-
26	m2 de ferro pintado, .....	à	...1.320-, o m2, Cr\$	.....34.320-
11	m2 de laminação para 10., .....	à	...2.500-, o m2, Cr\$	.....27.500-
1	peças guarnições 1, 1/2x3x2, 30, ...	à	...727-, cada, Cr\$	.....727-
2	peças guarnições 1, 1/2x3x1, 30, ...	à	...117-, cada, Cr\$	.....234-
65	Sta. de guarnições 1/2x3x2, .....	a	...117-, o m., Cr\$	.....7.605-
	Imposto de consumo 5%, sobre o va-			
	lor Cr\$ 36.415, nota nº34, .....			
14	Sta. guarnições do tipo 1/2x3, ..	a	...117-, m., Cr\$	.....1.638-
	Imposto de consumo 5%, sobre o va-			
	lor de Cr\$ 1.638-, nota nº35, .....			

Soma Total ..... Cr\$ 125.736-

Para clareza, passamos o presente recibo devidamente assinado em cinco (5) vias de igual teor e para um só efeito.

Cartão, 03 de janeiro de 1.966

Luizinha F. Martins  
 Inspetora R.A.

.....  
 Inspetora R.A.





IRMÃOS THÁ S. A.

CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIAS E COMÉRCIO

Av. Pres. Getúlio Vargas, 881 - Fone 4-1977  
CURITIBA - PARANÁ

NOTA DE VENDA  
A CONSUMIDOR

Nº 28416

G

1928  
G  
28416

Curitiba, 18 de 12 de 1965

1.ª VIA

Snr.

Serviço de Proteção aos Índios  
Rua 'Ebano Pereira', 269 -

Inscrição, 13.495

Qt.	DISCRIMINAÇÃO	Ref.	Unit.	TOTAL
3	Ribas 1x2x4,30 - <del>APL</del>		543	686
8	Ribas 1x2x4,30 - APL		443	3.544
2	Sarras 1/2 x 4,30 - <del>APL</del>		277	554
2	Vigas 3x3x4,00 - APL		892	1.784
180	Felhas baço Sta. Rosa		75	13.500
3	Kg pregos 17x27		580	1.160
2	Tabuas 1x12x2,50 - 1.ª		1.450	17.400
				38.628

Pompeu

Artes Gráficas Ind. e Com. S.A. Al. Cabral, 352 - Inscr. 15.512 de 1-9-62 - 300 bls. - 50x3 - 20.001 a 35.000 - 7-65  
NÃO VALE COMO RECIBO



# IRMÃOS THÁ S.A.

CONSTRUÇÕES - INDÚSTRIAS E COMÉRCIO

Oficinas e Indústrias Próprias  
Concernentes ao Ramo

Insc. Estadual, 13.495 — Insc. Federal, J-00.233-PR.

ESCRITÓRIO, LOJA E DEPÓSITO

AV. PRES. GETÚLIO VARGAS, 881  
CX. POSTAL 781 - TELEGRAMAS: «IRTHÁ»  
CURITIBA — PARANÁ — BRASIL

GERÊNCIA . . . 4-2486

FONES { SECCÃO COMERCIAL  
SECCÃO INDUSTRIAL  
DEPÓSITO E EXPEDIÇÃO  
SECCÃO TÉCNICA  
ESCRITÓRIO } 4-1977

## NOTA FISCAL VENDAS A VISTA

1.ª VIA — Série A-1

REMETEM a

em Recibo à Rua

na cidade de

Mercadorias ENTREGUES  
RETIRADAS

As seguintes mercadorias:

Condições de Pagamento:

Em 18 de 12 de 1965

Patentes Registro

N. 614-17  
N.  
N.  
N.

Os Cálculos estão sujeitos a . . . A mercadoria viaja por conta e risco do comprador

Quant.	Unid.	DESIGNAÇÃO DAS MERCADORIAS	N.º de Ordem	Class. Fiscal			Preço Unitário	Valor das mercadorias	Imp. de Consumo	
				Alinea	Capit.	Pos.			Taxa	Valor
15	m²	tabua de beiral 1x6-					461	6.915	8%	553
S O M A								6.915	8%	553

As mercadorias seguem nos seguintes volumes:

Marca	Nos	Quantidade	ESPÉCIE	PÊSO	
				Bruto	Líquido

NÃO VALE COMO RECIBO

Santos & Gabardo Ltda. - R. Chile 1373 - Fone 4-5522 - Insc. 6745 2/55 - Ciba.  
25 fls. 3x50 - Série A 1 - 001 a 1.250 - 6/65

Valor das mercadorias . . . Cr\$ 6.915

Imposto de Consumo 8% Cr\$ 553

Despesa de remessa . . . Cr\$

Cr\$

TOTAL DA NOTA . . . Cr\$ 7.468





IRMÃOS THÁ S. A.

## CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIAS E COMÉRCIO

Av. Pres. Getulio Vargas, 881 - Fone 4-1977  
CURITIBA - PARANÁ

NOTA DE VENDA  
A CONSUMIDOR

№ 28419

Curitiba, 20 de 12, de 1967 1.ª VIA

Spr.

Inscrição, 13.495

[illegible]

Artes Gráficas Ind. e Com. S.A. Al. Cabral, 352 - Inscr. 15.512 de 1-9-62 - 300 bls. - 50x3 - 20.001 a 35.000 - 7-65  
NÃO VALE COMO RECIBO

1689

A T A

Aos três dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, reuniram-se o Presidente e vogais da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 239/67, do Senhor Ministro do Interior, ficando decidido que continuariam ouvindo depoimentos e colhendo documentos para esclarecimento dos fatos objeto do presente Processo Administrativo. Do que, para constar, eu, João Luiz Almeida Nobrega, na qualidade de Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os presentes a esta reunião.

Presidente

Vogal

Vogal

Secretário

Ládero PereiraLuís F. F. F.Edmar V. R. R.João Luiz Almeida Nobrega



# Vice indaga sôbre o SPI

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral, vice-lider do MDB, vai encaminhar amanhã ao ministro do Interior um requerimento de informações sobre a atuação e as irregularidades do Serviço de Proteção aos Índios, contendo 13 perguntas.

O parlamentar amazonense faz indagações sobre o número de expedições realizadas de 1965 a 1967, ajuda de custo e diárias pagas aos assessores para assuntos indígenas, processos instaurados contra sertanistas por apropriação indebita, resultado do censo indígena de 1963, doações de terras a fazendeiros, invasão de terras dos índios e outras.

## O REQUERIMENTO

O requerimento do sr. Bernardo Cabral ao ministro Albuquerque Lima é o seguinte:

1 — Quantas expedições foram realizadas, de 1965 a 1967, pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, indicando o local dessas expedições científicas; relatórios apresentados; os nomes dos componentes e o meio de locomoção utilizado; número dos respectivos bilhetes e das companhias fornecedoras.

2 — Quanto receberam de ajuda de custo e diárias, nos anos de 1966 a 1967, os assessores para assuntos indígenas? Relacionar o nome dos beneficiários e a respectiva missão.

3 — Quantos processos foram instaurados no SPI contra sertanistas por apropriação indebita de materiais pertencentes ao serviço e qual a conclusão? Relacionar o nome dos indiciados.

4 — Qual o resultado do censo indígena realizado em 1963? Quantos recenseadores foram utilizados nesse mister? Quanto foi gasto? Qual a verba empregada: se orçamentária ou da chamada renda indígena? Quem organizou

os quesitos para o censo? Quais os meios empregados para o transporte dos recenseadores? Se marítimo, ferroviário, rodoviário ou aéreo.

5 — O que há de verídico na doação de 68 mil hectares de terra do posto indígena "Tereza Cristina", que teria sido feita pelo governador de Mato Grosso a fazendeiros locais? Caso afirmativo, qual o motivo?

6 — Se houve invasão de terras dos índios do Paraná, de 1964 a 1967, invasão essa que teria lesado o patrimônio indígena em 36 mil pinheiros, avaliados em cerca de um milhão de cruzeiros novos? Caso afirmativo, qual a providência tomada?

7 — Se houve a demissão de um chefe de Inspetoria, em Rondônia, pelo fato de comprovar a existência de índios em locais onde existem lençóis de cassiterita (Igarapé Floresta)?

8 — Se foi feita a distribuição de terras dos índios na região do Pantanal — Mato Grosso — a fazendeiros, que ali se teriam localizado desde 1958 e até hoje dali não saíram? Caso afirmativo, qual a justificativa?

9 — Qual o valor real do patrimônio indígena? Especificar a sua catalogação.

10 — Se existem médicos nomeados para os postos indígenas? Caso negativo, quem é o responsável por esse atendimento?

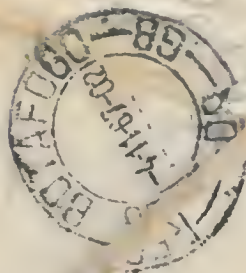
11 — Se existem agrônomos nomeados para esses postos? Caso negativo, quem orienta a agricultura?

12 — Se existem dentistas nesses postos? Caso afirmativo, quantos. Negativo, a quem é entregue tais providências profissionais?

13 — Se o Ministério do Interior pode afirmar ser verídico aprender o nosso índio, na Serra do Bonito, em Roraima, idioma estrangeiro ao invés da língua portuguesa?.

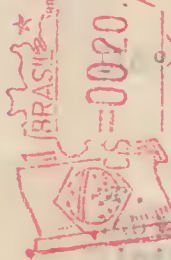
Entre as diversas notícias sôbre o assunto, nunca vi uma referência à região de Santa Catarina. Deu' por influência do Sr. Senador Bornhausen?

Pantaleon Barbosa



Union Postal n. 34.  
Bogota, D.C.



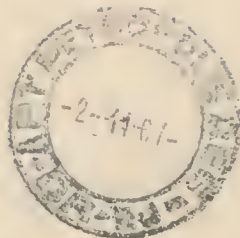


P.A.-M. 6390 P.

Ministerio de Fomento  
Ministerio de Interior  
Ministerio de Interior



Exposition. 55



1697

61316

